

# *Defesa Nacional*

---



DEZEMBRO  
1952

NÚMERO  
461

General JUAREZ DO NASCIMENTO F. TAVORA, Diretor-Presidente.  
General ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO, Diretor-Gerente.  
Coronel ADALARDO FIALHO, Diretor-Secretário.

RIO DE JANEIRO

BRASIL

# A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XL

BRASIL — RIO DE JANEIRO, DEZEMBRO DE 1952

N. 461

## SUMARIO

Página

|                |   |
|----------------|---|
| Editorial..... | 3 |
|----------------|---|

### ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL

|                                                                                    |    |
|------------------------------------------------------------------------------------|----|
| A Cavalaria nos Exércitos modernos — Trad. do Maj. Carlos Alberto da Fontoura..... | 7  |
| Administração militar eficiente — Trad. do Maj. Murilo Borges Moreira....          | 11 |
| Os golpeadores (Rangers) — Ten.-Cel. Floriano Möller.....                          | 15 |
| Munições — Cuidados, manejo, conservação — Ten.-Cel. Jorge Argolo Silvano.....     | 21 |
| A colaboração do Estado-Maior — Serviços — Ten.-Cel. José J. Camerino              | 25 |
| Redação de documentos táticos — Maj. Lutz Felipe de Azambuja.....                  | 31 |
| Introdução à Tática de Artilharia — Trad. do Maj. Zair Figueiredo Moreira          | 37 |
| Processos de treinamento físico para soldados (Cont.) — Cap. Estevam Meireles..... | 43 |
| O feijão soja na alimentação da tropa — Ten. Vasco Ribeiro da Costa.....           | 55 |

### ASSUNTOS DE CULTURA GERAL

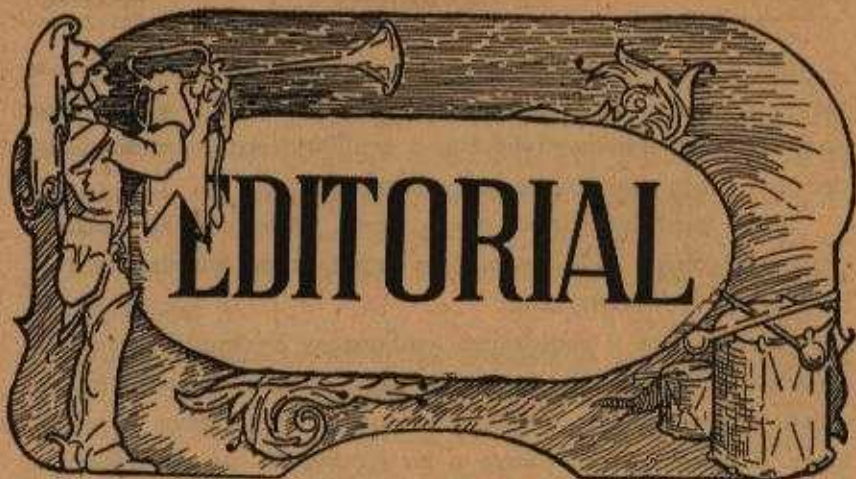
|                                                                                                                    |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| A evolução da política externa da Espanha — Trad. do Ten.-Cel. Floriano Möller.....                                | 59 |
| Panorama estratégico do mundo em que vivemos — Ten.-Cel. João Baptista Peixoto.....                                | 69 |
| A História Mundial e o poder marítimo — Trad. dos Majores Cesar Gomes das Neves e Heráclides de Araújo Nelson..... | 75 |

### GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR

|                                                                                                                        |     |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| História Militar do Brasil — Gen. Ignacio José Veríssimo.....                                                          | 79  |
| Mato Grosso e as lutas pela fixação da fronteira ocidental do Brasil (Continuação) — Gen. Antonio de Souza Junior..... | 85  |
| Estrutura Geopolítica da Amazônia Brasileira (Continuação) — Maj. Brigadeiro Lysias A. Rodrigues.....                  | 95  |
| A Retomada de Corumbá (Conclusão) — José Nonato de Faria.....                                                          | 101 |

### DIVERSOS

|                                                                          |     |
|--------------------------------------------------------------------------|-----|
| Movimento ascensional — Dr. Pimentel Gomes.....                          | 109 |
| Sentido! São as cinzas dos mortos da F.E.B. que passam — P.J. Busato.... | 111 |
| O desenvolvimento econômico do Brasil — Dr. Roberto de Oliveira Campos   | 113 |
| Jogos Olímpicos — Helsinki 1952 — Cap. Arlindo de Araújo Pereira.....    | 121 |
| Monumento aos bravos — Cadete Tarcísio C. Nunes Ferreira.....            | 129 |
| Os recursos materiais do Brasil — Dr. Glycon de Paiva.....               | 131 |
| Da Província — Manobras de São Vicente, da 2ª Região Militar.....        | 135 |
| NOTÍCIAS DIVERSAS.....                                                   | 137 |
| NOTICIÁRIO DE INTERESSE MILITAR.....                                     | 155 |
| ATOS OFICIAIS.....                                                       | 163 |



## NATAL DE 1952

Comemora-se, neste mês, a festa máxima da cristandade. A festa dos povos que acreditam num espírito superior, criador e dinamizador do Universo e que, em dado momento, se fêz homem para redimir a humanidade pecadora! Desde o momento em que a estrela de Belém brilhou nos céus da Judéia, um sentido superior se imprimiu à vida de todos os povos, até então afundados no paul do paganismo. Um sôpro de espiritualismo varreu tôdas as consciências, lembrando-lhes que o destino da humanidade tinha algo de transcendental, com base no amor ao próximo e cúpula na adoração do Deus único.

A vida não era só a satisfação das necessidades dos instintos de reprodução e conservação, o egoísmo em relação aos irmãos, a glorificação da matéria, a adoração de ídolos múltiplos, animados ou inanimados.

A caridade, sim, devia ser a lei suprema de convivência, a adoração do Ser Supremo e uno o mandamento fundamental, o idealismo a lei de ética universal.

Profundo foi o impacto da nova doutrina sôbre todos os povos.

Era a luz brilhante a iluminar-lhes o caminho. Era novo e vigoroso impulso nos destinos da humanidade. Era a elevação onde só havia horizontabilidade, o equilíbrio em lugar do desaprumo, o amor substituindo as paixões.

Sob a inspiração de tão nobre moral, base de velha religião, agora revigorada, tôdas as nações progrediram, atingindo o esplendor da civilização atual.

Aquelas que a rejeitaram, embora se apoiando em moral própria, adotando o bramismo, o budismo, o islamismo, etc., ou a renegaram de todo, desviando-se para o paganismo e a idolatria, chafurdaram no atraso e na ignorância ou mergulharam no mais grosseiro materialismo.

Não foi sem tropeços que o cristianismo se implantou no seio das nações.

Teve os seus dias aziaços, sofreu perseguições, pagou pesado tributo de sangue, mas venceu pelo sacrifício, pelo perdão, pela fé, pelo amor e pela prece.

A doutrina cristã era qualquer coisa de sublime, um novo farol para o homem, o amálgama da família indissolúvel, a pedra que faltava no edifício de uma sociedade estável.

Quiz a providência que o Brasil nascesse sob o signo dessa doutrina benfazeja.

Tudo o que tivemos e temos de grandioso, belo e nobre nela se inspirou.

A cristianização dos nossos selvícolas, ainda hoje em marcha, o humanismo nas relações entre o colonizador e o gentio e entre o senhor e o escravo, a defesa do país contra os piratas e predadores de terras alienígenas, o alargamento das nossas fronteiras, a adaptação do homem do interior ao vasto sertão inóspito, a educação da nossa mocidade, a formação do nosso caráter, no qual predominam a bondade, a hospitalidade e a não discriminação racial, tudo, enfim, entre nós, levou o sêlo da cruz.

Eis que, surdos à voz da razão e cegos ante as evidências da nova doutrina, ressurgem os materialistas ou antes os comunistas.

Materialistas sempre os houve, diz Leonel de Franca. O que impressiona hoje é o seu alastramento, o seu caráter universal, a sua mística, a sua quase religião, a sua facilidade de fazer adeptos, a sua capacidade de acorrentar o homem à roda do Estado ou destruir o individualismo, o seu poder de apagar as consciências, a sua energia em demolir tudo que rescende a espiritualismo.

Passam então os Átlas do comunismo a espalhar as sementes do mal, a minar os organismos dos Estados, a provocar guerras intermináveis, a destruir os valores morais e espirituais que o cristianismo acumulou durante séculos de fé, esperança e caridade.

Não é possível ceder!

Não é crível voltar ao passado, repor Nero no Quirinal, Gengis-Khan diante do Ocidente, imergir o homem no mongolismo, apagar a estrela de Belém!

O cristianismo tem forças para vencer a crise dos nossos dias.

Ainda o amor constrói, ainda a fé salva, ainda a caridade pavimenta a estrada que leva os homens a Deus.

O que é preciso é personalidade para encarar os fatos, coragem para repelir os embusteiros, determinação para persistir no que é velho, mas bom e vontade para adaptar-se ao que surge de melhor.

Na filosofia do cristianismo está a chave dos destinos da humanidade, o essencial para a reconstrução de um mundo devastado por duas guerras mundiais.

Tudo o mais é contingente.

A crise político-social da atualidade tem suas raízes no íntimo do ser humano, na angústia e dúvida que o assaltam ante a propaganda tenaz e daninha de forças dissolventes.

Combater tais forças, realizar a contra-propaganda, é resurgir a verdade, aclarar o que se fazia embaciado, reanimar o que definhava. Esse o papel das elites e dos governos.

Queremos crer que o Brasil persistirá no seu caminho cristão.

Quando menos por instinto de conservação, saberá repelir a investida dos que tramam cercear-lhe o progresso realizado à sombra dessa cruz que, até hoje, só o fez grande, uno, próspero e feliz.

Hosanas, pois, ao Menino-Rei!

Ele representa as aspirações do homem que visa o predomínio do espírito sobre a matéria!

Que na sua festa máxima se cubram de bênçãos os lares brasileiros!

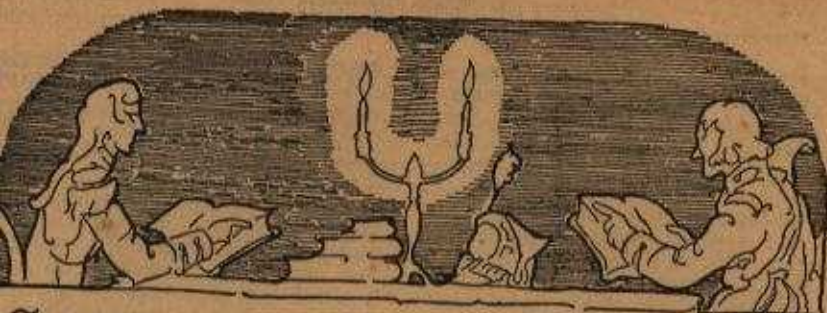
Que o Brasil, essa Pátria que nos é tão cara, caminhe com Ele para seus gloriosos destinos!

E que o Exército, as Forças Armadas da Nação, unidas em torno de seus Chefes, trabalhando pelo seu aprimoramento, alertas contra a insídia comunista, tenham um Feliz Natal, na plena consciência, como sempre souberam e saberão manter, do seu papel de guardas e defensores desse fabuloso patrimônio que se chama Brasil!



## OS NOSSOS VOTOS DE BOAS-FESTAS

Ao ensejo da festa máxima da cristandade, a Diretoria desta Revista agradece às Autoridades do Exército, aos seus Assinantes e Representantes, aos seus anunciantes e a todos os que trabalham na sua Redação, nos serviços de impressão e de publicidade, o favor com que a distinguiram e a valiosa colaboração que lhe emprestaram, durante o ano de 1952, desejando a todos as maiores felicidades e os melhores votos de Boas-Festas!



# CULTURA PROFISSIONAL

## A CAVALARIA NOS EXÉRCITOS MODERNOS

Gen. JOHN KNOWLER HERR

Tradução, data vêneta, da revista argentina "EL CABALO", pelo Major CARLOS ALBERTO DA FONTOURA, do E.M. da 2ª D.C.

O autor, ex-chefe da cavalaria americana, enviou esta eloquente réplica sob a forma de carta à revista "The Thoroughbred Record". Ao traduzi-la, e apresentá-la de público, temos a satisfação de ver comprovada a tese que vimos defendendo — da necessidade da CAVALARIA HIPO, particularmente na AMÉRICA DO SUL.



Em o número de dezembro de 1950, da revista "The Thoroughbred Record", deparei várias alusões sobre a necessidade da cavalaria na Coréia, e com a sugestão de que é tempo de revisar a política que destruiu essa arma em nosso exército. As coisas que seguem tem por finalidade situar a questão em seus justos termos.

Os incrédulos da cavalaria, enbebedados pelo Gen. Mac Nair, incitaram o Gen. Marshall, e incidentalmente o Gen. Eisenhower, a dissolvê-la, em 1942, utilizando muitos de seus regimentos para formar unidades mecanizadas de "reconhecimento". Estas, como eu havia prevenido a Marshall, re-

sultaram completamente inoperantes para essa tarefa (reconhecimento) e, a bem da verdade, seja dito que foram empregadas como "reconhecimento" em apenas dois por cento das missões que se lhes cometeram. Em julho de 1942, escrevi ao Secretário da Guerra Stimson, uma carta de protesto, ilustrando-a com os feitos da cavalaria russa, e prevenindo-lhe que iríamos necessitar dessa arma. Resultou certa minha previsão.

Transcrevo aqui um extrato de "The Rider and Driver", de fevereiro de 1948, que assim resume o ocorrido:

"O Sr. Frank M. Smith, informou, em "The Washington Times", que também se fez u'a enérgica exortação, na última audiência da

comissão de Forças Armadas do Senado, para reviver a cavalaria americana. Fez-la o Gen. Herr. Segundo o Sr. Smith, o Gen. Herr declarou não ser verdade que os cavalos foram desnecessários na última guerra. E, em reforço a essa sua opinião, tem declarações do Gen. Patton e de outros chefes, os quais asseveraram que as unidades de cavalaria teriam sido muito vantajosas nas campanhas da África do Norte e da Sicília.

Acrescentou também o Gen. Herr, que o Gen. Wainwright, se chamado a depor perante aquela comissão, poderia apresentar o seu testemunho sobre a eficácia da arma montada. O Gen. Herr apresentou à comissão uma carta do Gen. Lucian K. Truscott, sucessor de Patton no comando do III Exército, sustentando que, se os EE.UU. houvessem conservado a sua cavalaria — hipo, não a mecanizada — se haveria evitado as sangrentas batalhas de Cassino e Anzio, e provavelmente a guerra da Itália teria sido abreviada de muitos meses.

O Cel. Fred L. Hamilton já na reserva, ex-chefe da Remonta americana, disse à Comissão: falei com oficiais alemães de aviação, das forças de terra, dos corpos mecanizados e dos corpos de cavalaria, e todos, a uma só voz, opinaram que haviam perdido a guerra na frente oriental porque os russos possuíam melhores cavalos. Cumpre ainda acrescentar, que além da superioridade quantitativa e qualitativa dos cavalos russos, as unidades moto e mecanizadas alemãs resultaram impotentes nas regiões da Rússia, onde nem caminhos existiam. Não temos dúvidas em reafirmar que uma das principais causas da derrota alemã, na frente oriental, foi a magnífica cavalaria soviética, tanto regular, como irregular. Tais foram as expressões unânimes dos combatentes alemães com quem falei.

Em conclusão, disse por fim o Gen. Herr que gostaria de apresentar à comissão um documento de valor: trata-se de um *Boletim*

*Restritivo do Serviço de Inteligência*, datado de maio de 1946, emitido pela Divisão G/2 (*Serviço Secreto*), por intermédio da Divisão de Informações do Estado-Maior. Leu parte do mesmo, que dizia: A União Soviética, com vastas distâncias e poucos caminhos (não diz estradas) e com duras condições climáticas durante a maior parte do ano, empregou sua cavalaria com reais vantagens, durante a Segunda Guerra Mundial. Não a utilizou em substituição às forças blindadas, mas como arma independente, e não raro como complemento às ditas forças blindadas, sempre que estas atuaram em terreno difícil. Conta a cavalaria russa com grande poder de armas de apoio. Sua organização está concebida de tal forma que proporciona uma força de choque pequena e móvel, com suficiente apoio de artilharia, morteiros e armas automáticas. Enfim, a cavalaria e os tanques tão bem se combinaram que constituiriam, em realidade, um elemento eficaz e de alto valor combativo, funcionando sempre sem tropeços.

Após a apresentação deste documento à comissão, o Gen. Herr e o Senador Morse mantiveram um diálogo em que ficou patenteado que a cavalaria norte-americana foi eliminada apesar dos testemunhos apresentados sobre a sua necessidade. Vai aqui parte desse diálogo:

— "Senador Morse: tratando-se de operações militares nessa parte da Europa em que se movimentam os exércitos russo, húngaro, iugoslavo e polaco, desempenho a cavalaria papel muito importante?"

— "Gen. Herr: Sim. Lá desempenha um papel cuja importância é cada vez maior. Desejo declarar, aqui, não ser verdadeira a crença difundida de que a cavalaria só é útil em lugares longínquos, em terreno montanhoso e difícil, onde não possam trafegar os veículos. Ao contrário, sua utilidade é insofismável em qualquer tipo de terreno. Um cavalo pode ir onde vai um veículo, mas a recíproca nem sempre é verdadeira.

Praticamente podemos afirmar que o cavalo acompanha o homem em qualquer lugar. Pode transportar o seu poder de fogo por caminhos inacessíveis aos veículos e, em bom terreno, por que passem os homens, desloca-se com maior velocidade que o infante. É o cavalo algo vital. Nenhum país que pretenda estar bem organizado para a guerra, em qualquer parte do mundo, e sob quaisquer condições meteorológicas, afirmará que é capaz de lutar com vantagem em qualquer teatro, se não tiver o devido complemento de cavalaria e animais de carga. Ademais, declaro e acuso, que o Departamento de Guerra, prematura, imprudente e erroneamente, suprimiu nossa Cavalaria em 1942, logo após haver eu deixado o seu comando e transferido para a reserva, e a transformou em outras organizações e unidades fúteis, como as de reconhecimento mecanizado, apesar do solene protesto que formulei quando iniciavam semelhante tarefa. Ainda mais: dirigi uma carta ao Secretário, em junho de 1942, pouco depois de haver deixado a atividade, chamando sua atenção para a miserável sabotagem feita à cavalaria americana, apelando para que a suspendesse em tempo, e citando as façanhas da cavalaria russa; que tínhamos uma cavalaria muito bem organizada, a melhor do mundo, embora pequena, mas baseada em nossas experiências da guerra civil; que destruir essa soberba cavalaria era quase crime, pois não poderiam reconstituí-la em curto prazo, em caso de emergência". "Pessoalmente eu o conhecia bem. Enviou-me uma resposta muito amável, cujo original tenho em meu arquivo. Assegurava que também queria muito os cavalos e que em velhos tempos fora seu apolo-gista, etc. Mas que não via possibilidade de emprêgo da cavalaria na guerra atual (1942), e esperava que eu não me ressentisse demasiado. Naturalmente refletiu o pensamento de seus acessores militares".

Até aqui o artigo publicado em "The Rider and Driver". Todavia, na mesma audiência, ante a sub-comissão de Forças Armadas do Senado, declarei: "Direi ainda que, em minha opinião, suprimiram erronea e prematuramente a cavalaria desta guerra, embora fôsse necessária. Cabe ao Congresso, eventualmente, decidir se há ou não que ressuscitá-la. O Departamento de Guerra a suprimiu estribado em faculdades especiais de tempo de guerra. Somente quando caduque a lei de Defesa Nacional é que saberemos o que o Congresso estabelecerá relativamente à constituição de nossas forças de terra. Penso que, na ocasião oportuna, solicitarei à Comissão de Forças Armadas que reconsidere o restabelecimento da cavalaria. Estou certo que outro tanto farão os Generais Wainwright, Truscott e outros, que não concordaram com a sua radical supressão. Lamentavelmente, a Comissão reuniu-se para tratar do plano de reorganização antes da guerra da Coreia. Em 26 de maio aprovou o ato do Departamento de Guerra de extinção da cavalaria. Sua reunião, para tratar assunto tão magno, não durou mais de dois dias. Mesmo assim, anteriormente à primeira reunião, telefonei a um de seus membros pedindo audiência, pedido que confirmei em carta. Como resposta, recebi uma expressão de pesar, dizendo que eu chegara demasiado tarde. Agora, a única probabilidade de reviver nossa cavalaria consiste em expressar a verdade nua sobre o imperdoável erro cometido; sobre a negativa de Eisenhower de reconstituí-la após a guerra, apesar da clara prova de sua necessidade; e também sobre os esforços insidiosos dos conspiradores para ocultar ao público, à imprensa e ao Congresso, o fato de que muitos dos nossos melhores militares advogam enérgicamente a reconstituição da cavalaria, e para fomentar a crença de que ela morreu de morte natural, quando em verdade a estrangularam".

# ADMINISTRAÇÃO MILITAR EFICIENTE

LOUIS L. MACQUITTY,

Cel. da Reserva da Ajudância Geral

Professor Associado de Psicologia da Universidade de Illinois e diplomado pela Universidade de Toronto. Durante a 2ª Guerra Mundial, serviu no Curso de Engenharia, em Fort Belvoir, na Sec. Técnica da Ajudância Geral e, na Itália, como Ajudante do 1º Depósito de Recompentamento. Mais tarde, foi Relator Assistente da Universidade de Florença. Atualmente, comanda o 5000º Grupo de Instrução para Pesquisas e Aperfeiçoamentos.

Súmula organizada pelo Major MURILLO BORGES MOREIRA — E4/10ª R.M.  
(Military Review — junho de 1950).

## A) DIVIDIR A MISSÃO EM TAREFAS PELOS SUBORDINADOS

1. O executante só cumpre perfeitamente os seus deveres quando sabe justamente o que se espera dele.

## B) AS DIVERSAS PARTES DE UMA ORGANIZAÇÃO DEVEM TER FUNÇÕES ANALÓGAS

1. Grupar funções interdependentes.

2. Diminui as necessidades de coordenação.

3. Reduz as probabilidades de desinteligências e

4. Permite dar o máximo de autonomia possível ao chefe de cada setor (ou parte) da organização.

## C) GRUPAR AS FUNÇÕES QUE EXIGEM CARACTERÍSTICAS HUMANAS SEMELHANTES

1. Há funções que exigem diferentes graus de capacidade intelectual.

2. Evitar o grupamento de funções enfadonhas, fatigantes, etc.

3. Entremear as funções, proporcionando vivo interesse pelo trabalho.

## D) O RENDIMENTO DO SUBORDINADO DEPENDE MUITO DA EFICIÊNCIA DA ORGANIZAÇÃO E DO FUNCIONAMENTO DO ESCALÃO SUPERIOR

1. Definir responsabilidades.

2. Supervisionar.

3. Coordenar.

4. Informar o escalão superior.

5. Manter a continuidade de trabalho apesar das substituições.

6. Só é possível controlar diretamente de 4 a 6 subordinados.

## E) A COOPERAÇÃO SERÁ OBTIDA:

1. Quanto mais simples e frequentes forem os contactos.

2. Quanto mais amistosas forem as relações.

3. Quanto mais consideração se der aos problemas dos outros.

## F) COMO COMBATER AS DESINTELIGÊNCIAS PESSOAIS

1. Evitando-as, se possível.

2. Desfazendo-as, mais facilmente, quando de início.

3. Corrigindo-as, antes que se tornem muito sérias.

### G) COMO ESTABELECEER BOAS RELAÇÕES COM O SUPERIOR

1. Mantendo íntima ligação.
2. Conhecendo as características de sua personalidade.
3. Estudando seu caráter.
4. Procurando conhecer suas reações.
5. Sabendo qual a sua intenção.
6. Conhecendo bem a sua maneira de pensar (se necessário, arguindo-o com habilidade sobre assuntos profissionais, de serviço, etc.).
7. Considerando as inevitáveis diferenças de personalidade, pois o que pode parecer natural a um, talvez se apresente de maneira diferente a outros.
8. Não esquecendo que um indivíduo é capaz de adaptar-se mais eficientemente a uma pessoa quando conhece sua personalidade.
9. Pois na vida militar, cada um é responsável perante seu superior por tudo o que faz ou deixa de fazer.

### H) COMO DESENVOLVER A COOPERAÇÃO

1. Demonstrando o devido interesse por seus superiores.
2. Compreendendo que, se uma sugestão foi bem recebida e permitiu bons resultados, isto se deu unicamente devido ao julgamento do chefe que permitiu concluir de ante-mão pelo acerto e exequibilidade das idéias sugeridas.
3. Pois não se deve esquecer nunca que a Decisão é uma prerrogativa do chefe.
4. Este procedimento concorre para aumentar a consideração, a confiança pessoal e o apoio do superior ao subordinado.
5. Uma vez que a maioria dos indivíduos é propensa a apolar e incentivar projetos que se identificam com a sua própria personalidade e a tratar com simpatia as pessoas que demonstram deferência e atenção às suas idéias e prerrogativas.

### I) ASSUMIR AS RESPONSABILIDADES

1. Quando a idéia sugerida redundar em fracasso.
2. O que poderá ser atenuado por uma nova proposta, particularmente bem ponderada.

### J) PRESTIGIAR OS SUBORDINADOS

1. Nem todas as idéias sugeridas ao chefe serão sempre suas; muitas serão de seus subordinados; não "compre" o mérito alheio; identifique-o pelo nome.
2. Este procedimento criará no espírito do chefe uma impressão favorável à sua própria pessoa e favorecerá as boas relações entre seu chefe e seus subordinados.
3. Não esqueça que o prestígio e o apelo são fatores que concorrem para aumentar o rendimento do trabalho.

### L) PENSAR ANTES DE PONDERAR

1. Muito cuidado com as primeiras impressões...
2. Ninguém aceita ver uma decisão ou uma diretiva, que exigiu muito tempo, muito estudo e muito esforço, ser discutida mal e transmitida e ainda mais, sem profundo conhecimento de causa... só pelo gosto de ponderar.
3. A falta da devida consideração e respeito aos esforços e funções de outras pessoas, cria, geralmente, incompatibilidades e estas se transformam muitas vezes em antipatias.

### M) MANTER O SUPERIOR SEMPRE INFORMADO

1. As sugestões, faltas, ponderações, etc., deverão ser participadas e encaminhadas por meio dos canais competentes.
2. Ninguém gosta de receber informações de sua organização (principalmente se são desagradáveis...) por intermédio de estranhos.
3. Um chefe que sabe de tudo tem mais possibilidades de sanar os atritos, de estabelecer boas relações entre todos, de auxiliar os

que necessitam, de responder e informar aos superiores e subordinados.

4. Psicologicamente falando, as situações que exigem soluções prontas, para as quais o indivíduo não está preparado, dão margem à irritações.

#### N) COMO DESENVOLVER A CO-OPERAÇÃO MUTUA

1. Realizando o entendimento pessoal.

2. Procurando adaptar-se ao chefe.

3. Considerando-se um auxiliar do superior.

4. Procurando facilitar o cumprimento da missão do chefe e não somente pensando em aumentar o seu prestígio pessoal.

5. A franqueza e a cooperação são indispensáveis entre indivíduos.

#### O) INFORMAR TAMBÉM OS SUBORDINADOS

1. Transmitir a Missão de maneira clara e concisa.

2. Coordenar as tarefas parciais não só entre si e tendo em vista a sua missão, mas principalmente a do escalão superior.

3. Verificar o cumprimento das tarefas.

4. Uma das qualidades mais respeitáveis no chefe é a capacidade de liberar-se de preconceitos pessoais, para que possa encontrar em si próprio e na organização que deu ao seu serviço, a causa das faltas ocorridas, antes de imputá-las aos subordinados.

5. Fazer sucessores, estando assim sempre em condições de ser substituído sem causar solução de continuidade no funcionamento da organização.

#### P) FACILITAR O CONHECIMENTO DE SUA PERSONALIDADE

1. Quanto mais se conhece um chefe, mais fácil se torna cooperar com ele.

2. Justificar as decisões é um hábito salutar.

#### Q) DESENVOLVER A INICIATIVA E A RESPONSABILIDADE

1. A liberdade de ação estimula a iniciativa.

2. Mas a iniciativa resulta do perfeito conhecimento da missão e do sentimento da responsabilidade.

3. Antes de tomar a Decisão, provoque as idéias, as opiniões, as sugestões, colocando o assunto em franco debate.

4. Mas não tome decisões em assuntos que competem aos seus subordinados; seria atrofiá-los.

#### R) O CHEFE DEVE PROPORCIONAR AOS SUBORDINADOS:

1. Responsabilidade.

2. Iniciativa.

3. Informações.

4. Liberdade de opinião.

#### S) CONCLUSÃO FINAL

1. Apesar da preocupação de cooperar com os superiores, as divergências muitas vezes serão inevitáveis; o cumprimento da missão se situará acima delas.

2. Algumas vezes você será levado a discordar; não o deixe de fazer por comodismo.

3. Entre as várias soluções que se apresentarem, adote sempre aquela que melhor lhe permita cumprir a missão.

4. Esteja sempre perfeitamente informado sobre o andamento de sua organização e tome sempre decisões de comum acordo com seus subordinados.

5. As suas qualidades de chefe, estou certo, lhe permitirão conseguir inteiro apoio de seus subordinados para a solução escolhida, através de uma apresentação inteligente; que não desperte susceptibilidades; que seja tomada à base de sugestões e em cuja elaboração todos participaram; assim sendo, não tenha receio: Você captará a simpatia dos subordinados.

6. Finalmente, estimule o sentimento de responsabilidade, a iniciativa, a autoridade sem excessos e dêste modo, você terá reduzido de muito a necessidade de coordenação constante e obterá, por certo, o máximo de cooperação de seus subordinados.

## A BANDEIRA

HAROLDO VERGUEIRO

*Bendita sejas tu, esplêndida Bandeira  
Pela tua beleza heróica e varonil,  
Bandeira sempre augusta e sempre abissareira,  
Bendita sejas tu, Bandeira do Brasil!*

Pethion de Villar

Nas côres do nosso pendão de esperança estão concretizados os símbolos mais acariciados da sensibilidade pátria.

A magestade das nossas florestas e imensas campinas, o azul dos céus, dos mares, das montanhas altaneiras e longínquas, as estrelas que refulgem ao firmamento, o ouro fulvo das auroras e dos poentes, as riquezas do nosso solo, tudo está retratado divinamente nas côres da nossa bandeira.

O roteiro mais expressivo da harmonia universal está configurado no lema "ORDEM E PROGRESSO", cuja sublimação, esboçada por ARISTÓTELES e proclamada por COMTE, indica o sentido positivo da marcha de um povo livre.

As grandes constelações dos nossos céus estão retratadas no azul desse pendão, a começar do Cruzeiro do Sul.

Cada estrela representa um Estado, sendo o simbolismo das nossas instituições avivado em face da natureza.

É o nosso pavilhão o mais fiel dos espelhos da imagem da Pátria, guiando desde o nascituro da nacionalidade o ímpeto combativo dos nossos heróis e alentando, ao tópo dos mastros dos encouraçados, os homens do mar.

Nos dias bonancosos de paz o auriverde pendão indica um porvir maravilhoso a todos os que labutam dentro das lindeiras da pátria. É que nas suas côres está animada a paisagem amazônica e os pinheirais do Paraná, as quedas maravilhosas de Paulo Afonso e os cenários esplêndidos de Iguaçu e Sete Quedas, as caatingas do Nordeste e os Campos Gerais, os rincões goianos e os desvãos gaúchos, os estuários copiosos e os simples arroios. Todo o conjunto vigoroso da paisagem pátria está encerrado nessa simbolização de glória.

*"Como Deus está na hóstia,  
Nela está a Pátria inteira".*

Celebra hoje o Brasil o "Dia da Bandeira" o qual representa em sua plenitude, a consubstanciação dos nossos afetos. É uma data plenamente revestida de serena pureza, dado que se coloca em páramo ideal, acima de quaisquer competições de ordem restritiva. É o símbolo de todos os homens e de todas as cousas brasileiras que se celebra hoje.

Nesta fase de tantas inquietações para os destinos da humanidade, a bandeira do Brasil — "auriverde pendão da esperança" — indica rumos seguros à nossa gente.

Contemplando-a, temos o espírito em festa, sentindo a ventura de nascer sob esse lábaro sagrado.

Salve, pavilhão de nossa terra, guia dos heróis e suprema glorificação da Pátria!

# OS GOLPEADORES

(RANGERS)

Tenente-Coronel FLORIANO MÖLLER.

Condensação de artigos publicados em jornais e revistas militares especializadas.

## UM POUCO DE HISTÓRIA



Os atuais "Rangers" do Exército dos Estados Unidos são os descendentes militares dos veteranos "rangers" da 2ª grande guerra, que tão valorosamente se conduziram em El Guettar, Gela, Salerno, Anzio, Normândia e Filipinas. Sua denominação teve origem nos celebrados "Rangers de Roger", da época legendária da fixação das fronteiras da heróica nação americana, e, presentemente, têm tomado parte destacada na luta em curso na Coreia.

O "Ranger" do Exército Americano, declarou certa vez o General J. Lawton Collins, Chefe do E.M.E. americano — "representa uma moderna e fiel reprodução de grandes soldados, tais como os atiradores de Morgan e os exploradores nas lutas contra os índios".

Na 2ª guerra mundial, os rangers foram empregados com eficiência no Norte da África, Sicília, Itália, Nova Guiné e no Pacífico. A primeira dessas unidades — o 1º Batalhão de Rangers, — moldado nas unidades de "Comandos" inglesas — foi organizada em maio de 1942, na Irlanda do Norte. O Batalhão, instruído no Depósito de "Comandos" do Exército Inglês, situado nas montanhas da Escócia, entrou em ação pela primeira vez, como uma unidade constituída, em Arzew, na Argélia, durante a in-

vasão do Norte da África. Alguns elementos desse batalhão já haviam participado, antes, da famosa operação Dieppe, levada a efeito em agosto de 1942. Variadas foram as missões de combate dos batalhões de "rangers", mas em geral, agiram como tropas de choque.

No início do conflito coreano, unidades de "rangers", do valor de uma companhia, foram instruídas e organizadas para operar como unidades de missões especiais. A cada D.I. foi atribuída uma companhia de "rangers".

A resolução de se empregar unidades de "rangers", na guerra da Coreia, foi tomada depois de uma análise cuidadosa dos resultados obtidos na 2ª grande guerra e dos ensinamentos auidos em combate no T.O. asiático. Ai, o inimigo estava empregando, com pleno êxito, pequenos grupos de combatentes, instruídos, armados e equipados, para desempenho da tarefa especial de se infiltrarem nas linhas das tropas das Nações Unidas, com o objetivo de destruir pontes, matar sentinelas, armar emboscadas para as colunas e provocar quedas de barreiras nas vias de transporte da zona da retaguarda. Alguns dos antigos comandantes de G.U. do Exército americano na Coreia haviam pedido pessoal especializado, à sua disposição, para desencadeamento de ataques desmoralizantes sobre o inimigo.

### DENOMINAÇÃO

Estes soldados altamente especializados — "Rangers" para os americanos e "Comandos" para os ingleses, — ainda não haviam recebido, no Exército Brasileiro, uma denominação nossa, apesar das suas atividades serem, de há muito, conhecidas entre nós.

Diante da eventualidade da criação, no nosso Exército, de unidades desse tipo e, tendo em vista que a ação dos "rangers" ou "comandos", é quase que essencialmente o golpe de mão, surgiu naturalmente a denominação — "golpeadores". O batismo não é nosso; confessamos que, de início, a aceitamos com reserva, — mas a empregaremos doravante, até que nos acostumemos com ela ou que surja uma outra denominação que se nos afigure mais adequada ou mais consentânea com a sua missão ou função.

### DIFERENÇA ENTRE GOLPEADORES E GUERRILHEIROS

Os golpeadores não são guerrilheiros ou patriotas em operações de guerrilhas, mas sim elementos do Exército regular, subordinando-se, pois, às convenções de guerra terrestre, internacionalmente aceitas. Assim sendo, "as unidades de golpeadores são tropas regulares, que, cumprindo missões de ordem superior, se infiltram, saltam ou desembarcam em território inimigo ou ocupado pelo inimigo", com uma missão precípua; concluída esta, devem retornar ao ponto de partida, evitando, para isso, o serem aferradas, capturadas ou aniquiladas.

Por outro lado, "a guerrilha é uma manifestação de revolta dos naturais do país invadido, os quais recusam aceitar a lei do invasor que ocupa o seu território". Os seus componentes receberam, através do tempo e consoante a sua nacionalidade, as designações de guerrilheiros, quinta-colunas, tropas irregulares, partisans, patriotas, maquis, sabotadores, terroristas, forças subterrâneas ou da Resistência. Normalmente, permanecem no território em que operam. Trata-se pois

de ações "levadas a efeito por elementos civis, mais ou menos militarizados, atrás das linhas ocupadas pelas forças inimigas". Compreendem, além de operações de caráter militar, outras formas de oposição, tais como resistência à ocupação do território, sabotagem, terrorismo, não cooperação e propaganda hostil.

### GENERALIZAÇÃO DA INSTRUÇÃO DE GOLPEADORES

Diante dos surpreendentes resultados obtidos com os "rangers", o General J. Lawton Collins, Chefe do Estado-Maior do Exército dos EE.UU., determinou, em setembro de 1951, que a instrução e os exercícios de "rangers" fossem estendidos a todos os elementos combatentes das divisões de Infantaria do Exército.

"A importância dos princípios da instrução dos "rangers" — declarou o General Collins — "justifica sua extensão com a principal finalidade de obter homens exercitados como tais, em todas as unidades do Exército". O "Ranger", assinalou ainda o general, — é essencialmente, um soldado especializado, altamente instruído na arte do atirador individual."

"A experiência de um ano de luta na Coreia demonstrou serem os homens que recebem instrução de "ranger" — com sua relevante capacidade de ação e espírito de iniciativa — grandemente eficientes; portanto, esses elementos de elevada qualificação, serão mais eficientes ainda quando integrados nas unidades de combate, onde suas qualidades de combatentes poderão ser aplicadas em toda sua plenitude".

"As diretivas do Exército — declarou mais o General Collins — têm, tradicionalmente, realçado a exploração e o patrulhamento. Todavia, a decisão de se incluir a instrução de "rangers" nas unidades combatentes das divisões normais constitui uma inovação destinada a levar todos os homens ao vértice de suas possibilidades como soldados, individualmente considerados. A prática tem demonstrado que a efi-

ência de um soldado aumenta na razão direta do grau de confiança que possui no seu material, nas qualidades do chefe e — o que é mais importante — na sua própria aptidão para a luta. A instrução de "ranger" destina-se a aumentar esta confiança."

Um outro aspecto dessa experiência foi a de que a incorporação dos "rangers" às unidades de infantaria da Divisão, "facilitaria a retenção de elementos adestrados, em cada uma dessas unidades, capazes de realizar, por si mesmas, fideis missões de reconhecimento. Os "Rangers", nas D.I., seriam um fator impulsionador, constituídos, não são, de soldados superioresmente instruídos; estimulariam a unidade inteira a mais elevadas realizações e induziriam os próprios homens a um maior aperfeiçoamento".

#### CONDUTA DA INSTRUÇÃO

Na América do Norte, a instrução dos "golpeadores" está sendo ministrada no Centro de Instrução de Rangers, anexo ao Centro de Instrução de Infantaria de Fort Benning, Geórgia.

Entre os instrutores do Centro de Instrução de Rangers, encontram-se antigos elementos dos Batalhões de Rangers da 2ª grande guerra, da 1ª Força de Serviços Especiais" e do "Gabinete de Serviços Estratégicos". Encontram-se, além desses, ainda outros perfeitos conhecedores da guerra — veteranos da luta da Coreia. O quadro de instrutores dispõe de especialistas em informações, guerra anfíbia, engenharia, comunicações, saúde, etc. Para maior rendimento da instrução, o Centro articula seus especialistas em "oficinas", de modo que o mesmo assunto é ministrado igualmente a todos os golpeadores, durante as oito semanas do período de instrução. Submetidos a esse sistema de instrução por equipes, todos os golpeadores recebem uma sólida aprendizagem, dada pelos mais qualificados especialistas em cada um dos vários ramos da instrução.

A vida de um golpeador em combate pode vir a depender de sua possibilidade de percorrer, a pé, grandes distâncias. Na aquisição do vigor necessário, os golpeadores, em treinamento, se deslocam em "passo acelerado" para os locais das sessões e, para os campos de instrução, com equipamento completo. Muitos desses sítios se encontram a oito quilômetros ou mais, das áreas de reunião e essas marchas aceleradas constituem uma sobrecarga no treinamento normal. Uma das finalidades dessa exigência relativa às marchas, é preparar a unidade para se deslocar de 65 a 80 km, em terreno variado, gastando de 12 a 18 horas, conforme as características da região a percorrer.

É dada especial relevância à instrução de topografia (leitura de cartas e interpretação de fotografias aéreas), uma vez que o retorno, sem perigo de erro, de um golpeador à zona amiga ou sua perspicácia em vir ao encontro de sua unidade, dependem do grau de perícia que tenha atingido em se deslocar em terreno variado, dispondo apenas de uma carta ou de uma bússola. Na instrução de primeiros socorros, é dada grande importância aos processos de conservar a vida de feridos ou acidentados que tenham que ser conduzidos por longos itinerários ou tenham que permanecer ocultos durante muito tempo em território inimigo, até serem socorridos por helicópteros ou por embarcações, tal como tem sido feito na Coreia.

#### OPERAÇÕES TÁTICAS DOS GOLPEADORES

Infiltrando-se através das linhas da frente, os golpeadores penetram profundamente no interior do território inimigo, destruindo postos de comando, instalações de campos de pouso e depósitos de suprimento; avariam as vias de transporte inimigas, destruindo, com esse intuito, centros de comunicações, pátios ferroviários, desvios, pontes, túneis, viadutos e outras obras darte, tirando partido da velocidade e do vigor do golpe desferido, para obter resultados de natureza

militar muito acima dos que seria lícito esperar do seu efetivo real, em operações normais.

Ultrapassando trincheiras e obstáculos naturais em passadas largas, escalando silenciosamente alcantiladas rochas e vadeando rios, as patrulhas de golpeadores deslocam-se furtivamente, penetrando a fundo na posição inimiga. Rápidamente, antes que aí se possa perceber qualquer ruído, as sentinelas inimigas são silenciadas à arma branca. Tal como se fossem fantasmas, o grupo penetra na posição; repentinamente, uma intensa fuzilaria, desencadeada por armas automáticas, varre o posto de comando adverso. As tropas inimigas — descontroladas com o ocorrido, — debandam, fugindo apressadamente e, nessa ocasião, são feitos prisioneiros os que lograram escapar à arremetida. Tão silenciosamente como surgiram, as patrulhas de golpeadores desaparecem, deixando atrás de si um inimigo inteiramente desmoralizado...

\* \*

As missões das unidades de golpeadores podem comportar a destruição de instalações importantes que possam prejudicar o esforço de guerra do inimigo. Uma vez que os golpeadores não podem transportar grandes quantidades de explosivos, terão que ser escolhidos objetivos que guardem correlação com os meios de destruição que os seus homens conduzem. O material técnico pode ser inutilizado mecanicamente; incêndios ateados com gasolina apreendida ou granadas de termite; pontes, viadutos e túneis podem ser destruídos, na hipótese de que possam ser capturados ou transportados explosivos em quantidades suficientes ou então rádio-faróis poderão ser instalados sobre o alvo, de modo a orientar sobre os mesmos, os aviões de bombardeio, ou projetis dirigidos.

Outrossim, podem ser planejadas operações para perturbar as zonas de retaguarda inimiga, retardar seus serviços de suprimento e gerar o terror; poderão ser colocadas minas terrestres contra viaturas e

contra pessoal, em pontos afastados uns dos outros, ao longo das estradas principais. Viaturas inimigas, inclusive carros de combate, poderão ser capturados e, em seguida, ousadamente empregados contra instalações inimigas, tais como postos de tráfego, centros de comunicações ou quartéis-generais não defendidos.

As unidades de golpeadores não se destinam, nem recebem instrução especial para a busca de informações. A natureza de sua missão, todavia, lhes permitirá, por vezes, colher informações que não possam ser obtidas pelos outros meios. Essas informações devem ser transmitidas tão rapidamente quanto possível, sem prejuízo, porém, da segurança da missão dos golpeadores.

#### TRANSPORTE

**Transporte aéreo.** As unidades de golpeadores podem atingir a zona do objetivo por meio de pára-quedas, aviões de ligação, helicópteros ou planadores. Esses meios são aplicáveis quando em presença de linhas de contato estáveis, a infiltração seja difícil ou quicá impossível.

As aterragens que precederem o assalto *pára-quedista* só devem ser tentadas pelos aviões de transporte de tropa, quando protegidos, ou quando há relativamente pequena oposição aérea. Os saltos, por companhia ou frações constituídas, devem, normalmente, ser realizadas à noite.

As aterragens com a utilização de *planadores* se prestam a penetrações profundas em zonas de retaguarda não defendidas, onde o sigilo da incursão não tenha importância especial.

Quanto às aterragens com o emprego de *aviões de ligação* ou *helicópteros*, podem ser feitas, dentro do alcance dessas aeronaves, em zonas de retaguarda não defendidas. Normalmente, apenas pequenos grupos de golpeadores devem entrar em combate, utilizando esses meios e, face a objetivos muito dispersos, mas de pequena monta, previamente escolhidos para ataque imediato. Os destacamentos de

assalto podem, em seguida, se deslocar para uma área de reunião escolhida, a fim de serem evacuados de volta para as linhas amigas.

**Transporte marítimo.** Quando um flanco inimigo estiver apoiado no mar, ou existir acesso por água, será preferível uma operação anfíbia para a entrada em ação. Esse tipo de incursão pode ser feito em segredo e permite que a tropa conduza uma grande quantidade de carga.

### RETIRADA E EVACUAÇÃO

A retirada aerotransportada pode ser executada de várias maneiras; todas exigem, porém, uma zona relativamente livre de oposição inimiga e bem assim uma forte cobertura aérea. A mesma poderá então ser levada a efeito:

- por meio de helicóptero, comumente empregado na evacuação de feridos;

- pela captura de um campo apropriado à aterragem de aviões-transporte médios, de assalto ou do tipo "ligação", preparação de uma pista de decolagem, utilização de um terreno plano, sem obstáculos nas imediações, ou mesmo um trecho de estrada de primeira classe, em linha reta, capazes de serem utilizados como campo de aterragem de emergência;

- com o auxílio de planadores — que possam ser postos em terra; carregados e, em seguida, reconduzidos pelos aviões;

- com o emprêgo de hidro-aviões que apanharão os homens em um lago ou numa faixa de terra, um rio de fraca correnteza e com um trecho em linha reta.

A evacuação por transporte marítimo é praticável onde exista acesso por água. Dentre as praias disponíveis, devem ser escolhidas as que contenham acidentes topográficos, nos quais possam ser levadas a efeito atracações seguras. Os submarinos, os destróiers ou as lanchas torpedeiras são as embarcações normalmente empregadas na evacuação. Os golpeadores podem também capturar embarcações inimigas e, com elas, escapar para o alto mar.

### ARMAMENTO

No armamento dos golpeadores, além das armas portáteis, morteiros, metralhadoras, lança-rojões e canhões sem recuo, há a ressaltar a presença de lunetas de fuzil emisoras de raios infra-vermelhos, permitindo o tiro contra alvos normalmente invisíveis a olho nu e bem assim detectores de fontes de raios infra-vermelhos.

### COMUNICAÇÕES

A eficiência das comunicações repousa no rádio, para o que as unidades de golpeadores dispõem de aparelhos de rádio até o seu menor escalão de ação — o Grupo de Combate.

As ações do tipo "golpeadores" não dispõem de todos os meios de comunicações na extensão normalmente empregada nas operações das divisões de infantaria. Comumente as operações devem ser conduzidas em silêncio absoluto de rádio, até que o ataque seja desencadeado, de modo a reduzir o perigo de revelação prematura das unidades de golpeadores. Os planos de emprêgo do rádio e de outros meios de comunicações devem ser elaborados previamente, de modo que possam funcionar, desde que se tornem necessários.

### CONSIDERAÇÕES DE ORDEM GERAL

Os golpeadores inicialmente organizados em "Batalhões de Rangers", no decorrer da 2ª guerra mundial, foram postos à disposição de C. Ex. e Exércitos, recebendo missões diretamente dos comandantes dessas GG.UU. e mesmo dos Cmts. de T.O.

No atual conflito da Coréia, os golpeadores foram reagrupados em companhias, postas, via de regra, à disposição das D.I., tendo em vista a necessidade que estas tiveram, no início do conflito, de poderem contar com elementos altamente especializados em golpes de mão.

A notícia recente de que algumas companhias de golpeadores sofreram reverses de certa monta em operações no longínquo T.O. asiá-

tico faz crer que houve qualquer contra-indicação no seu emprego ou se superestimou as suas reais possibilidades. Parece-nos a nós, que uma unidade de golpeadores normalmente incorporada à D.I. é pouco indicada para o cumprimento das missões que lhe caberá no setor atribuído à mesma. Em geral, haverá pouco espaço livre em frentes normais, para o emprego de uma unidade tão altamente qualificada, salvo se a situação tática ou as características do terreno determinarem a defensiva em "muito largas frentes" ou acarretarem a presença de grandes vãos entre uma e outra G.U., de modo a permitir a infiltração e penetração dos golpeadores na retaguarda inimiga e seu retorno.

O mais recomendável, talvez, seja mesmo, ter os golpeadores, tal como na 2ª grande guerra, à disposição de GG.UU. de escalão mais elevado (C. Ex. e Ex.) e às ordens

do Cmt. do Exército ou mesmo do T.O., em missões de grande envergadura, tal como acontece com as unidades aeroterrestres que são mais valiosas na mão do Alto Comando, como elemento estratégico, mais do que tático, pois que aferadas ao solo, após o seu lançamento, perdem sua mobilidade e conseqüentemente seu formidável potencial estratégico.

#### REFERÊNCIAS

"Os Rangers estão de volta", pelo Cel. John Van Houtan.

"Os Rangers na Coréia", por Hanson W. Baldwin.

Army Information Digest (agosto 51).

Military Review.

New York Times (26 agosto 51).

Infantry Journal.

Combat Forces Journal.

Outras notas.



# MUNIÇÕES

## CUIDADOS. MANEJO. CONSERVAÇÃO

Tenente-Coronel JORGE ARGOLO SILVA



QUAISQUER munições, seja para armas leves (revólveres, pistolas, fuzis, lança-rojões e metralhadoras) seja para armas pesadas (morteiros, obuses e canhões) devem merecer, por parte daqueles que com elas lidarem, quer para o seu emprêgo, quer para armazenagem ou transporte, o maior cuidado. Assim, as prescrições a seguir enumeradas, devem ser observadas.

### A) MANEJO

As munições, estejam ou não encunhetadas, não devem ser lançadas ao solo e sim nêles depositadas com cuidado.

A não observância desta recomendação pode ocasionar o arreventamento dos cunhetes, o dos forros dêstes ou de ambos, ou ainda, a explosão da munição nêles contida.

Um fôrro rompido é uma porta aberta à unidade, que em pouco tempo danificará as cargas de projeção e os elementos metálicos da munição. Além dos rompimentos dos forros, pode haver a quebra dos dispositivos de fixação das munições no interior dos cunhetes, ocasionando, assim, a possibilidade de choque entre os elementos transportados.

É preciso não esquecer que há munições e elementos de munições carregados com fulminato de mercúrio ou outros explosivos muito sensíveis ao choque. Durante as operações de transporte e armaze-

nagem, cabe à falta de cuidado a maior parcela dos acidentes com munições.

Estojes amassados, cintas de forçamento danificadas, caixetas rompidas, etc., podem, na maioria dos casos, ser atribuídos à causa acima apontada. Quando os cartuchos da munição de artilharia são acondicionados em porta-tiros de papelão ou fibra, sem a proteção de cunhetes ou engradados de madeira, uma pancada no porta-tiros poderá amassar o estôjo. O choque de um porta-tiros contra outro poderá também provocar o amassamento de um ou de ambos os estojes nêles contidos.

Além do amassamento dos estojes, a munição de artilharia, quando acondicionada em porta-tiros, poderá, em virtude de um manejo impróprio, apresentar defeitos nas cintas de forçamento dos projetis. O amassamento das cintas de forçamento provocará a má colocação do projétil na câmara do canhão, além de poder facilitar o escape de gases para a frente. A perda de gases irá se refletir no alcance do projétil e no desgaste da boca de fogo.

No caso das munições desencartuchadas de artilharia, o cuidado com os projetis deve ser ainda maior. As cintas de proteção das cintas de forçamento devem ser mantidas sempre na sua posição para que estas últimas não sejam danificadas e os ouvidos dos projetis protegidos por seus tarugos e a pintura dos projetis mantida perfeita.

**B) CUIDADOS ESPECIAIS**

Além dos cuidados referentes ao manejo, as munições exigem cuidados especiais para que possam funcionar bem nas ocasiões de emprego.

Estes cuidados podem ser resumidos nos itens abaixo:

1 — As munições devem ser protegidas das areias, lamas, sujos, água e umidade.

As areias e sujos, além de provocarem danos na munição, tais como impedir o atarrachamento de uma espoleta ou de uma estopilha e a colocação de um detonador no seu alojamento, poderão causar danos sérios nas câmaras e mesmo impedir a introdução dos cartuchos ou projéteis nas mesmas. A água e a umidade, poderão provocar o não funcionamento dos elementos constitutivos da munição, espoleta, estopilha, cápsula, etc., ou da própria carga de projeção ou diminuição das propriedades balísticas destas e, sempre provocará a oxidação dos metais de que são constituídos os diversos elementos, acarretando o mau funcionamento ou a perda da munição.

As lamas, além dos inconvenientes apontados para a água, apresentam o de poder impedir a entrada dos projéteis ou cartuchos nas câmaras e de provocar incidentes de funcionamento dos mecanismos de culatra ou outros mais sérios.

2 — As munições devem ficar isentas de lubrificantes de qualquer natureza.

3 — Não devem ser empregadas munições que apresentem projéteis frouxos ou com defeitos, bem como, estojos amassados, cortados ou defeituosos.

4 — As munições não devem ficar expostas aos raios diretos do sol. Tal exposição, provocará o aquecimento das cargas de projeção e, em consequência, o aumento da sua velocidade de queima, dando como resultado final discordâncias com os dados das tabelas de tiro ou dos aparelhos de pontaria, em virtude das variações para mais nos alcances desejados.

**C) CONSERVAÇÃO**

A vida das munições e o sucesso do seu emprego dependem do modo pelo qual são conservadas nos depósitos. De um modo geral, podemos resumir as recomendações para uma boa conservação das munições:

1 — As munições ou elementos de munição deverão ser mantidas sempre em locais cobertos, secos e ventilados, com temperatura a mais estável possível, sem passar os limites recomendados para cada tipo de pólvora das cargas de projeção ou dos explosivos de que se acham carregados.

2 — Os cunhetes ou outro qualquer tipo de acondicionamento só devem ser abertos quando houver necessidade do uso do seu conteúdo e, em seguida fechados novamente.

3 — O azinhavre que se forma nos estojos poderá ser removido, sem no entanto haver necessidade de polir o metal.

4 — Os projéteis das munições de artilharia desencartuchadas devem ser mantidos pintados com as cores regulamentares e as suas cintas de turgência isentas de ferrugem. As pilhas destes projéteis devem ser organizadas com cuidado para que não haja dano nas cintas de forçamento.

5 — As munições traçantes, sempre que possível, devem ser armazenadas separadas das demais. Uma vez aberto um cunhete de munição desta espécie e portanto perdida a proteção assegurada pelo seu fôrro, não é conveniente guardá-la por muito tempo, pois se deteriora com facilidade.

6 — Os cunhetes devem ser empilhados por lotes separados de acordo com as datas de fabricação, devendo o consumo ser feito pelos lotes mais antigos para que a munição esteja sempre sendo renovada. Sendo possível, cada camada das pilhas deverá ser separada das outras por meio de ripas de madeira, com um centímetro de espessura mais ou menos, para facilitar a ventilação entre as camadas e assegurar uma ligação entre os cunhetes das pilhas.

7 — As pilhas dos diferentes lotes devem ser separadas umas das outras de uma distância tal que permita a passagem franca de encarregado do depósito durante suas visitas de inspeção, bem como a dos trabalhadores encarregados dos provimentos e recebimentos. Além dessas duas finalidades, tais passagens asseguram a ventilação das pilhas e, no caso de incêndio, a entrada dos atacantes do fogo.

8 — As pilhas devem ser afastadas do solo dos depósitos pelo menos dez centímetros, por meio de vigas de madeira ou de ferro pintadas; com a finalidade de protegê-las da umidade.

9 — Os cunhetes parcialmente cheios devem ser mantidos fechados, marcados de maneira clara e colocados em cima das pilhas dos lotes a que correspondem.

10 — Os cunhetes devem ser colocados de modo que as suas inscrições possam ser lidas com facilidade.

11 — Quando empilhadas nos depósitos em campanha, a separação do solo também deve ser mantida por meio de troncos de árvores e as pilhas circundadas por pequenas valetas para escoamento da água da chuva. Sempre que possível, coberturas de lonas devem ser utilizadas para proteção das munições.

12 — As munições ou elementos de munição que contiverem pólvora negra em sua constituição exigem maiores cuidados contra a umidade, pois sendo tal pólvora muito higroscópica, facilmente a absorve e deixa de funcionar.

13 — Idêntica recomendação é feita para os artificios de sinalização que, pela sua constituição, são muito sensíveis à ação da umidade.

14 — As munições químicas, principalmente as que contiverem fósforo branco, devem ficar em depósitos isolados, pois o fósforo pode entrar em combustão desde que qualquer fissura em seus envólucros permita o acesso do ar atmosférico.

15 — Quando atingida por tiro ou sob a ação do fogo, a munição das armas leves não explode violentamente. Os cartuchos vão explodindo individualmente, sendo os estojos lançados em uma direção e os projéteis em outra. Os homens não empenhados no combate ao fogo devem ficar a uma distância de pelo menos 200 metros. Não é provável que sejam atingidos por balas ou estojos dentro deste raio de segurança. A munição de artilharia, quando atingida pelo fogo, apresenta perigo maior em virtude das quantidades de explosivos de que são carregados os projéteis e da maior ou menor sensibilidade dos mesmos ao calor. As explosões das granadas produzem grande número de estilhaços, que são lançados a grandes distâncias e ondas explosivas que provocam desabamentos das construções, mesmo a distância razoável do local do incêndio. Em vista disso, dificilmente é possível atacar o fogo ateado em um depósito de munição de artilharia, uma vez iniciadas as explosões dos projéteis nêle existentes.

---

"Esta (A Defesa Nacional) é a única revista especializada que possui o nosso Exército, o único veículo de que dispomos para externar nossos pontos de vista e para demonstrar ao mundo o estado de nossa cultura profissional, a única fonte onde podemos debater certas questões ainda controvertidas ou de pouca divulgação e a única revista que, por quase quarenta anos, vem mantendo uma linha inflexível, devotada exclusivamente ao aprimoramento do nível cultural do Exército brasileiro".

(Do artigo "Em defesa de nossa revista", do Cap. João B. Santiago Wagner.)

# A COLABORAÇÃO DO ESTADO-MAIOR - SERVIÇOS

Ten.-Cel de Intendência JOSÉ J. CAMERINO

*"J'ai trop prêché pendant toute ma vie militaire la LIAISON DES ARMES pour ne pas être heureux de voir préconiser aujourd'hui celle des services"*

General H. LANGLOIS



EMG tem por missão — de modo geral — proporcional ao Chefe todas as informações e dados possíveis com os quais ele possa tomar uma decisão. Cabe-lhe,

após, transformá-la em planos e ordens, fazê-los executar e ainda fiscalizar sua execução.

O EME abrange todas as funções auxiliares de comando. Compete-lhe atender às necessidades administrativas e proporcionar o apoio logístico da GU de que faz parte. Desempenham esse papel os chefes de Serviços, comandantes de Armas e outros encargos.

O trabalho dentro do Estado-Maior é, evidentemente, uma ação de conjunto, impulsionada pela cooperação que deve existir entre os dois grupamentos, o EM e a Tropa e mais as unidades subordinadas, superiores e vizinhas.

Não poderá deixar de consultar, o Estado-Maior Geral, os componentes do Estado-Maior Especial, a respeito das possibilidades de suas respectivas armas e serviços para executar as missões projetadas e alertá-los oportunamente sobre as operações, a fim de permitir que os mesmos possam tomar as medidas preparatórias necessárias.

Por outro lado, é imprescindível que os Serviços mantenham o EMG sempre informado.

Qualquer Serviço não pode funcionar convenientemente senão em condições precisas, impostas por

sua natureza e exigências técnicas, muitas vezes de necessidades complexas. Se o EMG não conhece ou não leva em conta tais necessidades, corre o risco de prejudicar a ação dos Serviços.

Ora, qualquer que seja sua competência, seu valor, compreende-se perfeitamente que os oficiais de Estado-Maior não podem ter em relação a cada Serviço, os conhecimentos dum técnico.

Faz-se mister, por conseguinte, seja o próprio órgão especializado que forneça as informações indispensáveis, sem as quais é impossível ao EMG fixar-lhe adequadamente as condições racionais e oportunas de emprego, dar-lhe todo o apoio e fornecer-lhe os meios de ação suplementares que lhe podem ser indispensáveis.

Tais considerações podem parecer sedições, mas não basta sejam amplamente divulgadas; sobretudo, seu verdadeiro mérito reside em adotá-las em todas as circunstâncias em que os dois grupamentos estejam em contacto.

É portanto, desde a vida de guarnição, a começar do tempo de paz, que a prática desses princípios deve ser cultivada. Não pode haver compartimentos estanques; insular-se, retrair-se, sejam quais forem os sentimentos que ditem essa atitude, é negligenciar o dever e aventurar-se a graves falhas e deficiências no setor que nos está confiado.

Nenhum Chefe de Serviço pode viver profissionalmente, na GU a que pertence, senão integrado no seu Estado-Maior; não há EMG capacitado da sua missão que menospreze ou julgue dispensável a cooperação dos Serviços.

Se, por um lado, essa cooperação nunca deva ser esquecida pelos oficiais de EM e mesmo exigida pelo Comando, por outro, os próprios oficiais de Serviço têm de se compenetrar que são partes do corpo inteiro da sua Grande Unidade e não precisam esperar sejam solicitados, pois sua obrigação é dar conta ao Comando dos recursos que dispõem e ter voz consultiva nas suas deliberações. E, podem ficar certos, que serão sempre bem acolhidos e seus informes e conselhos apreciados na sua justa medida.

O mesmo espírito de equipe existente entre os oficiais de Estado-Maior deve ser implantado entre estes e os oficiais chefes de Serviço, especialmente.

É mais uma grande contribuição que a nossa Escola de Estado-Maior vem prestando ao Exército. Os oficiais que por ela passaram e frequentaram o seu Curso EM e Serviços (1ª e 4ª Sec.), adquiriram não somente um profundo senso logístico como, igualmente, aprenderam a trabalhar em conjunto com os seus colegas das armas e outros serviços. E novas e promissoras turmas se sucedem.

Esses oficiais sabem que irão encontrar franca compreensão e o maior apreço ao seu trabalho de colaboração com os Estados-Maiores e é do seu dever manter e cultivar essa aproximação, tão bem vivida na Escola, e que jamais deve ser abandonada no trato diário; cabe-lhes, ainda, inculcar e difundir entre seus companheiros essas idéias, cuja prática é essencial ao bom êxito das atribuições de cada um.

Da nossa parte, estamos certos que os camaradas das Armas que conosco deixaram os bancos escolares estão imbuídos de idênticos sentimentos.

Todo chefe de Serviço, cónscio dos seus encargos, não pode hoje mais se retrair e tem obrigação indeclinável, se fazer presente nos trabalhos de planeamento que dizem respeito às suas possibilidades técnicas e de execução.

É na paz que essa ligação íntima e confiança recíproca devem ser mantidas e continuamente desenvolvidas.

A 4ª Secção particularmente tem, por sua vez, de mostrar constante interesse pelos problemas dos Serviços, mesmo aqueles da vida de guarnição (organização, funcionamento, meios disponíveis, aquisições, fontes de produção, possibilidades de desdobramento, etc.).

Somente da ação conjugada e inteligente das 1ª, 4ª Secções e Serviços, torna-se possível obter o máximo de rendimento e utilização dos serviços técnicos e administrativos pelo conhecimento minucioso das suas peculiaridades e dificuldades.

Dessa forma, todos podem e devem estar sempre informados de tudo que lhes dizem respeito e em condições de prestarem ao Comando, com presteza e precisão, os esclarecimentos necessários.

O Chefe da 4ª Secção deve conviver e ser considerado em cada Serviço como "pessoa da casa", conhecer seus problemas e ser trazido ao corrente dos acontecimentos. Sua orientação, conselho, maior noção das intenções do Comando, tornam-no um colaborador útil e eficaz. É um companheiro de trabalho que, como os demais, vive e sente com o próprio Serviço.

Deixá-lo a vontade, cultivar sua amizade e familiaridade, dar-lhe sempre um lugar nos "conselhos de família", enfim, liberá-lo de todo constrangimento, é sem dúvida uma conduta acertada de todo Chefe de Serviço capacitado do seu pesado e difícil papel.

Não há nisso quaisquer laivos de abdicação, nem implica tão pouco em declinar das suas atribuições. No trabalho impessoal de equipe, tanto é útil no âmbito de qualquer Serviço a colaboração dum oficial

ou 1ª Secção, como a cooperação oportuna de qualquer chefe de serviço é valiosa para a solução de múltiplos problemas que essas Secções têm de enfrentar.

Os chefes e outros, devem estar imbuídos do mesmo espírito esclarecido e da concepção objetiva de que toda realização é fruto exclusivamente da obra comum.

Os chefes de Secções, por sua vez, não se retraíam ou se façam distâncias nesses contactos. Não prometam os Serviços apenas quando não fizer necessária uma informação ou dado técnico. Sua atitude deve ser sobretudo amistosa, e deve procurar agir sempre com a intenção de criticar ou apontar falhas e erros.

O chefe de Secção não comanda os Serviços, sua acção se faz sentindo em vista três elementos essenciais: a coordenação, a cooperação e a realização completa de todos os seus trabalhos.

É preciso, portanto, que saiba reconhecer a importância particular de cada Serviço e que confie no chefe que o dirige, em sua personalidade, em seu bom senso, em sua competência técnica e mesmo em seus conhecimentos gerais sobre assuntos militares.

No âmbito da sua Secção, com a ajuda de seus subordinados, deve ser criada uma esfera de espontâneo acolhimento aos chefes de Serviços. Reuniões, trabalhos em conjunto, troca de idéias, relações de cordialidade, irão imbuir uma intimidade profissional que eliminará de vez qualquer desconfiança, sempre fruto, na maioria das vezes, da falta de aproximação continuada e costumada.

Se um chefe de Serviço mantém relações francas e permanentes com os chefes de Serviços, age sem nenhum constrangimento, tudo resolve, em perfeita harmonia, com o seu E.M.; se este, por sua vez, soube conquistar a estima e confiança dos Serviços que lhe cabe coordenar, supervisionar e controlar, com eles cooperar, então, sim, haverá verdadeiro trabalho de Coordenação está sendo inteligentemente executado e o máximo de conse-

guimento pode ser obtido dentro das possibilidades disponíveis.

É por isso que — novamente repetimos — tal norma de conduta tem de ser praticada habitualmente, como rotina, na própria vida de guarnição, quando os espíritos e os corações devem ser preparados para os dias difíceis em que os sentimentos de solidariedade humana são um fator de inapreciável valor para o moral do homem.

Esse clima de compreensão mútua, na verdade, ainda não foi atingido. Um grande passo foi dado nesse sentido quando o Estado-Maior do Exército, com esclarecida visão das cousas, resolveu frequentassem a E.E.M.E., oficiais dos Serviços.

Dentro de alguns anos, um número suficiente de oficiais com o curso de 1ª e 4ª Secções e os conhecimentos gerais adquiridos, familiarizados com a técnica de Estado-Maior, possuidores da mesma unidade de doutrina e terminologia, irá por certo muito influir no sentido das idéias acima expostas, com a convicção de quem está agindo para que os Serviços desempenhem o seu verdadeiro papel e tenham sua acção perfeitamente identificada e ajustada aos seus Estados-Maiores.

Como oficial de Intendência, venho observando — particularmente no S.I. — que muito mais que na Tropa e nos Estados-Maiores, há, nos Serviços, uma tendência sempre acentuada para se encarar os problemas quase que exclusivamente sob os aspectos de tempo de paz.

Ora, isso seria na realidade nos arriscarmos a esquecer o princípio fundamental de que o Exército deve viver sempre "orientado para a guerra" e por melhor que seja um estabelecimento militar de tempo de paz, ele não preenche inteiramente as suas finalidades se não puder, direta ou indiretamente, ser útil em campanha.

Dai, poderemos estabelecer a seguinte norma — padrão:

"Toda organização militar tem em vista suprir determinadas exi-

gências na guerra, podendo ser empregada para atender a essas mesmas necessidades ou correlativas na paz, porém, sem prejuízo do seu verdadeiro objetivo; ao contrário, aproveitando sua atividade, nesse período, no desenvolvimento e aprimoramento das próprias possibilidades para o fim a que realmente se destina".

Ainda uma vez mais, a dupla influência — cooperação E.M. — Serviços e currículo da E.E.M. — ira incrementar e tornar mais acentuados o hábito e a prática dessa verdade, que não deve ser relegada a plano secundário ante preocupações outras, não ligadas verdadeiramente aos problemas da guerra.

Aos Serviços, também se ajustam, dentro de certa relatividade, as palavras do Cel. J. B. Magalhães nas suas "Noções Militares Fundamentais":

"Ao Comandante cabe a decisão e a orientação da operação, as quais para serem tomadas e mantidas judiciosamente, dependem do trabalho do Estado-Maior, o qual, por isto, "não é uma repartição burocrática e sim uma equipe de combate".

Manter tal estado psicológico é, ao nosso ver, conservar um fator de equilíbrio contra a tendência para uma absorvente burocracia que, muita vez, influi na diminuição do espírito militar tão indispensável à profissão do soldado.

Há mister uma distinção precisa se processe entre as tarefas realmente militares e aquelas exclusivamente impostas por necessidades ligadas à vida normal da coletividade abrangida pelas Forças Armadas, ou mais especificamente, da Família Militar.

Eis por que, com muita propriedade, a Comissão do Serviço Social do Exército, na sua "Proposta de Exposição de Motivos do Anteprojeto de Lei que cria o Serviço Social do Exército", ressaltou tão importante diferença.

Sem outro comentário, pedimos vênha para transcrever parte desse

magnífico trabalho que se refere aos Serviços e que condiz exatamente com a nossa observação:

"Mas — a coordenação das obras sociais já existentes no Ministério da Guerra não é apenas uma necessidade de administração ou de economia na direção dessas obras ou ainda de simples ampliação delas.

É igualmente uma necessidade que toca a infraestrutura do organismo chamado Exército, pois o alivia de tarefas suplementares que hoje ele possui. Ali está o Serviço de Saúde, empregando grande parte de seus recursos em dinheiro e em pessoal na manutenção de policlínicas, enfermarias, gabinetes dentários, laboratórios de pesquisas clínicas, farmácias, etc., destinados, exclusivamente, às famílias dos militares.

É justo isso?

É no sentido humano, mas não no político, nem no militar, pois se distorce a missão do Serviço de Saúde e se distraem os seus meios para tarefas estranhas à sua missão orgânica, que é o *preparo para a guerra*. E, por isso, o Serviço Social, como serviço destinado a cuidar da família do militar, aparecerá não apenas com seu caráter de coordenador e de ampliador das obras Sociais existentes no Exército, mas, sobretudo, com caráter de órgão de substituições dos Serviços engajados nelas. Isto é, o Serviço Social continuando a obra lançada pelos Serviços Provedores, permitirá o emprego dos meios militares, desses Serviços, na direção única do *preparo para a guerra*.

O que se disse do Serviço de Saúde se aplica ao Serviço de Intendência. Também este está fundamentalmente comprometido através dos seus — armazéns reembolsáveis (armazéns de gêneros alimentícios); — e Reembolsáveis de Intendência do Exército (lojas de coisas de uso familiar e pessoal), em atividades alheias à sua obrigação essencial — que é o *preparo para a guerra*. Isto é, o Serviço

de Intendência também engaja hoje :

- vultosos recursos em dinheiro ;
- e pessoal numero em missão que não lhe compete, extranha à sua complexa, elevada e nobre finalidade, dentro do concerto militar.

Dessa forma, o Serviço Social aparecerá como um corretivo na organização atual do Exército ; como um instrumento de divisão do trabalho, separando (como já o fizeram a Argentina e o Chile) :

- o que pertence ao preparo para a guerra,
- daquilo que é apenas Serviço Social.

E permitindo então que cada Serviço :

- o de Saúde,
- o de Intendência,
- o de Material Bélico,
- o de Engenharia,
- o de Obras e Fortificações, etc.,

permaneca na sua missão de base que é *apoiar o Exército*”.

Longe de nós a intenção de considerar de pouco interesse as questões administrativas de tempo de paz. Sua ligação próxima ou remota, com os problemas da guerra é que não pode ser perdida de vista, porque da justaposição dessas duas condições nasce precisamente a característica da administração militar.

Sua importância crescente está bem salientada nesta passagem da conferência realizada pelo Major General Charles L. Mullins, Jr., na Escola de Estado-Maior — “Reminiscências de um Comandante de Divisão” :

“Na minha opinião, a administração tem muito mais importância

do que nós, “estrategistas e táticos”, queremos admitir.

Meu Chefe do Estado-Maior me disse uma vez : “General, o Senhor se preocupa com assuntos administrativos mais que quaisquer outros quatro generais no 6º Exército — por que o Senhor não atenua esse rigor ?” Eu respondi que, ao que parecia, nós estávamos vencendo as batalhas e eu não queria ingressar no “rol dos perdedores”. No meu modo de ver, a média proporcional da importância da administração em face da tática e estratégia é, em tempo de paz, 90 para 10 ; em tempo de guerra, 75 para 25.

Uma boa regra prática para ser aplicada na determinação da importância de qualquer esforço administrativo, é a de imaginar, se possível, o efeito que teria nas operações, caso esse esforço falhasse”.

A cooperação e reunião de esforços entre armas e serviços está preconizada no nosso C-100-5 (§ 23) :

“Nenhuma arma ganha batalhas. A ação combinada de todas as armas e serviços é indispensável ao bom êxito. As características de cada arma e serviço adaptam-no à execução de sua função especial.

O comando superior coordena e dirige a ação de todos, explorando-lhes todas as possibilidades para atingir o fim visado.”

Confiamos sinceramente nos bons resultados dessa combinação feliz — Estado-Maior — Serviços — que se vem procesando ultimamente na nossa preparação profissional, pois, evidentemente, ela representa mais um degrau vencido, na escalada do progresso, para a maior eficiência da organização militar do nosso país.

# REDAÇÃO DE DOCUMENTOS TATICOS

Major LUIZ FELIPPE DE AZAMBUJA

## GENERALIDADES



NENHUM valor terá a capacidade de concepção intelectual de um indivíduo, ainda que extraordinariamente desenvolvida, se as idéias

por ela geradas não encontrarem facilidade de escoamento, através da faculdade de as transmitir com clareza, precisão e — sempre que possível — concisão.

Esta regra, que substancia o intercâmbio de relações humanas e muito se assemelha a um conhecido princípio de Economia Política, apresenta-se para os militares com um poder majestático, soberano, verdadeiramente ditatorial. É que, entre militares, as relações de serviço são consubstanciadas em ordens e as ordens, para realmente surtirem efeito, isto é, para serem cumpridas com exatidão, presteza e espírito de iniciativa, precisam ser compreendidas por quem as recebe. Não basta, pois, que seja perfeito o processo mental que as originou; torna-se invariavelmente indispensável que as idéias que elas veiculam sejam traduzidas de forma clara, precisa e concisa.

Não há de ser por outro motivo que, desde que iniciámos nossa vida profissional, sentimos o influxo poderoso desta tríade famosa; entronizada como se acha em todos os dispositivos regulamentares que regem — diretamente ou não — o assunto, é natural que ela nos acompanhe em nossa trajetória verde-oliva, às vezes pacientemente, sem dar sinal de sua presença, e outras vezes, de mãos crispadas e semblante carrancudo, em atitude

nada cordial e muito ameaçadora. Sua companhia constante pode transformar-se em hábito e, como decorrência disto, assinamos, em freqüentes oportunidades, eloquentes atestados de completo esquecimento da servil obediência que lhe devemos.

Isto, à primeira vista, pode parecer de somenos importância. Quem de certa feita foi acusado por seu poder de autocritica, ou foi tomado por outrem em flagrante delito de imprecisão, de ambigüidade ou de prolixidade desnecessária, pode muito bem tornar-se indulgente consigo próprio ou defender sua maneira de expor com argumentos que provêm do conhecimento das idéias que brotaram em seu cérebro. Mas é preciso pensar que esse acontecimento poderá reproduzir-se numerosas vezes, se não fôr ao menos esboçada a reação que se faz indispensável.

Ocupar-nos-emos, neste artigo, do delineamento desta reação que, em vez de meramente pessoal, precisa ser generalizada e, além disto, obedecer a um método realmente eficaz.

Não será objeto de nossas cogitações o aspecto gramatical da questão, muito embora o perfeito conhecimento da sistemática dos fatos da linguagem esteja a ela intimamente ligado. É óbvio que, com infrações dos postulados da Lexeologia ou da Sintaxe, não pode haver clareza e, por conseguinte, a compreensão de uma ordem há de tornar-se difícil e, em certos casos, impossível. Não nos ocuparemos também das ordens verbais, nem das escritas em forma de documentos correntes ou de rotina. Aquelas

gozam do "sursis" de uma exegese imediata por parte de quem as recebe, na presença de quem as deu; estas se acham mais ligadas às noções de língua vernácula, do que propriamente a um método de redação.

Nossa preferência pelos documentos táticos se prende ao fato de julgarmos que sua redação, sem aquela obediência servil à tríade aludida, deixa de ser de somenos importância para se tornar de suma gravidade. A autoridade para dar ordens, conforme preceitua o Regulamento de Operações, é um atributo inerente ao comando. Cada um de nós pode estar no exercício dessa autoridade, ou, quando não esteja, pode vir a sentir sobre os ombros a pesada responsabilidade de confeccionar as ordens que o comando deverá assinar. E a incompreensão provocada por um documento mal redigido pode ser causa, como já tem sido, de desastrosas consequências. Nunca devemos esquecer que a hora tempestuosa de um fracasso tático ou estratégico não é o momento propício para a defesa das brilhantes idéias que, por defeituosa redação, foram mal interpretadas.

Só a redação de ordens "simples, explícitas e tão breves quanto for compatível com a clareza" será capaz de impedir o perigo das interpretações errôneas e de coordenar, pela exata compreensão de seu conteúdo, a convergência de esforços, no espaço e no tempo, de que resulta a vitória.

Tracemos, com espírito construtivo, a situação em que estamos neste particular e alvitremos as medidas que consideramos adequadas para que todos nós marchemos de passo certo. Se pudermos ser claros, precisos e tão concisos quanto o assunto nos permitir, estaremos satisfeitos; em caso contrário, daremos a mão à palmatória com idêntico prazer.

#### AINDA PERSISTE A CONFUSÃO

Em nosso já recuado tempo de tenente, tivemos uma vez nossa atenção despertada para um do-

cumento redigido para efeito de instalação de um Esquadrão de Metralhadoras, no quadro de uma situação que nossa unidade deveria viver com tropa. Era, realmente, um documento pomposo, a começar pelo título: "*Ordem para instalação da base de fogos*". Compunha-se de numerosas páginas dactilogradas, nas quais não faltavam expressões rebuscadas para contar toda a história da infância da vida daquele tema; nelas podiam ser encontradas também completas reproduções de textos regulamentares, regulando os mais insignificantes detalhes de execução. Para remate, era acompanhado por diversos calcos e gráficos que, francamente, não sabemos até hoje a que se destinavam. Era, enfim, um documento tão completo que, usando a expressão que um nosso colega costuma empregar para definir a perfeição de certas coisas, "até caminho de retraimento tinha"...

Confessamos que a impressão que esse documento nos proporcionou, naquela oportunidade, foi, de um lado, de grande e sincera admiração à capacidade de quem o confeccionara, pois julgamos estar nele retratado o brilho invulgar de sua cultura profissional, devidamente aperfeiçoada em sua passagem pela antiga Escola de Cavalaria; de outro lado, sentimo-nos amesquinha-dos pela ausência de nossos recursos intelectuais para enfrentar semelhante prova, se os azares da sorte nos jogassem no comando da referida subunidade, em circunstâncias idênticas àquelas.

Por certo, ninguém discorda que a instrução tática dos oficiais nos corpos de tropa, salvo raras e honrosas exceções, sempre foi relegada para plano muito secundário. Talvez por isso mesmo, o segundo aspecto da impressão acima povoou nosso espírito durante longo tempo, porque, sem termos quem nos desvendasse semelhante tabu, nosso processo de auto-didatismo dava-nos meios insuficientes para aclarar o mistério com que passámos a enxergar a confecção de qualquer documento congênera.

Muito mais tarde, às vésperas do concurso de admissão à Escola de Estado-Maior, fomos beneficiados pela boa vontade de um amigo já diplomado, que nos transmitiu uma apreciável parcela dos conhecimentos de que necessitávamos. A precariedade de tempo, entretanto, não lhe permitiu abordar mais do que as noções propriamente táticas indispensáveis; a questão da técnica de redação permaneceu em nosso espírito com aquele mesmo aspecto enigmático, pois, para atender seus reclamos, dispúnhamos apenas dos mementos, muito gerais, existentes no Regulamento n. 9, o velho "tor-dilho" tão íntimo dos cavalarianos.

Justiça seja feita: durante o curso de Estado-Maior, fomos devidamente "sacolejados". Em frequentes oportunidades, fomos premiados com grossos traços de lápis vermelho em nossos trabalhos escritos, por desobediência às regras de redação em vigor, ou por falta de clareza. Vimos muitas vezes, e em muitas delas também fomos atores, desenrolar-se o drama da defesa de idéias atrás aludida, em torno da clássica expressão: "era isso mesmo que eu queria dizer...", enquanto o instrutor retrucava: "mas não foi isso que você escreveu...". A verdade, porém, é que, ao transpormos, pela última vez, os umbrais daquele simpático edifício da Praia Vermelha, saímos plenamente integrados no método e nos princípios do *trabalho do comando*. Supúnhamos, então, que já estávamos vivendo uma nova época e que a desorientação na redação de documentos táticos era assunto digno de figurar entre as coisas do Passado.

Egressos daquele ambiente escolar, que encontráramos na realidade? Lamentavelmente, temos que dizer que topámos com a mesma confusão generalizada. O *trabalho do comando*, corporificando um esforço monumental em benefício do moderno método de raciocínio tático e de uma técnica de redação mais simples e objetiva, ainda não conseguira implantar-se na aceitação de gregos e troianos. Alguns oficiais, acostumados com o processo

de redação tipo americano, usado na E.A.O., punham de manifesto, aliás com inteira razão, suas tendências de aplicar aquilo que haviam aprendido; outros, pondo em prática um certo ecletismo, faziam da adoção do *trabalho de comando* um caso mais ou menos omisso, principalmente porque, segundo afirmavam, tratava-se de "um documento interno da Escola de Estado-Maior, sem o cunho oficial que lhe seria outorgado somente por sua publicação na forma competente". Nestas circunstâncias, eram baldadas tôdas as tentativas no sentido de aplicar o *trabalho do comando*.

Estava a situação nesse pé, pelo menos no âmbito da 3ª R.M., quando um feixe de luz lhe foi endereçado através de uma ordem de seu Comandante, segundo a qual se tornava obrigatório o uso do citado documento. Exultámos com isso, pois estávamos entre aqueles que batalhavam em prol de uma orientação segura na redação dos documentos táticos e, a nosso ver, a mais consentânea era inevitavelmente a que servia de fundamento à mencionada ordem. Entretanto, pouco depois surgiu um sério óbice para que a execução dessa determinação produzisse seus bons frutos: regulamentos editados no corrente ano tinham em seu corpo uma série de mementos que não coincidiam com os do Trabalho do Comando.

Informados de tal novidade, fomos procurá-los pressurosamente, ainda com a esperança de que tivesse havido um certo exagero na notícia. Ansiando pela publicação total ou parcial do Trabalho de Comando, tínhamos em mente sua tácita homologação; daí, até ser transformado em um manual, faltaria pouco. Mas, constatámos que a notícia era verdadeira: as ordens de 5 itens, tipo americano, haviam vencido em toda linha.

Lastimámos a comprovação dessa realidade. Não por um apêgo inconsiderado ao Trabalho do Comando, mas pela enorme quantidade de lenha que foi, com isto, jogada na fogueira da confusão.

Afinal de contas, qual a técnica de redação que devemos obedecer e exigir? Segundo consta, já se pensa adaptar o Trabalho do Comando ao processo vencedor. É uma idéia, talvez mesmo uma feliz idéia, embora um pouco tardia. Mas é preciso e é urgente que ela seja emoldurada pelo cunho oficial. Sem este detalhe, também ela não vingará.

Em nossos contactos com oficiais mais jovens, temos observado que a situação, em verdade, não mudou... Ainda persiste, como se vê, a confusão.

#### A NECESSIDADE DE UM PROCEDIMENTO UNIFORME

O tipo dos mementos não interessa; com 5 ou mais itens, eles desempenham do mesmo modo sua tarefa, que é a de disciplinar a técnica de redação. O que importa verdadeiramente é que eles reflitam uma idéia, que não pode diferir daquela que serve de substrato ao método de raciocínio tático, com o qual eles devem formar um todo indivisível.

Os mementos, quando considerados isoladamente e sem as competentes regras de aplicação, tornam-se inúteis; quem pretender utilizá-los em tais condições, andará às tontas e, certamente, não gozará do pleno uso de sua faculdade de redigir com clareza, precisão e concisão. Isto acontecerá fatalmente àqueles que, não tendo tido oportunidade ainda de se aperfeiçoarem numa escola onde seja exigida sua aplicação, não se acham na posse dos conhecimentos e dos reflexos adquiridos nessa aprendizagem. E para eles, justamente, é que os mementos se devem destinar, porque os demais, via de regra, já são capazes de andar sem sua ajuda.

O método de raciocínio tático e os mementos devem constituir um conjunto harmônico, por isso que os três fatores fundamentais da tríade já mencionada, isto é, o que escrever, o como escrever e o onde escrever, são pilstras que se assentam no mesmo embasamento.

No primeiro desses fatores, temos as idéias que foram geradas pelos Exames Preliminares, em forma de decisão; pelos Exames Pormenorizados, num arcabouço de planos ou de ordens. É o método de raciocínio tático que prescreve e condiciona a maneira de chegar ao que poderemos chamar de "matéria a redigir". Não precisamos insistir em que essa matéria deverá estar muito clara no espírito de quem tiver o encargo de a reproduzir no papel. Não é possível escrever, sem que se saiba muito bem o que deverá ser escrito.

No segundo fator reside a forma de traduzir as idéias por meio de palavras, de modo que sejam compreendidas por quem as tiver de ler. Entram em cena aqui vários elementos, desde a armação gramatical das frases até o emprego de termos militares familiares a quem o documento se destina.

• •

Neste ponto, precisamos fazer uma pequena digressão. Não sabemos por que ainda não existe um Dicionário de Termos Militares, ou um compêndio que exerça sua função, devidamente oficializado, no qual figurem todas as palavras que tenham uma acepção própria na transmissão do pensamento militar. Sabemos, isto sim, que há uma forte corrente contrária a isso, "porque anula a liberdade de expressão". Respeitamos semelhante ponto de vista e, em razão disso, temos o direito de defender o nosso, que é francamente favorável a tal medida.

Quando os homens orgulhosamente tentaram chegar ao céu por intermédio da Torre de Babel, foram punidos por Deus com a criação das línguas. Imagine-se o grau da confusão que isso determinou! Mas o mérito do fato está em que o entendimento entre os homens foi uma condição à qual se atribuiu a possibilidade de concretização de tal obra.

Como pretender, então, assegurar a compreensão de um documento tático sem o uso de uma

linguagem comum que permita, a quem redige, a certeza de que o emprêgo de termos próprios, familiares a quem os tiver de ler, não acarretará o perigo das interpretações errôneas?

Certa vez, nossa turma de E E M foi surpreendida numa sabatina pelo verbo "soldar-se", existente na missão de uma das unidades com que estávamos trabalhando. Cremos que a esmagadora maioria da turma nunca tinha ouvido falar nesse verbo e, como a interpretação corria por conta do aluno, não compreendeu o sentido do mesmo e, conseqüentemente, errou na adoção das medidas que ele impunha. E, se fôsse na realidade? Será que o Estado-Maior interessado suspenderia seu Exame de Situação para conhecer o exato sentido desse verbo? E, se errasse, como nós erráramos, sobre quem recairiam as sanções?

Temos para nós que a "liberdade de expressão" é muito mais prejudicada pela inexistência de um *Dicionário de Termos Militares*; sua ausência obriga a quem redige a despreocupar-se com a propriedade de linguagem militar em busca da clareza, com prejuízo da precisão e da concisão. Disso poderá resultar outro documento pomposo, como aquele a que fiz referência. E, apesar de tudo, quem redige continuará a cruciante incerteza de ter sido, ou não, suficientemente explícito.

Não será por todos esses motivos mais alguns outros que o Exército Norte-Americano possui o seu R-320-5-1, *Dicionário de Termos Militares*?

• • •

Feita esta digressão, considere-se o terceiro fator, já enunciado em o *onde* escrever. Ele é atendido nos *Mementos*, com suas regras de aplicação acompanhadas com "exemplos recheados", como é adotado no FM 101-5 norte-americano. Nos *mementos*, cada assunto tem o lugar próprio, no desdobramento de seus parágrafos, subparágrafos, itens e alíneas. Isto é o bastante para que nenhum detalhe,

daquilo que deve ser escrito, venha a ser esquecido. Conferindo aos documentos táticos a desejada uniformidade de apresentação, eles colaboram eficazmente para a compreensão das idéias nos mesmos consignadas pela facilidade que proporcionam à busca dos complementos para tanto necessários. Insistimos, portanto, em dizer que a forma dos *mementos* não interessa; basta que apresentem uma configuração tal que, por si só, assegure o exato cumprimento de sua finalidade, dentro de um conjunto coerente.

Precisamos adotar um procedimento *uniforme* no trato dos documentos táticos. E isto só será atingido à base do uso obrigatório de um único método de raciocínio tático, de uma linguagem comum e de um só tipo de *mementos*, em todas as escolas, em todos os estados-maiores, em todos os corpos de tropa. Enquanto houver direito de opção, a uniformidade de procedimento permanecerá invariavelmente prejudicada, produzindo profundas variações no clima de entendimento em que devem viver o comando e os escalões subordinados.

## CONCLUSÃO

Se não estivermos habituados a redigir ordens "simples, explicitas e tão breves quanto for compatível com a clareza", não há de ser no ambiente de nervosismo e de pressa que precede normalmente o combate ou que subsiste durante seu desenrolar, que haveremos de produzi-las com as características apontadas. A faculdade de traduzir idéias com clareza, precisão e concisão só em casos muito raros aparece de modo congênito; normalmente é conquistada pelo treinamento metódico, paciente e dedicado. Mas, para que possamos realizar esse treinamento com vistas à aquisição daquele hábito, torna-se imprescindível que nossa ação seja orientada pela adoção de um procedimento uniforme.

Dentre as medidas que reputamos inadiáveis para lograr tão im-

portante desiderato, vemos principalmente as seguintes:

— Publicação de um *Manual do Trabalho do Comando*, com adaptação ou não do documento original, a exemplo do FM 101-5 norte-americano, contendo:

- método de raciocínio tático (Exames Preliminares, Decisão e Exames Pormenorizados);
- mementos de Exames de situação (conforme o escalão), de planos, ordens, anexos e itens isolados, com as necessárias regras de aplicação, acompanhadas dos convenientes exemplos "recheados";
- relação completa dos símbolos gráficos;
- idem das abreviaturas militares;
- regras para confecção de documentos em calco e exemplos.

— Publicação de um *Dicionário de Termos Militares* ou documento equivalente, por meio do qual seja oficializada a significação dos vocábulos com sentido próprio na linguagem militar, a fim de eliminar o perigo de sua livre interpretação.

— Treinamento intensivo de todos os oficiais, por meio de exercícios na carta e no terreno, nos âmbitos regional, divisionário e regimental. Além disso participação dos oficiais do Q E M A, quando, para mais não seja, pelo menos para efeito de manutenção, em exercícios na carta, dirigidos pelo E M E ou pela própria E E M.

Outras medidas haverá, mas a execução das três acima já permitirá objetivar uma grande parte de tudo o que pode ser aspirado.

Não deixemos ao acaso a obrigação que temos de ser claros, precisos e concisos. Os exemplos de Nelson em Trafalgar, de Caxias em Itororó e de Petain em Verdun, constituem lampejos de gênio que só muito raramente a História regista.



# INTRODUÇÃO À TÁTICA DE ARTILHARIA

Pelo Major de Artilharia GASPAR SALOEDO ORTEGA, do Serviço de E.M. e professor da Escola de E.M. Publicado na Revista "Exército" — Espanha.

Traduzido, data pénia, pelo Major de Artilharia ZAIR FIGUEIREDO MOREIRA.



ANTES de tudo, advertimos que vamos nos referir à atuação da Artilharia de Campanha na batalha, excluindo os outros três grandes ramos especiais da Arma: Artilharia de Costa, Artilharia C.C. e Artilharia A.A., que, embora também de uma grande importância, tem processos de tiro e sistemas de organização e emprego específicos não comuns aos da Artilharia de Campanha.

## A ARTILHARIA E O FOGO

### Visão retrospectiva

Ao passar em revista as doutrinas da guerra que têm caracterizado os grandes ciclos da História bélica do mundo, observa-se como a importância do "fogo" cresce em progressão geométrica com o decorrer dos anos, sem que, paradoxalmente, o papel atribuído à Artilharia — Arma que até a II Guerra Mundial tem sido sua mais genuína representante — haja variado sensivelmente.

De fato, qualquer que seja a distância — no tempo — a que remontemos no passado, quer se trate de catapultas, bombardas, cobrinhas, canhões de alma lisa, peças de alma raiada e foguetes na antiga e moderna versão, isto em todas as épocas, passadas ou

presentes, o emprego destes engenhos teve sempre o mesmo objetivo: *apoiar e proteger a linha de combate.*

A Artilharia — segundo os Regulamentos — não tem outra razão de ser senão a de apoiar as outras armas combatentes (empregando o vocábulo apoiar na sua mais ampla acepção). Isto não quer dizer que se deva considerá-la, como em algumas ocasiões sucede, como uma Arma meramente auxiliar, que só desempenha papéis secundários no drama da guerra, "já que a potência e a profundidade de seus tiros, a mobilidade dos seus materiais e de suas trajetórias e a permanência de sua ação consignam à Artilharia moderna um papel principal na conquista da superioridade de fogo, condição indispensável do êxito" (1). Basta lançar os olhos pela larga teoria das guerras que têm afligido a Humanidade para observar como é difícil encontrar uma batalha importante — sobretudo nos últimos tempos — sem que a Artilharia não haja exercido, num momento determinado, uma ação decisiva.

### Fogo e movimento

Os fogos da Artilharia são potentes e profundos. Menos precisos que os da Infantaria, que em certas ocasiões também são potentes, porém nunca profundos e sem-

(1) A Artilharia no combate (1950).

— Ser contínua e remanescente. Contínua, no sentido de não deixar o inimigo respirar; remanescente, no sentido de que seu efeito persista, quando se aumentam os tiros ou durante os intervalos de silêncio (pausas), já que os melhores efeitos se conseguem mediante fortes e inesperadas concentrações, desencadeadas com intervalos variáveis.

— Ser completa, isto é, que se estenda a todas as Armas, obras e Unidades que, com seus fogos e possíveis contra-ataques, tenham ação sobre o setor asinalado.

Sentetizando todo o exposto, podemos dizer:

— Que a característica fundamental da destruição é a precisão no espaço, obtida em função da observação e sem levar em conta o tempo.

— Que a neutralização é precisão no tempo, ainda que à custa da exatidão inicial: o ajustamento do tiro pode ser aperfeiçoado em sucessivas intervenções.

— Que a forma de atuar "ideal" da Artilharia é a destruição, pois proporciona efeitos completos e definidos.

— Que a forma de atuar "real" da Artilharia é a neutralização, cujo fim "filosófico" também é o de destruir; e finalmente:

— Que a destruição é uma ação com o relógio e a neutralização contra o relógio, e que, portanto, dentro do quadro da situação, o tempo disponível será o supremo árbitro.

#### A ARTILHARIA E OS PRINCÍPIOS DE GUERRA

Indiscutivelmente, os meios postos — hoje em dia — em jogo pelos Exércitos beligerantes para abater a vontade de lutar do adversário, são diferentes e muito mais poderosos que os de antanho. Porém, no fim de contas, os efeitos que estes meios produzem nos combatentes estão submetidos aos mesmos fenômenos fisiológicos e psicológicos, que nascem e se desenvolvem — independentemente dos meios empregados — segundo

leis imutáveis, como a própria natureza humana.

De maneira análoga, podemos assegurar que, apesar dos processos de emprego das diferentes Armas e engenhos mudarem com o tempo, seus princípios de emprego são, de direito, imutáveis, como imutáveis e eternos são os princípios da guerra, dos quais derivam.

Vamos analisar — muito sumariamente — o emprego tático da Artilharia à luz daqueles princípios de guerra considerados como fundamentais:

#### Cooperação

Para o emprego da Artilharia — Arma de apoio por excelência — é este seu princípio original, já que é indiscutível que o apoio será tanto mais eficaz quanto mais íntima e estreita seja a cooperação entre a Arma que apoia e a apoiada. As conseqüências orgânicas deste princípio de emprego são: a inclusão permanente da Artilharia às grandes Unidades (Divisão, C.E., Exército) e a articulação tática das Unidades artilheiras no âmbito da grande Unidade a que pertencem (Agrupamentos de apoio, de contra-bateria...). Em um e em outro caso trata-se de fazer mais íntima e perfeita a união entre a Artilharia e as outras Armas, aumentando e fazendo mais numerosos seus pontos de contato e juntando e superpondo o sistema de Comando da Artilharia ao da grande Unidade da qual depende.

Fóra do âmbito exclusivo do Exército de Terra, este princípio impõe uma cooperação efetiva do apoio aéreo com o apoio da Artilharia em benefício direto da Arma ou das Armas apoiadas; cooperação que há de ser fruto de um conhecimento perfeito, da parte de cada Arma de apoio, dos problemas da outra. Por outro lado, esta necessidade de cooperação surge também da assistência contínua que a Aviação presta à Artilharia mediante a observação e correção de seus fogos e com seus reconhecimentos.

### Concentração

A Artilharia contribui para a batalha com a sua potência de fogo. A aplicação desta potência de fogo em tempo e lugar oportuno é objeto fundamental da técnica da Artilharia. O princípio de concentração de forças tem também aplicação quando se refere à potência de fogo, que, no fim de contas, é mais um meio à disposição do Chefe, e se traduz no emprego do fogo de Artilharia em massa, independentemente do escalão orgânico que se considere. A potência e a eficácia da Artilharia são intimamente ligadas à sua aplicação em massa, que, podemos dizer, do mesmo modo que a dispersão no tiro — fatal e inevitável — é prejudicial para o resultado técnico do mesmo; a dispersão no fogo é absolutamente prejudicial para o êxito tático. O emprego em massa da Artilharia não pode supor unicamente a concentração de um grande número de forças sobre um objetivo determinado, mas sim a faculdade de conservar sempre esta possibilidade de atuação sobre os diferentes objetivos que possam surgir. O que caracteriza a massa na Artilharia é a concentração da direção de seus fogos (Coronel Vigón).

A aplicação deste princípio no planejamento de uma manobra ou combate se traduzirá na reunião no máximo de Artilharia existente para o benefício da operação principal, cujo ritmo e execução serão determinados na ocasião condicionada pela quantidade de Artilharia disponível. Do mesmo modo se procederá no domínio do campo táctico, empregando a Artilharia em massa sobre os objetivos e direções dos esforços principais, ainda que à custa das ações secundárias, para facilitar e provocar a decisão no campo de batalha.

No que respeita ao desdobramento da Artilharia, não é fundamental a aplicação estrita deste princípio, embora seja conveniente, em certas ocasiões, sobretudo, para a execução dos fogos e para a aplicação técnica de sua mano-

bra, já que na Artilharia, como em qualquer outra Arma, conserva sua vigência e atualidade o velho aforisma guerreiro que preceitua "que os combatentes se concentram para combater, ainda que estejam dispersos em suas origens".

### Flexibilidade

Este princípio está intimamente ligado ao anterior. Um e outro se complementam para tornar possível a manobra total dos fogos, embora, em certas ocasiões, possam chegar a parecer antagônicos e contraditórios em suas exigências.

Com a concentração dos projetis se torna possível aplicar a máxima potência de fogos num determinado ponto. A flexibilidade permite transportar esta potência de fogos para qualquer parte do campo de batalha.

O desiderato de toda ação da Artilharia é ser a um só tempo potente e oportuna. A potência se consegue centralizando; a oportunidade aconselha a descentralização. O dilema simplista e delicado, a um só tempo, da organização do Comando da Artilharia é: *centralizar ou descentralizar*. Não se pode dar regras fixas e concretas para a sua solução, pois em cada caso a situação, a natureza da ação, a disponibilidade de meios de Artilharia e, sobretudo as condições técnicas, as que aconselham a decisão a adotar; porém, como norma geral, podemos dizer que uma ação potente deve ser centralizada, que a oportunidade exige a descentralização e que, em certas ocasiões, uma ação oportuna pode e deve ser potente.

### Economia de forças

Este princípio aplicado às condições exclusivamente artilheiras é corolário da concentração, no sentido que já indicamos, de que seus fogos não se podem dispersar no apoio de ações secundárias, com prejuízo da principal.

Aplicada a economia de forças à totalidade dos fogos potentes (Artilharia, Aviação, Morteiros...),

permite que a Artilharia seja empregada nas ações que não podem ser desempenhadas em melhores condições e com igual ou maior efeito pelas outras Armas.

A economia de meios de Artilharia implica, por sua vez, que as peças e munições destinadas a cada missão não excedam das que se julgue necessárias para conseguir o objetivo que o cumprimento desta missão exige. Uma dissipação desnecessária de peças e projetis pode ter graves e custosas repercussões na cadeia de abastecimentos industriais.

### Surpresa

Conseguir a *surpresa* no emprego da Artilharia é tão importante como conseguí-la em qualquer outra Arma. A surpresa é precisão no tempo, e quando se consegue — sobretudo no caso de bater Unidades ou formações concentradas a descoberto ou pouco protegidas — aumenta consideravelmente o efeito desmoralizador que sobre ela produz o fogo. Para que a sur-

presa pelo fogo seja efetiva, e necessário que os tiros sejam eficazes desde o primeiro momento; isto é, que sejam precisos e potentes. A precisão que, por razões óbvias, não possa obter-se, corrigindo o tiro sobre o objetivo que se trata de bater, se consegue utilizando-se preparações analíticas, topográficas ou sobre a carta, todas elas realizadas com absoluta garantia, realizando em boas condições o transporte de tiro. A potência se consegue superpondo os tiros de um ou mais Grupos sobre o objetivo designado.

Os fogos de destruição, por sua estrutura técnica especial, raras vezes surpreendem; por isso, não deverão ser empregados senão contra alvos estáticos, já que os dinâmicos poderão fugir rapidamente à ação dos projetis antes que estes logrem efeitos de massa.

A surpresa pelo fogo é parte da surpresa tática e estratégica, que se complementam mediante a ocultação do desdobramento da Artilharia e de seus movimentos.



# PROCESSOS DE TREINAMENTO FÍSICO PARA SOLDADOS

Cap. ESTEVAM MEIRELES, Chefe do Departamento de Educação Física da A.M.A.N.

## V — Desportos Individuais e Coletivos:

### Nova Preparatória (15').

Própriamente dita. Aprendizagem e prática dos desportos ou competição.

### Volta à Calma:

Desenvolvimento dos assuntos da própria dita.

### 1. Exercícios de M — LT — S (Progredir):

#### a) Introdução:

(1) Os exercícios de Progredir são bastante cansativos e ministrados às turmas em períodos de tempo comparativamente curtos.

Dez minutos são o tempo bastante a ser devotado aos exercícios.

Em tal período, normalmente é suficiente a execução sem pausa de 6 a 8 exercícios (executando-se cada um cerca de 20 a 30 segundos).

(2) A progressão é obtida pelo prolongamento do tempo de execução de cada exercício e pela diminuição dos intervalos de marcha normal entre os exercícios.

#### b) Formação, Comandos, Exercícios, Execução:

(1) *Formação.* A melhor formação para os exercícios de Progredir é a em círculo. Cada pelotão individualmente forma o seu círculo e se empenha nos exercícios de Progredir, sob a direção do instrutor do pelotão; se, por acaso, o pelotão excede de 30 homens, formará em duplo círculo.

(2) *Comandos.* Os pelotões, tendo terminado a preparatória, serão reunidos em coluna por 3, 4 ou 5 e, partindo da posição fundamental, dispostos para os exercícios de Progredir aos seguintes comandos:

O instrutor comanda: Por 1, pela esquerda (direita), Comigo! O instrutor então, seguido pelo pelotão em coluna por um, em acelerado, descreve um largo arco, formando o círculo na área desejada. Fechado o círculo, o instrutor cai no centro e comanda: Marcha Normal; Marche! Normalmente, os homens deslocam-se no círculo no sentido contrário ao movimento dos ponteiros do relógio; ao mesmo tempo, o instrutor se movimenta num pequeno círculo interior e em sentido contrário ao grande.

(3) *Execução.* Enquanto os homens estão se deslocando em marcha normal, o instrutor brevemente explica e demonstra cada exercício a ser executado para, em seguida, dar os comandos respectivos. Em cada caso, o comando preparatório é o nome do exercício e, em todos os casos, o

comando de execução é: *Marche*. Para se terminar cada exercício, o comando de execução é: *Marcha Normal — Marche!* Os homens imediatamente tomam o passo ordinário e cadenciado. Se não se quiser que os homens marchem entre os exercícios, pode-se mandar: *Sem Cadência — Marche!* O controle disciplinar é melhor mantido do primeiro modo. O instrutor variará o tipo de exercícios de Marchar (no solo, agachado, de pé) de modo a não dar consecutivamente dois tipos iguais.

Ainda sobre a tomada da formação em círculo, é aconselhável que os homens se disponham nesta formação dois a dois do mesmo porte, por causa dos exercícios de Levantar e Transportar.

Terminado o trabalho de exercícios de Progredir, comanda-se alto e se reagrupa o pelotão de modo mais prático. O instrutor, colocados os homens testas onde desejar, comanda: *Fora de Forma. Marche!* Sobre os testas, *Cobrir!*

(4) *Variações*. Já se referiu sobre como ministrar os exercícios de Progredir, isto é, os vários tipos de Marchar, de Levantar e Transportar e alguns exercícios de Saltar: um total de 6 a 8 por sessão, intercalados com tempos de marcha normal. Este processo de grupar os exercícios de Marchar, de Levantar e Transportar, alguns de Saltar, com o título Progredir é bastante racional. A existência de exercícios (tais como a *marcha do camelo*, a *marcha num só pé*, etc.) prova fartamente aquela assertiva. Devemos visar, nos processos, a generalização, porque ela simplifica as coisas. Aos exercícios de Progredir podem ser adicionados, como variedade, exercícios da acrobática do chão: rolamento para frente ou para trás; rolamento para frente ou para trás (duas ou mais vezes); Levantar e Transportar 1 companheiro de pé nos ombros. Finalmente, mudanças de direção do movimento: para trás e para o flanco direito ou esquerdo.

Reunidos os exercícios de Marchar, Levantar e Transportar, alguns de Saltar e vários acrobáticos, eles são classificados em 4 tipos a serem empregados na sessão: de chão (nas mãos e pés), agachado (pernas ou tronco flexionados), de pé e dois a dois. No primeiro tipo, estão: *marcha de quatro apolos*, *marcha rastejante*, *marcha do carangueijo*, *marcha da rã*, etc.

No segundo tipo estão: *marcha do pato*, *marcha do canguru*, *marcha com o tronco flexionado*, *carniça repartida*, etc. No terceiro tipo, estão: *marcha com elevação dos joelhos*, *na ponta dos pés*, *passo do ganso*, *diferentes cadências*, *marcha num só pé*, por saltos repetidos em distância sem impulso, etc.

No quarto tipo estão os diferentes exercícios da família de Levantar e Transportar.

## 2. *Correr*:

### a) *Introdução*:

(1) A despeito do fato de certos homens serem dotados de uma soberba estrutura muscular e energia superior deste tecido, a menos que eles tenham desenvolvido a resistência círculo-respiratória (respiração) a um grau satisfatório, estes homens não estarão fisicamente aptos, nem prontos para o combate. A corrida é uma das atividades que melhor desenvolve esta resistência vitalmente importante, a resistência círculo-respiratória.

(2) A forma geral e a técnica de todos os tipos de corrida é sensivelmente constante, quando se considera a posição do corpo. A cabeça é ereta, porque assim facilita a ação dos músculos da inspiração, o corpo se inclina ligeiramente para a frente, sem se flexionar nos quadris. Os braços são conduzidos naturalmente flexionados e lançados para a frente e para trás em planos retos. Movimento de braços cruzados na frente do corpo representa gasto supérfluo de energia. A ação das pernas e dos

pés será tratada nos parágrafos subseqüentes, dependendo então do tipo da corrida.

É de primeira importância que em qualquer tipo de corrida, as pontas dos pés estejam dirigidas corretamente para a frente "Ponta do pé para fora" na corrida (como na marcha) é um erro comum e deve ser motivo de correção individual.

b) *Tipos de corrida:*

(1) *Acelerado.* Este tipo de corrida é realmente um processo de marcha em que o pessoal executa o acelerado em forma e numa cadência determinada, mantendo-se a passada, daí a corrida no passo certo.

É empregada usualmente como corrida quer do campo de ginástica, quer de superfície dura e compacta das estradas da área regimental. A passada é limitada em comprimento a 0,91 e a cadência a 180 passos por minuto. A ação das pernas e pés é limitada em que os joelhos são elevados apenas o suficiente para permitir aos pés deixarem o solo, resultando um efeito de "ginga" ou "bamboleio". Os pés batem de chapa no solo, as pontas dos pés para a frente, com a posição do corpo normal, peculiar às corridas em geral. A progressão é também um imperativo e, alternar acelerado com marcha normal, obtém esta finalidade. A proporção entre marcha normal e acelerado é regulada pelo grau de preparo físico das turmas em exercício.

Inicialmente, 300 metros em acelerado e 100 metros em marcha normal é aconselhável. A progressão é conseguida nas sessões subseqüentes pelo aumento do acelerado para 350 metros, depois para 400 metros, etc. O percurso em marcha normal pode ser reduzido de 100 metros para 50 metros, etc. Assim, progressivamente, os homens serão gradualmente treinados para serem capazes de correr dois ou mais quilômetros só de acelerado. Colocando-se os homens baixos na frente, eliminar-se-á muito da flutuação que resulta, quando os homens altos regulam a passada.

(2) *Corrida normal (Trabalho de estrada)* — Este tipo de corrida é uma alternância de marcha e corrida, em proporção gradualmente progressiva, de acordo com o desenvolvimento das condições físicas da tropa. Não há obrigatoriedade de cadência, como a anterior. As distâncias ou os percursos de marcha, neste tipo, são normalmente prescritos pelo instrutor ou comandante da tropa. Os homens movimentam-se grupados, mas sem rigidez de formação. A progressão gradual também aqui é obtida pelo aumento dos tempos de corrida e diminuição dos tempos de marcha.

Uma distância determinada é completada num certo período de tempo.

O trabalho de estrada abrange a corrida em grupamentos (grupos ou pelotões), em que o soldado individualmente regula sua passada; nomeadamente, corrida em forma — sem cadência.

(3) *Corrida de velocidade* — Este tipo compreende uma série de lances curtos de 30, 40 ou 50 metros e é usualmente realizada em sucessivas ondas de frações da turma, colocando-se o grupamento que vai correr em linha e sendo chefe do mesmo o homem do flanco direito. Ao comando "Atenção" (Dado pelo chefe do grupamento) cada corredor toma a posição de saída da corrida de velocidade. Ao comando de execução "Já!", o grupo se lança a toda velocidade até aproximadamente 30 metros, 40 ou 50, daí vai diminuindo devagar por 10 metros e se alinha imediatamente a partir do chefe do grupo, que repete "Atenção — Já!". Novamente, o grupo faz um lance igual ao primeiro, diminui a corrida em 10 metros e se alinha para a terceira corrida. Ao completar a terceira corrida, o grupo espera, até que todos os grupos do pelotão tenham executado três corridas; depois, se alinha e o chefe do grupo comanda mais três corridas de velocidade na direção oposta.

Nota — Tempo valioso é ganho tendo-se o segundo grupo pronto para correr quando o precedente se tenha lançado na sua segunda corrida.

(4) *Corrida rústica (distância)* — Nenhum homem deveria ser solicitado a se empenhar numa corrida de fundo, antes que tenha sido submetido previamente a um programa de treinamento progressivamente organizado contendo grandes doses de corrida. A distância variará de acordo com a melhora da resistência círculo-respiratória e muscular. As distâncias podem variar de 800 m a 5.000 ou 6.000 m em terreno variado e, inicialmente, podem permitir períodos intermitentes de marcha durante o percurso. O objetivo naturalmente é cobrir a distância especificada no menor período de tempo possível. Os homens devem estar suficientemente treinados para, no fim do período de instrução básico, poderem correr 1.600 m com o equipamento normal do campo de batalha em 6 a 7 minutos. Nunca se deve permitir que o corredor de "cross" pare imediatamente depois de terminar a corrida, mas fazê-lo andar por 4 a 5 minutos, até que as funções fisiológicas voltem gradualmente ao normal.

Um ponto importante nas corridas de fundo é a respiração. O que se pode dizer de positivo a respeito é o seguinte: o corredor deve se preocupar com a expiração, deixando a inspiração livre. Isto se explica, pois o ar que sai é o gás já aproveitado e será expelido conscientemente pela ação dos músculos da expiração. Enquanto que, na inspiração, os músculos inspiradores inconscientemente trabalham em bastar às necessidades orgânicas em combustível para a queima nos músculos. O corredor facilita a ação destes músculos, as necessidades orgânicas dosarão as quantidades de oxigênio em cada inspiração. O treino dá ao corredor uma sensação de regularidade nestes trabalhos. É ante-fisiológico, porém, o atleta querer uniformizar a respiração com as passadas. Na corrida rústica, em que o terreno é variado, o corredor nem poderá pensar em tal ocorrência. A ação insuficiente dos músculos que intervêm na expiração dá ao corredor uma pontada ao lado proveniente da pressão dos gases nas vísceras. Dói que o praticante vê desaparecer mais tarde, quando está em melhores condições físicas. O corredor de fundo deve cultivar grande independência das contrações musculares durante a corrida. Todos os músculos que não intervierem no exercício deverão permanecer relaxados.

### 3. Vivacidade:

#### a) Introdução:

(1) Os exercícios desta categoria são extremamente fatigantes e de natureza vigorosa, conseqüentemente ministrados às turmas em pequenos períodos de tempo. É aconselhável que estes exercícios sejam realizados no final da preparatória, para se assegurar de aquecimento adequado antes da execução dos mesmos.

Cuidar em que os exercícios de Vivacidade e os exercícios de Progredir (Marchar, Levantar, Transportar e Saltar) não sejam dados na mesma sessão e sim alternadamente em sessões sucessivas.

(2) A progressão é obtida, aumentando-se gradualmente, o período de tempo empregado nos exercícios de Vivacidade. Inicialmente, 3 a 4 minutos são suficientes.

#### b) Vivacidade — Formação — Comando — Exercícios — Execução:

(1) *Formação.* A Vivacidade pode ser feita seja na formação retangular (formação da preparatória) seja em círculo (formação dos exercícios de Progredir). A primeira é mais aconselhável. A vivacidade no mesmo lugar se mostra mais praticável no ponto em que a Vivacidade correndo exige muito maiores áreas.

(2) *Comandos.* Os comandos peculiares aos exercícios de vivacidade são dados sem o comando preparatório usual em rápida sucessão, causando real sufocação respiratória. Há quatro posições de partida bá-

sicas de que todos os exercícios de vivacidade são executados: Elas são: *Correr, Alto, Deitar Frente, Deitar Costas*.

Os comandos são idênticos aos títulos e os comandos peculiares a cada exercício a ser executado são idênticos ao nome do exercício desejado.

Os comandos devem ser dados numa sequência variada, de modo que resulte o máximo de mudanças de posição e agilidade. Qualquer posição ou quaisquer exercícios devem ser pedidos consecutivamente, de modo a aumentar a vivacidade dos homens.

(3) *Execução*. O instrutor ensinará as posições básicas e os exercícios a serem executados pelo combinado explicação-demonstração. O máximo de supervisão e observação é obtido, empregando-se a formação retangular (da nova preparatória), em que o instrutor para num ponto, observando, continuamente, pela frente, todos os seus homens. Os homens devem executar os comandos do instrutor vigorosamente e com o máximo de rapidez. Inicialmente, 3 a 4 minutos de exercícios de Vivacidade serão suficientes. Assim que o vigor aumentar, o período pode ser aumentado para 5 minutos. É recomendado o emprego de exercícios de vivacidade correndo (Posições, Correr e Alto) pelo instrutor, apenas quando ele puder exercer supervisão adequada de todo o pelotão.

(4) *Variações*. Há variações interessantes para os exercícios partindo das posições básicas e dependentes da engenhosidade do instrutor; tal como da posição deitado de frente, rolamento direita (uma volta completa), rolamento esquerda (uma volta completa), extensão dos braços, extensão dos braços e bater palma, extensão dos braços bater palmas e calcanhar; na posição deitado de costas, relógio, bicicleta, etc.

O número de repetições de cada exercício será convenionado pelo instrutor (15 a 20). Nos exercícios feitos no mesmo lugar, ao comando "De pé!", os homens, seja da posição deitada de frente seja da posição deitada de costas, põem-se de pé, rapidamente, e executam uma corrida no mesmo lugar vigorosa, até que novo comando seja dado.

*Vivacidade correndo* — Posições básicas: *Correr; Alto*.

(a) *Correr e Alto*. Este tipo de exercício é melhor executado com os homens em linha com um intervalo de 3 passos. Parte-se da posição deitada de frente (Alto) ou de cócoras com as mãos apoiadas no solo. (Terreno molhado ou impraticável de se deitar). Ao comando *Correr!*, os homens carregam em frente tal como no lance da maneabilidade. Ao comando *Alto!* eles param e imediatamente se lançam ao solo na posição de saída. No deslocamento pode-se comandar *Direita (Esquerda)* os homens desviarão, no lance, a direção de 45° à direita (esquerda). O comando *A Retaguarda!* é usado para inverter a direção. Com o apito se comanda melhor as variedades destes exercícios.

O comando *De Pé!* é dado para colocar os homens nesta posição.

(b) *Corrida em Zig-Zag e Alto*. Este exercício começa com o comando *Direita (ou Esquerda)*. Os homens carregam num lance na direção 45° à direita (ou Esquerda). Continuam a correr e a cada silvo de apito eles fazem uma mudança de direção de 45° (uma vez à direita e outra à esquerda). Dois silvos de apito são o comando de *Alto*. Outro silvo de apito é comando para reiniciar o exercício.

(c) *Corrida em Zig-Zag e Agachar*.

Como variação, podem-se seguir os Altos de vários exercícios:

*Rolamento frente (ou costa)* — uma ou mais vezes, completamente. Os exercícios já indicados para a vivacidade no mesmo lugar; combinações estas as mais variadas dependendo da engenhosidade do instrutor.

#### IV — Atacar e Defender-se:

##### a) *Introdução*:

(1) As notícias sobre inúmeros combates mostram frequentes exemplos em que o combatente é levado ao combate a baioneta e ao corpo a corpo; este fato encarece a necessidade de treinarmos os homens em

reagir violenta e agressivamente para superar um suposto adversário tão rapidamente quanto possível. Os exercícios de Atacar e Defender-se se destinam a contribuir ao máximo para as qualidades individuais de ardis, confiança, força, agilidade, destreza e vontade de vencer — tão necessários no combate pessoal.

Quando empenhados nos exercícios de atacar e defender-se, os homens devem ser motivados a darem o máximo de seu esforço em superarem rapidamente seus oponentes.

(2) Para a realização dos exercícios de At.D. podem-se usar formações várias, em geral conforme as lutas a serem feitas: em círculo, em círculo duplo, em linha, numa área retangular. Observar sempre distâncias suficientes entre as duplas.

(3) A progressão é obtida precedendo-se as atividades mais violentas com as mais simples e menos violentas. Além disso, o fator segurança é de primeira importância, para se evitarem acidentes desnecessários. O solo deve estar limpo de pedras, páus, etc.

(4) Os exercícios de A.D. seguirão imediatamente os trabalhos de Vivacidade ou os Progressivos; dê-se modo, não se cogitará de sessão preparatória.

#### b) Lutas dois a dois:

(1) *Generalidades.* A formação mais aconselhada é a retangular, empregada na nova preparatória, modificada. Quando se terminar os exercícios da série referida, ou os exercícios de vivacidade na mesma formação, o instrutor comanda simplesmente:

Números pares a seus lugares — *Marche!* A este comando, todos os homens de número par dão um salto à direita retomando a posição de início. Os números pares deverão estar instruídos para avançarem e se colocarem diretamente à retaguarda dos números ímpares, os quais, ao comando de Frente para a retaguarda, volverão para seus oponentes. Faz-se ainda alguns reajustamentos necessários para diferenças grandes de tamanho ou peso que ocorrerem. O instrutor informa aos homens que todas as lutas começam e terminam com um silvo de apito. Dá início, em seguida aos exercícios de At.D., precedendo cada atividade com frases breves e instrucionais para que os homens acedam livre e imediatamente.

(2) Exercícios das lutas (dois a dois) — (Mínimo: um minuto de duração ou 2 derrotas em 3 lutas).

(a) *Box com a mão aberta (palmada).*

(b) *Mãos presas atrás das costas, pisar o pé do companheiro.*

(c) *Combinação das duas lutas.*

(d) *Luta de mão. Pé direito com pé direito, dar a mão direita e procurar obrigar o oponente seja mover os pés ou tocar o solo com outra parte, além dos pés.*

(e) *A mesma luta com a mão esquerda.*

(f) *Briga de galo. Num só pé e os braços cruzados sobre o peito. Procurar desequilibrar o adversário. Repetir o exercício com o pé esquerdo. Melhor em 2 de 3 combates.*

(g) *Luta Indiana. Os homens se colocam de pé, lado direito com lado direito (voltados em direções opostas. Ao comando: Deitado. Posição! eles se deitam de costas, entrelaçando os braços nos cotovelos. O instrutor então conta Um! e os homens erguem a perna direita na vertical e a abaixam automaticamente. Conta Dois! os homens repetem o movimento um. O Tempo Três! é para a execução da luta (dado por um silvo de apito). Os homens erguem a perna procurando fazer seu oponente rolar. Repetir o exercício, lado esquerdo com lado esquerdo, procedendo-se da mesma forma. Melhor de 2 em 3 combates.*

(h) *Luta de tração pelos punhos.*

(i) *Luta de repulsão costas a costas.*

(j) *Derrubar e imobilizar um companheiro no solo.*

Há inúmeras outras lutas que poderão ser empregadas.

O instrutor cuidará de exercer uma contínua supervisão, evitando o emprego de táticas desleais ou antiesportivas nas lutas.

A prática de lutas preconizada e intensificada em dificuldade e violência difere do conceito normal de Judo, em que as pancadas ou pontapés não são dirigidos às partes vitais do corpo, o que resultaria fraturas ou machucaduras dos contendores. O fator competitivo é melhor estimulado pelo processo de melhor de 2 em 3 combates.

c) *Luta por equipes:*

(1) *Generalidades.* Estes tipos de exercícios de A.D. exigem um pouco mais de preparação, uma vez que a maioria dos exemplos de lutas em linha, círculo, duplo círculo e zona precisam uma demarcação no solo, antes da sessão. Conforme se deduz do título, grupamentos ou equipes (de número par de componentes) competem um contra o outro como se fossem indivíduos.

Manter a unidade tática, isto é, esquadra contra esquadra, grupo contra grupo ou pelotão contra pelotão. A formação empregada é determinada pela atividade prescrita. Os fatores de supervisão, progressão e necessárias precauções são da responsabilidade do instrutor tal como nos trabalhos por duplas. Além disso, é importante que as funções de arbitragem ou a elas relacionadas devem ser exercidas com o máximo de eficiência. As equipes devem estar distinguidas uma das outras (camisa e sem camisa, etc.). A participação integral da equipe é o desejável.

(2) *Lutas.*

a) *Expulsar do círculo.* Número par de homens em cada equipe (GC X GC) dentro de um círculo grande. Os braços cruzados sobre o peito. Empurrar os adversários até saírem todos os de uma equipe.

b) *Atingir a linha.* Equipes 1 e 2, número par, frente uma para a outra a 0m,30 e os homens intervalados de 0m,30. Uma fileira é designada ofensiva e a outra defensiva. A retaguarda de cada fileira, na distância de 3m,00, está traçada uma linha paralela à oposta. O objetivo é a equipe ofensiva tentar quebrar a linha defensiva e atingir a linha à retaguarda no prazo de 5 segundos.

Conta-se o número de homens que tenha conseguido tal intento como ponto para a equipe. A fileira ofensiva é permitido o uso das mãos enquanto que a fileira defensiva obrigada a ter as mãos cruzadas sobre o peito, só podendo defender com os choques de ombros.

c) *Linha de meta.* Número par de homens por equipe, estas frente a frente em linha a 0m,30 de distância. Linhas paralelas na retaguarda de cada equipe a 3m,00 destas. Ao sinal de início, cada equipe procura carregar ou arrastar os oponentes da outra equipe para trás da linha, à retaguarda dos oponentes. Dois ou três homens podem se combinar para arrastar um oponente. O número de homens arrastados representa o número de pontos para a equipe. Terminado o tempo se comparam os resultados.

V — Revezamentos:

*Generalidades.* a) As atividades englobadas por este título enquadram-se nos nossos manuais como pequenos jogos. Entretanto, dada a variedade enorme possível de revezamentos, estes merecem um capítulo especial. Isto nos leva, pois, a caracterizar: pequenos jogos e revezamentos.

b) Revezamentos bem selecionados são atividades físicas excelentes e, além disso, provêm estimulante competição e distração para os participantes. Introduzi-los nas sessões em pequenos períodos de tempo representa uma desejável mudança de atividades.

c) Visando aumentar o valor como exercício dos revezamentos, as equipes serão limitadas em número, para se evitar que os homens fiquem esperando muito tempo a sua vez de participar num prazo relativamente curto. As equipes devem constar de 6 a 10 homens (ou pares) se a área para exercício é pequena, os participantes poderão realizar o exercício uma segunda ou terceira vez.

**Seleção dos revezamentos.** a) Dos vários tipos de revezamento conhecidos, devem-se escolher apenas os que garantem exercício vigoroso. Os revezamentos selecionados devem ser simples de execução e simples de direção. As regras e regulações devem ser facilmente compreendidas e a técnica facilmente assimilada. Na seleção dos revezamentos, as preferências dos homens e a dotação de meios materiais devem ser levados em conta.

b) Apenas os revezamentos satisfatoriamente controláveis devem ser escolhidos. Por exemplo um revezamento com marcha é apto a degenerar-se num em corrida disfarçada. Mas a marcha do carangueijo é difícil de ser executada incorretamente e por isso é controlável.

**Direção dos revezamentos.** a) O segredo da boa direção dos revezamentos nas sessões é todos os participantes compreenderem bem as regras e, depois, exigir-se estrita aderência a elas. O espírito de competição fica tão intenso que há uma forte tendência dos competidores em violar as regras. A arbitragem deve ser competente e imparcial. Uma equipe não deve ser desclassificada quando ocorrer infrações. Em vez disto, computar-se-ão pontos negativos a cada infração para, no final, decidir-se o vencedor.

b) Nos dias em que os revezamentos estão previstos nas sessões de treinamento, o instrutor planejará as atividades, verificará o material necessário e examinará se as linhas de que precisa, estão nitidamente traçadas no terreno, tudo antes, da hora da instrução.

c) Todos os homens devem tomar parte. Quando as equipes tiverem número desigual, a competição pode ser equilibrada pela participação de alguns homens duas vezes no revezamento. Quando não se puder evitar o caso de homens extras, estes serão utilizados como auxiliares de arbitragem. É muito útil colocar homens líderes como chefes de equipe. Cada um deles é então responsável pela sua equipe e dirigirá seu time.

d) A distância escolhida depende da atividade. Por exemplo, a corrida de estafeta poderá ser feita em distâncias de 60 a 200 m, mas uma carreira de quatro apoios não pode ser feita por mais de 30 m, etc. As distâncias podem ser progressivamente aumentadas, de acordo com o grau de treinamento dos homens.

e) Podem-se fazer vários revezamentos no quadro de uma competição para se determinar a equipe vencedora da prova.

Contam-se pontos pelas colocações de cada equipe na chegada. Assim, a primeira equipe a chegar numa prova de seis equipes ganha seis pontos e a última um ponto. Naturalmente, a equipe com maior soma de pontos em todos os revezamentos é a vencedora. Um castigo ocasional imposto ao perdedor aumenta o interesse.

f) Mais de oito equipes competindo num mesmo revezamento dificultam a apuração dos vencedores. Um bom número é de 4, 5 ou 6 equipes de cada vez. Havendo mais times, repetir-se-á o revezamento mais de uma vez, confrontando-se depois os vencedores de cada prova.

g) As dificuldades comumente encontradas na direção dos revezamentos podem ser contornadas pelos seguintes processos:

(1) Os últimos homens de cada equipe serão identificados demais com um lenço amarrado no braço, com ou sem camiseta, com ou sem gorro, etc.

(2) Outra prática que auxilia a observação do progresso do revezamento e eventualmente o vencedor é mandar cada homem sentar-se no chão ou a cocorar-se quando já tiver realizado a prova.

(3) As partidas serão arbitradas por juizes de saída e se previne qualquer encurtamento do percurso pelos corredores, obrigando que os mesmos contornem uma estaca.

(4) Bastões, lenços, camisetas, ou outros objetos podem ser passados por um corredor ao outro, quando se emprega o método do círculo.

**Métodos de realização dos revezamentos.** Há 4 métodos diferentes de realização das provas de revezamento.

a) **Uma só coluna.** (1) As equipes de igual número de homens são postas em colunas paralelas, 3 metros de intervalo, atrás de uma linha de saída comum.

(2) Cada equipe contornará um ponto situado em frente no outro extremo da sua pista. A distância deste ponto varia com cada corrida. Cada corredor sai, contorna o ponto em frente e chega na linha de saída, dando parte ao companheiro seguinte para realizar o mesmo percurso.

b) **Duas colunas.** Empregam-se duas linhas de saída. Estas são paralelas e distantes uma da outra do percurso do revezamento. Cada equipe se divide em duas partes iguais e colocadas cada uma em uma linha, frente a frente. A corrida começa com o primeiro homem de um lado; chegando este à outra linha, é a vez de partir o homem da frente da mesma e, assim por diante. Processo bastante conhecido por nós. A corrida continua até todos os homens terem mudado de lado ou, então, voltarem para a posição de origem. Neste último caso, cada homem corre duas vezes.

c) **Método do círculo.** Consiste em balizar o percurso com quatro objetos formando um retângulo, do tamanho que se desejar. O percurso é considerado por fora dos objetos. Neste tipo de revezamento podemos ter uma saída comum ou duas saídas em pontos diferentes, fazendo as equipes o mesmo percurso. As saídas são feitas como no primeiro método.

d) **Método cumulativo.** Este método é mais empregado nos exercícios de saltar ou de lançar. As equipes competidoras formam em colunas paralelas atrás da linha de partida.

O homem n. 1 de cada equipe dá um salto em distância sem impulso ou lança algo. Em seguida, o homem n. 2 salta ou lança a partir da marca do n. 1 e assim por diante. A equipe que, saltando ou lançando, alcançar mais da linha de partida vence.

**Exercícios dos revezamentos.** Embora comumente se empregue a corrida, muitos outros processos de progressão podem ser usados. Os revezamentos abaixo são destinados aos homens medianamente hábeis.

(1) **Revezamento simples (1º da sessão).**

a) **Jogadores:** Um pelotão dividido em grupos de igual número.

b) **Material:** Postes, balizas, marcas no solo como ponto a contornar.

c) **Área:** qualquer área com uma reta de 50 metros.

d) **Revezamento:** os homens dispostos em coluna, o testa na linha de saída, com um intervalo de 3 a 4 metros entre as colunas.

A linha de volta é colocada a 50 metros da linha de partida. Pontos para serem contornados são colocados sobre aquelas linhas. Os membros das equipes seguram pela cintura os homens da frente. Ao sinal de partida, a coluna corre como um só corpo, contorna o ponto em frente e volta à linha de partida. É vencedora a equipe cujo último homem atrasar primeiro a chegada.

e) **Variações.** Exigência de cada equipe contornar diversas vezes a linha. Colocar-se outro ponto de contorno entre as duas linhas.

As equipes contornarem esse ponto médio na ida e na volta.

(2) Revezamento da centopéia (Sessão n. 1 — 2º revezamento).

a) Jogadores: Um pelotão dividido em equipes de igual número de homens.

b) Material: Nenhum.

c) Área: Qualquer área plana com um trecho reto de 50 metros.

d) Revezamento: Equipes formadas em colunas por um, o último jogador ao lado. Cada homem enfia o braço esquerdo por entre as pernas e com a mão direita segura a mão esquerda do companheiro da frente. Toda a equipe se une desta maneira. Ao sinal de partida, todos correm assim agrupados, contornam a estaca em frente e voltam. Se alguma se partir, deve parar e só reinicia a corrida, quando reatar a coluna. A primeira coluna cujo último homem transpuser primeiro a chegada, ganha.

e) Variações: Dividir os agrupamentos em colunas menores; com 4 homens cada. Cada uma destas colunas menores partirá, quando a da frente chegar da corrida. Colocar-se um ponto de contorno entre as duas linhas, para ser rodeado na ida e na volta.

(3) Revezamento em linha. (Sessão n. 2 — 1º revezamento).

a) Jogadores: Um pelotão com igual número de equipes.

b) Material: Nenhum.

c) Área: Qualquer área plana com uma linha de meta de 40 metros em frente.

d) Revezamento: As equipes são formadas em linha em uma fileira antes da saída. Os homens entrelaçam os braços pelo cotovelo, entre si, formando uma linha coesa. Intervalo de 3m,50 entre as equipes.

Ao sinal de partida, elas se lançam correndo até a linha em frente, fazendo pivot no homem do flanco esquerdo, fazem a volta e vão correndo para a linha de partida. Se a equipe se "quebrar", ela terá que parar, reformar a linha antes de continuar a corrida. A primeira equipe a atravessar a linha de saída, na volta, intacta, é a vencedora.

e) Variações: Acrescentar uma baliza intermediária para a esquerda fazer um círculo completo, funcionando o homem flanco direito como pivot.

Terem os homens que se deslocarem saltando no pé direito e na linha em frente mudarem o pé, voltando de costa sobre o pé esquerdo.

Terem os homens que mudar o pé no ponto intermediário.

(4) Corrida dos circuitos. (Sessão n. 2 — 2º revezamento).

a) Jogadores: Pelotões divididos em número igual de equipes.

b) Material: Nenhum.

c) Área: Qualquer área plana com a linha de meta 40 a 50 metros da linha de partida.

d) Revezamento: As equipes formam um círculo dando as mãos.

Todos os homens com a frente para o exterior, exceto um que fica frente para o interior é o piloto. Ao sinal de partida, todas as equipes correm simultaneamente para a linha de meta e voltam, sem deixar romper o círculo. Todos devem atravessar a linha de meta dirigindo o piloto. Se o círculo se romper, precisa primeiro se reunir para poder continuar. O primeiro círculo inteiro que voltar à linha de partida vence.

e) Variações: Ter cada círculo assim que progride para frente que rodar, seja para a direita, seja para a esquerda. Estabelecer um ponto intermediário para ser contornado na ida e na volta.

(5) Corrida de carros. (Sessão n. 2 — 3º revezamento).

a) Jogadores: Pelotões divididos em igual número de equipes.

b) Área: Distância de 30 metros.

c) Material: Nenhum.

d) Corrida: Para se formarem as equipes de carros, dividir cada grupo em equipes de 3 homens, A, B e C, cada um imediatamente atrás

outro, com A na linha de partida. Todo homem A fica ereto; todo homem B dobra-se para a frente e se agarra na cintura de A; todo homem C monta a cavalo sobre as costas de B. Ao sinal de partida, todas as equipes de carros de cada grupo do Pelotão corre para, a 30 metros, tornar um ponto e voltar à linha de partida.

O grupo vencedor será aquele de quem as esquadras primeiro chegam. Se o cavaleiro cair no percurso, deverá montar de novo e prosseguir.

e) *Variações*: Haver a mudança carro e cavalo, cavalo e carro e cavaleiro e cavalo no ponto de contorno.

(6) *Revezamento de Levantar e Transportar*. (Sessão n. 3 — 1º revezamento).

*Descrição*: As equipes são dispostas em linha em duas fileiras, frente a uma saída. Intervalo entre as equipes: de 3 metros. Ao sinal de partida, os homens da 2ª fileira levantam os companheiros da frente e debruçam-se a nuca e as espáduas transportam-nos para a linha de meta em frente.

X X X X X X      O O O O O O  
— 3m,00 —  
X X X X X X      O O O O O O

Nesta linha os homens mudam de posição e voltam. A equipe que primeiro chegar à linha de partida com todos os seus homens é a vencedora.

*Variações*: Fazer-se a mudança das duplas num ponto intermédio, na ida e na volta.

(7) *Revezamento do piloto*. (Sessão n. 3 — 2º revezamento).

a) *Jogadores*: Pelotões divididos em equipes de três homens cada.

b) *Material*: Nenhum.

c) *Área*: Qualquer área plana com uma linha de meta 30 m em frente.

d) *Revezamento*: Os três homens de cada equipe se colocam na linha de partida, um ao lado do outro, o do centro de frente e os dois do lado de costas. Eles entrelaçam os braços pelos cotovelos. O homem do centro, ao sinal de partida corre de frente e os do lado, de costas até ao ponto de contorno. Daí mudam-se as posições de corrida. Na chegada, os homens do lado estão correndo de frente e praticamente carregam o homem do centro que corre de costas, como pode. A chegada de uma equipe dá início a outra. O pelotão, cujas equipes primeiro terminarem, vence.

(8) *Corrida de carro de mão*. (3ª sessão — 3º revezamento).

a) *Jogadores*: Pelotões divididos em equipes com igual número de membros (8-10-12).

b) *Material*: Nenhum.

c) *Área*: Qualquer área plana com 30 metros entre a saída e a linha de meta.

d) *Revezamento*: As equipes são dispostas em linha em duas fileiras na saída, com intervalo de 3 metros entre as mesmas equipes. Ao sinal de partida, os homens da 2ª fileira seguram os da 1ª fileira pelos cotovelos enquanto, estes últimos com as mãos no solo procuram ganhar rapidamente a linha de meta. Nesta linha há mudança de posições e os jogadores buscarão atingir primeiro a linha de chegada. O pelotão, cujas equipes primeiro completarem a distância, é o vencedor.

*Palavras Finais*:

Denominamos a série de exercícios de condição de *nova preparatória*, assim como as aplicações de sessão *propriamente dita*. A nossa idéia foi simplesmente localizar os trabalhos novos nos nossos processos (C21-20).

Não encontramos outro meio. A explicação é que faltam na nossa sessão os trabalhos preparatórios para introduzir o homem às aplicações. Em suma, faltam processos mais intensos para desenvolver no instruindo os recursos físicos de que ele precisa empregar nas aplicações.

A série de exercícios de condição, única inovação apresentada, prevê a movimentação das principais articulações, flexibilizando-as e realiza um trabalho com os grupos musculares básicos, fortalecendo-os. A prática continuada dos exercícios na ordem prescrita tem como resultado a criação nos executantes do sentimento da individualidade da série. Os exercícios perderão o caráter de existência isolada e abstrata para serem partes de um todo, a série. Esta representa uma unidade de trabalho físico caracterizada por objetivos bem definidos:

1. Dar ao homem o desejável estado de tonus muscular geral (firmeza de tecidos) que a motorização e a mecanização diminuiu consideravelmente.

2. Deixá-lo apto fisicamente para intervir nas aplicações progressivamente graduadas em dificuldades e intensidade, assim como nos desportos.

Se modificações houve nos nossos processos, dizemos de consciência que o foram para melhor. Vimos experimentando os novos processos com uma turma de soldados e os resultados obtidos foram de entusiasmar qualquer instrutor e um dos grandes motivos da divulgação dos processos por nós para os nossos colegas de corpo de tropa.

Um princípio geral que nos ensina o antigo Reg. n. 7 e deve sempre ser lembrado é o seguinte:

A resistência física de uma escola é proporcional à quantidade de trabalho que é capaz de realizar na unidade de tempo.

Esta resistência é aumentada progressivamente com o treinamento físico metódico, por meio da realização de uma soma crescente de trabalhos no mesmo tempo.

Bibliografia: C21-20; FM21-20; Reg. n. 7.



# O FEIJÃO SOJA NA ALIMENTAÇÃO DA TROPA

Pelo 2º Ten. Q.A.O. de Art. VASCO  
RIBEIRO DA COSTA.



OBJETIVA o presente artigo estudar as vantagens e a cultura do "feijão soja" nas granjas do Exército e, mesmo, nas hortas e quintais dos próprios nacionais, principalmente nas Unidades do interior do País.

Antes de iniciarmos a parte propriamente técnica do assunto, vamos fazer um rápido retrospecto histórico da soja, que recebeu a nomenclatura botânica de "*Glycine hispida Maxim*", e vulgarmente, as de feijão soja ou feijão japonês, entre outras, no estrangeiro. A sua importância, como alimento completo, data dos tempos pre-históricos e foi cultivada na China há mais de 5 mil anos. A Mandchúria é, atualmente, o centro de maior cultura dessa leguminosa e notemos que um dos aspectos econômicos da última guerra naquela região, foi o de garantir ao Japão mais terras propícias ao cultivo da soja.

Muitas vezes ficamos a pensar como é possível aos povos japonês e chinês se conservarem saudáveis e fortes, comendo apenas arroz! A explicação nos é fornecida pela quantidade completa de proteína que contém a semente do feijão soja, proteína essa que substitui a existente na carne dos animais, nos ovos, na gordura de porco, no leite e na manteiga. A raça amarela conseguiu o equivalente — ignoramos por que meio — na soja; e se assim não fôsse, de há muito teria ela morrido de inanição, uma vez que não lhe era possível obter esse elemento sob a forma de ovos e carne.

O feijão soja é originário da Ilha de Java e floresce numa região compreendida entre a Conchinchina e o Japão. O componente mais importante da semente em estudo é a "cistina" — nome científico do ácido responsável, entre outros, pela composição completa da proteína nele encontrada. Em experiências realizadas ficou provado que o feijão branco, sozinho, não conseguiu aumentar o peso de um ratinho em 3 meses; adicionando-se, porém, ao feijão uma quantidade de "cistina" correspondente à contida na soja, o ratinho duplicou o seu peso e cresceu também o dobro.

Não nos é possível fazer um trabalho completo sobre este vastíssimo assunto, pois ainda não conhecemos tudo o que se relaciona com o feijão soja; sua variedade é grande e nos limitaremos a examinar a espécie mais interessante ao fim a que nos propomos.

O feijão soja pode ser cultivado nos mais variados climas do Brasil. É, entretanto, uma planta oriunda de regiões quentes e vegeta bem nos climas tropicais e sub-tropicais, podendo ser plantada de norte a sul em nosso exuberante solo. Resiste perfeitamente às secas e às geadas passageiras; continua a desenvolver-se durante as chuvas prolongadas, sem reduzir seriamente a produção. Ora, uma planta desse tipo deve dar bons resultados em qualquer Estado, desde que se lhe proporcione o tratamento necessário e este é muito simples, observado, naturalmente, a composição da terra por meio de análise ou pela experimentação local. Mesmo nas terras consideradas ácidas tem dado

produção razoável; não é exigente quanto ao solo, mas tem preferência pelos frescos, soltos e profundos, não importa que sejam arenosos ou argilosos. Quanto aos cuidados, é ela extremamente fácil de tratar: estes consistem em capinas quando a planta attingir mais ou menos 10 centímetros de altura, um desbaste de folhas mortas e, por fim, a amontôa. Esta é feita tão logo comecem a se formar as vagens, chegando-se terra ao tronco.

Quanto ao plantio, subordina-se à variedade escolhida e deve ser feita a semeadura no período de setembro a outubro, podendo, contudo, ser cultivado duas vezes no ano, dependendo da espécie cujo ciclo vegetativo seja curto. Neste caso, a semeadura será feita entre agosto e setembro e entre janeiro e março.

Passemos agora ao estudo sucinto das variedades aconselhadas pelos técnicos, à produção de alimento para o homem: como legume verde temos as seguintes: Easycook, Hahto e Hoosier — que poderão ser ingeridas sob a forma de salada, em conserva, cozidas e sopas. Como grão são se prestam à confecção de pão, biscoitos, bolachas, bolos, sopas, mingaus, macarrão doces, pastifícios, produtos de confeitaria, substitutos do café, óleos comestíveis, substitutos da manteiga e das gorduras; leite fresco, leite condensado, fermentado e em pó; queijo fresco, salgado, defumado e fermentado.

Daremos a composição média das espécies estudadas:

|                          |         |
|--------------------------|---------|
| Água.....                | 11,20 % |
| Matérias protéicas.....  | 32,48 % |
| Matérias graxas.....     | 16,81 % |
| Matérias não azotadas... | 29,94 % |
| Celulose.....            | 4,83 %  |
| Cinzas.....              | 4,94 %  |

Esta composição varia de acordo com o clima, solo, grau de maturação, cultivo adequado e outros fatores menos importantes.

A variedade Easycook apresenta-se reta, ramosa e amadurece em cerca de 125 dias; produz flores

vermelhas, florindo entre 50 e 55 dias; as vagens contêm duas a três sementes de cor amarelo-palha e hilo marron e fornece 5.967 grãos por quilo, aproximadamente; o germe é amarelo e sua percentagem em óleo é de 19,3.

As outras duas citadas apresentam características semelhantes quanto ao ciclo vegetativo e ao aspecto geral, porém as vagens não produzem a quantidade de grãos, por quilo, da Easycook. Esta variedade, excelente sob todos os pontos de vista na alimentação humana, pode ser cultivada em qualquer terreno e o seu preparo é facilíssimo.

Nós, os brasileiros, achamos no feijão soja um paladar desagradável e bastante diferente da alimentação comum; isto corre por conta do preparo impróprio do grão, antes de reduzi-lo à farinha — que é o melhor e mais prático meio de utilizá-lo nas confecções de alimentos.

Dentre os processos existentes, destaca-se, a meu ver, pela facilidade que proporciona à tropa, o de "Strohl" que consiste em eliminar o sabor pelo aquecimento a 110° C, durante 10 minutos e depois reduzir os grãos à farinha de soja. Esta farinha pode ser manipulada como a de trigo ou de mandioca, segundo as preferências, no preparo dos pratos em geral.

Assim julgo ter feito uma apreciação das qualidades da soja, o "ouro do solo" — como foi denominada por Mr. Morse, em 1914, ao introduzi-la nos Estados Unidos. Releva observar que, naquele país, a soja está qualificada entre os alimentos de primeira grandeza, sob o ponto de vista da ciência nutrológica e da biologia.

Em nosso país, não tivemos ainda conhecimento de sua cultura intensiva — com exceção de alguns Estados interessados, como, por exemplo, Minas Gerais. No comércio dos grandes centros não notamos grande procura de farinha de soja e há cidades em que não se sabe a espécie de alimento que é; o desconhecimento é absoluto e as pro-

riedades nutritivas dessa "carne do pobre" — como alguém já disse —, jazem ignoradas.

Se conseguirmos introduzir no cardápio do soldado, pelo menos duas ou três vezes por semana, uma ração de soja sob a forma de pratos especiais, despertando o interesse pela novidade, é possível obter-se a aclimação do paladar e o consequente gosto pelo novo alimento.

Psicologicamente estaremos incentivando a plantação da leguminosa, quando regressarem aos seus lares, após cumprido o sagrado dever para com a Pátria. Será, também, mais um ensinamento para melhorar os meios de nutrição do nosso povo.

Ao Exército cabe, pois, mais este trabalho patriótico: introduzir e incentivar a plantação do feijão soja no Brasil.

---

## HISTÓRIA GERAL E MILITAR

Acaba de ser publicado o livro do General Pedro Cordolino de Azevedo, História Geral e Militar.

Este trabalho encerra um estudo detalhado das guerras antigas e modernas, com os ensinamentos decorrentes das mesmas.

O autor é mestre consagrado de História Militar, há mais de 30 anos, na Escola Militar do Realengo, onde professou a matéria com grande saber e proficiência.

No 1º volume estão encerrados os assuntos da História Geral com noções claras e precisas das guerras da antiguidade e no 2º, da parte das guerras modernas com os ensinamentos decorrentes das mesmas, com um conjunto de mapas que elucidam os textos.

O trabalho demonstra um grande esforço e capacidade do autor que proveitou todos os autores e mestres que se dedicaram ao assunto.

É uma obra de síntese admirável, onde todos os militares e civis podem colher ensinamentos preciosos.

Está provado que a História e a Geografia são ciências indispensáveis à cultura do oficial moderno. Todos os países dedicam grande interesse no estudo dessa matéria, que serve para desenvolver o nacionalismo dos povos e preparar os chefes para a guerra do futuro.

Os dois volumes da História Militar estão à venda na Secção de Livros da "A Defesa Nacional", no 3º pavimento do Palácio da Guerra, na rua Visconde da Gávea. Preço Cr\$ 300,00 (dois volumes). Guardamos pedidos pelo reembolso.

---

## AVISO AOS ASSINANTES

Para renovar sua assinatura, não espere deixar de receber "A DEFESA NACIONAL".

Procure o nosso representante na Unidade em que serve ou queira dirigir-se diretamente à Gerência.

Caixa Postal n. 17-Agência do Ministério da Guerra — Rio de Janeiro.



## A EVOLUÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DA ESPANHA

**A viagem do Ministro dos Negócios Estrangeiros da Espanha pelos países árabes e a entrevista de Ciudad-Rodrigo entre o General Franco e Miguel Salazar**

RENÉ GRANDCHAMP

Traduzido: "data vênica", da "Revue Militaire d'Information", de maio de 1952, pelo Ten. Cel. FLORIANO MOLLER.

Nos primeiros dias de abril, dois acontecimentos de atualidade trouxeram ao primeiro plano a política da Espanha em relação ao mundo muçulmano: a 10 de abril, Martín Artejo, ministro dos Negócios Estrangeiros da Espanha, deixava Madrid para efetuar uma viagem de três semanas pelos sete países árabes, ou sejam, o Líbano, Jordânia, Síria, Iraque, Saudi-Arábia e Egito; e, ao mesmo tempo, o governo espanhol, por meio de notas verbais às sete potências membros da Comissão Internacional de Tanger, pedia a supressão do estatuto provisório adotado em 1945 e o retorno aos estatutos de 1923 e 1928. A recondução destes estatutos daria mão forte à Espanha sobre a zona internacional de Tanger e, em particular, sobre sua polícia, predominância esta que a Espanha perdera

desde o estabelecimento do Estatuto de 1945, que previa a internacionalização das forças de polícia. O Conselho de Contrôlo ficou constituído pelos representantes da Espanha, Inglaterra, França, Itália, Estados Unidos, Portugal, Bélgica e Países-Baixos. Nessa ocasião, ficou também estabelecido que nenhuma das grandes potências diretamente interessadas — França, Grã-Bretanha e Espanha — teria papel preponderante na administração da zona.

O Estatuto de 1945 tinha apenas carácter temporário e uma nova conferência deveria ter lugar, mais tarde, para regular definitivamente o Estatuto de Tanger. Esta jamais se realizou. Depois disso, a situação evoluiu. As potências ocidentais restabeleceram as relações diplomáticas com o General Franco. O

Pacto do Atlântico foi assinado e a posição da Espanha no sistema de defesa do mundo livre ficou em suspenso. Nos dias que correm, o chefe do governo espanhol considerou que o momento era oportuno para aumentar sua influência na cidade internacional.

#### PREPARATIVOS PARA A VIAGEM DE MARTIN ARTAJO

"A Espanha, publicou recentemente a *Gazette de Lauzanne*, tenta alcançar uma forte posição no Mediterrâneo e se impor como uma espécie de "mediadora natural" face à França e à Grã-Bretanha, apoiando-se na simpatia e na amizade que lhe dispensam as potências muçulmanas e isto explica sua política no Marrocos Espanhol, a qual pretende armar efeito junto às potências europeias "colonialistas" empenhadas no Marrocos, na Tunísia e no Egito. A Espanha tira partido desta situação e procura obter alguns trunfos para acrescentar ao seu jôgo, visando introduzir-se direta ou indiretamente na organização ocidental. O reforçamento de sua posição nos países do Oriente Médio é um meio de pressão importante, na ocasião em que as negociações do Cairo se encontram em ponto crítico, pois o problema tunisiano está longe de ser resolvido."

As visitas de M. Artajo atendiam aos convites feitos pelos seis governos árabes, alguns dos quais, por sua vez, correspondiam aos convites feitos anteriormente pelo governo espanhol a determinadas personalidades políticas muçulmanas.

Quatro destas personalidades haviam sido hóspedes da Espanha nos dois últimos anos: o Rei Abdullah, da Jordânia, em setembro de 1949; M. Takla Bey (\*), ministro dos Negócios Estrangeiros do Líbano, em maio de 1950, por ocasião da assinatura, em Madrid, de um tratado de amizade entre os dois paí-

ses; o ministro egípcio Taha Hussein Bey (\*), em novembro de 1950 e, em julho de 1951, Hassan Yusuf, chefe do Gabinete Real egípcio e enviado extraordinário do Rei Farouk para entregar ao General Franco o colar da Ordem de Méhmet Ali.

"O objetivo desta viagem, escrevia "Ya", jornal oficioso do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Espanha, é de agradecer aos governos dos seis países árabes pela sua atitude amistosa durante os anos de isolamento diplomático de nossa Pátria e de reforçar a amizade mútua para uma ação conjunta nos problemas internacionais de interesse comum."

A imprensa espanhola recordava que Azzam Pachá, secretário geral da Liga Árabe, havia declarado que "a Espanha é, por excelência, a nação mediadora entre o Oriente e o Ocidente". O jornal "Informaciones" acrescentava: "Há, com efeito, razões históricas e culturais profundas que conduzem a Espanha e o Oriente Médio para uma unidade política. Estas razões se tornaram mais fortes com o decorrer do tempo e, hoje em dia, elas permitem autorizar a formação de uma importante "entente" mediterrânea. A visita de Martin Artajo pelas capitais dos países do Oriente Médio pode revestir uma importância considerável nas relações internacionais... Formulamos a esperança de que outros acontecimentos contribuam igualmente para favorecer a unidade da Espanha com os países árabes."

O jornal "Arriba" afirmava de sua parte: "Os egípcios consideram que a Espanha quer melhorar sua posição, uma vez que os espanhóis sofrem de uma situação análoga a deles: os espanhóis e egípcios desejam controlar as duas entradas importantes do Mediterrâneo. Franco reclama Gibraltar à Inglaterra e o Egito quer que esta aban-

(\*) Bey — palavra turca arabeizada, significando Senhor; é um título de nobreza inferior ao de pachá, sendo ainda de grande uso nos países submetidos à dominação muçulmana e concedido a personalidades ou altos funcionários da administração pública. Era o título de certos soberanos e atualmente ainda o é do Bey de Tunis. (N.T.).

dane o Canal de Suez. Os espanhóis, tanto quanto os árabes, se opõem ao comunismo, mas não são membros da N. A. T. O."

Em face do exposto acima, qual foi a atitude do mundo árabe? Os portigos antes citados foram publicados nos primeiros dias de março. A 20 desse mesmo mês, Ahmed El Choukri Bey, secretário geral adjunto da Liga Árabe, em um editorial no jornal do Cairo "Al Bahagh", parecia lhe dar uma resposta: "Os países árabes desejam estabelecer relações cordiais e amistosas com a Espanha, mas manifestam o anelo de que estas relações sejam instituídas sobre bases sólidas, reclamando à zona espanhola de Marrocos o direito de dispor de sua própria sorte. Um gesto semelhante constituiria um bom começo para incrementar relações mais íntimas entre o Mundo Árabe e a Espanha, permitindo assim uma colaboração no plano internacional. Esta colaboração teria tanto mais importância, para o mundo inteiro, desde que os árabes e espanhóis tenham o Mediterrâneo em cada uma de suas extremidades."

#### A ACOLHIDA DO MUNDO ÁRABE

O Ministro dos Negócios Estrangeiros da Espanha começou sua viagem por Beyrouth, onde foi recebido pelo Cardeal Agagianian, chefe da Igreja Católica Armeniana no Líbano. Martin Artajo visitou igualmente o Mufti de Beyrouth e foi hóspede do Presidente da República libanesa, Bechara El Koury. Na Jordânia, foi recebido pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, inaugurou um novo centro cultural espanhol e ofereceu uma recepção em honra do Presidente do Conselho. Em Damasco, M. Artajo teve uma acolhida entusiástica, porque propagava-se que o governo de Madrid tinha recusado reconhecer o Estado de Israel. O ministro espanhol assinou com a Síria um "tratado de amizade e paz perpétua", juntamente com um acordo cultural; a seguir, partiu para Bagdad, onde conferenciou longamente com Nuri Said Pachá, Ministro dos

Negócios Estrangeiros do Iraque, que deveria acompanhar o regente Abdulillah na sua visita oficial à Madrid, em maio. O avião especial do Rei Ibn Saudi veio, em seguida, buscar M. Artajo para o conduzir à Ryad, capital de Saudi-Arábia.

Antes que chegasse ao Cairo, termo de seu périplo, a imprensa egípcia havia comentado amplamente a visita do ministro espanhol. Após ter evocado a questão do Marrocos espanhol, na qual "os estados árabes confiam que Madrid conceda a autonomia", o jornal "El Ahran" recordou que a Espanha, se bem que não faça parte da O.N.U., tinha auxiliado o Egito e os demais países árabes no curso da última sessão das Nações Unidas "em todas as causas que têm sustentado e, desse modo, servindo de traço de união entre os Estados Árabes e latino-americanos". O jornal acreditava que "o primeiro objetivo da visita de M. Artajo era o de obter a promessa dos países árabes de colaborarem com o campo ocidental" e acrescentava este comentário de maneira oficial: "Crê-se saber oficialmente que toda colaboração militar do Oriente árabe ou da região mediterrânea está subordinado, de imediato e antes de qualquer coisa, à resolução da causa egípcia na base da realização de suas aspirações nacionais".

Para o jornal da oposição "Al Misri", "está claro que a Espanha, com sua admissão na O.N.U., ganharia os votos dos países árabes, assim como se valeria da influência da Liga Árabe sobre o bloco árabe-asiático, este todo se somando ao apoio dado pela América Latina. Deste modo, a Espanha assegurase a uma posição internacional de primeiro plano, permitindo-lhe aderir ao Pacto do Atlântico".

A 26 de abril, Abdel Hassouna Pachá, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito, assinava com M. Artajo um acordo cultural. Por outro lado, desmentia formalmente que houvesse entabulado negociações entre a missão espanhola e o governo egípcio para a conclusão

de um Pacto do Mediterrâneo e a criação de uma força defensiva comum, constituída pelos Exércitos dos países interessados. No seio da Liga Árabe declarava-se igualmente que nenhum governo havia engendrado negociações desse género com M. Artajo.

#### OS DOIS "APOIOS" DA POLÍTICA EXTERNA DA ESPANHA

A 28 de abril, antes de deixar o Cairo, para volver à Espanha, M. Artajo exprimiu naturalmente sua mais viva satisfação pela simpatia com que havia sido acolhido nos países que visitara. O diário de língua francesa no Cairo, "La Bourse Egyptienne", tendo perguntado a ele que papel a Espanha pretendia desempenhar para reforçar as relações de amizade entre o Mundo Árabe e os Estados da América Latina, M. Artajo respondeu: "O Chefe do Estado Espanhol declarou, em mais de uma oportunidade, que os apoios da política externa da Espanha eram os países árabes e os da América espanhola. Oito séculos de vida em comum nos unem ao Mundo Árabe, após os quais a Espanha abriu ao mundo as portas de um novo continente, descobrindo a América. A Espanha é então o ápice de dois mundos e a base em que estão fundidas nossas civilizações. Se se deve estabelecer, algum dia, uma linha ideológica unindo o mundo árabe ao mundo hispano-americano, esta linha deverá passar forçosamente pelo meridiano espanhol, porque a História e a tradição têm suas exigências incoercíveis". M. Artajo insistiu, em seguida, sobre o carácter anti-comunista que deveria tomar o estreitamento dos vínculos entre o Oriente Médio e a Espanha, afirmando que o comunismo soviético, para os países árabes, significaria a destruição de todos os valores morais que são a própria essência de sua existência.

M. Artajo esclareceu também a posição espanhola no decurso da entrevista concedida ao redator-chefe do jornal "El Ahram". Declarou ele, entre outras, que a Espanha estava disposta a pedir ao

Oriente-Próximo um suprimento de petróleo "que lhe chegaria mais barato que o petróleo americano". Quanto às relações de seu país com a N.A.T.O., o embaixador Artajo afirmou: "A Espanha nunca pediu para fazer parte da N.A.T.O. e tão pouco pediu para ser admitida na O.N.U. e muito menos quis participar do Plano Marshall. A Espanha não pediu esmola, mas ela não rejeita sua parte na defesa da Europa, da mesma aforma que não foge às suas responsabilidades internacionais. De preferência a entrar num pacto ligando numerosos países e que poderia provocar embaraços, ela prefere um pacto direto, ajustável ao pacto ibérico de cooperações mútua absoluta e cordial com Portugal e que asseguraria a coordenação com os planos gerais de defesa europeia". Assim, seria aceita uma colaboração económica para a preparação de certas bases espanholas.

Sobre as relações franco-espanholas, M. Artajo assim se exprimiu: "Nem a França nem a Inglaterra nos tem tratado com justiça nestes últimos tempos... Mas não nos devemos deixar influenciar por um desejo de represálias que não aproveitaria senão a nosso inimigo comum — o comunismo soviético. Se a Espanha deve desempenhar um papel de aproximação, os limites e a significação desta atitude serão impostos pelos próprios fatos."

M. Artajo insistiu, por outro lado, sobre o "desinteresse" da presença espanhola no Marrocos. "Al Ahram" lhe tendo perguntado: "Até que ponto a concessão de mais ampla autonomia ao Marrocos espanhol daria lugar a uma entente com a França?", M. Artajo respondeu: "De qualquer modo, deve ter-se em consideração o espírito dos tratados em vigor, a fim de que, qualquer que seja a atitude assumida, esta se adapte à substância dos mesmos em relação à evolução normal, sem perder de vista o que foi, aliás, estipulado nesses tratados. A dependência jurídica em que se encontra a administração espanhola no Marrocos pode ser rompida por uma

declaração unilateral espanhola? Esta é a questão que foi imposta aos conselheiros jurídicos de numerosas chancelarias."

#### UM PACTO DO MEDITERRÂNEO?

No momento em que M. Artajo finalizava a sua viagem, Pedro Gomez Aparicio, diretor da "Agência Espanhola de Informações" caracterizou essa "tourné" em termos significativos. "A idéia manifestada é clara e constantemente nos jornais o objeto das conversações entabuladas durante a "tourné", escreveu ele, foi a do Pacto do Mediterrâneo." Após ter afirmado que a ameaça do comunismo passara para o segundo plano das preocupações, os dirigentes árabes, dispostos antes de tudo a se libertarem de toda tutela estrangeira, Pedro Aparicio acrescentava: "A realização do nacionalismo interessa, em primeiro lugar, aos países árabes como a premissa para o estabelecimento de possíveis colaborações." O diretor dessa agência acreditava que a inferência dos povos árabes em relação ao Pacto do Atlântico se transformara em desconfiança ante a iniciativa americana de criar um Comando no Oriente Médio, juntamente com a França, a Grã-Bretanha e a Turquia. "Por isso", escrevia ele, a defesa deve ser total, senão como um todo homogêneo, mas de preferência como reunião de muitos dos fatores da defesa. É natural que uma potência extra-mediterrânea, como os E. U., se ligasse excepcionalmente a uma Pacto do Mediterrâneo, mas os povos árabes não compreendem porque a Espanha não tenha sido eliminada até agora dos planos de defesa, precisamente pelos países sobre os quais incidem ressentimentos nacionalistas do Oriente Médio".

Gomez Aparicio concluía: "Perspectivas alentadoras se apresentam para o futuro próximo, no qual a Espanha será um traço de união entre os mundos árabe e americano e a sua harmonia e colaboração. As perspectivas tão grandes e construtivas constituem o sen-

tido que os árabes dão à idéia de um Pacto Mediterrâneo."

A missão de M. Artajo deu à Espanha profundas satisfações de amor-próprio. O esplendor oriental das recepções, a evocação de um passado comum cheio de glórias criaram uma atmosfera favorável ao bosquejo de grandes projetos. O futuro próximo dirá se esses projetos, de que procuramos mostrar a sua estrutura objetiva, por meio das referências da Imprensa dos países interessados, amadurecerão depressa ou serão abandonados.

Admissão da Espanha à Comunidade do Atlântico, convenções econômicas com as nações árabes, Pacto do Mediterrâneo, estatutos do Marrocos Espanhol e de Tanger, — tais são as grandes questões que Madrid colocou no primeiro plano da atualidade política do Ocidente. O General Franco joga uma partida difícil, diversamente apreciada por razões que todo o mundo conhece. Em Londres, por exemplo, certos meios políticos aprovam a viagem de M. Artajo, que pode permitir à Espanha, dizem eles, sair do seu isolamento; outros círculos dizem que a Espanha está "à procura de uma política externa" e vêm na "tourné" diplomática de seu ministro, a vontade de dar a seu povo a impressão de que seu papel é importante, ao mesmo tempo que valoriza a península aos olhos da Comunidade do Pacto do Atlântico; outros enfim, os trabalhistas, qualificam esta valorização de "prejudicial", uma vez que o General Franco, segundo eles, escolheu o momento justo em que as potências ocidentais enfrentam dificuldades com alguns dos países árabes, para se apresentar como o único chefe de governo que é amigo sincero deles.

#### A OPINIÃO DO MUNDO ARABE

Mas, que pensam os principais interessados que constituem o mundo muçulmano, fiel, inconstante e volúvel, sensível à elegância dos procedimentos, porém desconfiado ao extremo?...

Após a passagem de M. Artajo por Bagdad, "Al Schaab", diário independente, publicou um editorial que nos pareceu exprimir não somente o ponto de vista do Iraque, mas ainda o de uma parte notável dos países árabes, de que transcrevemos alguns trechos:

"Antes mesmo de M. Artajo deixar seu país, para iniciar sua "tour-née" pelas capitais árabes, informações referentes aos objetivos perseguidos pela Espanha tiveram um lugar de destaque nos jornais de nossa região."

"O ministro espanhol dos Negócios Estrangeiros e os membros de sua comitiva foram recebidos com a maior cordialidade nas capitais dos países árabes que visitaram... Os governos sábios são aqueles que trabalham para o estabelecimento de melhores relações com todos os demais países. É então dever dos governos árabes acolherem com satisfação, em princípio, toda iniciativa tendente ao estabelecimento de relações amistosas, mas com a condição de não permitir áqueles que a tomam, de a explorarem para seus próprios fins. Eis porque os governos árabes devem verificar os motivos que inspiram à Espanha seus esforços de aproximação com os árabes, e então, a seguir, estabelecer relações com essa potência, em uma base de reciprocidade nitidamente definida."

Os interesses políticos e econômicos dos países árabes devem ser o fim primordial de todo acôrdo ou tratado a ser concluído com a Espanha ou qualquer outro país. Os velhos laços históricos e culturais entre os árabes e a Espanha não constituem, por si sós, uma base suficiente para o estabelecimento de relações entre as nações. Pelo menos, não nos devem fazer perder de vista a base real sobre a qual está edificada a estrutura das relações entre as nações, ou sejam os interesses políticos e econômicos..."

Os árabes, do exposto acima, já se vê, não são somente os árdegos cavaleiros das fantasias românticas... Conhecem também a linguagem realista das chancelarias.

A 1 de maio, uma voz particularmente autorizada se fêz ouvir, a de Azzam Pachá, Secretário Geral da Liga Árabe, que declarou ao jornal egípcio "Al Misri" que a missão de M. Artajo "tinha, sem nenhuma dúvida, reforçado a colaboração entre a Liga Árabe e a Espanha". Como o redator do jornal lhe fizesse sentir que M. Artajo — como já se viu antes — não tinha tomado compromisso positivo referente ao Marrocos Espanhol, Azzam Pachá precisou que, "desde 1946 a Liga Árabe e a Espanha estabeleceram relações cordiais, na base da concessão de autonomia à zona califiana de Marrocos, esperando a realização da independência de todo o Marrocos. Desde então, a Espanha e os países árabes colaboram cordialmente. A visita de Artajo reforçou a esperança de se ver realizada a independência marroquina."

Convém assinalar, a este respeito, que as Côrtes aprovaram a 29 de abril, um plano quinquenal de valorização do Marrocos Espanhol, comportando programas de desenvolvimento da agricultura, instrução e trabalhos públicos numa soma de 260 milhões de pesetas. Nada neste plano parece confirmar as intenções atribuídas ao General Franco em conceder à zona espanhola do protetorado a sua completa autonomia em futuro próximo.

Conforme declarou Azzam Pachá, não há nenhuma contradição entre a vontade da Liga Árabe de manter sua neutralidade em relação ao bloco formado pela U.R.S.S. e seus satélites e sua aproximação com o governo do General Franco, adversário do comunismo. Com efeito, os Estados Árabes sempre se abstiveram de qualquer ingerência na política interna dos outros países. "Nossa aproximação com a Espanha, diz Azzam Pachá, não significa que a Liga dê seu apoio ao regime franquista, da mesma forma que o nosso apoio dado, em diversas ocasiões, na Assembléia da O.N.U., à Rússia soviética, não significava que os países da Liga aprovassem o comunismo".

Evocando a aproximação entre o Islam e a Igreja Católica, o chefe da Liga Árabe salientou que, pela primeira vez na História, o Rei do Egito havia decidido estabelecer relações diplomáticas com o mundo católico. "Desde então, acrescentou ele, os países árabes estão empenhados em estreitar os vínculos com o mundo católico. Eu mesmo já fui recebido em audiência pelo Papa e não esquecerei jamais as palavras que S. S. me dirigiu e que provam seu profundo desejo de ver estabelecida a paz e a colaboração entre nós.

#### A UNIDADE ESTRATÉGICA HISPANO-PORTUGUESA

Enquanto Martin Artajo cumpria sua delicada missão, que procuramos expor do nosso melhor modo, em seus diversos aspectos, o General Franco encontrava-se, a 14 de abril, com Oliveira Salazar, chefe do governo português, em Ciudad Rodrigo, província da Salamanca. O tratado hispano-português de 1939, renovado em 1943, previa consultas entre os dois países, no caso em que um deles fesse levado a contrair compromissos com uma terceira potência. Assim foi feito, quando Portugal aderiu ao Pacto do Atlântico e os entendimentos de Ciudad Rodrigo aparecem como continuação daqueles que assinalaram a visita do General Franco à Lisboa e a do Presidente Salazar à La Corunha, em setembro de 1950.

Após dois dias de conversações, ambos os chefes de Estado anunciaram a formação duma frente comum em assuntos de defesa. O comunicado esclarecia que as "altas partes contratantes" tinham concordado em considerar a Península Ibérica como um só bloco em qualquer negociação diplomática futura, especialmente no concernente aos problemas do Ocidente. Para a maior parte dos observadores diplomáticos, o acordo de Ciudad Rodrigo marca o desenvolvimento lógico da política portuguesa, que consiste em associar, duma maneira ou doutra, a Espanha à defesa ocidental. Por várias vezes, os portu-

gueses declararam que a participação de seu país na N.A.T.O. só teria sua plena significação quando a Espanha fizesse parte dessa organização.

Por ocasião da reunião do Conselho da N.A.T.O. em Lisboa, no decorrer do mês de fevereiro de 1952, Da Cunha, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, tinha insistido longamente sobre a necessidade de aceitar-se a Espanha nesse organismo. "É lamentável, declarou ele, que ainda não se tenha feito desaparecer o absurdo estratégico da ausência da Espanha na defesa do mundo ocidental". É possível e mesmo provável, acrescentou ainda, que os chefes dos governos espanhol e português tenham considerado, em Ciudad Rodrigo, a conclusão de um pacto tripartido: Estados Unidos — Espanha — Portugal, às vésperas da retomada das conversações hispano-americanas, acionadas pelo novo embaixador em Madrid, Lionel Mac Veagh. Do mesmo modo, o General Franco, sem dúvida, tem procurado colocar o Presidente Salazar ao corrente de seu projeto de um pacto do Mediterrâneo, (em que a Península Ibérica constituiria um dos principais sustentáculos) e bem assim de suas intenções sobre os estatutos de Tanger e do Marrocos Espanhol.

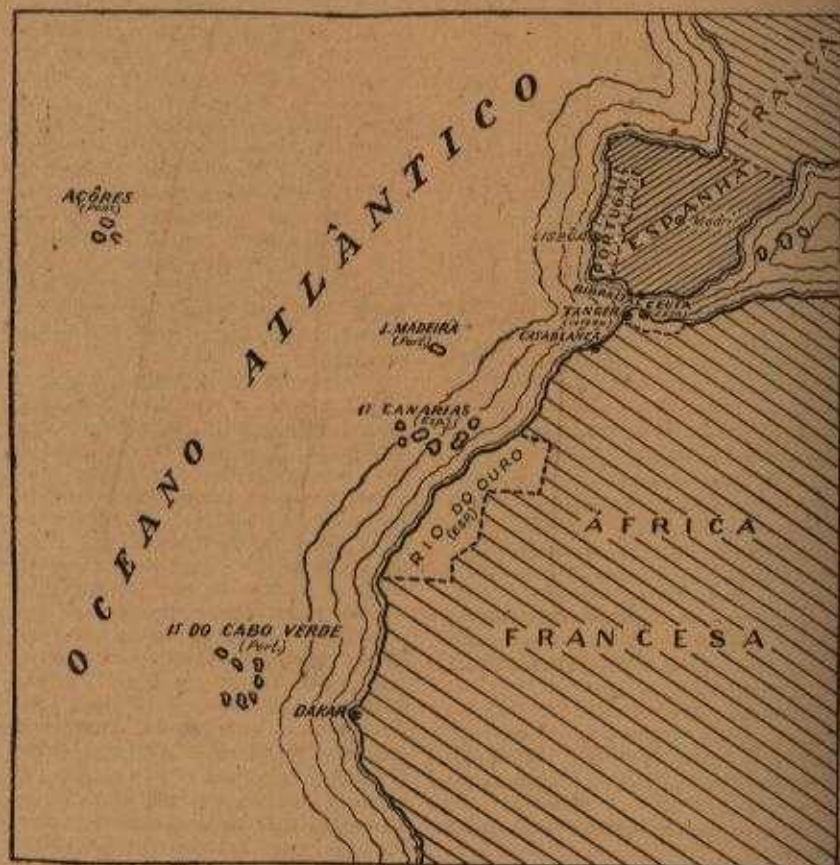
Justamente na ocasião em que a Grã-Bretanha consentava uma garantia militar com os membros da comunidade de defesa europeia é que era encarado um pacto hispano-luso-americano. Diante da coincidência, alguns comentaristas políticos se perguntam se, por ventura, não haveria uma relação entre estes dois fatos e se previamente Washington e Londres não se teriam posto de acordo para reforçar de uma parte o "binário" hispano-português, "uma vez que Londres apoiaria o Exército Europeu". Ao que parece, comenta-se ainda, os projetos de acordos militares entre Washington e Madrid não serão elaborados definitivamente senão após a assinatura de um acordo entre Portugal e os Estados Unidos sobre a utilização, por estes, de bases nos

Açores. Assim sendo, confirmado estará, uma vez mais, a unidade estratégica entre os dois países da Península Ibérica, ao mesmo tempo que poderiam ser preparadas, segundo os termos do comunicado de Ciudad Rodrigo, "as medidas próprias a uma ação defensiva comum no quadro geral da defesa do Ocidente".

Tudo isto, no momento, são hipóteses. Todavia, um simples golpe de vista sobre a carta basta para esclarecer os profanos sobre a importância estratégica e geográfica decisiva da posição dos Açores no Atlântico, que surgiu, de modo incontestável, no decurso da segunda grande guerra. Em 1943 e 1944, Portugal tinha um efetivo de cerca

de 25.000 homens nos Açores e outro tanto distribuído pelas guarnições da Madeira, Cabo Verde, Angola e Moçambique. A importância que os aliados dispensavam aos Açores era tão grande que, segundo Robert E. Sherwood — em seu livro "Roosevelt e Hopkins" — essas ilhas eram designadas, no código de guerra, pela expressão "H-jebelt" (cinto de salvamento).

Como secretário assistente da Marinha, durante a guerra de 1914-1918, o Presidente Roosevelt havia tido a oportunidade de visitar os portos de Horta e Ponta-Delgada. Em julho de 1941, enviou êle uma extensa carta pessoal a Salazar, na qual declarava, entre outras, que o "exercício continuado da jurisdi-



ção soberana e total do governo português sobre o território de Portugal, Açores e de todas as colônias portuguesas, oferece, no que tange a essas regiões, uma garantia completa de segurança ao Hemisfério Ocidental. O governo dos EE. UU. vê com a maior satisfação as medidas já tomadas e as que estão em curso de execução por parte do governo português, para fortificar a defesa dos Açores e das colônias portuguesas, de modo a prevenir qualquer ato de surpresa por parte da Alemanha ou das potências que com ela cooperam. Desejo manifestar ainda que é de uma importância vital para os EE. UU. que a soberania portuguesa sobre os Açores e as colônias portuguesas se mantenha intacta e que o nosso governo está pronto a ajudar as autoridades portuguesas na defesa de suas possessões.

Longas negociações se sucederam ao acordo de 17 de agosto de 1943, entre os chefes das delegações militares britânicas e portuguesas, Vice-Almirante Botelho de Souza e o Vice-Marechal do Ar C. E. H. Medhurst. Ficou finalmente estipulado que "o uso efetivo das facilidades concedidas nos Açores ao governo de Sua Magestade poderia começar a 8 de outubro". Portugal, ligado à Espanha pelo Tratado de Amizade e não agressão de 1939 e pelo protocolo adicional de 1940, julgou necessário encaminhar uma comunicação oficial prévia ao governo de Madrid. Ninguém, à ex-

ceção dos negociadores, tinha tido conhecimento do acordo de 17 de agosto.

Nos primeiros dias de outubro de 1943, Salazar saiu de Lisboa para encontrar-se com o Conde de Jordana que, a partir de setembro de 1942, havia substituído Serrano Sunner no Ministério dos Negócios Estrangeiros da Espanha, cujas tendências germanófilas eram bem conhecidas. O conde veio de Madrid, juntamente com Teotônio Pereira, embaixador de Portugal e se deteve, — como o faria Franco a 14 de abril de 1952, — no "Parador" de Ciudad Rodrigo onde a entrevista teve lugar na manhã seguinte. Salazar dormiu no pequeno albergue de Vilar Formoso, em frente à gare.

Em suas memórias "Wartime Mission in Spain" — o antigo embaixador dos EE. UU. em Madrid, Carlton Hayes, descrevendo a entrevista, assim se expressou: "Logo após, Jordana informava o embaixador de Portugal que o Caudilho havia sido consultado e que este não via nenhuma razão porque as concessões portuguesas aos aliados pudessem, sob qualquer pretexto, afetar o bloco ibérico ou a neutralidade da Espanha."

\* \*

Evocamos esses acontecimentos, apenas porque o passado, às vezes, ajuda a compreender o presente!...

## CASA MUNHOZ

Secos e Molhados Finos — Máquina de Beneficiar Arroz

**Irmãos Munhoz Ltda.**

ATACADISTAS

RUA MORAES BARROS, 1057 — FONE, 303 — PIRACICABA — E.S. PAULO

IMPORTAÇÃO E COMÉRCIO

ESCRITÓRIO: RUA PAULA SOUZA, 471 — SÃO PAULO

# PANORAMA ESTRATÉGICO DO MUNDO EM QUE VIVEMOS

Ten.-Cel. JOAO BAPTISTA PEIXOTO

## 1 — ASPECTOS GEOGRAFICOS

Ao contemplarmos um "Mapa Mundial", podemos verificar coisas já muito conhecidas da geografia, mas que não devemos desprezar, já que pretendemos apreciar alguns aspectos geográficos de grande significação estratégica no quadro geral do grande conflito que divide o mundo atual.

Em primeiro lugar, constatamos que a maior parte das superfícies terrestres do orbe está localizada no Hemisfério Setentrional. Só a América do Sul, a África meridional e a Austrália, ficam abaixo do Equador. Como consequência disso, os grandes acontecimentos da história têm-se desenrolado na faixa compreendida entre as latitudes de 20 e 60 graus N. Podemos verificar também que, na direção geral dos paralelos, existe, no Hemisfério Norte, uma rota que, no passado, foi o caminho natural de expansão da civilização, e, no presente, é a artéria vital do Mundo, pela qual circula grande parte da riqueza universal.

Essa importante linha de comunicações, que circunscreve o Mundo, atravessando os maiores Oceanos e os mais populosos continentes, passa por Gibraltar, Malta, Suez, Aden, Ceilão, Singapura, Filipinas, Japão, Ilhas Marshall, Ilhas Hawai, São Francisco da Califórnia, Nova York e Ilhas Britânicas.

Sobre a excepcional importância econômica, política e militar dessa rota transoceânica, basta dizer que ela atravessa as maiores jazidas petrolíferas do mundo, liga as maiores concentrações demográficas do

globo e contém estratégicas bases navais e aéreas da Inglaterra e dos E.U. na Europa e na Ásia.

Podemos ainda observar que, no Hemisfério Ocidental, apenas se encontram as três Américas, estando localizados, no Hemisfério Oriental, todos os demais continentes; não sendo portanto razoável dizer-se que o atual conflito que divide o mundo é uma luta entre o Ocidente e o Oriente.

Talvez fôsse mais exato dizer-se que estamos diante de uma luta causada pelo choque entre uma expansão continental e o poder marítimo; ou ainda, uma gigantesca luta entre u'a massa continental — a Eurásia e dois oceanos — o Atlântico e o Pacífico. Aliás, nos primeiros anos do século atual, o célebre geógrafo inglês Mackinder disse que a história do mundo sempre foi e será feita pela pressão que os numerosos povos (continentais) do coração da Eurásia exercem sobre os povos (marítimos), estabelecidos em torno deste continente, acrescentando que, quem dominasse a Ilha Mundial (supercontinente que engloba a Europa, a Ásia e a África), dominaria o mundo.

De fato, a história tem confirmado esta luta épica entre a Terra e o Mar; apenas, até hoje ninguém conseguiu dominar o Velho Continente, nem Napoleão, nem os pangermanistas.

A Eurásia, parte principal da Ilha Mundial, que a Rússia procura conquistar, já está quase toda sob o domínio Soviético, faltando para isso, apenas, alcançar as or-

las continentais no Atlântico (Europa Ocidental), no Mediterrâneo, na Arábia (Irã, Irak), no Índico (Tibet, Birmânia) e no Pacífico (Coreia, Indo-China, Malaca).

Para impedir que a Rússia domine completamente a populosa Ilha Mundial, tem os E.U. prestado grandes auxílios econômicos e militares a diversos países da Europa, do Oriente Médio e da Ásia.

Além disso, a poderosa nação norte-americana mantém, com a Grã-Bretanha, em torno da Eurásia, uma forte cadeia de bases insulares que, partindo do Alasca, passa pelas Aleutas, pelo arquipélago japonês, Ilha Formosa, Filipinas, Bornéu, Singapura, Ceylão, Aden, Suez, Cypré, Malta, Gibraltar, Ilhas Britânicas e Islândia.

É esta cadeia de bases que a Rússia procura interceptar nos pontos mais frágeis, mas nos quais o êxito da investida é de grande alcance político, econômico e militar, tais como na Coreia, na Formosa, na Indochina, na Birmânia, no Irã, na Itália e na Alemanha.

Pelo que ficou dito acima, é fácil deduzir as vantagens que a posição geográfica da Rússia oferece ao seu poder terrestre, no caso de uma guerra intercontinental.

O próprio presidente Truman disse, certa ocasião, que se a U.R.S.S. dominasse a Europa, Ásia e a África, possuiria um potencial humano e forças militares que jamais poderiam ser igualadas, tendo acrescentado que a U.R.S.S. não precisava atacar os E.U. para dominar o mundo, podendo alcançar seus fins isolando e engolindo os seus aliados separadamente.

A própria fisiografia da U.R.S.S. (extensão, configuração, relevo, hidrografia e clima) lhe seria inteiramente favorável, no caso de uma guerra, como aliás a história já demonstrou por duas vezes, em 150 anos.

Primeiro, Napoleão, depois, Hitler, esgotaram seus exércitos nas grandes distâncias e nos invernos russos.

O calcanhar de Aquiles dos E.U. é, entretanto, a proximidade em que o extremo siberiano se encon-

tra do território americano, do qual está separado apenas, pelo estreito de Bering, cuja largura é de 76 km.

Esse famoso estreito, descoberto por um dinamarquês no ano de 1730, separa o território do Alasca da península de Churkotski e é, hoje, a mais perigosa fronteira do mundo.

De ambos os lados, os preparativos militares são febris e já existem poderosas bases aéreas e navais.

O território do Alasca é o principal baluarte da defesa dos E.U. contra a Rússia, porque fica a meio caminho da melhor rota para os russos atacarem a América com bombas atômicas transportadas por superbombardeiros a jato.

Mas, o "espaço" não é o único fator a ser ponderado nos grandes conflitos. Existem outros, talvez até de maior influência.

## II — ASPECTOS ETNOGRÁFICOS

A guerra é uma luta entre duas vontades.

Sendo assim, o elemento humano é um importante fator a ser considerado nos conflitos bélicos, quer sob o ponto de vista étnico, quer sob o ponto de vista demográfico.

Como os E.U., a Rússia é habitada por povos de diferentes origens raciais. A cidadania Soviética varia do indivíduo com várias características européias ao de características do povo chinês, mongol, árabe e mesmo esquimó.

Por essa razão, o povo Soviético apresenta u'a mistura sem igual de características européias e orientais.

A população Soviética é estimada em 200 milhões de habitantes.

Em consequência de grande perda de vidas durante a 2ª Guerra Mundial (estimada em 12 milhões), o seu crescimento demográfico foi temporariamente diminuído, porém não estacionado.

O aumento da população soviética é, sobretudo, de mocós.

Possui milhões de indivíduos jovens e vigorosos para sustentarem

a política soviética na paz ou na guerra.

Se acrescentarmos à população da Rússia, vários milhões de habitantes dos seus 17 satélites, a população dos estados soviéticos deve ser estimada em cerca de 800 milhões, cifra essa realmente astronômica.

Ao contrário do que geralmente se diz, o soldado russo tem um alto padrão, sobretudo de resistência física, bravura e patriotismo.

### III — ASPECTOS ECONÔMICOS

A segunda guerra mundial veio evidenciar que o poder militar de u'a nação ou de um grupo de nações é função direta do poder econômico, ou melhor, do volume da indústria pesada, aliado à capacidade técnica e científica.

Sendo assim, o poder militar não repousa somente no número de homens em armas e na bravura dos soldados nos campos de batalha, mas depende também da capacidade dos operários que trabalham nas fábricas de material bélico, assim como do padrão dos técnicos e cientistas que, nas oficinas e nos laboratórios, contribuem silenciosamente para aumentar a potência dos engenhos de guerra.

Por outro lado, a motorização das forças armadas aumentou consideravelmente a extensão dos teatros de operações, outrora limitados a determinadas áreas.

Os efetivos totais em homens e material foram extraordinariamente elevados e os exércitos passaram a consumir quantidades astronômicas de aço e combustíveis.

A Rússia é um país rico em recursos naturais e mesmo auto suficiente. Todavia, a sua produção de aço, estimada em 30 milhões de toneladas, é menos da terça parte da produção norte americana, que atinge a 95 milhões de toneladas métricas por ano.

Do mesmo modo, a U.R.S.S. não tem petróleo em quantidade suficiente para abastecer o exército vermelho e a aviação soviética por um largo período.

Sua produção de petróleo é da ordem de 35 milhões de toneladas, o que corresponde aproximadamente à décima parte da produção norte-americana.

Porém, muito próximo do Cáucaso, fica o golfo pérsico, cuja bacia é a maior região petrolífera do mundo (suas reservas são calculadas em 17 milhares de milhões de ton., contra 4.000 milhões de cálcaro e 5.000 milhões do Texas e da Califórnia reunidos).

Apesar destas deficiências, o ponto fraco da Rússia é o seu pobre sistema de transporte.

A rede ferroviária Soviética, que já não correspondia plenamente às necessidades normais do país, foi seriamente danificada durante a 2ª Guerra Mundial e dificilmente a sua recuperação atenderá às exigências de ordem militar, considerando-se, sobretudo, as grandes extensões do país.

A capacidade técnica e científica da Rússia é incontestavelmente muito inferior a dos E.U., embora não se deva desprezar que a U.R.S.S. abriga hoje muitos técnicos e cientistas estrangeiros, principalmente alemães.

Dispondo de volumosa quantidade de matérias-primas básicas e um aperfeiçoado aparelhamento técnico industrial, os E.U., podem fabricar em massa, e com uma incrível rapidez, tudo o que a nação precisar, em qualquer emergência.

Essa extraordinária possibilidade, que até hoje somente eles conseguiram, representa uma vantagem tão grande sobre as demais nações ou grupo de nações, que não seria exagero dizer que, mesmo sosinhos, eles poderiam vencer a U.R.S.S. num conflito armado.

### IV — ASPECTOS MILITARES

Quando começou a guerra da Coreia, as notícias sobre o poderio militar da Rússia, não eram nada tranquilizadoras.

Conforme dados fornecidos à U.P. pelos ministros da defesa da França e da Grã-Bretanha, a U.R.S.S. possuía, naquela ocasião, mais de quatro milhões de homens

em armas, sendo 2.900.000 no Exército, 700.000 na Aeronáutica, 250.000 na Marinha e o restante nas organizações policiais.

O Exército soviético tinha 175 divisões de Infantaria e podia mobilizar mais de 300 no prazo de 6 meses. Uma terça parte dessas divisões era mecanizada ou blindada, o que corresponde a dizer que a tropa de Infantaria era apoiada por 4.000 ou 5.000 carros de combate.

Sem efetuar nenhuma mobilização, a Rússia poderia empregar 80 divisões contra a Europa Ocidental e facilmente alcançar os Pireneus, em alguns dias. Só a Península Ibérica e as ilhas britânicas poderiam ser defendidas, até que fosse concluída a contra-mobilização.

Quarenta divisões estavam estacionadas no Extremo Oriente, prontas para entrar em ação com os Exércitos de Mão-Tse-Tung.

No Cáucaso, existiam 25 divisões que, de um momento para outro, poderiam conquistar as jazidas petrolíferas do Irã, do Irak e da Arábia.

Na frente balcânica, além do exército da România e da Bulgária, a U.R.S.S. mantinha cerca de 20 divisões, face ao Exército turco, cujo efetivo aproximado era de 350.000 homens ou sejam 25 divisões.

Na Escandinávia, a Rússia mantinha 10 divisões, para fazer frente a 30.000 homens do Exército finlandês; 35.000 do Exército Sueco e 25.000 do Exército norueguês.

A força aérea, possuía cerca de 19.000 aviões, dos quais 8.200 eram aviões de caça; 3.700, bombardeiros leves e médios; 1.200, bombardeiros pesados; 1.800, aviões de transporte; e 4.100, aparelhos de treinamento e de outros tipos. Grande parte dos aviões de caça e bombardeio já eram de propulsão a jato.

A marinha possuía cerca de 360 submarinos em serviço e 120 em construção, sendo mais da metade deles da classe "L Snorhel", cujo raio de ação é de 7.000 milhas, su-

ficiente para atravessar o Atlântico em viagem de ida e volta.

Além dessa formidável força militar, a U.R.S.S. poderia contar com cerca de 64 divisões dos países satélites, das quais, 18 pertenciam à Polónia, 17 à Tchecoslováquia, 14 à Hungria, 8 à Bulgária e 1 à Albânia, sem contar com o Exército jugoslavo, por não ser muito clara a posição que tomaria este país no caso de um conflito geral.

Contrastando com esse enorme poderio, a força terrestre da organização do Atlântico Norte, prevista para princípios de 1952, era da ordem de 17 divisões, das quais 6 seriam norte-americanas, 5 francesas, 4 britânicas e talvez 2 belgas, efetivo este aumentado posteriormente com a criação do Exército Europeu, do qual participariam forças da França, da Alemanha, da Itália, da Bélgica, da Holanda e da Luxemburgue, num total de 750.000 homens (55 a 60 divisões). A essa força contribuiriam ainda os E.U. e a Inglaterra com cerca de 10 divisões, cada uma, além das forças navais e aéreas.

A despeito porém de tão acentuada desproporção de efetivos, as possibilidades de um ataque geral da Rússia eram relativamente limitadas.

Além de outros fatores, existia um obstáculo de grande significação que impedia a execução da quele empreendimento sem graves riscos.

Toda a Eurásia estava cercada de poderosas bases aéreas e navais, das quais enormes formações de moderníssimos bombardeiros pesados norte-americanos e ingleses poderiam contra-atacar imediatamente e destruir, de um só golpe, inúmeros centros vitais da máquina de guerra soviética com 500 bombas atômicas, o que indiscutivelmente representava uma grande vantagem de ordem estratégica.

A despeito de sua transcendente importância militar, o conjunto — bases aéreas bem localizadas, aviões de grande raio de ação e estoque

de bombas atômicas — não era suficiente para ganhar a guerra.

Este objetivo só poderia ser atingido por um harmonioso organismo constituído de forças terrestres, aéreas e navais.

O conflito coreano veio demonstrar a necessidade dos E.U. aumentar o seu programa militar de conformidade com as exigências da política externa do país.

Dêsse modo, desde julho de 1950, o Congresso norte-americano passou a conceder créditos cada vez mais elevados para custear despe-

sas relacionadas com a segurança interna e externa do país.

Grande parte da possante indústria norte-americana passou a trabalhar novamente para as forças armadas.

Inúmeros cientistas e técnicos foram convocados para servir nos centros de pesquisa e aperfeiçoamento dos engenhos de guerra.

Em menos de dois anos, a produção bélica foi multiplicada e surgiram centenas de novas armas para aumentar a potência do fogo das forças democráticas.

---

## DUAS DATAS DE GRANDE SIGNIFICAÇÃO PARA O RODOVIARISMO PARANAENSE

A data de 18 de dezembro, duplamente auspiciosa para a família rodoviária, concretiza o dinâmico esforço da atual geração paranaense de técnicos, para dar ao nosso progresso bases sólidas consoante aos imperativos da evolução econômica do Estado.

Assim como um engenheiro sabe, na direção da vida administrativa do Estado, avaliar as qualidades de um profissional, assim também todos sabem encontrar-se, à frente do D.E.R., um técnico que, às suas qualidades de realizador, animado do mais sadio espírito construtivo, alia uma sólida formação sociológica.

Quando, nos primórdios da autonomia administrativa do Paraná, o sonho de Rebouças encontrava a sua plena concretização entre o litoral e o primeiro planalto, graças ao ânimo cívico de Monteiro Tourinho, já a mais jovem unidade da Federação auscultava em seu território as pulsações de um porvir magnífico. Ditoso é o Paraná por encontrar, de uma geração a outra, idêntica compreensão dos mais importantes problemas da vida do Estado, dentro da mesma estirpe de servidores da causa pública.

O nome de Munhoz da Rocha indica uma tradição honrosa nas esferas governamentais. Além dele, conta a terra de Iguacu e de Guaira com outras sucessões de pujantes servidores de sua estupenda evolução progressista.

Militares insígnies — os Tourinhos — brilharam e brilham desde os princípios do Paraná, tanto no setor da vida administrativa como nos grandes fastos da terra. A estrada de Graciosa, a escalada da serra no Purunã e outras obras de grande porte marcaram a obra de Monteiro Tourinho, bem como, na geração seguinte, a epopéia da Lapa, a fundação da Universidade e a arrancada gloriosa de 1930 dizem bem alto dos empreendimentos desses devotados servidores desta terra abençoada.

de bombas atômicas — não era suficiente para ganhar a guerra.

Este objetivo só poderia ser atingido por um harmonioso organismo constituído de forças terrestres, aéreas e navais.

O conflito coreano veio demonstrar a necessidade dos E.U. aumentarem o seu programa militar de conformidade com as exigências da política externa do país.

Desse modo, desde julho de 1950, o Congresso norte-americano passou a conceder créditos cada vez mais elevados para custear despe-

sas relacionadas com a segurança interna e externa do país.

Grande parte da possante indústria norte-americana passou a trabalhar novamente para as forças armadas.

Inúmeros cientistas e técnicos foram convocados para servir nos centros de pesquisa e aperfeiçoamento dos engenhos de guerra.

Em menos de dois anos, a produção bélica foi multiplicada e surgiram centenas de novas armas para aumentar a potência do fogo das forças democráticas.

## DUAS DATAS DE GRANDE SIGNIFICAÇÃO PARA O RODOVIARISMO PARANAENSE

A data de 18 de dezembro, duplamente auspiciosa para a família rodoviária, concretiza o dinâmico esforço da atual geração paranaense de técnicos, para dar ao nosso progresso bases sólidas consoante aos imperativos da evolução econômica do Estado.

Assim como um engenheiro sabe, na direção da vida administrativa do Estado, avaliar as qualidades de um profissional, assim também todos sabem encontrar-se, à frente do D.E.R., um técnico que, às suas qualidades de realizador, animado do mais sadio espírito construtivo, alia uma sólida formação sociológica.

Quando, nos primórdios da autonomia administrativa do Paraná, o sonho de Rebouças encontrava a sua plena concretização entre o litoral e o primeiro planalto, graças ao ânimo cívico de Monteiro Tourinho, já a mais jovem unidade da Federação auscultava em seu território as pulsações de um porvir magnífico. Ditoso é o Paraná por encontrar, de uma geração a outra, idêntica compreensão dos mais importantes problemas da vida do Estado, dentro da mesma estirpe de servidores da causa pública.

O nome de Munhoz da Rocha indica uma tradição honrosa nas esferas governamentais. Além dele, conta a terra de Iguazu e de Guaíra com outras sucessões de pujantes servidores de sua estupenda evolução progressista.

Militares insígnies — os Tourinhos — brilharam e brilham desde os princípios do Paraná, tanto no setor da vida administrativa como nos grandes fastos da terra. A estrada de Graciosa, a escalada da serra no Purunã e outras obras de grande porte marcaram a obra de Monteiro Tourinho, bem como, na geração seguinte, a epopéia da Lapa, a fundação da Universidade e a arrancada gloriosa de 1930 dizem bem alto dos empreendimentos desses devotados servidores desta terra abençoada.

Agora, vem-se afirmando uma terceira geração, não só na esfera das forças armadas senão ainda no terreno da técnica — esta também representada por diferentes propulsores da expansão econômica paranaense.

O homenageado de hoje, Luiz Carlos Pereira Tourinho, vem impulsionando a política rodoviária do Paraná dentro de um Plano magnífico, por certo o mais representativo dentre quantos se realizam na América do Sul.

Com efeito, nesse fulgurante esquema reside hoje grande soma da aspiração econômica do próprio Paraguai, que terá em Antonina o seu escoadouro mais célere no Atlântico. Realmente, a zona de influência da baía de Paranaguá, quando estiver ultimado, em sua execução, o Plano Rodoviário do Estado do Paraná, prolongar-se-á até os Andes. Prismado em objetivos puramente técnicos e econômicos de ordem nacional, a execução desse programa é um dos imperativos irremovíveis da vitalidade brasileira, a começar do que diz respeito à nossa riqueza mais representativa — o café. É, portanto, uma planificação ampla e que atende a todos os quadrantes do Estado.

A auto-estrada entre Curitiba e Paranaguá bastaria para consagrar essa obra extraordinária. Todos os quadrantes do Estado serão beneficiados pelo Plano, que abrange também mais de mil quilômetros de pavimentação asfáltica, a qual já foi iniciada, com galhardia, em todo o percurso da estrada básica da região cafeeira setentrional.

O duplo aniversário que hoje se festeja, o do D.E.R. e o do seu diretor, enche de júbilo todos aqueles que labutam nesse Departamento, onde se trabalha pela maior afirmação da grandeza do Paraná e do Brasil.

Testemunha que somos das realizações onímodas do Departamento, realizações que nos foi dado focalizar, em seus diferentes aspectos, através da imprensa, como fizemos nas colunas do "Estado do Paraná", vimos trazer ao Coronel Luiz Carlos Tourinho e aos seus dedicados colaboradores as expressões da nossa entusiástica admiração, formulando os mais sinceros votos para que a obra do D.E.R. venha completar-se no seu majestoso Plano, para maior afirmação da grandeza da Pátria.

(N. 19)

---

### VIEIRA, S. A.

Comércio e Indústria de Madeiras — o — Soalhos, forros e madeiras em bruto  
Escritório Central: Rua Tupi, 68 — Caixa Postal. 764 — Telefones: 261 e 581  
Telegramas: "VIEIRA" — LONDRINA — ESTADO DO PARANÁ

"SERRARIA LUZITANA" — DIST. DE IREZE

"DEPÓSITO LUZITANO" — RUA CURITIBA, ESQ. COM RUA PARA

Manoel Vieira de Jesus

Representante

RUA APINAGÊS, 569 — TELEFONE 52-2759 — SÃO PAULO

# A HISTÓRIA MUNDIAL E O PODER MARÍTIMO

Pelo Almirante S. M. ROBINSON (U. S. N. Tido.)

Tradução do C/C F. Castro Paláez

Tradução, data vênia e adaptação dos Majores Cesar Gomes das Neves e Heráclides de Araújo Nelson

A influência do poder marítimo na História do mundo tem sido estudada por autores ilustres. Por isso poderíamos passar por presumidos pretendendo acrescentar algo de novo a tal assunto. Sem dúvida, é um fato constatado que em nenhum momento a história universal foi revista em função apenas do poder marítimo. É surpreendente a simplicidade da relação que liga o poder marítimo com a história da humanidade e o desenvolvimento do poderio das nações. Neste artigo, trataremos de mostrar esta relação de forma tão concisa que se torne impossível uma interpretação errônea.

Começaremos observando que não têm sido muitas as guerras mundiais. Poderíamos estimar a importância das guerras de acordo com as distâncias percorridas ou a quantidade de homens que delas participaram, ao invés de fazê-lo em função de seu efeito na História. Julgamos poder definir uma guerra mundial como aquela na qual tomaram parte a potência ou potências maiores da época e cujos resultados foram decisivos para a história da civilização. Esta definição eliminaria então as marchas de Tamerlan, Genghis Kan e outros chefes mongóis, por exemplo. Embora estas guerras tenham abrangido áreas imensas e enormes tenham sido as perdas em vidas humanas, o resultado final teve efeitos pouco sensíveis para o progresso da civilização.

É nossa intenção, neste artigo, passar em revista todas as guerras

mundiais e demonstrar que todas elas foram decididas finalmente pelo poder marítimo. Levando-se em conta este fato, poderia alguém perguntar: por que razão os historiadores têm dedicado tão pouca atenção às atividades das esquadras e dos navios? A resposta surge naturalmente. Como regra geral, o poder marítimo não opera rápido nem espetacularmente. Normalmente, sua ação se faz sentir a longo prazo; a crônica correspondente é frequentemente monótona, quando não, francamente aborrecida.

E agora, ocupemo-nos de nossas guerras. A primeira guerra mundial foi a travada entre gregos e persas. Começou como uma expedição primitiva de uma grande potência contra outra pequena; porém, converteu-se em uma longa luta que terminou com a invasão da Pérsia por Alexandre. Esta guerra decidiu que a civilização oriental não fosse a dominante e como resultado a civilização grega estendeu-se sobre toda a Ásia Ocidental e a Europa Meridional. A segunda guerra mundial teve como protagonistas romanos e cartagineses e é conhecida comumente como Guerras Púnicas. Também nesta guerra, como na primeira, decidiu-se que seria a Europa e não a Ásia quem traçaria o rumo da civilização. A terceira guerra mundial foi a maior de todas, com uma duração de 1.000 anos. Começou com o aparecimento de Mahomé, em 569 de nossa era e terminou com a batalha naval de

Lepanto em 1571. De novo defrontaram-se Ásia e Europa e novamente as glórias foram para esta última, porém com resultados pouco satisfatórios como mostraremos mais adiante. A quarta guerra mundial abrange o período da Revolução Francesa e as Guerras Napoleônicas. Esta foi a primeira guerra mundial em que as principais potências participantes eram todas européias. A quinta e a sexta guerras mundiais são conhecidas geralmente como 1ª e 2ª Guerras Mundiais. É de se notar que muitas guerras foram omitidas. Provavelmente foram campanhas mongólicas, porém esta crítica não está bem fundamentada. Estas guerras não tiveram repercussão mundial e os seus efeitos sobre o progresso da civilização foi pequeno.

Na primeira guerra mundial, — entre gregos e persas — achamos que a grande potência dessa época tratou de subjugar a Grécia, muito civilizada, porém fraca como potência. Pela História, conhecemos os milagres realizados em Maratona e depois nas Termópilas, por Leônidas. Embora estas ações tenham sido muito emocionantes, na realidade pouca influência tiveram no resultado final. A esquadra grega destruiu a persa em Salamina e, mais tarde, destruiu a ponte de suprimento através o Helesponto. O exército persa ficou privado de seus suprimentos e sua disponibilidade em homens tornou-se insuficiente, ao invés de vantajosa. Em outras palavras, começou o desgaste; o General persa Mardonius viu-se obrigado a passar à defensiva e foi morto. Como diz uma História Universal, "afinal os persas começaram a sofrer a falta de suprimentos". Se tivessem sido capazes de manter o domínio do mar, teriam ocupado a Grécia em caráter definitivo e teriam prosseguido para Oeste. Os gregos continuaram impulsionando sua esquadra e conseguiram o domínio completo do Mediterrâneo Oriental. Isto lhes proporcionou completa liberdade de movimento, de maneira que, quando Alexandre

decidiu invadir a Pérsia, pôde escolher o momento e o lugar que lhe pareceram mais oportunos, sem se preocupar com os suprimentos. Com esta grande flexibilidade lhe foi fácil dominar o exército persa, apesar da desproporção do seu efetivo e, com isto, a civilização grega expandiu-se pela Ásia Ocidental e a Europa, particularmente sobre Roma. O movimento da Ásia para o Ocidente foi detido pelo poder marítimo.

Ásia e Europa lutaram novamente nas Guerras Púnicas e, no começo, a Ásia ganhou porque os cartaginêses eram afeitos ao mar e os romanos não. Porém, a característica principal dos Romanos — aprender na adversidade —, modificou rapidamente o quadro. A esquadra romana finalmente venceu, manteve o domínio do Mediterrâneo e "Cartago delenda est" converteu-se em citação favorita dos acadêmicos.

Cremos que, neste momento, a Ásia já havia se apercebido do valor do poder marítimo, porém devemos agradecer não o terem levado em conta, pois, de outro modo, a Europa seria certamente dominada durante aquela maior de todas as guerras mundiais, a guerra entre os mahometanos asiáticos e os europeus cristãos. Tal como foi, a guerra durou mil anos e entre seus resultados conta-se a destruição completa da civilização grega na Ásia Ocidental e parte da Europa Oriental. O fato dos muçulmanos não terem completado sua tarefa pode ser atribuído pela sua incompreensão da importância do poder marítimo. Quando Mahomé começou a sua guerra santa, seus soldados eram oriundos de tribos do deserto e desconheciam o mar por completo. Quando se expandiram e chegaram ao mar, nenhum dos adversários chegou a ter domínio total do Mediterrâneo, até que a esquadra turca foi destruída em Lepanto. Foi este fato (falta do domínio absoluto do mar), mais do que nenhum outro, o responsável do caráter intermitente desta guerra que durou mil anos. Porém, depois de Lepanto,

o Islam foi definitivamente derrotado e novamente a Ásia foi pouco afortunada por falta do poder marítimo. Incidentalmente, esta guerra Mundial parece ter superado todos os recordes: duração, número de baixas e, acima de tudo, impacto terrivelmente forte sobre o desenvolvimento ulterior da civilização. A civilização da Ásia Ocidental foi destruída e não mais renasceu. O final chegou com a mais notável batalha de todos os tempos; nela participaram mais navios e mais homens do que em qualquer outra antes ou depois. A vitória sobre a esquadra turca foi decisiva e, no dizer de um historiador, "fêz desaparecer a nuvem que encobria o mundo civilizado por mais de mil anos".

As Guerras Napoleônicas constituem a primeira guerra mundial realmente européia ou pelo menos uma guerra em que a Ásia estava apenas parcialmente interessada. Parece estranho que um homem tão brilhante como Napoleão não tivesse apreciado devidamente o poder marítimo, — nem mesmo depois que este o colocou em Santa Helena —. A maior parte dos historiadores ignoram os fracassos de Napoleão atribuindo-os à invasão da Rússia, sem mencionar sequer a esquadra britânica como um fator secundário. Na realidade, a invasão da Rússia foi provocada pelo estrangulamento produzido pela esquadra britânica. O "sistema continental da Europa", que foi a resposta de Napoleão ao bloqueio inglês, submeteu a tal esforço a economia russa que estes decidiram lutar antes que de morrer de fome. A história é clara para quem quer que a leia. A esquadra britânica derrotou Napoleão.

Há um salto enorme entre as guerras napoleônicas e as nossas duas últimas guerras mundiais modernas e valerá a pena que nos detenhamos para observar a nossa própria Guerra Civil, ocorrida nesse espaço. Não foi certamente uma Guerra Mundial porém constitui o melhor exemplo de toda a história da eficiência do poder marítimo e é, também, a melhor prova de

que os historiadores fracassam na interpretação exata das guerras. Nos livros de História que temos lido, encontramos poucas menções à Armada Federal e estas referem-se quase sempre à sua atuação nos rios, em ligação com os movimentos do exército federal. O trabalho real da Armada foi executado muito longe dali, na realidade afastado da terra. Se chegarmos um dia a ter um poeta capaz de cantar a epopéia do bloqueio dos portos do sul, então o mundo ficará surpreendido. Quanto à tenacidade e eficiência, provavelmente não haverá nada igual e, certamente, nada superior à Armada Federal em sua atuação na Guerra Civil. Todos os anos, durante os meses de verão, temos notícia de que um ciclone varre algum ponto de nossas costas meridionais atlânticas e isto se repete com intervalos muito frequentes. Tratemos de figurar uma esquadra de navios (pequenos de acordo com as idéias modernas) navegando através dessas tempestades como se fôsse parte de seu trabalho de todos os dias (o que realmente era). Hoje com nossos meios de comunicações modernos, nenhum navio se aproxima destes furacões, ou se o fazem, isto constitui um feito de ressonância mundial, com grandes títulos em todos os jornais.

Sómente para enumerar as dificuldades que aquela frota teve de vencer seria necessário um grosso volume, porém a Armada cumpriu com o seu dever vencendo a guerra e salvou o nosso país. Podemos ouvir os gritos de indignação: — Que me diz você de Grant e de nosso maravilhoso Exército? Tudo isto é muito certo, porém tiveram dois exércitos e se o do Sul tivesse sido abastecido no final, como o foi no começo, com munições, víveres, medicamentos, etc., é mister reconhecer que nunca teria sido derrotado. Afortunadamente o Sul não teve chefes que compreendessem o valor do poder marítimo e permitiu que o Norte construísse sua esquadra preponderante. É preciso recordar, pois,

ao apreciar a influência do poder marítimo na história, que possuímos um só país, uno e indivisível, graças à marinha.

As duas guerras mundiais seguintes, ainda de dimensões maiores do que as precedentes, não fazem senão repartir a velha história, ainda mesmo quando aparece um novo ponto de vista. Os progressos da Engenharia e da ciência, no largo período de paz relativa, transcorrido entre o fim das Guerra Napoleônicas e o começo da Primeira Guerra Mundial, trouxe tantas invenções, novas armas, etc., que todas as táticas de combate tiveram de ser modificadas. Isto tem produzido uma enorme confusão no espírito da maior parte de nossos cidadãos e particularmente no de nossos escritores. Porém, na realidade, a parte correspondente ao poder marítimo em nada mudou, a não ser no valor de seu papel que passou a ser mais importante. Sem dúvida, é preciso um esclarecimento com respeito à definição de poder marítimo. Deve entender-se que inclui tudo aquilo que se move por baixo ou pela superfície do mar. Deveria ser óbvio que o controle do mar significa o domínio dos três elementos que o integram e não de um só deles. Também a expressão domínio é relativa. É pouco provável que algum país haja dominado totalmente o mar em qualquer guerra. Na 2ª Guerra Mundial, levamos suprimentos à Murmansk, porém por um custo terrível. Este custo sempre será grande, a menos que o domínio seja completo. Se não fôsse a esquadra britânica e a força aérea, é certo que Hitler teria invadido a Inglaterra, porém Hitler não dispunha de grandes navios de superfície e sua superioridade aérea era reduzida. Contrasta esta situação com a do desembarque na Normandia, onde cada polegada de mar e ar estava sob o mais absoluto controle aliado. O fato importante a recordar é que podemos enviar tropas e abastecimentos a todas as partes com razoável segurança, na maioria dos

casos. A Alemanha, todavia, não compreendeu que as guerras mundiais não podem ser ganhas somente com exércitos.

Quem meditar sobre a história universal, chegará à conclusão que devemos — por todos os meios — manter o domínio do mar na próxima guerra. Sua perda nos poderá trazer a derrota. Ao estudar as guerras, é fácil confundir-se e misturar os resultados verificados pelo aparecimento de novas armas, como torpedos, bombas, aviões e tanques com os princípios da guerra. Estes últimos não mudaram absolutamente, em milhares de anos. Uma guerra só é ganha quando um soldado, com uma arma nas mãos, entra no país inimigo e toma em suas mãos as rédeas do governo. Alguns generais brilhantes, que têm empregado eficientemente o tanque e o avião modernos, julgam ridículos e incompetentes os oficiais da velha escola, porém, a habilidade no uso correto das armas não deve ser confundida com a estratégia total da guerra e, — o que é muito mais importante —, não deve ser confundida com o emprego do poder marítimo.

**FABRICA BANGÚ**  
**TECIDOS PERFEITOS**

Preferidos  
no  
Brasil



**BANGÚ**



Grande  
sucesso  
em  
Buenos Ayres

EXIJA NA OURELLA  
BANGÚ-INDUSTRIA BRASILEIRA



## HISTÓRIA MILITAR DO BRASIL

General IGNACIO JOSÉ VERÍSSIMO

I) Pelos próprios fins de sua organização — cabe ao Instituto de Geografia e História Militar :

“promover o desenvolvimento dos Estudos da Geografia e História Militar do Brasil”;

“e o culto cívico e patriótico dos vultos e fatos gloriosos de seu passado.”

Para chegar a esses fins, parece-me que a fórmula mais prática será a de ser cometida ao Instituto a tarefa :

a) de coordenar, sob uma forma orientada, todos os estudos já existentes de História Militar e desenvolver aquêles que não tenham passado de sua fase inicial ;

b) de concorrer, com monografias, para o conhecimento dos homens que formaram o Brasil ;

c) de organizar um Museu Militar.

II) Vejamos pois cada um desses itens :

**PRIMEIRO** — Coordenar sob forma orientada todos os estudos já existentes de História Militar —

e desenvolver aquêles que não tenham passado de sua fase inicial.

Neste capítulo convém conceber a História Militar do Brasil envolvendo :

1) o período da defesa da terra contra o pirata ;

2) a conquista do Nordeste brasileiro até o Maranhão ;

3) a conquista da Amazônia ;

4) as penetrações na direção de Guafra e Mato Grosso ;

5) a criação da Colônia do Sacramento e a primeira fase da ocupação do Rio Grande ;

6) as Guerras do Prata até o tratado de Santo Idelfonso ;

7) as Guerras do Prata entre esse Tratado e Passo do Rosário ;

8) As Guerras do Prata no período compreendido entre Passo do Rosário e Cáseros ;

9) as Guerras do Uruguai e Paraguai ;

10) a nossa colaboração nas guerras européias de 1914-1918 e 1939-1945.

Feito o quadro geral dos assuntos — convinha que seguissemos sempre uma norma de estudo :

— examinando a *situação geral* em que o fato histórico se enquadra ;

— examinando a *situação particular* em que se passam os fatos (localização dos meios, etc.) ;

— examinando o meio geográfico, o cultural, o das comunicações, o econômico, etc. ;

— examinando o tipo de organização militar, os característicos de combate, os tipos de armamento e seu poder destruidor, etc. ;

— examinando as operações e as ilustrando com gráficos, mapas, esquemas, etc. ;

— examinando as consequências, favoráveis ou não, do fato na vida da Nação.

Além disso convinha dividir os estudos da história em dois grandes grupos :

a) a *História Geral*, que seriam as histórias dos fatos assinalados pelos itens 1, 2, 3 até 10, da página 1 ;

b) a *História Pormenorizada*, que seriam as histórias :

- das fortificações ;
- dos uniformes ;
- da organização ;
- da legislação ;
- do ensino, etc., etc.

Naturalmente cada uma dessas histórias pede um desenvolvimento, um método de estudo.

Assim — no quadro das fortificações, conviria salientar, entre outras coisas :

— a situação geral que explica a construção do forte ;

— as vantagens e os inconvenientes de sua localização ;

— o armamento que o equipa (calibre, alcance, potência destruidora do projétil, cadência de tiro) ;

— a proteção (tipo de material empregado, etc.) ;

— o cruzamento de fogos (tracado, etc.) ;

— as ações em que tomou parte, etc.

**SEGUNDO** — Concorrer com monografias para o conhecimento dos homens que formaram o Brasil.

É fato sabido que só temos, até hoje, destacado, nas nossas homenagens públicas :

— alguns homens das lutas da independência, do 1º e 2º Império ;  
— e um número excessivo de homens da República.

Isto é, não levamos em conta os homens que formaram o Brasil e sim alguns daqueles que (já o encontrando formado) tiveram ação destacada na direção política dele.

Há nisso dois erros históricos :

— o primeiro é o de não dar inteligência à História ; de admiti-la iniciada nas vésperas de 1822 ; de não ligar o fato independência com o fato colônia ; o fato área territorial com o fato área de Tordezilhas, etc., etc. ;

— o segundo é de praticar uma profunda injustiça pois devemos mais aos bandeirantes que a Benjamim Constant ; mais a Alexandre de Gusmão que a Rio Branco ; mais a Pedro Teixeira que a Lauro Sodré.

E assim, em confrontos pessoais, poderíamos constatar quanto barateamos as consagrações históricas e quanto, em consequência, desservimos a História.

Impõe-se pois um grande movimento de revisão histórica de forma que se possa :

— desde logo destacar os homens que nos deram o Brasil e que talvez se possam incluir sob o nome de *Fronteiras* (como propôs Coicochea) ;

— e, em seguida, corrigir esse barateamento da homenagem que desceu hoje ao homem vivo, ao homem ainda em discussão, ao homem senhor de poderes e, em consequência, tirando a essa homenagem o seu caráter majestático — para dar-lhe, afinal, um caráter de bajulação, de lisonja, de sabujisse.

Caráter que amesquinha a História e a torna uma coisa inexpressiva.

E se tivéssemos que assinalar o nosso esquecimento, começaríamos dizendo:

a) que Pedro Álvares Cabral é lembrado, apenas, no Rio por um monumento e uma rua de barro em Cachambi. Rua que simplificou o seu nome para Álvares Cabral.

No entanto três ruas magníficas no centro desse mesmo rio se chamam: Presidente Wilson; Churchill e Debret. E não falemos nas Washington Luís; nas Presidente Dutra; nas Getúlio Vargas, etc., etc.;

b) que Alexandre de Gusmão — o brasileiro a quem devemos o Tratado de 1750, ou seja a homologação jurídica da conquista dos bandeirantes, tem apenas, como máxima homenagem, um busto no Itamarati;

c) que Pedro Teixeira — a quem devemos a posse jurídica do Amazonas; a quem devemos, em grande parte, a expulsão dos ingleses e holandeses de lá — só é lembrado, aos brasileiros, num quadro de Victor Meireles reproduzido nas notas de 5 cruzeiros;

d) que nada existe de digno à memória dos bandeirantes como Fernão Dias Pais; Sebastião Prêto; Antonio Raposo Tavares; Antonio Bicudo; Bartolomeu Bueno da Silva (Anhanguera); Borba Gato, etc.;

e) que os homens do Amazonas como Bento Maciel Parente e Pedro da Costa Favela — não são lembrados nem na região em que se tornaram grandes;

f) que homens que tiveram ação destacada na conquista e conservação do Rio Grande, como Gomes Freire de Andrade, Brigadeiro José da Silva Pais, José Borges do Canto, Manuel dos Santos Pedroso, José Joaquim Curado, Patrício José Correia da Câmara, etc., etc., continuam ignorados, ou, pior do que isso, com homenagens sem nenhuma significação — como é o caso de D. Manoel Lobo — cuja rua infecta que lhe deram no Rio chama-se, apenas, Rua D. Manoel — sugerindo o Venturoso;

g) que os homens do Nordeste — que expulsaram o holandês ou

dilataram o domínio português para o Norte, tais como André Vidal de Negreiros, Henrique Dias, Felipe Camarão, Martins Soares Moreno, Luis Barbalho Bezerra, João Vieira, o Conde de Bagnulo e tantos outros não tenham nada de destacado, de dignificante;

h) e, por fim, nomes como o de Anchieta, o de Antonio Vieira, o de Duarte Ponte Ribeiro, etc., etc., não afloram na lembrança e no reconhecimento dos brasileiros.

Aliás há uma prova muito interessante desse descaso é da preponderância do sentido político partidário que as consagrações públicas possuem, entre nós, nas publicações que vêm fazendo, sobre "Monumentos Nacionais", o Coronel Batista de Matos.

Basta folheá-las para se perceber três coisas:

— a ausência de um critério histórico;

— o domínio da comemoração política;

— e a falta de qualquer noção do papel educacional da homenagem pública.

E assim, ao lado de um trabalho de exaltação desses homens feita através de monografias sugerira três outras medidas:

a) que as Forças Armadas tomassem a seu cargo (aproveitando a semana da pátria) a glorificação de nossos Fronteiras (divulgando a vida deles sob a forma de palestras);

b) que as Forças Armadas criassem a galeria de seus retratos em todos os quartéis.

Mas é evidente que, esse movimento de revisão histórico não devia parar nos homens. Mas atingir os grupos humanos que forjaram a nossa raça, ampliaram a nossa terra, tornaram possível a criação das nossas cidades, e foram os elementos de base de nossa economia e de nossa vida política.

Refiro-me ao português, ao negro, ao índio e ao padre. O Brasil deve a eles um monumento que exprima a congregação de seus esforços e a cooperação social, política, militar e econômica que eles tiveram na fase de nossa formação.

E, por isso, nesse movimento de revisão histórica, de volta ao nosso passado, de resgate de nossa dívida moral com os homens formadores do Brasil, seria interessante criar um clima de aceitação a esse monumento. Pois nele existe mais que um dever cívico. Existe um ato de reconhecimento e de afirmação do orgulho de nossas origens.

### TERCEIRO — Organização de um Museu Militar

Mas como organizá-lo?

Convenhamos que um Museu tem uma missão educativa:

— ensinar, pela vista, a existência de um passado que não deve ser esquecido;

— que pelo traço que liga a nossa vida política de hoje à vida dos homens que nos precederam;

— vida que deve constituir, para nós, um motivo de alerta, de lição e de orgulho.

Um Museu deve ser, pois, uma lição objetiva de patriotismo e um processo para desenvolver o sentido afirmativo dele. E isso pela razão natural de evitar que esse patriotismo seja apenas uma sensação afetiva — para se tornar, igualmente, um compromisso tácito na defesa da terra e uma aceitação voluntária do esforço de cada um ao progresso nacional. Então um museu não pode ter por destino — reunir coisas velhas, ou catalogar documentos de antanho. Isso alcança, no máximo, a vista espantada dos visitantes.

O que precisamos é arrumar essas coisas de forma a destacar delas:

— os esforços feitos pelos antepassados;

— e o quanto os devemos na nossa existência hoje.

Isto é um museu que seja uma condensação de atos e vidas que passaram e tornaram possível a nossa. Tomemos um exemplo: suponhamos que se trata de organizar um Museu Amazônico (naturalmente sediado em Belém). Esse museu teria as suas salas arruma-

das segundo o desenvolvimento da própria história da região. E assim, desde a entrada à *Sala da Descoberta e Exploração do Amazonas*. Nesta se colocariam quadros, maquetes, mapas ilustrados, informações gráficas, etc. que mostrassem:

a) porque o espanhol pôde preceder o português ali de quase um século;

b) porque não interessou a esse espanhol, já fixado economicamente no Peru, atravessar a barreira dos Andes e lançar-se na selva desconhecida do Amazonas;

c) porque juridicamente (tratado de Tordezilhas) se explica as penetrações espanholas vindas do Peru;

d) as razões da ida de Castelo Branco, de São Luís à Foz do Pará em 1616; o fato militar e o fato jurídico (Portugal debaixo do domínio espanhol).

Em seguida a sala **DESCOBERTA E EXPLORAÇÃO DO AMAZONAS**, poder-se-ia criar a sala **POSSE DO AMAZONAS**. Nesta sala impunha-se mostrar:

a) a ação das penetrações inglesas e holandesas; pontos atingidos; pontos fortificados; zonas de origem das irradiações;

b) a ação combativa dos nativos e dos portugueses e sobretudo a grande viagem de Pedro Teixeira. Destacar aí o que o devemos pela criação de uma cidade nos limites do Peru e o fato de haver estabelecido em nome do Rei de Portugal (no tempo também rei da Espanha). Ressaltar o gesto diplomático desse português tornando possível, mas tarde, a aplicação do princípio de *Uti Possidetis* a nosso favor.

A terceira sala — deverá ser **A AMAZONIA ENTRE PEDRO TEIXEIRA E A INDEPENDÊNCIA**; as comissões demarcadoras, a penetração do padre, a ação de Pombo, a colonização, a fundação das cidades de Manaus, Obidos, etc. os estabelecimentos militares, a história das fortificações, etc.

Viria, em seguida, a sala **AMAZONIA ENTRE 1882 E A REPÚBLICA**.

BLICA com as lutas pela independência, os motins políticos, as questões de limites, etc. Por fim a sala AMAZÔNIA ATUAL.

Tal organização proporcionaria um curso objetivo de história, a explorar pelo professor primário, pelo secundário e pelo superior quando,

acompanhado de seus alunos, visitassem o Museu.

Dar-se-ia assim, aos seus mostruários, um tom de utilidade maior, pois deixariam de ser um acervo de coisas antigas — para serem a vivificação de que se passou sobre a terra que nós hoje ocupamos, trabalhamos e devemos engrandecer.

**- está melhor  
do que nunca!**

**porque Brahma Chopp  
contém o rico sabor do**

- ★ melhor **NALTE**
- ★ melhor **LÚPULO**
- ★ melhor **FERMENTO**

Sinta o seu "rico sabor"... aprecie sua pureza... delicie-se com o seu aroma! Brahma Chopp está, hoje, melhor do que nunca! Isto porque a Brahma vem apurando sempre sua qualidade com os melhores ingredientes.

**EM GARRAFA  
OU EM BARRIL**



*Beba*  
**BRAHMA  
CHOPP**

Produto da Cia.  
Cervejaria Brahma



# MATO GROSSO E AS LUTAS PELA FIXAÇÃO DA FRONTEIRA OCIDENTAL DO BRASIL

Gen. Bda. R-1 ANTONIO DE SOUZA JUNIOR

## III

### INDEPENDÊNCIA DOS POVOS SUL-AMERICANOS

O século XIX foi decisivo para os povos sul-americanos. Com a invasão da península ibérica pelos exércitos napoleônicos e com o estabelecimento da Junta de Sevilha, entre os anos de 1808 e 1809, os colonos e vassallos espanhóis na América sentiram que era chegado o momento de desvencilhar-se das cadeias que os prendiam à metrópole.

Acompanhando o movimento de independência iniciado às margens do Rio da Prata, em 1810, os patriotas paraguaios decidiram desligar Assunção e as províncias guaranis da subordinação à Junta de Buenos Aires. Esta reagiu imediatamente e enviou uma Expedição comandada por Belgrano, para submeter à obediência e às suas leis o povo guarani. Batidas as forças argentinas em Paraguari, constituiu-se uma Junta Governativa em Assunção, em 1811, e, a partir de 1814, o Governo foi entregue ao poder todo pessoal de José Gaspar de Francia, que até 1840, exerceu a função constitucional de Ditador Perpétuo do Paraguai. O governo ditatorial de Francia caracterizou-se pelo completo isolamento da novel nação americana, que procurou evitar quanto pôde quaisquer relações ou intercâmbio com as demais nações do continente.

Mais ao norte, em terras circunvizinhas, acontecimentos semelhantes registravam-se pela mesma época.

Também no Alto Peru, dividido, desde 1782, em quatro Províncias, Charcas, La Paz, Potosi e Santa Cruz, lavrava a rebelião. E durante quinze anos, reforçados por exércitos libertadores argentinos, os patriotas do Alto Peru lutaram tenazmente contra as forças realistas castelhanas, até que, em abril de 1825, ao cabo de longo período de sacrifícios, conseguiram realizar o ideal de liberdade política para sua terra natal.

Aos 6 de agosto de 1825, uma Assembléia Constituinte declarava livre, independente, o Alto Peru, e dava-lhe o nome de Bolívia, em homenagem ao Grande Libertador das colônias hispano-americanas, Simón Bolívar.

Nos seus primeiros anos de independência, a Bolívia teve de enfrentar sérias dificuldades internas e externas, inclusive repelir agressões do Chile, da Argentina e do Peru, entre os anos de 1837 e 1842.

Por seu turno, o Brasil que, desde 1808, abrigava a Corte portuguesa, emigrada pelos acontecimentos europeus, passou também a sofrer a influência da época, o incontinente desejo de emancipação política alimentado pelos povos americanos.

Assim, após o regresso de Dom João VI a Portugal, em 1821, o

ideal de independência, já fortalecido pelo sangue dos mártires e patriotas de tantos outros movimentos nativistas, recebeu o apóio do próprio Príncipe Regente Dom Pedro e, aos 7 de setembro de 1822, converteu-se em realidade, com a quebra dos laços de subordinação do Brasil a Portugal.

Portanto, quase ao mesmo tempo, embora por motivos diferentes, tornavam-se autônomas, independentes das metrópoles portuguesa e espanhola, todas as colônias que Portugal e Espanha mantinham até então no continente sul-americano.

#### A ANEXAÇÃO DE CHIQUITOS

Em 1825, um curioso acontecimento ocorreu nas terras do sertão sul-americano, envolvendo o Brasil e a Bolívia.

O Governador de Chiquitos, território da primitiva Audiência de Charcas, derrotado pelos revolucionários de Bolívar e Sucre, lembrou-se de um esquema político para vingar seu insucesso. Propôs ao Governador da Província de Mato Grosso que aquele território fosse incorporado ao Império do Brasil, ao qual solicitava apóio e proteção naquela conjuntura.

Para apreciar a originalíssima proposta, reuniram-se em assembleia deliberativa as autoridades civis, militares e eclesiásticas e os representantes legais do povo da Província de Mato Grosso. Consoante os termos da ata lavrada aos 13 de abril de 1825 (*In Revista do Instituto Histórico de Mato Grosso*, números XVII e XVIII, 1927, páginas 29 a 44), depois de vivos e prolongados debates

"ouvidos os pareceres de todos os congregados foram eles de comum consenso que a sobredita Província (Chiquitos) fosse já aceita em nome de Sua Majestade Imperial, visto que as circunstâncias exigiam prontíssima providência e que não havia tempo de esperar as resoluções do mesmo Augusto Senhor...; por cujo motivo ordenou ao Ilmo. Deputado

Comandante das Armas desta Capital Manuel Veloso Rebêlo de Vasconcelos que pondo em prática seu costumado zelo e atividade pelo bem do Imperial Serviço aprontasse a tropa e todos os mais úteis necessários para a expedição que deve marchar e tomar a referida posse em nome de Sua Majestade Imperial."

Antes, porém, que o Governo Imperial tivesse tomado conhecimento do fato e desaprovado aquela decisão, um Deputado, Constantino Ribeiro da Fonseca, de regresso à Capital, formulou veemente protesto contra o ato da assembleia de 13 de abril e provocou a realização de uma sessão extraordinária, a fim de ser nova e cuidadosamente debatida a delicadíssima questão. Precisamente um mês depois, aos 13 de maio, a nova assembleia decidiu recomendar ao Comandante das Armas que abandonasse o território de Chiquitos e efetuasse a retirada da tropa "com a qual se salve o Direito, a honra e a sagrada Causa da Independência do Império do Brasil".

Desta sorte, o mesmo poder que decidira a anexação acabava de derrogar o ato precipitado de 13 de abril, evitando um conflito diplomático de imprevisíveis consequências, e devolvendo Chiquitos ao seu próprio destino.

Esta ocorrência, pouco citada em nossos livros, deu origem, entretanto, a conversações importantíssimas entre os Governos de Buenos Aires e de Potosí, visando ao Império do Brasil.

Nessa época, a República das Províncias Unidas do Rio da Prata, ou melhor, a Argentina, já preparava a guerra que desencadearia contra o Brasil no ano seguinte, em 1826. Procurando, destarte, explorar o acontecimento e levar os outros povos hispano-americanos a um conflito contra o Império, a Argentina enviou a Potosí uma Embaixada especial constituída pelo General Carlos de Alvear e Dr. José Miguel Díaz Vélez, com o propósito de conseguir uma aliança ofensiva

ura a guerra que já se prenunciava nas agitações políticas dos campos de aquém e além Rio da Prata.

Julgamos interessante fixar no presente trabalho trechos de um relato de conferência realizada no Palácio do Governo de Potosí, entre Libertador Simón Bolívar e os Ministros Plenipotenciários da Argentina, General Carlos de Alvear e Dr. José Miguel Díaz Vélez, aos 6 de outubro de 1825.

"Com a mesma boa fé revelaram a S. Excia. que, ainda que o primeiro objetivo de sua missão fôsse felicitá-lo pelas suas gloriosas campanhas, haviam recebido, durante a viagem, instruções para tratar formalmente da guerra que se devia fazer ao Brasil; que a República de Buenos Aires estava pronta a custear todos os gastos com ela; e considerando que o Grande Bolívar era o único digno de por-se à testa de empresa tão gloriosa e o único que podia prestar auxílios tão militares de que se necessitava, enviava-lhes o Governo com esse objetivo em missão junto ao Libertador. Em seguida, manifestaram o inconveniente que representava um Império entre os novos Estados da América; que a conduta observada pelo Brasil com a Banda Oriental e o que havia feito sentir em Chiquitos, davam o mais perigoso exemplo do que podia esperar-se no futuro.

S. Excia. concordou com tudo isto, acreditando nos perigos que continuamente ameaçariam estas Províncias e ainda o Peru e Buenos Aires. Admitiu a generosidade do Governo da República Argentina e acrescentou que, em tal caso, não seria ele só que entraria com os gastos, pois que o Exército deveria ser mantido pelo país inimigo.

Os Srs. Ministros disseram acreditar que seu Governo podia chamar S. Excia. em au-

xílio contra o Paraguai, como a melhor solução para impor aos brasileiros e invadir-lhes o país, caso necessário, pela sua boa posição, abundância de recursos, etc.; e que ainda que não tivessem instruções de seu Governo para poder dizer a S. Excia. oficialmente, poderiam pô-lo ao corrente da situação. Mas recebiam também se facilitasse o projeto em tal caso, porque, pela atual constituição do Governo de Buenos Aires, nenhum assunto podia ser mantido oculto, todos se faziam públicos no Congresso, onde deveriam passar a ser discutidos. O pior de tudo seria que chegando a notícia ao conhecimento de França (que domina o Paraguai) ele se entregaria ao Brasil e trabalharia, por isto, abertamente e de acordo contra as Províncias Unidas." (15)

Em documento datado de 21 de outubro, os mesmos plenipotenciários pintavam com tintas negras o quadro das nações sul-americanas: um Império luso-brasileiro, absorvente e agressivo, ameaçando a integridade dos novos Estados de origem castelhana. Como exemplo apresentavam as intervenções imperialistas do Brasil, em Montevideu e Chiquitos. E depois de cerada e facciosa argumentação, propunham a Bolívar, Presidente da Colômbia e Encarregado do Governo Supremo do Peru

"1°) que se fizesse uma intimação à Corte do Brasil em nome das Repúblicas da Colômbia, Peru, Províncias Argentinas e Chile, se necessário, para que, satisfazendo às duas primeiras pelo insulto feito com a ocupação de Mojos e Chiquitos, deixasse também a Província de Montevideu."

"3°) que, sem prejuízo da intimação proposta e para o caso de que fôsse rejeitada, se regulasse desde já, por um tratado eventual, a cooperação

na guerra contra o Brasil, de cada uma das Repúblicas citadas." (15)

Alegando a ausência do Ministro das Relações Exteriores, no momento, e explicando que nada poderia decidir, pessoalmente, sem audiência dos Governos da Colômbia e do Peru, Bolívar prometeu aos plenipotenciários transmitir àqueles os receios e propostas do Governo de Buenos Aires.

Mais adiante, o autor citado transcreve um informe argentino sobre a Banda Oriental e o Rio da Prata, no qual anarece o desejo inequívoco do Governo das Províncias Unidas de uma invasão boliviana pelo território de Mato Grosso, com a dupla finalidade de exercer represálias e distrair forças do Governo Imperial para um teatro secundário de operações.

"Parece que este Governo", — dizia o informe — "deseja que V. e o Libertador tomem parte ativa e ofensiva contra os brasileiros, mas deseja que o Exército Libertador invada o território inimigo por Mato Grosso, quer dizer, opõe-se inteiramente a que V. e o Exército Libertador pisem estas Províncias (argentinas) e ainda as do Paraguai e a grande questão agora é saber se V. V. empreenderão hostilidades ou não contra os imperialistas, sob essas condições limitadas com relação a esses países." (15)

Desta maneira, o episódio de Chiquitos, do qual não participara o Governo Imperial, quase forneceu pretexto a uma aliança ofensiva das recém criadas nações hispano-americanas contra o Brasil, aliança que teria como um dos seus objetivos a invasão de Mato Grosso pelas forças militares bolivianas, sob o Comando, talvez, desse grande vulto continental que foi o Libertador Simón Bolívar.

#### QUESTÕES DE FRONTEIRA COM O PARAGUAI

Apesar da política isolacionista de França, o Império do Brasil procurou sempre manter, em relação ao Paraguai, uma atitude de cordialidade e simpatia, ditada, em verdade, pelas suas próprias conveniências. Realmente, o bom senso, a prudência, indicava uma política de aproximação com o Governo guarani, não só porque ainda havia entre os dois países questão de fronteiras a decidir, senão que persistia o mais sério problema a resolver, da navegação dos rios Paraná e Paraguai, indubitavelmente vital para o Brasil, na época, tendo em vista suas comunicações com a Província de Mato Grosso.

Destarte, foi o Brasil um dos primeiros países a reconhecer a independência do Paraguai, o que lhe valeu, quando da ratificação desse ato, em 1844, um protesto do Governo Argentino, sem maiores conseqüências.

A partir de 1840, do Governo de Carlos López, realmente mais acessível, a diplomacia brasileira desdobrou-se em esforços para atrain a amizade e contar com a simpatia da nobre nação guarani.

Assim, em outubro de 1844, Pimenta Bueno firmou com o Governo de Assunção um Tratado de Aliança, Comércio e Limites, que, apesar de não ratificado pelo Imperador, foi o primeiro passo para outras negociações entre o Brasil e o Paraguai.

Em 1847, por intermédio da Missão Gelly, enviada ao Rio de Janeiro, Carlos López propôs que:

1º) "desde a barra do Iguacu, no Rio Paraná, até o Salto Grande deste rio, a linha divisória entre o Império do Brasil e a República do Paraguai fôsse o leito ou canal do mesmo Paraná. Do Salto Grande seguiria a dita linha até dar com o cume da Serra do Amambai, que se encontra à margem direita da Paraná; continuaria pelo referido cume, bem como pelo da Serra de Maracaju, até

as vertentes do Rio Branco, e depois pelo curso deste rio até sua confluência no Paraguai, a qual fica à margem deste rio a 20 graus e minutos de latitude, e um pouco mais abaixo do Forte Olimpo, antigamente Bourbon"; do lado do Chaco, o limite seria o Arroio ou Rio Negro, que deságua no Paraguai um pouco acima do Forte Olimpo;

2º) fosse neutralizado o território entre os rios Apa e Branco, ficando vedado aos dois países erigir nêles fortalezas, postos militares ou estabelecimentos permanentes. (16)

Não obstante o empenho do Governo do Rio de Janeiro em praticar uma política de boa vontade para com o Governo de Assunção, rejeitou o Império a proposta formulada pela Missão Gelly, sob a alegação de que o Brasil perderia territórios que, de direito e de fato, lhe pertenciam.

Essa recusa chegou a provocar uma atitude de represália de Carlos López, que procurou conseguir, então, uma aliança com a Argentina, em 1849, por intermédio do seu Ditador, Juan Manuel Rosas. Este, porém, inábilmente, ameaçou López com a reincorporação do Paraguai à Confederação Argentina, e fez com que o presidente daquela República se voltasse novamente para o Império, como sábia medida de segurança e proteção.

Mas, um incidente perigoso quase veio prejudicar, em definitivo, o trabalho de nossa chancelaria.

Por volta de junho de 1850, o Presidente da Província de Mato Grosso, para garantir direitos de posse do Brasil, mandou ocupar Fecho dos Morros e levantar no Pão de Açúcar uma pequena fortificação, inicialmente guarnecida por 25 homens.

Assim que teve notícias do fato, o Governo do Paraguai organizou uma expedição de 800 homens, com a missão de expulsar a guarnição brasileira e destruir a fortificação ali iniciada.

Aos 14 de outubro desse ano, 1850, os paraguaios desembarcaram nas proximidades de Pão de Açúcar e, depois de breve luta, fizeram retirar os brasileiros, que perderam um oficial e oito praças.

Esse choque militar, que poderia trazer complicações imprevisíveis, se outras fossem as circunstâncias, teve suas consequências atenuadas, porque já então o Império se preparava para dar o golpe definitivo no ditador Rosas e o Paraguai não tinha interesse em enfrentar, sozinho, o poderio brasileiro.

Assim, o Governo Imperial, que desautorizara a ocupação de Fecho dos Morros, ordenou ao seu Ministro em Assunção que prosseguisse em suas negociações com o Governo Paraguai e assinasse o Tratado que estava sendo entabulado.

Aos 25 de dezembro de 1850, portanto, apesar desse incidente, o Brasil e o Paraguai assinaram um Tratado de Aliança, que deveria ter a duração de seis anos, após a troca das respectivas ratificações. Essa política de boa vizinhança e amizade com o Paraguai continuou sendo mantida pelo Brasil, mesmo na solução de outros conflitos estranhos à nação guarani, como ocorreu nos Tratados e Convênios de 29 de maio, 12 de outubro e 10 de dezembro de 1851, assinados pelo Governo Imperial com os Governos da Argentina e do Uruguai, em consequência da derrota definitiva de Rosas.

A questão de limites entre os dois países perdurou sem solução por muitos anos ainda e deu ensejo a várias negociações e incidentes, até a eclosão da guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança. Em 1852, Carlos López renovou suas propostas e no ano seguinte, abruptamente, determinou a saída de Assunção do Encarregado de Negócios do Império naquela capital, sob pretexto fútil e intempestivo. Reparada a afronta, porém, novos entendimentos realizaram-se e, aos 27 de abril de 1855, um "Tratado de Amizade, Comércio e Navegação" foi celebrado entre o Brasil e o Paraguai.

Como, porém, não haviam as partes chegado a um acordo completo acerca dos limites entre os dois países, uma "Convenção Adicional", firmada no mesmo dia, rezava:

"Art. 1º. A questão de demarcação dos limites entre o Império e a República do Paraguai fica apazada para o termo de um ano, dentro do qual, ou antes, se possível, se ajustará e concluirá o mencionado Tratado de Limites." (16)

Em 1856, o Paraguai mandou seu Ministro do Exterior, José Berges, ao Rio de Janeiro, com a missão de resolver o difícil problema. Não obstante ter sido assinado novo "Tratado de Amizade, Navegação e Comércio", a 6 de abril desse ano, a questão do traçado da raia ficou em suspenso ou adiada, outra vez, porque, enquanto o Paraguai insistia no limite primitivo, pelo Rio Branco, o Brasil não abria mão do Rio Apa, como linde no vale do Rio Paraguai.

Mas, não era só a questão de limites que preocupava agora o Império. A navegação do Rio Paraguai, apesar de solucionada pelo Tratado recém firmado, passou a oferecer pretextos a inúmeros incidentes, porque, ao baixar os respectivos Regulamentos fiscais e policiais, o Governo paraguaio criou as maiores dificuldades e impôs medidas até vexatórias, que pareciam verdadeiras represálias contra o Governo Imperial, pela sua obstinação em não ceder no caso da fixação das fronteiras. E a fim de dirimir questões suscitadas a propósito, o Império mandou, em 1858, o Visconde do Rio Branco a Assunção, negociar com o Governo guarani. Como resultado dos entendimentos realizados, foi firmada, aos 12 de fevereiro de 1858, uma "Convenção sobre a verdadeira inteligência e prática do Tratado de Amizade, Navegação e Comércio, de 6 de abril de 1856".

Com o falecimento de Carlos López, no dia 10 de setembro de 1862, assumiu o Governo do Paraguai a

pessoa indicada por aquele, em seu testamento, isto é, o seu próprio filho, o General Francisco Solano López.

Por essa época, Solano López, alimentando já seus sonhos de domínio político entre as grandes nações sul-americanas, estava convenientemente prevenido contra o Império do Brasil.

Psicologicamente preparado para sofrer influências e intrigas contra o Governo Imperial, ao qual atribuía intuítos expansionistas em detrimento dos pequenos países, Solano López deixou-se arrastar pela trama diplomática dos Governos de Berro e Aguirre, do Uruguai, e, poucos anos após ter assumido o Governo guarani, estava em guerra declarada contra o Brasil.

Formada a Triplíce Aliança para enfrentar o Ditador do Paraguai, foi, a 1 de maio de 1865, assinado um Tratado entre o Brasil, Argentina e representante dos colorados uruguaios, segundo o qual se comprometiam a combater aquele Governo até a vitória final e se obrigavam, no entanto, "a respeitar a independência, soberania e integridade territorial do Paraguai".

Na parte que interessava ao Brasil, ficou estabelecido pelo art. 16, que, finda a guerra, os limites entre esse país e o Paraguai seriam, de modo geral:

"Do lado do Paraná, pelo primeiro rio abaixo do Salto das Sete Quedas, que, segundo a recente carta de Monchev, é o Iguaré, e da foz do Iguaré por ele acima até suas nascentes;

— do lado da margem esquerda do Paraguai, pelo Rio Apa, desde a foz até suas nascentes;

— no interior, pelos cumes da Serra de Maracaju, sendo as vertentes de leste do Brasil e as de oeste do Paraguai, e tirando-se da mesma serra linhas as mais retas em direção as nascentes do Apa e do Iguaré". (17)

Concluída a guerra, Brasil e Paraguai celebraram, a 9 de janeiro de 1872, um "Tratado de Paz, Ami-

zade Perpétua e de Limites", segundo o qual o nosso país, apesar de vencedor, cedia generosamente ao vencido extensa faixa de terras ao norte do Igureí.

Por esse Tratado:

"Sua Alteza Imperial do Brasil, Regente em nome do Imperador, o Senhor D. Pedro II, de uma parte, e, de outra, a República do Paraguai, reconhecendo que as questões e dúvidas sobre os limites muito contribuíram para a guerra que desgraçadamente se fizeram os dois Estados, e animados do mais sincero desejo de evitar que no futuro sejam, por qualquer forma, perturbadas as boas relações de amizade que entre eles existem, resolveram com este objetivo celebrar um Tratado de Limites, e para este fim nomearam seus plenipotenciários ... os quais convieram:

Art. 1º. Sua Alteza Imperial do Brasil, Regente em nome do Imperador, o Senhor D. Pedro II, e a República do Paraguai, estando de acordo em assinalar seus respectivos limites, convieram em declará-los, defini-los e reconhecê-los do modo seguinte:

— O território do Império do Brasil divide-se com o da República do Paraguai pelo álveo do Rio Paraná, desde onde começam as possessões brasileiras na foz do Iguaçu, até o Salto Grande das Sete Quedas do mesmo Rio Paraná;

— do Salto Grande das Sete Quedas continua a linha divisória pelo mais alto da Serra de Maracaju, até onde ela finda;

— daí segue em linha reta, ou que mais lhe aproxime, pelos terrenos mais elevados a encontrar a Serra Amambai;

— prossegue pelo mais alto desta serra até a nascente principal do Rio Apa e baixa pelo álveo deste até sua foz, na margem oriental do Rio Paraguai;

— todas as vertentes que correm para norte e leste per-

tencem ao Brasil e as que correm para o sul e oeste pertencem ao Paraguai;

— a ilha do Fêcho dos Morros é domínio do Brasil." (18)

Iniciados, logo em seguida, os trabalhos de demarcação por uma Comissão Mista, já em 1874 estava a fronteira balizada por seis marcos principais, colocados em pontos notáveis da linha paraguaio-brasileira.

Aconteceu, porém, que na margem direita do Rio Paraguai, a faixa de terra compreendida entre o ponto fronteiro à foz do Rio Apa e o desaguadouro da Baía Negra era objeto de disputa entre a Argentina, Bolívia e Paraguai, razão por que o Tratado de 1872 não precisara bem esse trecho da nossa fronteira com a nação guarani.

Com o propósito de definir perfeitamente essa parte da nossa divisória com o Paraguai, várias tentativas foram feitas pelo Brasil em 1911, 1922 e 1924, até que, aos 27 de maio de 1927, foi firmado entre os dois países, no Rio de Janeiro, o "Tratado Complementar de Limites", que estabelecia:

— "da barra do Rio Apa sobre a linha divisória pelo álveo do Rio Paraguai, até em frente à entrada ou desaguadouro da Baía Negra (boca do Rio Negro ou Otukis), ponto de junção das fronteiras Brasil — Paraguai — Bolívia". (19)

• •

A região fronteiriça brasileiro-paraguaia, situada entre os grandes rios Paraná e Paraguai, compreende particularmente trechos da quase impenetrável mata do Rio Paraná, dos ricos hervaes matogrossenses e dos belos campos do planalto de Maracaju. Faz parte da região mais próspera do Estado, presentemente.

Sob o aspecto demográfico essa área é fracamente povoada, pois a sua população, nos municípios mais populosos, não chega a dois habitantes por quilômetro quadrado, como nos casos de Ponta Porã e Bela Vista.

Ao largo dessa fronteira de 1.339 Km, e numa faixa de 100 a 150 Km, existem, do lado brasileiro, algumas cidades progressistas e diversas povoações em franco desenvolvimento, como Ponta Porã, Bela Vista, Pôrto Murinho, Dourados, Maracaju, Nioaque, Miranda e Antônio João.

No que concerne às vias de comunicações nessa região, elas se apresentam regularmente desenvolvidas com tendências, porém, a progredir nos próximos anos.

A melhor via de acesso do Paraguai ao Brasil ainda é, presentemente, o Rio Paraguai, cujas águas permitem a navegação de navios com um máximo de 10 pés desde Assunção até Corumbá. E ainda muito recente foi inaugurada uma linha de navegação, ligando essas duas cidades a Pôrto Mendes, no Estado de Paraná, e tornando uma auspiciosa realidade para Mato Grosso o sistema fluvial Paraná-Paraguai.

As rodovias que partem da fronteira ou a atravessam não têm boas características e são muito mal conservadas. Praticamente, reduzem-se a três:

— Concepción — Bela Vista — Nioaque — Aquidauana.

— Concepción — Ponta Porã — Campo Grande.

— Pôrto Murinho — Margarida, para Nioaque ou para Bela Vista.

Estradas de ferro só existem, no momento, as que, procedentes do Chaco Paraguai, alcançam o Rio Paraguai, em sua margem direita, nos portos denominados Sastre, Palma Chica e Guaraní, nas proximidades respectivamente da foz do Rio Apa, de Pôrto Murinho e de Barranco Branco, esses últimos portos no Brasil, afora o recém concluído ramal da Noroeste, que liga Campo Grande a Ponta Porã.

Em futuro não mui distante, porém, segundo se pode presumir dos entendimentos e projetos existentes, outras ferrovias penetrarão na rica e florescente região compreendida entre os Rios Paraná e Paraguai, no sul de Mato Grosso, e aí proporcionarão os primeiros contactos do intercâmbio comercial paraguai-brasileiro. A Estrada de Ferro Sorocabana deverá levar seus trilhos a Dourados e, talvez, a Pôrto Murinho, e a Companhia Paulista de Estradas de Ferro procurará atingir Entre Rios e possivelmente Campo Grande, através das fértilíssimas terras dos grandes vales do Ivinhema e do Pardo-Anhandui.

#### REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

- (15) LECUNA, Vicente — Documentos referentes a la creación de Bolivia. Volume I, páginas 520, 523 e 559. Caracas, 1924.
- (16) TASSO FRAGOSO, Augusto — História da Guerra entre a Triplíce Aliança e o Paraguai. Volume I, páginas 58 a 86. Rio de Janeiro: Imprensa do E.M.E., 1934.
- (17) VIANA, Hélio — História das Fronteiras do Brasil. Volumes e edição citados em (11), página 179.
- (18) Código das Relações Exteriores do Brasil — Parte 1ª, número 570, página 201. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900.
- (19) VIANA, Hélio — História das Fronteiras do Brasil. Volumes e edição citados em (11), página 183.

(Continua)

#### SERRARIA CRUZEIRO

Madeiras Serradas, Aparelhadas e em Bruto

Carlos de Almeida

RUA CEARA, 397 — CAIXA POSTAL, 362 — LONDRINA — R.V.P.S.C. — TEL.: 173  
— ESTADO DO PARANÁ —

# ACONTECEU NA E.P.C. DE PÔRTO ALEGRE

Oferta da CASA NENO

Corria o ano de 1941. Comandava a Escola de Pôrto Alegre, o então Coronel Outubrinho Antunes da Graça. Idealista, educador nato e extremamente vibrátil, o Comando desvelava-se em assistência contínua àquelas quatro centenas de jovens.

Pois bem. Todos os dias, após a hora da "tôra" ... formatura ... Hino Nacional muito bem cantado ... palestras educativas do Coronel. Naquele dia, ele havia dado uma "incerta" nos alojamentos das Cias.

"— Meus jovens comandados: Hoje, visitando vossos alojamentos, tive o desprazer de encontrar o da 3ª Cia., qual um acampamento de ciganos. Chamo atenção desses alunos para a 1ª Cia, cujo alojamento encontrei arrumadinho e limpo como um ninho de colibris".

Não é preciso dizer que, até hoje, aqueles antigos alunos, embora já atualmente capitães, ainda são "os colibris"...

Cumpra acrescentar que, quando os alunos da "1ª" começavam a sentir-se ridicularizados com as chacotas dos companheiros, seu Cmt., o então Capitão Moziul, replicou-lhes:

"— Não! Vocês estão enganados. Nós nos orgulhamos de ser colibris. E gostaríamos muito que a fâmula da 1ª Companhia ostentasse um colibri, mas um colibri com garras, agressivo e guerreiro..."



## DO MILITAR PARA O MILITAR

AVISO AOS COMPANHEIROS

## A CASA NENO

tão nossa conhecida, oferece RÁDIOS, BIGICLETAS, TELEVISÃO, GELADEIRAS, MÁQUINAS DE COSTURA, MÁQUINAS FOTOGRÁFICAS, ENCERADEIRAS, ASPIRADORES DE PÓ e demais utilidades para seu lar — TUDO EM 10 ou 15 PAGAMENTOS, BASTANDO A APRESENTAÇÃO DA CARTEIRA DE IDENTIDADE — Entrega imediata.

ENDEREÇOS:

RUA 7 DE SETEMBRO, 145 — TELS.: 43-9134 E 43-2215

RUA DO NÚNCIO, 7 E 16 (Atual República do Líbano)

RUA BUENOS AIRES, 151

(N. 18)

# ESTRUTURA GEOPOLÍTICA DA AMAZÔNIA BRASILEIRA (\*)

Major Brig. do Ar LYSIAS A. RODRIGUES

## II

### PLANO GEOPOLÍTICO DA SUA REDIVISÃO TERRITORIAL

Ao estudo da *Estrutura Geopolítica da Amazônia Brasileira*, que apontou as linhas mestras do desenvolvimento e progressão daquela porção magna do Brasil, decorre logicamente o Plano Geopolítico de sua Redivisão Territorial, que detalha e precisa as porções menores que a devem compor, para melhor administração e progresso, para melhor coordenação dos esforços geopolíticos que lhe são iminentes, e, conseqüentemente, sua real valorização.

O que ressalta gritantemente da análise desse Plano Geopolítico, é a homogênea disseminação de focos geopolíticos de alto valor por toda a Amazônia Brasileira, apontando claramente o impulso progressivo gigantesco que toda a Amazônia receberá com a sua efetivação.

\* \*

O Plano de Redivisão Territorial da Amazônia Brasileira comporta três aspectos diferentes, embora intimamente ligados, a saber:

- I — Estados que têm sua área reduzida;
- II — Território Federal que tem sua área alterada;
- III — Novos Territórios Federais.

Apreciemos esses aspectos separadamente, para melhor compreensão.

#### I — ESTADOS

Sugerida em "*Estrutura Geopolítica da Amazônia Brasileira*" a restrição da área territorial dos Estados do Amazonas, Pará, Mato Grosso e Goiás, ali mesmo foi justificada essa restrição pela imperiosa necessidade que têm esses Estados de enquadrarem-se em suas limitadas possibilidades atuais, que os mantêm e constroem apertadamente, sem lhes permitir um progresso um pouco maior.

Quem conhece a real situação econômica e financeira desses Estados, não pode negar a evidência dessas realidades.

Assim sendo, cumpre apenas fixar quais os limites que passarão a ter esses Estados, ainda com áreas muito grandes, e que são:

A) *Estado do Amazonas* — Limita-se: ao N. por sua atual fronteira norte com o Território Federal do Rio Branco, desde seu ponto de partida na linha divisória com o Estado do Pará até a confluência do Rio Japurá no Rio Negro; pelo talweg do Rio Negro até a confluência nele do Rio Unini, pelo talweg deste rio acima até sua nascente; daí, por uma linha reta até a nascente do Rio Amanã; segue daí em linha reta em direção à Vila de Maraã até encontrar o talweg do Rio Japurá; a W, partindo desse ponto, pelo talweg do Rio Ja-

(\*) Continuação do artigo publicado no n. 458, de setembro de 1952.

purá até sua confluência no Rio Amazonas; pelo talweg do Rio Amazonas até a confluência nêle do Rio Coari; dessa confluência, por uma linha reta até a confluência do Rio Pixuna no Rio Purus; pelo talweg do Rio Pixuna acima até sua nascente na linha divisória do Território Federal do Guaporé; ao S., da nascente do Rio Pixuna, pela atual fronteira do Estado do Amazonas com o Território Federal do Guaporé; pela atual fronteira do Estado do Amazonas com o Estado de Mato Grosso; a L., pela atual fronteira do Estado do Amazonas com o Estado do Pará.

B) *Estado do Pará* — Limita-se: ao N., pelo talweg do Rio Amazonas, desde sua foz até ao ponto cruzado atualmente pela linha divisória dos Estados do Pará e Amazonas; a L., pelos mesmos limites atuais; ao S., pela atual fronteira com o Estado do Maranhão; da confluência dos Rios Araguaia e Tocantins pela atual fronteira com o Estado de Goiás até a confluência do Rio (\*) no Rio Araguaia; (1) a W., partindo dessa confluência pelo talweg do rio acima, até sua nascente; daí por uma linha reta até a nascente do rio Fresco; pelo talweg dêste rio até sua confluência no Rio Xingu; pelo talweg do Rio Xingu até sua foz no Rio Amazonas.

C) *Estado de Mato Grosso* — Ao N., do ponto sobre a fronteira do Brasil com a Bolívia onde passa o Rio Corixa Grande, pelo seu talweg até sua confluência no Rio Paraguai; pelo talweg do Rio Paraguai, talweg do Rio Juba, talweg do Rio Ten. Lira até sua nascente; daí por uma linha reta, até a nascente do Rio do Sangue; pelo talweg do Rio do Sangue abaixo até a confluência do Rio Ponte de Pedra; daí em linha reta até a confluência dos Rios Verde e Teles Pires; pelo talweg do Rio Teles Pires acima até sua nascente; daí em linha reta até a nascente do Rio Culene; daí em linha reta até a nascente do Rio (\*); pelo talweg

dêste rio até sua foz no Rio das Mortes; pelo talweg do Rio das Mortes ate a confluência nêle do Rio (\*); pelo talweg dêste rio até sua nascente; daí em linha reta em direção à Vila de Araguaiana até encontrar o talweg do Rio Araguaia; a L., dêsse ponto, pela atual fronteira do Estado de Mato Grosso com o Estado de Goiás; fronteira atual com os Estados de Minas Gerais e S. Paulo, até a fronteira com o Território Federal de Ponta Porã (a ser reinstaurado); ao S., pela fronteira com esse Território Federal; a W., pelas atuais lindes do Brasil com a Bolívia desde o limite com o Território de Ponta Porã até o ponto na fronteira sobre o Rio Corixa Grande.

D) *Estado de Goiás* — A alteração que sofreria este Estado seria aquela decorrente da imprescindível criação do Território do Tocantins, já estudado pelo Governo Federal por intermédio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

## II — TERRITÓRIO FEDERAL ALTERADO

O único Território Federal que, em consequência do Plano de Redivisão Territorial da Amazônia Brasileira deve sofrer alteração, é o Território Federal do Acre. Todos sabem que, embora a rede hidrográfica da Amazônia seja portentosa, única no mundo por sua grandeza e utilidade, o Acre foi mal aquinhoado por ela, uma vez que todos os rios que o banham levam uma única diretriz — Sudoeste-Nordeste, — o que cria nêle verdadeiros compartimentos estanques, dado o quase paralelismo, dêstes rios, dos maiores do mundo.

Antes da era da aviação, esse "facies geográfico" do Acre era um tormento, representado por meses de viagem fluvial para ir de um a outro ponto do Território, e isso quando não era a época das vasantes; hoje mesmo, ainda em grande parte se faz sentir esse mal, mau

(\*) Ver Mapa do Brasil 1:5.000.000.

grado a atividade aérea intensa que já se faz ali sentir.

Geopoliticamente, pode-se corrigir esse mal, redividindo territorialmente o Acre de outra forma, cedendo o Estado do Amazonas áreas suficientes para ali serem estabelecidos dois Territórios Federais. O do Acre e o de Tarauacá.

A) *Território Federal do Acre* — Este Território aumentará muito sua área, que ficará melhor servida pela rede hidrográfica, passando o Rio Purus a ser sua verdadeira espinha dorsal.

Ele limitar-se-á: ao N., partindo da confluência do Rio Tarauacá no Rio Juruá, segue pelo talweg deste rio até a confluência do Rio Xirúá no Rio Juruá; daí, em linha reta até a nascente do Rio Baboná; pelo seu talweg abaixo, pelo talweg do Rio Tapaná até sua confluência com o Rio Pinhuá; dessa confluência, em linha reta até a confluência do Rio Mucum com o Rio Purus; a L., dessa confluência, pelo talweg do Rio Mucum até sua nascente na fronteira do Território Federal do Guaporé; ao S., desse ponto, pela atual fronteira desse Território com o Estado do Amazonas e com o atual Território Federal do Acre; segue pela atual fronteira do Território Federal do Acre com a Bolívia e Peru até a confluência do Rio St. Rosa no Rio Purus; a W., desse ponto, pelo talweg do rio Purus até a confluência nêle do Rio Chandless; daí, por uma linha reta até a nascente do Rio Jurupari; pelo seu talweg abaixo pelo talweg do Rio Tarauacá até sua confluência no Rio Juruá.

B) *Território Federal de Tarauacá* — O outro Território Federal, formado parte com áreas territoriais do Acre e parte com áreas do Estado do Amazonas, também receberia uma melhoria sensível, traduzida no fato de o Rio Juruá passar a ser espinha dorsal geopolítica.

Limitar-se-á: ao N., partindo da confluência do Rio Curuçá, no Rio Javari, em linha reta até a nascente do Rio Jandiutuba; daí, em linha reta até a confluência do Rio Ta-

rauacá no Rio Juruá; a L., partindo dessa confluência, pelo talweg dos Rios Tarauacá, Embira e Jurupari, até a nascente deste; daí, em linha reta até a confluência do Rio Chandless no Rio Purus; pelo talweg acima, do Rio Purus até a confluência do Rio S. Rosa no Rio Purus; ao S., dessa confluência, pela atual fronteira do Brasil com o Peru até o limite das atuais fronteiras do Estado do Amazonas e Território Federal do Acre; a W., desse ponto, pela fronteira do Brasil com o Peru até a confluência do Rio Curuçá no Rio Javari.

### III — NOVOS TERRITÓRIOS FEDERAIS

Os novos Territórios Federais que poderiam ser criados são: *Óbidos, Trombetas, Rio Negro, Tabatinga, Cáceres, Purus, Juruena, Tapajós, Xingu, Araguaia e Roncador*.

Poder-se-ia anexar a esta lista o Território Federal do Tocantins, já estudado a fundo pelo Governo Federal, por intermédio do seu brilhante órgão, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Os limites dos novos Territórios Federais seriam:

1) *Território Federal de Óbidos* — Ao N., pelos atuais limites do Brasil com a Guiana Holandesa, desde o ponto extremo (oeste) do limite entre o Território Federal do Amapá e a Guiana Holandesa, ao longo dessa fronteira, até a nascente do Rio Marapi; a L., limita-se com o Território Federal do Amapá, pela atual fronteira do mesmo com o Estado do Pará; ao S., é delimitado pelo talweg do Rio Amazonas, desde a foz do Rio Jari até a foz do Rio Cuminá; a W., segue da foz do Rio Cuminá, pelo seu talweg, pelo talweg do rio Marapi até sua nascente.

2) *Território Federal do Trombetas* — Ao N., desde a nascente do Rio Marapi, sobre a fronteira do Brasil com a Guiana Holandesa, que baliza o extremo da fronteira norte do Território Federal de Óbidos, até a divisa do Território Federal do Rio Branco, sobre a divisa com a Guiana Inglesa; a L.,

pela fronteira oeste do Território Federal de Óbidos (Rios Marapi e Cumíná); ao S., pelo talweg do Rio Amazonas, desde a foz do Rio Cumíná até o ponto em que a atual divisória entre os Estados do Pará e Amazonas corta o talweg do Rio Amazonas; e a W., pela fronteira atual desses Estados, entre o talweg do Rio Amazonas e a fronteira com a Guiana Inglesa.

3) *Território Federal do Rio Branco* — Limita-se ao N. e W. pela atual fronteira do Brasil com a Venezuela e Colômbia, desde a fronteira do Território Federal do Rio Branco até a confluência do Rio Apaporis no Rio Caquetá; ao S., partindo dessa confluência pelo talweg do Rio Japurá até o ponto do seu talweg cortado pela reta que partindo da nascente do Rio Unini busca a Vila de Maraã; pelo talweg do Rio Unini até sua foz do Rio Branco; a L., dessa confluência, pelo talweg do Rio Branco, seguindo pela atual divisória entre o Território Federal do Rio Branco e o Estado do Amazonas, até a fronteira com a Venezuela.

4) *Território Federal de Tabatinga* — Limita-se ao N., pelo talweg do Rio Japurá, desde a confluência nêle do Rio Apaporis, até a entrada do furo, que, pouco antes de sua foz, o liga ao rio Amazonas; a L., desse ponto, pelo furo até o talweg do Rio Amazonas, daí pelo talweg do Rio Juruá, desde sua foz até a confluência do Rio Tarauacá nêle; ao S., dessa confluência, em linha reta até a nascente do Rio Jardiatuba; por outra reta, desse ponto a confluência do Rio Curuçá no Rio Javari; a W., pela atual fronteira do Brasil com o Peru e Colômbia, entre a confluência do Rio Curuçá no Rio Javari e a confluência do Rio Apaporis no Rio Japurá.

5) *Território Federal de Cáceres* — Limita-se ao N., pelo talweg do Rio Cabixi, desde sua confluência no Rio Guaporé até sua nascente; daí, em linha reta à nascente do Rio Iquê; segue pelo talweg dos Rios Iquê, Camaral, Juruema até a confluência do Rio Papagaio neste;

desta confluência em linha reta até a confluência do Rio do Sangue e Rio Cravari; pelo talweg do rio do Sangue, até a confluência nêle do Rio Ponte de Pedra; a L., desse ponto pelo talweg do Rio do Sangue até sua nascente; daí, em linha reta até a nascente do Rio Tenente Lira; pelo seu talweg, pelo talweg dos Rios Juba e Paraguai, até encontrar a foz do Rio Corixa Grande; ..... ao S., a W., dessa confluência pelo talweg do Rio Corixa Grande, acompanhando os limites do Brasil com a Bolívia até a confluência do Rio Cabixi com o Rio Guaporé.

6) *Território Federal do Purus* — Limita-se ao N. pelo talweg do Rio Japurá, desde o ponto de junção das propostas fronteiras dos Territórios Federais de Rio Negro e Tabatinga até sua confluência no Rio Amazonas; talweg do Rio Amazonas até a confluência nêle do Rio Coari; a L., pelo talweg do Rio Mamiá, de sua foz à sua nascente; daí, em linha reta até a confluência do Rio Pixuna no Rio Purus; pelo talweg do Rio Pixuna até sua nascente; pela divisa atual do Território Federal do Guaporé com o Estado do Amazonas até a nascente do Rio Mucuím; ao S., da nascente do Rio Mucuím, pelo seu talweg, até sua confluência no Rio Purus; dessa confluência, em linha reta à confluência do Rio Pinhuá com o Rio Tapauá; talweg do Rio Tapauá; talweg do Rio Tapauá, de sua foz a confluência nêle do Rio Baboná; pelo talweg deste rio até sua nascente; daí, em linha reta até a confluência do Rio Xirua no Rio Juruá; a W., dessa confluência, pelo talweg do Rio Juruá até sua foz no Rio Amazonas, furo que liga este ao Rio Japurá; talweg do Rio Japurá até o ponto de encontro da reta que liga a Vila de Maraã à nascente do Rio Unini.

7) *Território Federal do Juruena* — Limita-se ao N. pelo atual limite entre os Estados do Amazonas e Mato Grosso, desde a linha divisória com o território Federal do Guaporé à confluência do Rio Juruena com o Rio Teles Pires; a

L., dessa confluência pelo talweg do Rio Teles Pires, até a confluência nêlo do Rio Verde; ao S., dessa confluência, em linha reta até a confluência do Rio Ponte de Pedra no Rio do Sangue; daí, pelo talweg do Rio do Sangue até a confluência nêlo do Rio Cravari; daí, em linha até o confluência do Rio Papagaio no Rio Juruena; talweg do Rio Juruena, talweg do Rio Iquê até sua nascente; a W., pela atuais fronteiras do Território Federal do Guaporé com o Estado de Mato Grosso, desde a nascente do Rio Iquê até a trijunção de fronteiras dos Estados do Amazonas, Mato Grosso e Território do Guaporé.

8) *Território Federal do Tapajós* — Limita-se ao N., pelo talweg do Rio Amazonas, desde a fronteira atual entre os Estados do Amazonas e Pará até a foz do Rio Curuá; a L., pelo talweg do Rio Curuá pelo talweg do Rio Curuá do Sul acima até sua nascente; dessa nascente, em linha reta até a nascente do Rio Cuparã; daí em linha reta até a confluência do Rio Iriri no Rio Curuá; dessa confluência por seu talweg até sua nascente; daí em linha reta, pelo meridiano local até a atual divisória entre os Estados do Pará e Mato Grosso; ao S., por sua divisória até encontrar o Rio Teles Pires, pelo seu talweg até sua confluência com o Rio Juruena; a W., pela atual divisória entre os Estados do Pará e Amazonas, dessa confluência até o talweg do Rio Amazonas.

9) *Território do Xingu* — Limita-se ao N., pelo talweg do Rio Amazonas desde a foz do Rio Curuá até a foz do Rio Xingu; a L., pelo talweg do Rio Xingu até encontrar a divisória atual dos Estados de Mato Grosso e Pará; ao S., desse ponto, pela atual divisória entre os Estados do Pará e Mato Grosso, até o ponto em que a fronteira L. do Território do Tapajós corta essa linha; a W., a fronteira L. do Território do Tapajós.

10) *Território Federal do Araguaia* — Limita-se ao N., pelo tal-

weg do Rio Fresco, de sua foz no Rio Xingu à sua nascente; daí em linha reta até a nascente do Rio (\*); pelo seu talweg abaixo até sua foz do Rio Araguaia; a L., pelo talweg do Rio Araguaia, dessa confluência até a confluência do Rio Vertentes no Rio Araguaia; ao S., pelo talweg do Rio Vertentes, de sua foz à sua nascente na serra do Roncador; a W., desse ponto, em linha reta até a nascente do Rio Comandante Fontoura; pelo seu talweg abaixo, pelo talweg do Rio Xingu até a confluência do Rio Fresco.

11) *Território Federal do Roncador* — Limita-se ao N., pela atual divisória entre os Estados do Pará e Mato Grosso, desde o talweg do Rio Teles Pires ao talweg do Rio Xingu, em linha reta; pelo talweg do rio Xingu, desse ponto à confluência com o Rio Comandante Fontoura; a L., pelo talweg do Rio Comandante Fontoura, dessa confluência à sua nascente; daí em linha reta à nascente do Rio das Vertentes; seu talweg até sua foz; talweg do Rio Araguaia até a confluência nêlo do Rio Caiapó; ao S., dessa confluência, em linha reta até a nascente do Rio Culene; daí, em linha reta, até a nascente do Rio Teles Pires; a N., pelo talweg do Rio Teles Pires até a divisória atual entre os Estados do Pará e Mato Grosso.

12) *Território Federal do Tocantins* — Já proposta a delimitação pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

## CONCLUSÃO

Tornar-se-ia enfadonho repetir aqui as razões que militam a favor da criação dos Territórios Federais; óbvio se torna tirar-se conclusão lógica do gigantesco impulso que a Amazônia Brasileira receberá com esses focos geopolíticos instalados por toda a sua área.

As terras ermas, quase desabitadas, vivendo miseravelmente, sem dispor das coisas mais elementares,

(\*) Ver Mapa do Brasil 1:5.000.000.

necessárias, imprescindíveis à vida, passariam a ter governadores que eles se interessariam realmente, pois teriam a capacidade para resolver os problemas básicos do progresso regional, uma vez que a verba concedida pelo art. 199 da Constituição Federal de 1946, para a Amazônia, permitiria distribuir anualmente, algumas dezenas de milhares de contos de réis a cada um, que seriam transformados rapidamente em benefícios múltiplos, coletivos e pessoais.

Hospitais, postos de saúde, postos de puericultura, escolas primárias e secundárias, escolas técnicas e agrícolas, rodovias, campos de aviação, luz e força, higiene pública, agências bancárias, agências do cor-

reio, telégrafo e rádio, surgiriam rapidamente, incrementando poderosamente o progresso local, isto sem se falar na possibilidade de instalação de colônias de imigrantes escolhidos.

E todos os brasileiros dessa nossa Amazônia haveriam de lembrar sempre com gratidão e carinho os nomes dos membros deste culto e patriótico Governo Federal pelo bem imenso que iriam receber.

Está nas nossas mãos materializar a solução geopolítica de transformar o espaço físico da Amazônia em espaço econômico, dando lqueles heróicos amazônidas, aqueles nossos queridos irmãos que ali vivem e labutam tão heroicamente, seu verdadeiro 13 de maio!

---

## RELOJOARIA S. PAULO

COMPLETO SORTIMENTO DE RELÓGIOS, JOIAS E BIJOUTERIAS

SECÇÃO DE FORNITURAS

CAETES, 525 — FONE: 4-3144 — BELO HORIZONTE

(N. 5)

---

FRUTAS, LEGUMES E VERDURAS, POR ATACADO E A VAREJO

**SALVADOR GONZALEZ RODRIGUES**

COMISSÃO, CONSIGNAÇÃO E CONTA PRÓPRIA

Entrepasto Municipal de Gêneros — Defronte o Compartimento, 54  
Quadra n. 11

TELEFONE, 33-4629 — SÃO PAULO

(N. 6)

---

## SERRARIA CURÓTTO LTDA.

EXPORTAÇÃO DE TORAS E MADEIRA SERRADA EM GERAL

INSTALAÇÕES PRÓPRIAS

Escritório, Indústria e Residência:

AVENIDA PARANÁ — SAÍDA IBIPORÁ — TEL.: 30

CAIXA POSTAL 180 — LONDRINA — PARANÁ

(N. 25)

## A RETOMADA DE CORUMBÁ

Ten.-Col. Honorário JOSÉ NONATO DE FÁRIA

### NA FAZENDA "MACACOS"

Só dois dias depois chegaram a pisar em terra seca, num retiro da Fazenda, onde havia alguns ranchos, um curral e um tendal grande com carne a secar.

Ao deixarem o pantanal, doentes e sãos, em número de 34, dos 56 com que iniciaram a extraordinária marcha, porque 22 haviam ficado no Pantanal, vitimados pela bexiga, dobrando os joelhos em terra, renderam glória ao Senhor, em preces as mais sentidas, pela sua misericórdia para com eles.

Maior que a fome de alimentos era-lhes a do sono, porque, após as orações, a maioria, deitando-se ali mesmo pelo chão de todo o cumprimento, dormiram a bom dormir como se quisessem refazer, de uma assentada, todo o sono perdido.

E como, ali, as onças não andavam à distância, fez-se necessário estabelecer-se, servindo-se dos mais fortes, vigilância de dia e de noite.

Tendo chegado ali, ao meio dia, mais ou menos, e enquanto dormiam, saiu o Tenente Delfino com duas praças e foi se entender com o Fazendeiro.

A uns 50 ou 60 metros dos ranchos que, com o curral, foram construídos em uma grande área, limpa, gramada, talvez para evitar à noite a aproximação das onças, um cachorro, divisando-os, se levantou e pôs-se a ladrar, no que foi secundado por outros, fazendo grande alarido.

Provocado por essa acuação, saiu à porta de um dos ranchos

um molecote que, ao depará-los, entrou de novo, saindo a seguir, pela mesma porta, um caboclo a apertar na cintura um cinturão largo do qual pendia um facão, que para eles se dirigiu, entabulando-se o seguinte diálogo:

O caboclo — Quem são vocês e o que querem por aqui?

Ten. Delfino — Somos soldados do Batalhão que foi retomar Corumbá e que aqui chegamos doentes e com fome.

Caboclo — E que tenho eu com isso?

Tenente — Sim, o Senhor não tem nada que ver com isso, mas viemos aqui pedir-lhe um auxílio e não acreditamos que nos vá deixar morrer aqui de fome, onde há tanto recurso (e como o caboclo vinha se aproximando) continuou: E eu lhe peço para não se aproximar de nós porque estamos cuidando de gente doente.

Caboclo — Como chegaram aqui por esse lado?

— Vieram de canoa?

Tenente — Não. Viemos varando o pantanal a pé.

Caboclo — A pé!... Porque? Estão fugindo?

Tenente — Não. A nossa igrarité foi a pique no S. Lourenço com o balaço de um vapor paraguaio e não tivemos outro jeito senão fazer o que fizemos.

Caboclo — Os paraguaios andam aí no S. Lourenço?

Tenente — Não. Eles vieram até aí, mas já se foram embora. Mas vamos ao nosso caso. Será capaz de me arranjar hoje uns

(\*) Continuação do n. 460, de novembro de 1932.

dois bois? Não serão dados; nós os pagaremos, não agora, mas depois.

Caboclo — Isso não; dois bois não poderei dar. Isto aqui não é meu e eu não tenho ordem para dar boi a ninguém. Posso dar a vocês, que estão mesmo com cara de quem está passando fome, um pouco dessa carne que estão vendo lá no tendal. Isso mesmo de minha conta porque não tenho ordem de dar carne a não ser para os empregados da Fazenda. Mas como não gosto de ver gente com fome, venham buscar umas duas mantas.

Tenente — Tôda essa carne é pouca para a nossa gente; somos bastante. Para hoje nós a aceltamos, porém tôda ela, deixando somente o necessário para o seu consumo de hoje e amanhã até fazerem outra.

— E mais uma coisa: é preciso que o Senhor mande amontoá-la aqui. Não já lhe disse que estamos tratando de doentes?

— Nós não queremos que a moléstia pegue em vocês.

Caboclo — Que moléstia é essa?

Tenente — Bexiga.

Caboclo — Virgem Nossa Senhora!... Que é que vocês arrumaram para estarem sendo castigados assim?

— Deus não castiga gente à-toa.

— Vocês fizeram alguma barbaridade por aí.

— Mataram muita gente, furtaram? Conta.

Tenente — É verdade. Matamos muita gente.

Caboclo — Não é o que eu estou dizendo... E por que?

— Só de ruindade?

Tenente — Não. Fomos em Corumbá libertar nossa gente que estava em poder dos paraguaios e para libertá-los, tivemos que matar os paraguaios.

Caboclo — Ah!... não há de ser por isso não.

— Matar paraguaio não é crime.

Tenente — Mande trazer a carne, e queremos também que nos dê uma boa porção de leite amanhã. Os doentes não podem comer carne.

Caboclo — Pois bem, à hora em

que estivermos tirando leite vocês podem ir chegando, cada um com a sua vasilha.

Tenente — Nenhum de nós tem vasilha e nem podemos ir ao curral.

— Não já lhe disse por duas vezes que a nossa gente está quase tôda doente?

Caboclo — Então como há de ser?

Tenente — O Senhor vai nas fazer presente de uma lata de querosene para botar o leite, e de umas latinhas vazias de manteiga ou de algumas cuias para servir-nos de tigelas.

Caboclo — Está bem; vou ver se arranho uma lata de querosene e algumas cuias.

Tenente — E tudo o que tiver de nos dar deve ser pôsto lá no lugar em que lhe falei para amontoar a carne.

— Mande amontoá-la já. Está ficando tarde. E não se esqueça de mandar pegar dois bois grandes.

Caboclo — Isso não. Bois eu não posso dar.

Tenente — Mas não é dado: Nós os pagaremos.

Caboclo — Mas quem me garante êsse pagamento?

Tenente — Nós o garantimos.

Caboclo — Tem até graça o que me está dizendo. Se vocês não têm para vestir senão êsses molambos e nem o que comer como mostram as suas caras, como poderão me garantir o pagamento dêsses bois?

Tenente — Pois tudo o que me fornecer, inclusive as latas vazias e as cuias serão pagas.

Caboclo — Mas eu não caio nessa pêta. Posso servir vocês, nalguma coisa, mas, bois, não.

— Afinal quem é que manda entre vocês?

Tenente — Sou eu.

Caboclo — Como é sua graça?

Tenente — Finote.

Caboclo — Fi-no-te, ... nunca vi ninguém com êsse nome.

Tenente — Eu me chamo Del-fino, mas tôda Culabá me conhece por êsse nome. É meu apelido.

Caboclo — Será que em Poconé alguém conhece a você por esse nome?

Tenente — Todo Poconé me conhece por esse nome. Sou lá muito conhecido e tenho lá muitos parentes.

— Que nome tem esta Fazenda?

Caboclo — Macacos.

Tenente — E o nome do Fazendeiro?

Caboclo — Seu Alves.

Tenente — Seu Alves de que?

Caboclo — Não sei. Para que quer você saber.

Tenente — Mande já a carne.

\*\*\*

Momentos depois o cheiro agradável da carne assada dominava o acampamento.

Agora, a dificuldade consistia em evitar o abuso.

Enfraquecidos, como se achavam todos, satisfazer, por completo, a fome, seria transformar o elemento de vida no mais ativo instrumento da morte, o que, felizmente conseguiu o Tenente evitar com pedidos e mesmo rogos a alguns.

Agora, com carne e leite em pouco recuperariam as forças.

Mas os soldados, que, aliás, gostavam mais da carne seca, que da verde, se puseram a lamentar; Ah! se arranjássemos um pouco de farinha estaríamos bem. A carne seca, salgada como esta, costuma produzir desarranjos dos intestinos quando comida sem a farinha de mandioca.

O Tenente, que disso sabia, e já esperava por isso, perguntou ao caboclo (que era o capataz da Fazenda e se chamava Torquato) se lhe não era possível arranjar um pouco de farinha, pergunta essa que Torquato respondeu asperamente dizendo-lhe se não queria também — fumo, guaraná e açúcar.

\*\*\*

Resolvido a dar nova orientação ao modo de conseguir do Torquato o que precisavam, porque, além de alimentos, era-lhes indis-

pensáveis remédios e outras coisas, na manhã seguinte, mandou guardar a porteira do curral por quatro praças encarabinadas com ordem de não deixarem sair nem uma vaca.

O Torquato, diante de tal medida, gritou pelo Tenente e perguntou que significava aquilo e o Tenente lhe fez ver que estava resolvido a mandar matar duas daquelas vacas se até pelo meio dia não recolhesse dois bois ao curral para serem abatidos.

O Torquato, depois de esbravejar, mandou os seus vaqueiros pegar os bois requisitados, observando que tudo isso mandaria contar ao Seu Alves, que, de certo, tomaria providências.

Mas o caboclo, já tinha expedido um próprio para Poconé, no primeiro dia da chegada da força, tão logo soube o nome do seu comandante, dando conta da situação e pedindo providências.

No dia seguinte, o leite já foi dado com patente má vontade, avisando que no outro não teriam teriam mais leite porque ia soltar as vacas.

Intimado pelo Tenente para que não tomasse tal medida porque se veria na contingência de tomar medidas enérgicas, e quando dias após, as coisas já estavam se encaminhando para um conflito, chegou de retorno, o próprio que havia mandado a Poconé, com uma carta de Seu Alves.

#### A CARTA

O Fazendeiro, ao ter notícia de que o Seu Finote estava ali com força vindo de Corumbá, e a sofrer necessidades, imediatamente fez voltar o portador com uma crito ao Seu Finote, pedindo-lhes a fornecer-lhe de tudo que havia na Fazenda, não só comedoria, mas roupa, remédios e o mais que houvesse no armazém e que lhe prestasse toda ajuda com os camaradas.

Recebendo essa carta, o Torquato gritou pelo Tenente, a quem contou com lealdade que havia escrito ao Seu Alves, pedindo-lhes ordem para expulsá-los daí, mas,

diante da resposta do Seu Alves, êle, os camaradas e toda a Fazenda estava à disposição do Seu Finote. Que desculpasse qualquer coisa ruim que tivesse feito.

Que, como estavam quase nus, oferecia-lhes roupa que tinha no armazém (calça e camisa de riscado).

Tinham também couro para nêles dormir e para fazer alpercatas; um pouco de mantimento; e segundo recomendação de Seu Alves, ia mandar fazer uns ranchos para os companheiros de V.S.

Se quisesse, podia mandar fazer dentro dos ranchos, camas de forquilhas fincadas, cobertas de folha.

Temos ordem de Seu Alves para servir a V.S. como se fôsse êle quem agora aqui estivesse.

#### NOVA SITUAÇÃO

Invertidas as condições de autoridade do Capataz, a situação dos soldados passou a ser outra.

Agora tinham êles melhor alimentação e também roupa e coberta, remédios, ainda: fumo, guaraná e açúcar.

#### NOVA ATITUDE DO TENENTE

Porém a responsabilidade do Tenente, dobrou, triplicou.

Era preciso corresponder à grandeza da alma de Seu Alves.

E a primeira idéia que teve foi livrar o Capataz e todo pessoal da Fazenda da terrível moléstia que parecia minorada, mas não terminada.

De quando em vez, surgia um novo caso.

Se bem que a sua primeira medida, em chegando à Fazenda fôra a de evitá-los do contágio, mas diante do relaxamento crescente na observação das regras profiláticas estabelecidas, que fazia prever, em poucas semanas, desprezadas, determinou ao Capataz que fizesse voltar ao Seu Alves, o camarada que havia levado a carta, com outra, ao mesmo Seu Alves, dizendo-lhe que o Seu Finote lhe pedia para mandar retirar dali, êle Capataz, e todas as pessoas que ali

estavam para outro lugar não menos de duas léguas distantes para livrá-los da hexiga.

Que, êle, Seu Finote, tomaria a responsabilidade de zelar da Fazenda, agindo da maneira que julgasse necessário para que a retirada do pessoal não lhe trouxesse grande prejuízo.

A resposta satisfatória não se fez esperar, e uma semana após estavam ali como se fôsem os donos da Fazenda.

#### RECRUDESCÊNCIA DA VARIOLA

Porém o mal, tão logo os soldados se foram tornando mais fortes, mais nutridos, cresceu de intensidade.

Se bem que estivessem agora em melhores condições de defesa: pisando em terra seca, de alpercatas, vestidos, bem alimentados, mais ou menos medicados e em ranchos, os casos novos apareciam revestidos de maior gravidade.

Até da terrível — pele de lixa — desconhecida, tiveram casos.

Mesmo em pessoas que se julgavam como que imunes, surgia um dia o mal.

Em tais condições, era preciso maior vigilância na comida e mais paciência e desprendimento para com os novos atacados.

Alguns dos que primeiramente tinham sido atacados e já estavam bons, fortes, e eram do Município de Poconé, pediam licença para ir para a sua casa ver os seus e só desistiam do pedido, ou não fugiam, a instância do Tenente que lhes fazia ver o perigo de levarem o mal à sua família e ao mesmo tempo lhes censurava o desamor aos seus companheiros naquêle estado.

E não ficou um dos soldados que, dela, não levasse para casa a sua marca característica.

Até o Tenente (um dos que se julgavam, por qualquer condição constitucional, livres desse mal) teve o seu dia.

Alta noite, ardendo em febre, com a cabeça a rachar de dor e numa ansiedade inexplicável, não querendo acordar o seu "baga-

geiro" que, esgotado de perdas de noite se revezando na vigilância dos seus companheiros doentes, ali estava a seu lado dormindo, e nem tendo à mão nenhum remédio, apagou a lamparina e bebeu o óleo de mamona que nela alimentava a chama, vomitando um pouco, mas engulindo o suficiente para forçar o rompimento da erupção que poucos dias depois eram pústulas que lhe cobriam o rosto e todo o corpo.

Tratado com carinho pelos companheiros, em pouco tempo — restabeleceu a sua saúde.

Durante esse tempo, por duas vezes, o Capataz veio saber se já podia tornar com a sua gente à Fazenda, ficando da 2ª vez combinado que isso só se poderia realizar em fins de outubro.

No dia 30, voltou ele de novo, e das 34 praças que com o Tenente Delfino nela tinham entrado no dia 1º de agosto só encontrou nove.

As demais, curadas, tinham se retirado com licença de trinta dias para as suas casas.

As nove que ainda permaneciam ao lado do Tenente eram gentes do Município da Capital.

O Tenente explicou-lhe que havia queimado os seus ranchos e os que após fizeram; as varas da porteira do curral, as selas, baixeiros enfim, todos os objetos de que se serviram pertencentes à Fazenda, para não deixar ali semente do mal.

O Capataz voltando ao sítio em que havia ficado todo esse tempo, com sua família e camaradas, tornou à Fazenda, no dia 3 de novembro, quando recebeu-a e com ela uma requisição feita em nome do Presidente da Província, onde vinha discriminado tudo quanto dela se serviram, terminando por um elogio ao Fazendeiro pela maneira patriótica e mesmo distinta com os que serviram.

#### A PARTIDA PARA CUIABÁ

No dia 4, o Tenente partiu da Fazenda para Cuiabá, com as nove praças restantes, todas a cavalo, gentilmente cedidos pelo Capataz, mandando em companhia dos reti-

rantes para ensinar-lhes o caminho e voltar com os cavalos, dois camaradas da Fazenda.

Três dias depois, à noite, chegavam à margem do Rio Cuiabá, onde pernovernaram, atravessando-o na manhã seguinte para se apresentarem ao Batalhão e pedirem uma licença.

#### A CHEGADA EM CUIABÁ

As praças se apresentaram na manhã de 8 ao 40º de Voluntários e lá ficaram à espera do Comandante.

O Tenente mandou ao Comandante uma carta, dando conta de sua chegada e pedindo 8 dias de prazo para se apresentar, que era o tempo preciso para mandar fazer a farda.

#### ALVORÇO NA CIDADE

O Comandante, ao saber que tinham chegado e se apresentado ao Batalhão nove homens que se diziam praças pertencentes ao Batalhão da Vanguarda, buscou imediatamente o Batalhão causando pasmo ao vê-las e ainda mais quando recebeu de uma delas a carta do Tenente, a cuja casa foi imediatamente e com ele muitos outros oficiais do 40º e de outros Batalhões.

Quinze dias depois, o Tenente Finote ainda tinha a casa cheia de visitas que chegavam de todos os lados, desejosos de o abraçarem e verem com os seus próprios olhos o Tenente que julgavam morto.

O Tenente-Coronel Antônio Maria deu-lhe por apresentado e licenciou-o por noventa dias para seu descanso e para pôr em ordem os seus negócios.

#### UM INCIDENTE INTERESSANTE

Na manhã de sua chegada, ao buscar a Chácara de sua propriedade, sítio à Rua do Campo, onde havia deixado sua esposa, sua filha, sua sogra e serviçais, viu no portão da mesma um homem

desconhecido com quem entaboulo o seguinte diálogo:

Tenente — O senhor está guardando esta casa?

Morador — Não estou guardando nada. Estou aqui morando.

Tenente — Não sabe me informar para onde foram essas gentes que moravam aqui?

Morador — Aqui não morava ninguém.

Tenente — De quem é a casa? Quem lh'a alugou?

Morador — Esta casa era do Tenente Finote que morreu na guerra.

Tenente — E a família de Seu Finote onde está?

Morador — Não sei. Ouvi falar que tinham ido para um sítio, mas não sei onde.

Tenente — (voltando-se para o bagageiro) Pode apelar e desarrelar os cavalos. Sou eu o seu Finote.

O morador, assustado, vendo aqueles homens armados de espingarda e outras armas de guerra, mas com trajes tão diferentes dos de soldados, botou a mão na boca e disse: Será possível!

A sua família, que havia chegado no dia seguinte, avisada por um amigo que, ao mesmo tempo que corraera para abraçar o ressuscitado, expediram um próprio ao "Jacundá" (nome do sítio em que ela se achava, a nove léguas da Capital), para dar-lhe a agradável nova, explicou-lhe o caso da casa.

Loucos de dor com a notícia de que, ele Finote, tinha morrido no combate do Alegre, saíram da casa desorientados, levando só o que puderam carregar, se esquecendo mesmo de fechar a porta da rua, deixando-a abandonada.

O medo tinha sido a causa do abandono em que ficaram, ele e os seus companheiros, na barranca do Rio S. Lourenço, à espera do vapor Antônio João que, conforme o combinado, ficara de vir buscá-los.

A ingratidão e desumanidade tãmanhas sombrearam de vergonha a vitória do Alegre.

## NO "JACUNDÁ"

Vinte dias após a sua chegada e a conselho de amigos, e de médicos, foi para o "Jacundá" com todos os seus onde passou dois meses, e restaurou em parte o seu organismo muito abatido por tantos abalos sofridos, quer físicos quer morais.

Ainda se achava em descanso no sítio, quando recebeu a notícia do decreto do Presidente da Província promovendo-o ao posto de Capitão e classificando-o no 2º de Guardas Nacionais.

A confirmação das suas promoções feitas tôdas, "ad referendum" do Imperador, só chegou aqui em outubro do ano seguinte, tais as dificuldades de comunicações.

Foi-lhe, como também a todos os outros oficiais que tomaram parte no assalto e retomada de Corumbá, oferecido, após a terminação da guerra, o ingresso no exército ativo, no mesmo posto em que se achava, sendo ele um dos poucos que não aceitou o convite.

Terminada a guerra, voltou o Capitão Finote à sua vida livre e ativa de comerciante, na qual trabalhou dezenas de anos, ganhando limpa e honestamente o preciso, lutando tão heróicamente como nos campos da batalha, porque somente armada de lealdade entre colegas desleais.

Não obstante a sua condição de inferioridade na luta, venceu a todas, ganhando sempre o suficiente para criar os seus filhos sob a orientação cristã; mantendo sempre intangível o seu caráter, a sua honra e a sua dignidade.

Certa vez um amigo, educado em outros moldes, e que por isso não compreendia o valor da virtude, lhe disse:

Finote, da maneira que você trabalha, outros lhe passarão adiante. Sem mentir, não se negocia mais.

Hoje a virtude está no meio:

Nem tanto ao mar nem tanto à terra

Ao que ele respondeu: No meio, entre a verdade e a mentira, está um abismo, em que não hei de cair.

Posteriormente já no regime republicano, foi promovido a Tenente-Coronel Honorário do Exército, em cujo posto morreu.

Viveu 77 anos, sempre respeitado, cercado de admiradores.

Morreu sem sofrer dor, sorrindo como se já estivesse vendo o lugar que Deus lhe tinha preparado.

Nem a morte modificou-lhe demasiado, a expressão do rosto.

Morto, parecia que dormia.

Nos últimos anos de sua vida, aceitou o desempenho de funções públicas.

Digo aceitou, porque nunca as pediu.

Quando morreu, era Tesoureiro Aposentado da Prefeitura da Capital.

Recebeu do Governo Federal a pensão a que tinha direito como Veterano da Guerra do Paraguai.

Modesto ao extremo, não permitiu que se escrevesse qualquer coisa com referência aos seus feitos de guerra e ao que sofrera na sua última fase, dizendo:

Feitos de guerra não dão valor a ninguém, nem o que sofri foi injusto.

#### DESCENDÊNCIA

O casal teve os onze filhos seguintes:

Maria Delfina de Faria;  
Marçal Nonato de Faria;  
Virgínio Nonato de Faria;  
Luiza Delfina de Faria;  
José Nonato de Faria;  
Maria da Glória Delfina de Faria;  
Delphim Nonato de Faria;  
Adelaide Delfina de Faria;  
Hilda Delfina de Faria;  
Nayra Delfina de Faria;  
Judith Delfina de Faria.

Dos filhos varões, somente dois atingiram a maioridade — Marçal e José; os dois outros faleceram quando pequenos.

#### TREZE DE JUNHO DE 1867

A altruística cidade de Corumbá tem constantemente manifestado sua imensa gratidão para com os seus libertadores, e, não há muito tempo fez erigir em uma das suas praças um monumento comemorativo do Treze de Junho de 1867, encimado com a estátua do hábil e modesto comandante da pequena legião.

Transcorrendo hoje o sexagésimo aniversário daquele feito bélico, para terminar estas ligeiras referências, com o coração tocado da agridoce saudade daqueles que já se foram para o Além, presto homenagem à sua memória, escrevendo os seus nomes:

Comandante, Tenente-Coronel Antônio Maria Coelho; Fiscal, Capitão Joaquim José de Pinho; Adjudante, Alferes Lino de Pinho; Quartel Mestre Urbano Bueno; Capitães Joaquim Craveiro de Sá, Manuel Peixoto de Azevedo, Luiz da Cunha e Cruz, João de Oliveira Nemo e Augusto Corrêa da Costa; Tenentes Antônio Maria Mottinha, Antônio Rodrigues Sampaio, Guimarães, E. Barbosa e Delfino Nonato de Faria; Alferes Francisco Paes, Antônio Dias, Hortêncio de Seixas, Antônio Felipe Cuyabano, Felisberto Deschamps, Américo Portocarrero, Randolpho de Figueiredo, Indalecio Rondon, Antônio Carlos, Guimarães Junior e Egidio de Pinho, Porta-bandeira; Capelão padre Francisco Bueno de Sampaio; Médico Dr. Carlos Nobre e Farmacêutico Damião Soares.

(a.) A. Anibal da Motta Cáceres, 13 de junho de 1927.

(Ext. de "A Razão", de Cáceres, de 25 de junho de 1927)

#### NOTAS HISTÓRICAS

Eram diversos os dias feriados estaduais. Atualmente existe um, em comemoração à retomada de Corumbá.

Essa consagração vinha de longe, emanada da lei provincial n. 13, de 2 de julho de 1868.

Era uma data ruidosamente festejada em Cuiabá, com a participação de todas as autoridades e de todas as camadas sociais. Festas, afinal, que falavam ao coração do povo.

Tinha início à madrugada, pelo toque de alvorada nos quartéis e salvas de artilharia no alto da Prainha. As músicas militares percorriam as ruas da cidade, e, às 9 horas, se entoeava na catedral a cerimônia do "Te-Deum", com a presença do clero e do elemento oficial de maior categoria.

Parada militar, recepção em Palácio e, à noite, como remate, função de gala no Teatro Amor à Arte. Os jornais punham edições especiais, rememorando, em prosa e versos, o glorioso feito darmas. "O Expectador", em seu número de 5 de junho de 1884, anunciava inicialmente.

"Grande marcha aux-flambeaux, formando uma brigada composta de dois regimentos de cavalaria e um batalhão de infantaria, comandada pelo Capitão Delfino Nonato de Faria". As "Notas" devem explicar que a Delfino Nonato de Faria, Capitão da Guarda Nacional, não cabia comando de brigada. Entretanto, comandou-a por uma expressão altamente delicada: *fôra um dos combatentes da imperecível jornada de 13 de junho de 1867*. Representava, pois, um símbolo da bravura matogrossense.

(Publicado no "Diário Oficial" de Cuiabá, em 18-7-39.) (Extr. do "O Expectador".)

#### TENENTE-CORONEL DELFINO NONATO DE FARIA

Faleceu anteontem, nesta cidade, o nosso estimado conterrâneo Sr. Tenente-Coronel Delfino Nonato de Faria, vítima de pertinaz enfermidade, que zombou de todos os recursos médicos e dos carinhosos cuidados de sua extensa família.

O ilustre ancião, cujo desaparecimento consternou toda a sociedade cuiabana, que o venerava pelas suas reconhecidas virtudes cívicas e como um exemplar pai de família, era um dos raros veteranos da guerra do Paraguai, tendo tomado parte, com muita bravura, no ataque cujo resultado vitorioso arrancou das hostes inimigas a cidade de Corumbá.

Ocupou ele diversos cargos públicos, entre os quais o de tesoureiro da Intendência Municipal desta Capital, no qual foi ultimamente aposentado.

Compartilhando dos justos pesares que neste momento invadem os amorosos corações de sua desolada viúva, dos seus extremecidos filhos e demais parentes, a todos apresentamos os nossos sentidos pêsames.

(Extr. do "O Debate" de 20 de setembro de 1911.)

FIM

### Sylvestre Souza & Cia. Ltda.

ESTRADAS DE FERRO E DE RODAGEM

Terraplenagem mecânica

PRAÇA OZÓRIO, 115-15º And. Ap. 152 — Fone, 2651 — CURITIBA — PARANA  
(N. 22)

### CASA FALANGE

Irmãos Falange, Ltda.

Depósito de Açúcar, Trigo, Sal, Óleo, Sabão, Querosene, Banha e Secos por Atacado  
RUA GOVERNADOR PEDRO DE TOLEDO, 1.083 — FONE, 31 — PIRACICABA



## MOVIMENTO ASCENSIONAL

PIMENTEL GOMES

Transcrito, data vênica, do "Correio da Manhã"

Os livros e artigos que ultimamente têm sido escritos sobre o Brasil por homens de estudo e observadores experimentados dos Estados Unidos, Canadá e Europa mostram, em regra, profunda admiração pelo movimento ascensional que se está processando em nosso país. Deffontaines, diretor de importante Instituto de educação espanhol, afirma, em obra recentemente publicada, que o Brasil é recentemente o país de mais amplo desenvolvimento. Para o alemão Anton Ziska em *Lander der Zukunft*, o Brasil é país de muito futuro e em fase de acelerada prosperidade. O norte-americano Huncut escreveu um livro muito otimista sobre o nosso país — *Brasil Looks Forward*. O francês Gottmann, em *L'Amérique*, acredita que le tableau brésilien se présente sous un jour favorable dans le monde actuel. Ce Pays a certes rien des raisons de regarder l'avenir avec confiance et optimisme". O chanceler Acheson saiu sinceramente impressionado com a evo-

lução brasileira. Muitas revistas estrangeiras ultimamente se têm ocupado de modo elogioso com o Brasil. O movimento de imigração de técnicos e agricultores, as transferências de fábricas européias, são também sintomas muito favoráveis. E há outros, surpreendentes, desconhecidos até mesmo pela maior parte dos brasileiros, que, em regra, subestimam a própria terra natal.

O crescimento de muitas de nossas cidades está superando os dados mais favoráveis dos Estados Unidos e do Canadá, ultrapassando de muito os argentinos, chilenos e australianos e tornando desprezíveis os europeus. Em 1920, por exemplo, o Rio tinha 664 mil habitantes; São Paulo 428 mil; Recife, 175 mil; Porto Alegre 137 mil; Belo Horizonte, 38 mil. Em 1950, o censo encontrou as seguintes populações: Rio, 2.400; São Paulo, 2.200; Recife, 508 mil; Porto Alegre, 381 mil; Belo Horizonte, 339 mil. A área metropolitana carioca tem uns 3 milhões

de habitantes e a paulistana uns 2.800.000.

Para 1960, calculam-se as seguintes populações: Rio, 3.500.000 (a área metropolitana, mais ou menos 4 milhões); Recife, 771 mil (área metropolitana, talvez um milhão); Belo Horizonte, 615 mil; Porto Alegre, 550 mil; São Paulo, 3.500.000 (área metropolitana, mais ou menos 4 milhões).

Em 1970, se o crescimento seguir o ritmo que os estatísticos admitem, teremos: São Paulo, 5.960 (área metropolitana, 6.500 habitantes); Rio, 5.260 (área metropolitana, uns 6 milhões); Recife, 1.141 (área metropolitana, mais de 1.500); Belo Horizonte, 934 mil (área metropolitana mais de um milhão); Porto Alegre, 780 mil (talvez um milhão na área metropolitana).

Mas o progresso acelerado não se verifica apenas nas grandes cidades. Nota-se por toda parte, até mesmo nos trechos mais afastados do litoral, embora, como é natural, não se processe por toda parte com a mesma intensidade.

No momento, o povoamento e o progresso mais acelerados se notam no norte do Paraná. Há fatos quase inacreditáveis.

O local onde cresce atualmente a surpreendente Londrina era floresta virgem em 1932. A cidade de vinte anos tem uns 40 mil habitantes, 600 fábricas e oficinas, 25 companhias de transporte rodoviário, 70 escolas, 40 hotéis, 6 hospitais, 6 cinemas e 16 igrejas. Este ano, a prefeitura deverá arrecadar 30 milhões de cruzeiros; o Estado, 280 milhões; a União 140 milhões. Apenas a safra de café faz um movimento superior a cinco bilhões de cruzeiros. Os seus habitantes

provêm de 32 países. Há dezenas de cidades excepcionalmente progressivas, crescendo em lugares que eram selva há dez ou vinte anos.

A onda de progresso acelerado que invadiu o norte do Paraná está se alargando. Infilte para o sul e para leste. Atravessa o Rio Paraná e começa a penetrar o sul de Mato Grosso, onde há uma das mais férteis áreas do Brasil. Quando as estradas de ferro atravessarem a zona em busca de Ponta Porã, o que aliás já começam a fazer, o surto de desenvolvimento será vertiginoso.

Outra área em franca prosperidade é o sul de Goiás. Goiânia, cidade de quinze anos, impressiona pelo progresso que logrou atingir em tão curto espaço de tempo. A agricultura toma impulso. Instalaram-se italianos, portugueses e alemães. As safras crescem. Infelizmente os transportes não atendem conveniente às necessidades crescentes da produção.

O oeste catarinense está apenas esperando a construção da rodovia Br 28, programada e em execução, para povoar-se rapidamente e produzir até meio milhão de toneladas de trigo, por ano.

O norte do Espírito Santo povoa-se rapidamente. Os cafezais se alastram. Surgem novas cidades. Fato semelhante verifica-se na bacia mineira do Rio Doce, no momento um dos trechos mais promissores do Brasil.

No Nordeste, a eletricidade de Paulo Afonso, abundantíssima e barata, vai modificar inteiramente a atual conjuntura e transformá-lo num novo centro de progresso acelerado.

O Brasil está, de fato, em rápido movimento ascensional.

## CASA CRUZEIRO

Sielski, Sbalqueiro & Cia.

IMPORTADORES

Ferragens, Louças, Porcelanas, Artigos de Alumínio e Esmaltados, Vidros para Vidraças, Óleos, Tintas e Vernizes — Arame Farpado e Liso, Serras, Ferramentas, Chapas Pretas, Galvanizadas e de Zinco, Artigos para presentes, etc.

PRAÇA CORONEL ENÉAS, 152 — FONE, 2037 — CURITIBA — PARANÁ

(N. 20)

# SENTIDO ! SÃO AS CINZAS DOS MORTOS DA F.E.B. QUE PASSAM

P. J. BUSATO

Brevemente um grupo de aviões da Força Aérea Brasileira levará flores para a Itália a fim de serem depositadas sobre os túmulos dos soldados brasileiros que morreram durante a Segunda Guerra Mundial. Em caminho, também flores serão lançadas sobre o Atlântico, em memória dos que pereceram no mar. Essas flores foram adquiridas por coleta popular.

Há pouco, o presidente da República designou uma comissão de Oficiais de alta patente para, sob a presidência do Marechal Mascarenhas de Moraes, providenciar a transladação, da Itália para o Brasil, das cinzas dos que tombaram nos campos de luta, em cumprimento do dever: os pracinhas brasileiros.

Será construído um mausoléu, onde repousarão os que morreram por um mundo melhor.

Eis o que noticiaram os jornais. O Brasil, um dia, viu-se obrigado a intervir na contenda universal. Filhos seus foram sacrificados, nas costas brasileiras por homens sem coração.

E a nossa mocidade partiu, entre lágrimas e agitar de lenços, entre abraços e soluços, para o campo das operações militares na Itália. Um só fito tinha: salvar a honra do Brasil. Para isto, seus olhos se fixavam num ponto: a bandeira do Brasil.

E cantava: "Você sabe de onde venho? Venho do morro, do engenho, das selvas, dos cafezais, da boa terra do côco, da choupana, onde um é pouco, dois é bom, três é demais.

Venho das praias sedosas, das montanhas alterosas, do pampa, do seringal, das margens crespas dos rios, dos verdes mares bravios, da minha terra natal".

Era a flor da mocidade, denodada e valente, que, pela vez primeira, tinha que enfrentar um inimigo forte e disciplinado.

Feriram-se batalhas, entre o mataquear das metralhadoras, o troar dos canhões, sibilar das balas, o trepidar dos pássaros de aço, ais de feridos e estertor de moribundos.

Muitos se lembravam, com o coração cheio de saudades, do país distante, onde suas mães, seus pais, suas esposas, seus irmãos, seus filhinhos, em tom de súplica, erguiam os braços para o alto, rogando a Deus os fizesse voltar aos seus lares queridos. Outros, de profunda fé cristã, oravam como os seus irmãos franceses: "Sobre a sentinela avançada, que em noite, fria e negra, vigia no seu pósto, Virgem Mãe, velai! Pelo Enfermeiro, que levanta os feridos e os mortos do campo de batalha e também sobre o abnegado cirurgião que se entrega, com toda a sua alma, a seu milagroso labor, sem cansar-se jamais, Virgem Mãe, velai!

Sobre o desventurado prisioneiro de guerra, que geme na negrura de sua dor, sem saber notícias dos seus, nem de sua Pátria, Virgem Mãe, velai!

Sobre o Capelão militar, que marcha com as tropas como um irmão maior, com a abnegação silenciosa do mártir antigo e, quando

Tal é, Senhor Secretário de Estado, num esforço muito fluido, o cenário contra o qual se deve enfocar o trabalho da Comissão Mista. A ter que emprestar um nome, ou cunhar uma definição para os trabalhos da Comissão Mista, sentir-me-ia tentado a denominá-la "uma aventura pioneira no rompi-mento de círculos viciosos".

O primeiro desses círculos viciosos reside na área do planejamento. Explicar-me-ei melhor. Os Bancos mutuantes de Washington, quer o Export-Import Bank, quer o Banco Internacional — vêm de há muito tempo arguindo que o motivo pelo qual tão poucos empréstimos têm sido outorgados no pós-guerra aos países subdesenvolvidos, e mais especificamente ao Brasil, é a escassez de planos e projetos sadios e maduramente concebidos. Nós, os brasileiros, pela parte que nos toca, retorquimos aos Bancos que não valia a pena empenharmo-nos na tarefa dispendiosa e laboriosa da preparação de projetos, ao sabor das exigências bancárias de Washington, sem que previamente nos fosse dada uma indicação razoável de que o trabalho não seria em vão, e que poderíamos contar em princípio com assistência financeira. Como é sabido, os países subdesenvolvidos não têm superabundância de técnicos e projetistas, e frequentemente acham difícil e dispendioso embrenhar-se nos minuciosos trabalhos necessários para atender aos requisitos técnicos dos Bancos de investimento. Como costumava jocosamente dizer um amigo meu, "os países subdesenvolvidos não têm dinheiro para planejar, porque estão sempre planejando obter dinheiro".

Em uma palavra, ao passo que os Bancos de Washington insistiam no método de consideração de projetos individuais, sem qualquer compromisso prévio de financiamento, nós nos inclinávamos em favor do método de abertura prévia de uma linha de crédito a ser posteriormente utilizada contra a apresentação de projetos específicos.

A Comissão Mista se empenha agora em romper esse círculo vicioso. Os Bancos de Washington não mais podem dizer que estão famintos por bons projetos; e nós brasileiros recebemos boas lições da arte tediosa, porém utilíssima, de planejamento, feito desta vez, senão com garantia firme, pelo menos com presunção razoável de que o financiamento será outorgado.

O segundo círculo vicioso se refere ao financiamento das inversões. A política americana no período de pós-guerra orientou-se no sentido de reservar o grosso dos fundos governamentais para a reconstrução européia — obviamente uma tarefa insusceptível de financiamento privado — ao passo que a principal responsabilidade de atender ao financiamento do desenvolvimento econômico recairia sobre o capital privado. É geralmente admitido que o primeiro postulado dessa política funcionou melhor do que o segundo. Por razões várias, que não cabe aqui enunciar, registrou-se uma certa estagnação no fluxo de capitais privados durante o pós-guerra. Um dos motivos determinantes, fundamental no que respeita a investimentos no Brasil, é que o crescimento de certos serviços básicos que não essenciais para atrair capitais privados — mas que em si mesmos não são apetecíveis para financiadores privados, tais como energia e transportes — retardou-se em relação ao crescimento dos outros setores da economia. Urge, assim, aplicar maciçamente capitais em serviços básicos, antes que se criem condições favoráveis à aplicação de capital estrangeiro nas indústrias manufatureiras, assim como na agricultura e sistemas de distribuição. Gera-se, destarte, um círculo vicioso. Espera-se que o capital privado estrangeiro ataque urgentemente a tarefa do desenvolvimento econômico, mas o fato é que esse capital não pode sequer meter mãos à obra antes que se verifiquem inversões governamentais no desenvolvimento de serviços básicos, para cujo financiamento o capital privado não se sente inclinado.

Não raro se considera que os investimentos de capitais estrangeiros públicos fazem concorrência aos investimentos privados e chegam mesmo a deslocá-los. Não é isto, obviamente, o que acontece no Brasil. Basta lembrar as atribulações de um industrial estrangeiro que se propunha a instalar uma fábrica no Brasil, quando se sabe que a energia elétrica está racionada em quase todos os centros manufatureiros do país e que o transporte de matérias-primas é uma dor de cabeça permanente.

Reconhecendo isto, a Comissão Mista decidiu concentrar-se na eliminação desses pontos de estrangulamento; as suas mais altas prioridades são destinadas a projetos ferroviários, portuários e de energia elétrica. Dos treze projetos até agora aprovados pela Comissão Mista, 54 % se relacionam com energia elétrica, 30 % têm que ver com ferrovias e 16 % se referem a indústrias, agricultura e outras atividades.

Repetidamente, no curso desta exposição, Senhor Secretário de Estado, referi-me a planejamento. Apresso-me em explicar o sentido que atribuo a essa palavra. As entidades bancárias de Washington que frequentemente provocam nos membros da Comissão Mista noites de insônia — se têm revelado por vezes algo desapontadas com nossos trabalhos, porque não lhes apresentamos até o momento um plano integral da economia brasileira.

Num país vasto e complexo como o nosso, com numerosas subdivisões políticas autônomas e uma gama diversíssima de graus de evolução econômica, a tarefa de planejamento integral é simplesmente de meter medo. O resultado de qualquer esforço, demasiado ambicioso, de planejamento, seria provavelmente gastarmos tanto tempo na confecção de um plano que o mesmo, ao ser terminado, estaria obsoleto. Ou então teríamos que instalar um Governo Socialista, altamente centralizado, e com violenta fúria dirigista; mas isto seria pagar um preço demasiado alto, em termos de liberdade humana,

pela dúbia vantagem de um esquema econômico compreensivo.

A Comissão Mista se tem confinado a uma modalidade mais realística de planejamento, que constitui a identificação e seleção de "pontos de crescimento", ou "pontos de germinação", capazes de provocar um surto de investimentos colaterais. Esses pontos de germinação são — nunca é demais repeti-lo — energia elétrica, transporte, melhoramento da produtividade agrícola e expansão de algumas indústrias-chave. Ouso, aliás, dizer, Senhor Secretário de Estado, que as decisões planificadoras, ou antes as alternativas de planejamento que a nós se apresentam são bárbaramente simples. Isto porque no caso brasileiro os setores que normalmente deveriam atuar como pontos de crescimento se tornaram "pontos de estrangulamento". As inversões em serviços básicos se retardam em relação às demandas criadas pelo desenvolvimento da indústria e da agricultura, cujo impulso ascendente está sendo agora lenta porém inexoravelmente asfixiado. Convertemo-nos de uma economia onde os serviços básicos eram em parte financiados por capitais estrangeiros interessados na promoção de exportações, em uma economia voltada para um mercado interno em franca e ebulliente expansão. As inversões industriais cresceram mais depressa que as inversões nos serviços básicos e algumas vezes a expensas mesmo destas últimas.

Somos, em uma palavra, um corpo jovem que cresceu desequilibradamente; o que nos falta é uma boa injeção de hormônios estimulantes do desenvolvimento econômico.

Do fato de nos termos modestamente concentrado no planejamento da eliminação de pontos de estrangulamento, não se deve inferir que falte à Comissão Mista compreensão das linhas mestras que deverá tomar o desenvolvimento econômico do Brasil. Sabemos, de fato, que estamos ferindo apenas parte do problema e continuamente nos esforçamos para coordenar nos-

dos planos com aqueles de outros departamentos governamentais encarregados de tarefas de realização específica.

Seja-me permitido agora aflorar rapidamente a questão do financiamento em cruzeiros para os planos de desenvolvimento. Ainda em setembro do ano passado o Ministro Lafer, concluindo negociações anteriormente iniciadas pelo Ministro João Neves da Fontoura, assinou junto com o Sr. Snyder, Sr. Miller e com os Srs. Black e Gaston, um entendimento mediante o qual os dois Bancos — o Banco Internacional e o Banco de Importação e Exportação — dividiriam entre si a tarefa de financiar as despesas em moeda estrangeira de um plano de reequipamento econômico, cujos dispêndios em cruzeiros se estimavam em cerca de 10 bilhões. A conclusão desse esquema dependeria primeiro do levantamento, pelo Governo Brasileiro, dos fundos em cruzeiros, e segundo, da elaboração pela Comissão Mista de projetos adequados.

Cumprimos a nossa parte desse compromisso; é com satisfação que registramos que o engenhoso plano de financiamento denominado "Plano Lafer" foi integralmente aprovado pelo Congresso Brasileiro. Esse plano oferece grandes perspectivas de eficácia na prática. O levantamento dos fundos em cruzeiros se efetuará através de uma sobretaxa de 15 % que incidirá, por um período de 5 anos, sobre todas as pessoas jurídicas assim como sobre as pessoas físicas que paguem imposto de renda superior a 10 mil cruzeiros por ano. Além disso cobrar-se-á um imposto de 3 % sobre lucros não distribuídos. Ainda uma terceira fonte de renda poderá originar-se de depósitos compulsórios dos Institutos de Pensões e Aposentadoria, das Caixas Econômicas e das Companhias de Seguro e Capitalização, depósitos esses que o Ministro da Fazenda está autorizado a exigir quando o julgar necessário. Espera-se que, por esses diversos meios, sejam levantados cerca de 2 bilhões de cruzeiros por ano, durante cinco anos, e talvez

mesmo 3 bilhões, se o Ministro da Fazenda utilizar plenamente a autorização legal que lhe foi atribuída de requerer depósitos compulsórios. O esquema acima descrito tem o caráter de um empréstimo compulsório e os fundos assim levantados serão refundidos pelo Governo mediante a emissão de apólices governamentais com a maturidade de 20 anos. Para administrar esse Fundo de Reabilitação Econômica e completar o plano de reequipamento, foi recentemente criado o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. De há muito se vinha sentindo no Brasil a necessidade de uma instituição como essa, especificamente dedicada ao problema do desenvolvimento econômico. O novo Banco deverá trabalhar em estreita cooperação com o Banco Internacional e o Banco de Exportação e Importação. Constituirá ele um instrumento importante e talvez mesmo decisivo para a promoção do nosso desenvolvimento econômico.

Uma vez que a Comissão Mista se preocupa diretamente com o problema de empréstimos externos e investimentos estrangeiros, parece oportuno lançar uma vista de olhos sobre a posição da balança de pagamentos. Não cairei entretanto na tentação de extrapolar profetivamente o futuro, porque isso não passaria, provavelmente, de um exercício matemático sobre a falácia.

Começemos pelos aspectos a curto prazo do problema de pagamentos externos. Muita gente se alarmou, aqui e no exterior, com o sério desequilíbrio da balança de pagamentos verificado em 1951.

A razão básica desse desequilíbrio foi um deliberado afrouxamento das restrições de importação, com o fito de repor estoques esgotados e substituir maquinaria desgastada por três anos sucessivos de compressão das importações. Tal medida constituiu um risco calculado de contrair dívidas, justificando-se como medida acauteladora contra uma crise militar ou uma rarefação de suprimentos im-

portáveis, decorrente de impacto de programas armamentistas.

No que tange especificamente às áreas de moeda forte, dois fatores contribuíram para agravar a situação. O primeiro foi o colapso imprevisto da colheita de trigo argentino, que nos forçou a desviar nossas compras de uma área de moeda fraca, na qual somos vultosos credores, para a área do dólar. Os dispêndios com trigo em 1952 estão estimados em cerca de 150 milhões de dólares, cifra quase equivalente por si só ao presente nível dos atrasados comerciais. O segundo fator foi o comportamento anormal da conta de capitais privados. O influxo de capitais privados foi negligenciável ao passo que as transferências de juros e rendimentos atingiram soma equivalente a 75 milhões de dólares, expressa, em grande parte, em moeda forte. Não fôra, entretanto, o problema do trigo, e o desequilíbrio da balança de pagamentos seria suscetível de correção mais ou menos rápida, sem a necessidade de uma exagerada compressão de importações. Na conjuntura atual, entretanto, é mister apertar severamente o cinto; torna-se imprescindível uma violenta redução das importações, particularmente no que respeita a compras na área do dólar. As licenças de importação outorgadas desde janeiro último não excederam a uma taxa média de 40 milhões de dólares por mês, dos quais nada menos que 32 milhões para petróleo e trigo. Essa compressão drástica de importações somente agora está se fazendo sentir rijamente, pois que as importações da área do dólar durante o primeiro quadrimestre foram ainda bastante elevadas, com base em licenças de importação concedidas no ano passado.

É óbvio que a restauração do equilíbrio através de uma compressão tão severa das importações como a que estamos fazendo no momento, é algo de extremamente penoso. Esperamos, porém, ter a situação sob controle mais ou menos no fim do ano.

A eliminação de um "desequilíbrio" ocasional da balança de pagamentos não significa, obviamente, a eliminação da "pressão" sobre a balança de pagamentos. Isso porque esta última é quase que uma seqüência necessária de qualquer esforço acelerado de desenvolvimento econômico, semelhante ao que estamos empreendendo no momento, e para cujo financiamento, ao contrário do que sucedeu com os Estados Unidos no século passado e com o Canadá neste século, não podemos contar com importações de capital estrangeiro privado, de forma maciça e estável.

Focalizemos, entretanto, para ilustração, o ônus das dívidas externas a longo prazo contra o pano de fundo da balança de pagamentos. Nossa dívida externa divide-se em dois grupos: a antiga dívida externa tipo "port-folio" (hoje em processo de rápida liquidação, exigindo cerca de 23 milhões de dólares de serviço anual em esterlinos e moeda norteamericana) e a nova dívida externa, contraída com o Banco de Importação e Exportação e o Banco Internacional.

Mesmo abstraindo a provável melhoria na posição da balança de pagamentos, como resultado da produtividade econômica adicional decorrente dos novos empréstimos agenciados pela Comissão Mista, o ônus da dívida externa a ser assumido através do presente programa de investimentos, orçado em 500 milhões de dólares, não é, de maneira alguma, desproporcionado. A nossa dívida externa total atinge agora apenas metade do que era no início da grande depressão, ao passo que a economia brasileira se tornou muito mais ampla e resistente. O serviço de toda a nossa dívida externa, em dólares, esterlinos e outras moedas européias, situa-se em média num nível de 50 a 52 milhões de dólares até 1956. Daí por diante declinará rapidamente, de forma que mais ou menos em 1962 o serviço total das dívidas até o momento contraídas não exigirá mais que 25 milhões de dólares. Se tivermos em vista que o período

de amortização dos novos empréstimos a ser contraidos sob égide da Comissão Mista somente se iniciará por volta de 1956 ou 1957, verifica-se que, até certo ponto, o ônus resultante virá apenas preencher o vazio criado pela amortização das velhas dívidas.

Até aqui, entretanto, tenho-me confinado a uma apreciação estática do problema. Mas é preciso lembrar que todos os investimentos contemplados pela Comissão Mista são investimentos direta ou indiretamente produtivos. É verdade que apenas alguns deles, tais como os investimentos em facilidades de transporte para escoamento de exportação de minérios produzirão diretamente divisas estrangeiras; mas todos os investimentos, sem exceção, foram planejados de maneira a possibilitar um aumento ponderável da produtividade nacional. Destarte, concebendo-se uma política razoável de importações e de câmbio, contribuirão eles para a melhoria de nossa balança de pagamentos, quer mediante uma expansão de exportações, quer mediante a instalação de indústrias substitutivas de importação.

Se bem que as limitações de nossa capacidade de prover ao serviço de dívidas externas devam ser mantidas sob continuo escrutínio, não há motivo para se crer que a meta de empréstimos estrangeiros já mencionada — 500 milhões de dólares para um período de cinco ou seis anos — seja imprudente ou irreal.

Estou convencido, Senhor Secretário de Estado, e meus Senhores, de que estais todos fatigados desta parlenga e da mutilação implodosa a que venho submetendo o idioma inglês. Eu mesmo estou, confesso-o, fatigado de ouvir o som da minha própria voz. É, portanto, tempo de levantarmos acampamento. Fa-lo-ei com uma breve indicação das três condições básicas que se me afiguram necessárias para que a Comissão Mista, até agora vitoriosa em sua tarefa, possa completar com ainda maior su-

cesso sua jornada no campo atribulado da cooperação internacional.

O primeiro grupo de condições deve ser cumprido por nós mesmos, os brasileiros. Urge que nos apeguemos estritamente a uma disciplina prioritária de investimentos, evitando a dispersão de recursos e resistindo à tentação natural de buscar soluções simultâneas, e necessariamente fragmentárias, para a miríade de problemas que nos aflige. Urge que sejamos mais pacientes no planejamento e menos pacientes na execução. E há mister reconhecermos humildemente a necessidade de uma correção corajosa de certas ineficiências administrativas e de gerência que muitas vezes acarretam o crescimento de alguns dos nossos serviços básicos.

O segundo grupo de condições de sucesso depende essencialmente dos Bancos mutuantes de Washington. É necessário que esses Bancos pensem em termos ousados e criadores, e que se disponham a focalizar os projetos sob um ponto de vista prático, em termos de mercados potenciais, antes que de mercados consolidados. É necessário, outrossim, que não se julguem eles detentores de fórmulas perfeitas de eficiência no terreno da gerência e organização, e que não procurem forçar a aceitação de métodos de organização do trabalho e de gestão de empresas que, conquanto desejáveis em si mesmos, não sejam adequados ao nosso cenário institucional.

O terceiro grupo de condições tem a ver com a política do Governo Norte-Americano. O êxito da Comissão Mista depende não apenas de continua assistência financeira, mas também de assistência material mediante a outorga das necessárias prioridades para a entrega do equipamento exigido para a rápida concretização dos projetos. Porém o que é realmente importante, num contexto mais amplo, é podermos no futuro contar, tal como contamos no passado, com o largo e construtivo descortino evidenciado pelo Governo

Americano, ao reconhecer que as fórmulas práticas americanas que tanto êxito tiveram no seu próprio ambiente, não são necessariamente as mais adequadas para outros países e para outros tempos. Isso implica em admitir que a mútua cooperação de nosso Governo para o objetivo final do desenvolvimento econômico pode e deve continuar frutuosamente, mesmo quando, oca-

sionalmente, temos que entrar em desacôrdo quanto aos métodos de ação.

Os elementos de êxito da obra da Comissão Mista estão assim ao alcance de nossas mãos. Dado o calor da amizade que liga as duas nações, não há motivo para se descrever da nossa capacidade de combinar esses ingredientes para o manjar do êxito.

### SERRARIA MERCÚRIO

Peroba, Cedro e Cabreúva

ESTACÃO DE IBIPORA — ESTADO DO PARANÁ

CARLOS SECO & CIA. LTDA.

Indústria e Comércio de Madeiras

ESCRITÓRIO CENTRAL: LARGO DO TESOUREIRO, 16-14º ANDAR — SALA 144

End. Teleg.: "PEROBIL" — Fone 32-6958 — SÃO PAULO

AVENIDA SÃO PAULO, 1240 —o— LONDRINA —o— PARANÁ (29)

### OFICINA BRASIL

Fábrica de Carroça e Semeadeiras

GORO OHYA

Fábrica: RUA BENJAMIN CONSTANT NS. 633 — 663 — 673 —o— LONDRINA

Residência: Rua Benjamin Constant, 673-Sob. — Caixa Postal, 299 — Fone, 115 LONDRINA — PARANÁ (30)

### EMPRESA RODOVIÁRIA

Garcia, Garcia & Cia. Ltda.

Telefones — Gerência: 2-6-4 — INFORM.: 2-6-5

End. Telegr.: "GARONIBUS" — Cx. Postal, 246 — LONDRINA — E. DO PARANÁ (26)

### Restaurante "LIDER" Irmãos Mizaki

Completo serviço para: Casamentos, Batizados, Aniversários e Banquetes

RUA GOV. PEDRO DE TOLEDO, 869 (Esquina da Rua São José)

TELEFONE, 190

PIRACICABA

(38)

### MÁQUINA PAULISTA

Máquina de beneficiar Arroz e Moinho de Fubá

João Lahr & Cia.

RUA 6-A, ns. 797 a 813 — RIO CLARO — ESTADO DE SÃO PAULO

(41)

## **"AVISO AOS COMANDANTES DE UNIDADES, CHEFES DE ESTABELECIMENTOS E REPRESENTANTES DA REVISTA"**

Havendo interesse, da parte da Direção da "A DEFESA NACIONAL", em enviar, com a possível regularidade, aos seus assinantes, a nossa revista, esperamos da parte de nossos representantes o maior empenho em :

- 1) Renovar a assinatura, antes do seu término, dos que desejam continuar recebendo a revista, para que não haja interrupção ; um radiograma resolve em parte, desde que sejam claros o prazo, a quantia que deseja pagar e quando será a mesma remetida ;
- 2) Remeter nova relação dos assinantes que tomaram assinatura depois de janeiro do corrente ano, esclarecendo quando termina, para um controle de nosso fichário ;
- 3) Fazer propaganda de nossa revista. Sua melhoria depende de maior número de assinantes, uma vez que, em sessão da Diretoria, ficou resolvido suprimir certos anúncios que não condizem com a importância da revista, baixando, portanto, nossa fonte de receita ;
- 4) As unidades que não designaram representantes da revista, solicitamos encarecidamente que os indiquem. Os nossos auxiliares encarregados dos diversos serviços da manutenção, expedição, controle, etc., terão mais liberdade em dirigir-se aos seus companheiros que aos Cmts., sempre atarefados e com responsabilidades que não permitem uma atenção mais demorada aos pequenos pedidos da direção da revista ;
- 5) Agradecemos a todos os esforços que dispenderam no corrente ano, a bem de nossa revista e nos sentiríamos satisfeitos se pudessemos entrar o ano de 1953 com um fichário novo, 100 % certo, com um mínimo de fôlhas, a fim de atendermos aos nossos assinantes com a máxima regularidade, presteza e atenção que merecem. Aos nossos representantes, assinantes e demais companheiros, os nossos votos de boas festas e um feliz ano novo.

# JOGOS OLÍMPICOS - HELSINKI 1952

## REALIDADES BRASILEIRAS

Capitão ARLINDO DE ARAUJO PEREIRA,  
Instrutor de Educação Física.

Grande resultado obteve o Brasil nas últimas olimpíadas realizadas na cidade de Helsinki, na Finlândia. Apesar de nos iludirmos com a fraca representação de nosso futebol e com o mau resultado em bola ao cesto, obtivemos um honroso resultado. Senão vejamos.

Enquanto fazíamos apenas nove pontos nas olimpíadas de 1948, em Londres e seis pontos somente nos

Jogos Olímpicos de Berlim, totalizamos, desta feita, no belíssimo estádio da pequena cidade de Helsinki, o somatório de 35 pontos. Este foi o melhor resultado brasileiro em toda a história das olimpíadas. Foi um avanço magnífico para uma Nação sul-americana pobre de recursos e deficiente na sua cultura física.

Eis o nosso resultado:

|                          |                    |          |           |
|--------------------------|--------------------|----------|-----------|
| Ademar Ferreira da Silva | Salto triplo       | 1º lugar | 10 pontos |
| Hipismo                  | Prova das Nações   | 4º lugar | 6 pontos  |
| Tetsuo Okamoto           | 1.500 m nado livre | 3º lugar | 4 pontos  |
| José Teles da Conceição  | Salto em altura    | 3º lugar | 4 pontos  |
| Maj. Eloy Menezes        | Hipismo individual | 4º lugar | 3 pontos  |
| Ari Façanha de Sá        | Salto em distância | 4º lugar | 3 pontos  |
| Pentatlo Militar         | Equipe brasileira  | 6º lugar | 2 pontos  |
| Bola ao cesto            | Equipe brasileira  | 6º lugar | 2 pontos  |
| Milton Busin             | Saltos ornamentais | 6º lugar | 1 ponto   |

**TOTAL** 35 pontos

É um belo resultado, embora a contagem total não seja oficial. Entretanto, é a maneira internacionalmente adotada, atribuindo-se 10, 6, 4, 3, 2 e 1 pontos para os primeiros, segundos, terceiros, quartos, quintos e sextos lugares, respectivamente; e esta mesma contagem dobrada para as provas coletivas. É como se computa uma prova desta natureza e a única maneira de confrontarmos harmonicamente os resultados. De passagem, é interessante frizar que foi abolida a contagem oficial de pontos porque o nacionalismo excessivo perturbava o caráter olímpico e esportivo da competição.

Não há dúvida que o nosso melhor resultado foi o de Ademar Ferreira da Silva, já por todos conhecido. Um belíssimo primeiro lugar, com a quebra, por quatro vezes sucessivas, da marca mundial e olímpica na mais empolgante série de saltos até o famoso 16,22 m. Por isto, juntamente com o atleta Emil Zatopek, foi considerado a maior figura dos XV Jogos Olímpicos. Este resultado, porém, não foi fruto da sorte, de uma extrema felicidade, ou de um estalo. Ao contrário, de um longo e árduo preparo iniciado talvez quatro anos antes, ao participar da olimpíada passada, quando provavelmente decidiu ser

campeão olímpico. Pouco tempo depois, iguala Ferreira da Silva a marca mundial, com um salto de 16,00 m na cidade de São Paulo. Daí então passou a se preparar apenas para as olimpíadas e, competindo sem dar tudo em todos os campeonatos, vencendo fácil, inclusive nos Jogos Panamericanos. Eis que surge o entusiasta Hélio Coutinho, que infelizmente não pôde competir em Helsinki. Hélio salta mais tarde 15,90 m e, a seguir, 15,99 m, ficando apenas a dois centímetros da marca mundial. Tendo que reagir a este resultado, Ademir, por ocasião do "Troféu Brasil", no ano de 1951, ao enfrentar Hélio Coutinho, salta 16,01 m no 5º salto da série, constituindo-se o detentor único da melhor marca mundial de salto triplo que até então dividida as honras com o japonês Tajima. Tendo direito a dar mais um salto, não o fez por instruções de seu treinador, que viajava não melhores marcas mas as Olimpíadas. Porque a série de resultados é uma curva, cujas ordenadas sobem suave e harmônicamente com os máximos calculados para a ocasião que se tem em vista. Isto para não se exigir do atleta o que ele não pode dar, dosando-se entretanto seu esforço, que deve aumentar progressivamente. E assim fez o atleta em questão. Tanto isto é verdade que, após àquele resultado, o seu melhor salto foi um de 15,90 m, no Japão, e, mesmo assim, invalidado por invasão da marca do salto.

Em ordem de importância, segue-se o hipismo que, na prova das Nações, conseguiu se colocar em quarto lugar, com os cavaleiros Majores Eloy Menezes, Guimarães Ferreira e Alvaro Toledo. A turma brasileira marcou 6 pontos para o Brasil como coramento de uma constante prática deste esporte em nosso País.

Outro resultado bastante significativo foi obtido pelo nadador brasileiro Tetsuo Okamoto, conquistando um árduo terceiro lugar, ao disputar com notáveis nadadores, como Mac Kinley, que lutaram palmo a palmo todo o trajeto de

1.500 metros. Era Tetsuo campeão sul-americano e panamericano, caracterizando-se por nunca ter sido derrotado por ser um nadador sobretudo inteligente. Preparava-se desde há muito para os "Jogos Olímpicos", por ser a melhor oportunidade para a apresentação de um trabalho e apuro técnico, registrando-o nos anais das listas olímpicas. Já obtivera o referido atleta resultados em condições de colocá-lo nas finais olímpicas com possibilidade de sucesso, a despeito de um grande desenvolvimento técnico em todo o mundo, como bem comprovou o resultado de Helsinki, onde todas as marcas olímpicas foram melhoradas, sem nenhuma exceção. Okamoto venceu os campeonatos nacionais e internacionais sem perturbar seu treinamento, apenas de passagem, como se fosse um tiro mensal ou semanal que teria que dar, treinando também finais de prova, como o fez com nadadores brasileiros, argentinos e mexicanos. Eis porque, na ocasião necessária, nos Jogos Olímpicos, superou a melhor marca sul-americana que não mais lhe pertencera e sim a outro nadador nacional que não foi feliz, que é Silvio Kelly. Uma olimpíada exige muita experiência, vivacidade, ação, combatividade e não somente técnica. Foi o que vimos em todos os campeões. Cumpre assinalar que muitos atletas bons estrangeiros não foram felizes, entre estes os "recordistas" mundiais La Beach, dos 100 metros rasos, e Fuchs, do arremesso de peso. Ambos se colocaram em terceiro lugar.

Segue-se a façanha de José Teles da Conceição, que há muito perseguia um resultado que lhe atribuisse a melhor marca sul-americana, tendo-o conseguido este ano em São Paulo. Este mesmo resultado de 1,98 m deu-lhe o terceiro lugar e a honra de ver subir a bandeira do Brasil, logo no primeiro dia, no mastro olímpico. É um atleta muito jovem e poderá ir longe se souber fazer um treinamento científico e bem apurado.

Ari Façanha de Sá obteve um magnífico quarto lugar em salto em

distância, constituindo uma surpresa para as Nações estrangeiras que possuíam grandes possibilidades mas que não as apresentaram. É verdade que esta foi a prova olímpica mais fraca, mas não é menos verdade que choveu bastante neste dia e choveu para todos. Pouco antes de embarcar, conseguiu Ari ótimos resultados, que não é fácil confirmar numa prova desta natureza.

O Maj. Eloy Menezes, montando Biguá, classificou-se em quarto lugar na prova que tradicionalmente encerra as Olimpíadas. Cumprenos ressaltar que foi o Maj. Eloy um dos cinco concorrentes que passaram ao desempate final. Desempate este que lhe foi adverso, perdendo, por pouco, a oportunidade de hastear novamente a nossa Bandeira. A sua montada deu provas de nervosismo, mas colocada honrosamente no quarto lugar. O nome do D.D.E. foi incluído como contribuinte e colaborador do esporte no Brasil, a despeito de sua criação ser muito recente ainda.

A nossa turma de pentatletas, colocando-se em sexto lugar, honrou-nos sobremaneira. É uma das provas mais difíceis e árduas da competição, onde a sorte toma a sua vez. Talvez por ela não fizemos melhor figura. Contudo, a contribuição do Exército está patente, não só no Rio como nos Estados, constituindo-se ele pioneiro e constante educador do nosso povo.

Segue-se a sexta colocação do nosso basquetebol, com a dramática derrota para a Rússia, após quase termos a vitória nas mãos. O jogo coletivo é ingrato e traiçoeiro em qualquer torneio.

Para o tricampeão sul-americano de saltos ornamentais, surgiu oportunidade para colocar seu nome na lista olímpica. Conseguiu um bonito sexto lugar, marcando um ponto para o Brasil.

Resta-nos uma alusão ao nosso futebol, derrotado, nos últimos segundos, pelos alemães, que, após empatarem, sobrepujaram-nos na prorrogação. Mesmo se vencessemos, julgo que dificilmente venceríamos a Hungria ou mesmo a Iu-

goslávia. Isto porque seus quadros, experimentados e bem treinados, constituídos de profissionais, eram reconhecidamente bons. Já chamava a atenção o autor destas linhas num trabalho publicado na "Revista de Educação Física", em seu n. 89, do mês de abril deste ano, quando estudava nossas possibilidades olímpicas:

"No futebol, temos grande possibilidade. O jogo é intuitivo, popular e tecnicamente desenvolvido. Somos, porém, calouros em competição olímpica, com seu ardor, preparação e a enorme quantidade dos mais variados adversários. Não nos pareceria fácil uma seleção amadora nossa vencer aquela que vimos na Copa do Mundo, a campeã olímpica. Para tanto, um trabalho racional, metódico e contínuo vencerá a dificuldade da conquista de defender o nome do melhor futebol do mundo."

Todavia, nada disto aconteceu, nem ao menos uma preparação psicológica. Não podíamos esperar melhor resultado de um quadro juvenil, apesar de ter quatro elementos experimentados em campeonatos de profissionais, como são o arqueiro Carlos Alberto (jogou no Vasco-Fluminense, do torneio Rio-São Paulo último), os zagueiros Mauro e Waldir e o ponteiro Jansen. Por outro lado, se quisermos um resultado à altura, já é tempo de pensarmos nisto e conseguirmos um por cento da receita da C.B.D. do futebol profissional para aplicá-lo ao futebol amador. Não só porque apresentaria-mos um trabalho compatível com a nossa posição esportiva, como, sobretudo, organizaríamos melhor e em maior quantidade o esporte mais popular do Brasil.

Cabe-nos uma referência ao resultado da atleta Deyse Jordeline de Castro que, apesar de estabelecer nove marcas sul-americanas para os 200 m rasos, não conseguiu classificação para as finais. É que o atletismo feminino, no nosso continente, ainda não chegou ao nível dos demais.

Contudo, caminharemos para lá e este resultado é mais um passo

neste sentido. Igualmente, em outros esportes, como alterofilismo, box, iatismo, lutas, ginástica de aparelhos, remo e polo aquático, não temos também condição internacional.

Este resultado do Brasil nos XV Jogos Olímpicos foi produto de uma

melhor preparação, trabalho e execução satisfatória por parte dos que nela tomaram parte, merecendo os louvores de todo o Brasil. Que não fiquemos aí e caminhemos, com a cooperação de todos os desportistas e educadores nacionais, para conseguirmos o lugar que nos cabe no confronto das Nações Civilizadas.

---

**"A DEFESA NACIONAL" recomenda a seus leitores, pela excelência dos seus produtos que podem oferecer e pela aprimorada organização com que se apresentam, além das anunciadas noutros locais desta Revista, mais as seguintes Casas ou Firmas :**

- A RENOVACÃO** — Magasin do Meier — Ribeiro de Faria & Pereira Ltda. — Avenida Amaro Cavalcanti, 73-77 — Meier — Fone: 29-6798.
- BRUNO SILVEIRA & CIA. LTDA.** — Fornecedores do Exército — Rua Teófilo Otoni n. 58 — Fone: 43-9205.
- COOPERATIVA DE LATICÍNIOS DE TAUBATÉ LTDA.** — Rua Joaquim Távora n. 146 — Fone: 247 — Taubaté — Estado de São Paulo.
- SERRARIA SANTO ANTONIO** — Avenida Coelho Campos n. 379 — José Job de Carvalho — Aracajú — Sergipe.
- MARINHO, SANTOS & CIA. LTDA.** — Tecidos, miudezas, etc. — Rua Cons. Franco ns. 54-60 — Feira de Santa Ana — Estado da Bahia.
- DESTILARIA JUJUBA LTDA.** — Rua n. 4 — Margem Esquerda do Rio — Santo Amaro — Estado da Bahia.
- IMPORTADORA DE MATERIAL AERONÁUTICO (IMATA) LTDA.** — Avenida Franklin Roosevelt n. 115-s/704 — Fone: 42-2389.
- JOALHERIA HERMAN** — Rua Dr. Garnier n. 390 — RIEIX — Fone: 48-8502 — Q.G. Tel. 43-8286 — Praia Vermelha — Tel. 28-0043.
- MALHARIA CLIPER LTDA.** — Rua Barbosa Lima, 283 — Juiz de Fora — Fone 454 — Minas Gerais.
- CIA. FIAÇÃO E TECELAGEM DE MALHA "ANTONIO MEURER"** — "Marangon" — Rua Espírito Santo, 529 — Juiz de Fora.
- CIA. INDUSTRIAL E CONSTRUTORA PANTALEONE ARCURI** — Casa fundada em 1895 — Rua Espírito Santo, 476 — Caixa Postal, 37 — Juiz de Fora — Minas Gerais.
- CIA. FIAÇÃO E TECELAGEM MORAES SARMENTO** — Caixa Postal, 47 — Tel. 1143 — Juiz de Fora — Minas Gerais.
- FERREIRA GONÇALVES & CIA. LTDA.** — Artigos sanitários em geral e instalações sanitárias — Avenida Paraná n. 59 — Belo Horizonte — Minas Gerais.
- PRODUTOS ROCHE — QUÍMICOS E FARMACEUTICOS S.A.** — Rua Moraes e Silva, 30 — Rio de Janeiro.

**BANCO FINANCIAL NOVO MUNDO S.A.** — Matriz: Rua do Carmo n. 65 — Tel. 52-4013 — Agências: Rua Figueiredo Magalhães, 22 — Tel. 37-9223 — Rua 24 de Maio, 1357 — Tel. 49-2400.

**TIC-TAC** — Fábrica de calçados para homens, sob medida e consertos em geral — Rua Caetés n. 487 — Tel. 2-2072 — Belo Horizonte.

**RELOJOARIA DE MARCO** — Tel. 2-7889 — Av. Afonso Pena n. 395 — Belo Horizonte.

**ELETRO-ARTE** — J. Maciel — Rádios e acessórios — Tel. 4-4033 — Av. Santos Dumont n. 380 — Belo Horizonte.

**RELOJOARIA SÃO PAULO** — G. de Filippis — Consertos de relógios, etc. — Rua Caetés n. 525 — Belo Horizonte.

**CASA SANT'ANA** — Tel. 2-2771 — Andrade, Perpetuo & Cia. Ltda. — Especialista em Pneus! — Rua Carijós n. 797 — Belo Horizonte.

**GRANDE DEPÓSITO DE FERRO VELHO** — José Fonseca Filho — Telefone 2-6333 — Rua Padre Belchior n. 222 — Belo Horizonte.

**P.C. MOTTA** — Tels. 2-6772 e 2-1623 — Av. Paraná n. 523 — Artigos para automóveis — Belo Horizonte.

**CASA DAS PEÇAS LTDA.** — Peças e acessórios para Automóveis e Caminhões em geral — Rua Caetés, 751 — Tel. 2-3690 — Belo Horizonte.

**BAZAR DA ECONOMIA** — João Firpe — Seção de oportunidades — Rua Curitiba, 618 — Telefone 2-3704 — Belo Horizonte.

**JOALHERIA PÁDUA** — Pádua & Cia. Ltda. — Jóias, relógios e pedras preciosas — Rua da Bahia, 868 — Telefone 2-1764 — Belo Horizonte.

**NEVES & CIA. LTDA.** — Armadores — Endereço telegráfico: "NEVESCO" — Rua Braz Cubas, 17 — Telefone 2-6235 — Santos — Cuters: Flamengo e Itamaraty — Agentes em: Paranaguá, Antonina, São Francisco, Joinville, Angra dos Reis e Rio de Janeiro.

**SALVADOR GONZALEZ RODRIGUEZ** — Negociante — Entrepósito Municipal de Gêneros — Barraca 53 — Residência — Rua Odorico Mendes, 311 — Telefone 33-4689 — São Paulo.

**BAR E CAFÉ AVENIDA** — Laurentino Caetano — Av. Vol. Fernando Pinheiro Franco, 80 — Telefone 321-J — Mogi das Cruzes.

**CASA BANCÁRIA FAPO & CIA.** — Todas as operações bancárias e de câmbio — Sede: Rua 15 de Novembro, 80 — Telegramas "FARO" — Caixa Postal, 558 — Telefones 3218, 7698 e 7531 — Filial: Rua 15 de Novembro, 206 (Esq. Augusto Severo) — Telefones 2832 e 2021 — Santos.

**CASA HESPERIA LIMITADA** — Bar, Seção de Frios e Confeitaria — Telefone 2-3433 — Restaurante e Salão de Chá — Telefone 2-7610 — Praça Ruy Barbosa, 22-24 — Telegramas: "CONDOR" — Telefone 2-3433 — Santos.

**COMPANHIA FARMACÊUTICA BRASILEIRA** — Vicente Amato Sobrinho — Matriz: São Paulo — Filial: Rua Senador Dantas n. 48 — Rio de Janeiro — Telefones 42-0335, 42-1316.

**PORCELANA REAL S. A.** — Caixa Postal n. 5383 — São Paulo.

**INDÚSTRIAS DE CHOCOLATE LACTA** — São Paulo.

**MARTINEZ** — Alfaiate — Camiseiro — Rua Xavier Toledo n. 70 — 1º andar — Fone 34-4576 — São Paulo.

**CASA OKAMOTO** — Louças, cristais, etc. — Fone 34-6486 — São Paulo.

**USINA DE CATENDE** — Estado de Pernambuco — Município de Catende — A mais importante usina de açúcar do Est. de Pernambuco.

## MONUMENTO AOS BRAVOS

Cadete TARCISIO C. NUNES FERREIRA

Na hora presente quando do oriente idéias malsãs invadem o mundo, impelidas por um materialismo absorvente que paira sobre a humanidade como uma das mais aterradoras conseqüências da última guerra, necessária se torna a busca de novas energias para reanimar o homem, dando-lhe forças para a reação. E é sem dúvida nos exemplos sadios e heróicos, nas tradições gloriosas de dias grandiosos, na fonte límpida do patriotismo construtor e positivo que devemos, mormente a mocidade, e desta, a mocidade militar, embeber o espírito para que, vivificados, continuemos a ser a maior esperança de nossa terra, a certeza de um futuro promissor, quando a humanidade, livrando-se destas idéias malignas de um ateísmo ditador, encontrará novamente Deus e nos seus atributos e senso de justiça e caridade, de amor e fraternidade, a verdadeira autoridade que emana do Criador e em conseqüência a disciplina na ordem e nesta o progresso, esteio do Exército e de todas as sociedades bem constituídas.

Imbuídos destes pensamentos os cadetes do Curso de Infantaria da Academia Militar das Agulhas-Negras tiveram por bem buscar tal lição nas belas páginas escritas por nossos bravos nas terras itálicas. Lá ficou o sangue dos nossos pracinhas clamando contra a tirania que absorve nações e a ditadura que submete povos livres. Eles lutaram por um mundo melhor onde as criaturas fossem mais felizes, assegurados os seus direitos, garantida a sua liberdade.

Fixaram os jovens cadetes suas homenagens de um modo especial

nas figuras dos destemidos oficiais, recém-saídos do Realengo: Pinto Duarte, Aluísio Farias, Cerqueira Leite e o Aspirante Mega, e que lá não hesitaram ante a imposição do cumprimento do dever e de seu compromisso de oficial de bem servir à Pátria "ainda que com o sacrifício da própria vida". Procuraram desta forma estender esta homenagem àqueles que os precederam na nobre carreira das armas, legando-lhes um relicário de tradições sagradas, que eles saberão defender e conservar animados pelo espírito de civismo sacrossanto que sempre pairou sobre esta Academia desde os primórdios de sua existência. Queriam outrossim mostrar que, embora mudadas as linhas da nova escola, alterados os métodos de ensino, transplantada para o sopé das Agulhas Negras, conservar-se-ia o mesmo espírito do Realengo, pois viviam de suas tradições, às quais juntaram agora seus novos feitos, alimentando-se dos mesmos princípios morais que fizeram do Exército Nacional a coluna vertebral de nossa soberania. Desta forma, o monumento erigido apresenta um triplice fundamento: homenagem justa à nossa Força Expedicionária, honra e glória ao jovem Tenente do Realengo tombado na luta, perpetuação e concretização deste espírito sempre sobranceiro e heróico, que procuramos conservar para sempre.

Representa o bronze a figura altaneira do oficial, moço mas de aspecto sóbrio, empunhando a Bandeira que tanto amara, gaingando mais um marco vencido àqueles que, afrontando o mundo, ousaram quebrar a cruz do humilde,



Estatua do "Tenente do Realengo"

ajoelhando-a ante a opressão do orgulho, em sua bandeira ousaram cercar a alvura sem mácula da justiça e da liberdade pelo rubro da guerra e o negror do luto, senão de seus maquiavélicos intentos.

Que o espírito de luta, de sacrifício e de abnegação, que o exemplo de resistência nos momentos difíceis, de sofrimento nas horas de angústia de civismo e patriotismo heróico, reanime sempre o ideal desta mocidade ardorosa, dominando não só a alma desta geração como das que hão de vir, para que busquem nos ensinamentos morais que encerra o espelho de suas atitudes. Que este monumento transmita aos jovens cadetes, na alvo-

rada da vida, o eterno amor ao Brasil e a fé no seu destino.



# OS RECURSOS NATURAIS DO BRASIL

GLYCON DE PAIVA

Exposição a Dean Acheson, feita na Comissão Mista Brasil-Estados Unidos no tempo de 5 minutos

Transcrito, *data vénia*, de "Digesto Econômico", de agosto de 1952

Cabe-me a difícil tarefa, Senhor Secretário, de dizer-vos, em cinco minutos, das riquezas naturais do Brasil. Não é preciso que vos lembre, dada a extensão do país, quão difícil é tentá-la, ainda que apenas abordando aqueles aspectos essenciais que o definem.

Naturalmente, só poderei falar dos recursos naturais bem conhecidos. Muita coisa há ainda por saber no que se refere ao subsolo do país. Além disso, dos recursos existentes, principalmente aqueles que se referem ao solo e à vegetação, muitos poderão ser aproveitados ou melhor aproveitados, com o surgimento de tecnologias adequadas e sua vulgarização entre nós. Das técnicas conhecidas, muitas merecem divulgadas. A revelação de outras depende de pesquisas. Daí a capital importância que poderá vir a ter a utilização maciça de assistência técnica de alto calibre.

Mas, quando se lembra que este país é maior do que o território continental dos Estados Unidos, é que se poderá medir a dificuldade de fazer, em tão curto prazo de tempo, um relato acurado, ainda que esquemático, dos recursos naturais do Brasil.

Quando se consideram os climas existentes no país, e eles são em número de 14, tomando por base a classificação de Koppen, chega-se à conclusão de que o que chamamos de Brasil é, em realidade, a soma política de três territórios

diferentes, que se dispõem contiguamente, desde a latitude de 33° sul, até a latitude de 5° norte.

A existência de um extenso planalto no centro do país, terminando abruptamente na parte meridional, em uma escarpa de mais de dois mil pés de altura, perlongando a linha da costa, faz com que a separação de um território climático para o seguinte dos que integram o Brasil, não se faça segundo paralelos de terra, como se poderia prever, senão segundo diagonais de NE para SW.

Uma dessas linhas corre da capital do Maranhão à antiga capital de Mato Grosso; outra, de Ilhéus, no Estado da Bahia, até os limites do Brasil com o Paraguai. Separam elas três segmentos diferentes do Brasil, como climas segundo as condições naturais específicas delas decorrentes: o Sul do Brasil, com clima temperado e semitemperado, semelhante aos climas do sul dos Estados Unidos; o clima das savanas como nos plateaux da Índia, com uma estação seca de cinco meses, e uma estação úmida, no restante do ano; e, finalmente, um clima de florestas equatorial que cobre o extremo norte do Brasil, reproduzindo aí as condições naturais e climáticas reinantes no Congo-Belga, Sumatra ou Java.

Em resumo, o Brasil é essencialmente formado desses três territórios contínuos, possuindo cerca de 350 mil milhas quadradas com

clima temperado ou semitemperado; 1.300.000 milhas quadradas de savanas centrais e cerca de 1.600.000 milhas quadradas de florestas equatoriais.

A existência de três territórios fundamentalmente diferentes integrando uma mesma unidade política denominada Brasil introduz uma dificuldade especial no espírito de quem, sem prévio aviso, procure compreender o país e tente abraçar em um só conceito cousas heterogêneas.

O mapa energético do país, naquilo que se refere a potencial hidráulico, é uma consequência direta da divisão climática em três territórios. Com um imenso potencial hidráulico avaliado em 15 milhões de Kw em águas mínimas, cerca de 30 milhões de Kw se retidas as águas de enchente, e cifra muito maior se se levarem em conta as transposições de vales para aproveitamento do potencial hidráulico, são mera consequência dos climas existentes. Mais da metade do potencial hidráulico disponível no Brasil encontra-se nas 350 mil milhas quadradas que constituem o Sul do país. Mais de 30 % desse potencial localiza-se na bacia amazônica, em plena floresta equatorial. A faixa intermediária das savanas é quase anergética, a menos de exceções, das quais a queda de Paulo Afonso, no Rio São Francisco, em fase de aproveitamento, é a mais brilhante.

O Sul do Brasil não só é beneficiado pelo clima favorável e pela maior participação no potencial hidráulico, como nele igualmente se encontram as mais importantes jazidas de carvão mineral de que o país dispõe. Tudo conspirou, pois, para imprimir ao sul um caráter metropolitano em relação ao norte do Brasil, facilitando-lhe sobremodo o desenvolvimento econômico local, porque aí se conjugam as maiores facilidades e as menores dificuldades.

Essa é a razão fundamental por que os estágios de desenvolvimento e de civilização desses três segmentos do Brasil diminuem de adiantamento de sul para norte.

Só a descoberta de reservas importantes de petróleo ou de carvão mineral nos segmentos setentrionais do país seria capaz de modificar substancialmente a linha de desenvolvimento que se vem perseguindo, como a de preferencialmente desenvolver o sul para se conseguir poupança para atacar problemas mais difíceis do aproveitamento do Norte. Cumpre dizer que o sul do Brasil foi teatro, no passado geológico, de derrame de lavas basálticas de grande magnitude, que só encontram paralelo em derrames similares e contemporâneos da África do Sul e do planalto de Dekan, na Índia. Estas lavas basálticas encerram uma proporção apreciável de cálcio e de fósforo, suprimindo, dessa maneira, o solo arável sobre ela formado, dessas substâncias indispensáveis à agricultura. Essa é a condição essencial da superioridade brasileira na agricultura cafeeira.

A exploração do ouro e do diamante nos tempos coloniais, anteriormente à descoberta desse metal e dessa gema na África do Sul, atribuiu ao Brasil a legenda de um país extremamente rico em recursos minerais, noção essa que ainda é verdadeira sob muitos sentidos.

Entre os trezentos minerais diferentes necessários à civilização em que vivemos, por mais refinada que seja, o Brasil produz mais de 50. É dos principais produtores do mundo de certos minérios necessários à produção de metais raros, como tântalo, berilo, colúmbio e de certos minerais estratégicos, como manganês e tungstênio. Entre os minerais não metálicos, o Brasil é quase o único produtor do mundo de quartzo para o fabrico de osciladores e filtros de frequência, e um substancial produtor de mica, principalmente da chamada mica estratégica. Do ponto de vista dos minérios consumidos em grande massa, cumpre mencionar a tremenda reserva brasileira de minério de ferro de alta teor, inicialmente avaliada em 5 bilhões de toneladas em 1908, em 15 bilhões em 1930, e que hoje se julga ser de mais de 30 bilhões. Uma só pro-

priedade mineira existente no centro de Minas Gerais, com pouco mais de 200 milhas quadradas, encerra mais de 3 bilhões de toneladas de minério de ferro.

Atualmente, mais de 1 milhão de toneladas de hematita brasileira participam do fabrico de 5 milhões de toneladas de aço americano.

Cumprе mencionar, igualmente, os notáveis depósitos de manganês existentes em Urucum, Estado de Mato Grosso, em plena região das savanas, e no Amapá, em meio à floresta equatorial. Este último depósito com cerca de 15 milhões de toneladas de managanês de alto teor, é, provavelmente, o mais importante depósito de minério desse metal, localizado a uma distância inferior a 3.500 milhas de um pórtо americano.

Deve-se considerar como conhecido do subsolo brasileiro e, diga-se de passagem, muito mal conhecido, apenas um terço do território nacional, nada se sabendo do que existe no resto do país, principalmente no subsolo coberto pela imensa floresta equatorial.

O geólogo William Johnson Junior, do U.S. Geological Survey, que durante longo tempo aqui operou com geólogos brasileiros, no estudo dos recursos nacionais do subsolo, teve a idéia de fazer um mapa com a distribuição das jazidas brasileiras conhecidas, calcado sobre o mapa demográfico do país. Esse gráfico demonstrou que só existem jazidas onde há população estabelecida e, como apenas um terço do país ao longo da costa é razoavelmente povoado, conclui-se que pelo menos 2/3 do país requerem investigação, antes que se possa dizer sobre a existência ou não de outros recursos minerais.

Pode-se perguntar por que um país como o Brasil, com um conjunto de três territórios como de fato é, com recursos naturais e climas tão diversificados, não tenha podido seguir uma trilha de desenvolvimento econômico comparável aos Estados Unidos, por exemplo. Há quatro razões, a seguir

mencionadas, que esclarecem o assunto:

a) País de maioridade política prematura, exigindo da pequena elite brasileira existente por ocasião da independência a difícil tarefa de governo, para a qual não estava ainda preparada;

b) País com um espaço geográfico de proporções imperiais desde o início, obrigando uma escassa população a cuidar de um imenso território;

c) Espaço geográfico destituído de áreas fundamentalmente anecuménicas, fazendo com que a população se dispersasse, em vez de se reunir para congregar esforços;

d) Espaço com um alto nível de continentalidade, o que quer dizer que mais de 40 % do território brasileiro se situa a distâncias superiores a 600 mil milhas de um pórtо isolado, o que torna extremamente difícil o aproveitamento dos recursos naturais situados a essa distância.

Se a isso for acrescentado a falta de combustível mineral, tanto sólido como líquido, fica explicado porque é que o país não pode, por enquanto, acompanhar os Estados Unidos, nessa busca incansável pelo progresso e pela elevação do padrão de vida de seus habitantes.

Apesar de certos óbices, o desenvolvimento conseguido em certas áreas do sul do Brasil, como São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, só tem encontrado limites na impossibilidade em que o governo se viu de proporcionar à livre-empresa uma solução para certos problemas básicos como o de transporte, portos e energia. Esse fato convence a quem conhece de perto a realidade brasileira, que, se o esforço governamental puder colocar à disposição da livre-empresa essas facilidades, o esforço individual dos residentes no Brasil, brasileiros e estrangeiros, poderia, rapidamente, recuperar o tempo perdido em face do obstáculo da inexistência de soluções adequadas para esses problemas básicos.

É esse o grande sentido da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos,

seu imenso significado na história já longa do desenvolvimento econômico do Brasil.

Já demonstrou ela, com certeza, ser o órgão adequado para a obtenção dos resultados diretos que constituem os nossos objetivos imediatos, isto é, a reabilitação da rede ferroviária do país, a dragagem dos portos e melhoria das instalações portuárias e o suprimento de quantidades adicionais de energia elétrica tão insistentemente reclamada por um povo trabalhador.

Imensa, porém, será a safra de resultados indiretos, capazes de permitir que a livre-empresa ponha à disposição do mundo a enorme massa de recursos naturais existentes sob a forma de madeira e de óleos vegetais do Amazonas e do Maranhão; de fibras, frutas, algodão e minerais do Nordeste; de produtos da pecuária que pode ser extensa e intensamente desen-

volvida nas savanas centrais do Brasil, e dos produtos manufaturados que poderão ser preparados com as matérias-primas do solo e do subsolo do nosso país, principalmente os do Brasil Meridional.



Seria contrasenso pensar ou esperar que três ou quatro redatores tivessem a estultície de, nesta época, se arvorarem em "fazedores" da Revista, ou que fossem bastante ridículos para pretenderem pontificar sobre todos os assuntos, para a coletividade de seus camaradas. Ela tem de ser obra da colaboração de todos os oficiais, como tudo que se relaciona com a guerra.

(Do Relatório da Diretoria relativo a 1951).

### SERRARIA DO NORTE

Madeiras serradas e aparelhadas

GIACOMO LOLATA & CIA.

Escritório e Serraria: ESTRADA AEROPORTO — CAIXA POSTAL 397  
LONDRINA — PARANÁ

(28)

### AMERICO SATO

Engro. Civil

RUA SERGIPE, 410 — LONDRINA — PARANÁ

(32)

### LIVRARIA LONDRINA

Tsureyoshi Kurihara

Matriz: RUA SERGIPE, 406 — Filial: RUA MATO GROSSO, 732 — LONDRINA  
ESTADO DO PARANÁ

(33)

## DA PROVÍNCIA

### MANOBRAS DE SÃO VICENTE, DA 2ª REGIÃO MILITAR

Realizou a 2ª R.M., em São Vicente, no litoral de Santos, no mês de setembro p. findo, grandes manobras combinadas do Exército, Marinha e Aeronáutica. Foi desenvolvido interessante tema, supondo-se a aproximação de uma esquadra, provinda do Sul, que logrou desembarcar elementos de fuzileiros navais à altura da Vila Tupiri, onde estabeleceram uma "cabeça de praia".

A esquadra do Sul, constituindo o partido vermelho, bombardeada pela aviação azul, ou seja o partido que defendia o litoral, bem como pelo fogo incessante dos canhões costeiros de 152 mm, instalados na praia, retirou-se, deixando os elementos da "cabeça de praia" sem apoio.

Seguiu-se, então a redução dessa "cabeça de praia" vermelha por parte dos azuis. Manobrando com rapidez incrível, as forças de Santos e adjacências, espalharam-se ao longo da Praia Grande e em po-

sições mais à retaguarda, passando ao ataque dos vermelhos.

A operação foi coroada de êxito, sendo as perdas dos vermelhos entre mortos, feridos e prisioneiros, calculados em 77 % de todos os que lograram desembarcar. Os restantes foram aprisionados. Nessas manobras, tiveram atuação de relevo a artilharia anti-aérea. Entraram em ação os canhões de 40 e 88 mm, mostrando aos presentes a sua enorme cadência de tiro.

Trata-se de canhões "Boford — 44", de fabricação sueca, de tiro ultra-rápido. Também os 88 mm, "Krupp" fizeram fogo contra os aviões vermelhos. Foi um tiroteio intenso e real, o que obrigou a interditar toda a área de Praia Grande. Na região de Mineração São Luiz estavam localizados os focos de barragem por cortina de fumaça dos azuis.

Coube à 4ª Cia. Química de Geradores de Fumaça a missão de



Bateria anti-aérea 88 em ação na Praia Grande

cobertura fumígena para proteger as tropas contra os aviões vermelhos. O lençol de fumaça teve a duração de uma hora. Nessa mesma região estava instalado o ponto de distribuição de água às forças em operações, elementos do Exército encarregando-se de sua purificação por processos químicos.

Lança-chamas foram utilizados pelos vermelhos em defesa de sua "cabeça de praia" contra o ataque dos azuis.

O 1º Grupo de Caça, com base em Santa Cruz, tomou parte no bombardeio das posições vermelhas da praia. Os velozes P-40, em vôos razantes, metralharam e bombardearam os vermelhos representados por alvos fincados na praia.

Em resumo, as manobras de São Vicente resultaram no mais completo êxito, tendo sido grandes os ensinamentos colhidos. A tropa revelou excelente aproveitamento, inclusive nos deslocamentos, pois houve Unidades que tiveram de se deslocar 600 quilômetros para atin-

girem a região das manobras. A crítica foi realizada no Forte de Itaipús, reunindo-se, nessa ocasião, os Chefes e oficiais dos estados-Maiores do Exército, Marinha e Aeronáutica.

Parabens, pois, à 2ª P.M., extensivos à Marinha e à Aeronáutica.



## AVISO AOS ANUNCIANTES

Nossos Agentes de Publicidade estão munidos de Carteira de Identidade, que deve ser exigida.

Nenhum deles está autorizado a receber qualquer quantia, senão quando especificamente credenciado para tanto através de carta e recibo firmados pelo Tesoureiro da Revista.

Para qualquer outra informação a respeito de anúncios na Revista "A Defesa Nacional", queira dirigir-se ao seguinte endereço :

Direção da "A Defesa Nacional", Quartel-General do Exército — 3º Pavimento — Ala Visconde da Gávea. Caixa do Correio n. 17, da Agência do Ministério da Guerra.

## NOTÍCIAS DIVERSAS

Combatamos sem descanso o pessimismo. Não vejamos apenas os nossos defeitos, que também outros povos igualmente possuem; fortaleçamos a fé em nossa capacidade de realização, repetindo a cada passo o muito que já conseguimos produzir e que as estatísticas proclamam; erigamos a consciência nacional de que já somos uma grande nação e de que seremos incomparavelmente maiores em próximo futuro, graças ao trabalho e aos imensos recursos de que poderemos dispor.

WALDEMIRO POTSCH

### ● **Aprovado o projeto para a transferência da Krupp**

A Subcomissão de Locomotivas da Comissão de Desenvolvimento Industrial aprovou a proposta da firma "Fried Krupp" para a implantação de uma grande fábrica de locomotivas no Brasil. A proposta "deve passar à realização imediatamente". O parecer da Subcomissão baseou-se no fato de já haver mercado, no Brasil, para a colocação de 200 locomotivas, anualmente, sendo 90 novas e 110 rejuvenescidas.

### ● **Mais um petroleiro**

A "Frota Nacional de Petroleiros" foi acrescida de mais uma unidade, o "Minas Gerais", de 20.570 toneladas e 177 metros de comprimento, entregue, em 27 de outubro p. findo, na Holanda, à guarnição que o foi receber. O novo navio tanque é idêntico ao "Goiás", entregue em julho último.

### ● **A produção de motores elétricos no Brasil**

O Brasil produziu em 1950, cerca de 130.000 motores elétricos, compreendendo motores monofásicos, fracionais e trifásicos. O principal fabricante foi a "Arno S.A. Indústria e Comércio", estabelecida

em São Paulo. Essa firma fabrica motores até 85 H.P. e tem uma produção mensal de 6.500 unidades. Novas ampliações vão permitir-lhe, em breve, dobrar a produção.

### ● **O Brasil terá um dos ciclotrons mais poderosos do mundo**

A Comissão do Projeto e Construção do Ciclotron do Conselho Nacional de Pesquisas intensifica as suas atividades para a instalação, no país, de um aparelho que será igual ao padrão da Universidade de Chicago e será um dos mais perfeitos e poderosos do mundo, estando projetado para acelerar prótons, imprimindo-lhes energia equivalente a mais de 450 milhões de eletrons-volts. Na sua construção estão trabalhando dezenas de técnicos brasileiros e americanos.

### ● **Novo campo petrolífero na Bahia**

Foi descoberto, em fins de outubro passado, novo e rico campo petrolífero na Bahia. Trata-se de um poço pioneiro que vinha sendo perfurado na região de Catú e que, ao atingir a profundidade de 1.280 metros, encontrou camada oleífera com alta pressão, indicando a descoberta de novo campo petrolífero. Por ocasião do primeiro teste, o poço jorrou com a vazão média de

## AS GRANDES REALIZAÇÕES DO DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO PARANÁ

**Indubitavelmente, a deficiência das vias de transporte do País, impossibilitando a normal circulação da riqueza, muito tem contribuído para a crescente alta de preços dos gêneros de primeira necessidade. As inúmeras estradas e pontes em construção, no Estado do Paraná, constituem um trabalho de vulto, objetivo, básico e de grande significação para o futuro da economia Nacional.**

O Estado do Paraná, ainda que seja um dos mais novos da Federação, é hoje, graças às forças que nos últimos anos têm incidido sobre o seu desenvolvimento econômico, uma das mais vivas expressões de dinamismo latente.

Por isso, tornou-se o Paraná conhecido no âmbito nacional e chegou, até, a ocupar um lugar de merecido relêvo entre os demais, porque se libertou dos anacronismos que lhe cerceavam o soerguimento e marcha vitoriosamente para o seu admirável destino. São expressivas as classificações que alcançou: é o segundo Estado na arrecadação do imposto sobre a renda, possui o segundo porto mais importante, em movimento, do País e é o terceiro colocado na escala do comércio aéreo.

Eis como se observa, constatada nesta simples verificação estatística, a sua marcha ascensional, índice mais que seguro do progresso que movimenta as incalculáveis energias do Estado.

A leva de famílias, para povoar o norte do Estado, dia a dia se engrossa em fileiras intermináveis, num êxodo nacional dos novos banderantes que, arrostando uma série enorme de dificuldades e sacrifícios, se vem fixando no território paranaense, no afã de alcançar os benefícios que o esforço comum pode proporcionar aos que se lançam na agitação de uma nova Canaã.

Nota-se, conseqüentemente, maior preocupação dos poderes públicos no sentido de dotar o Estado de serviços que ofereçam à sua população, assim enriquecida, os meios adequados ao seu pleno desenvolvimento. Nesse esmerado cuidado, problema dos mais sérios com que tem lutado o governo do eminente Dr. Bento Munhoz da Rocha Neto, multiplicam-se as atenções de todos os setores administrativos, que, numa ação conjunta, têm correspondido aos imperativos do momento.

Ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, entregue à orientação segura do Tenente-Coronel Luiz Carlos Tourinho, foi cometida,



Tenente-Coronel Luiz Carlos Pereira Tourinho, Ilustre engenheiro  
Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná

especificadamente, tarefa da mais alta envergadura e responsabilidade. Do seu trabalho depende a alimentação continua do progresso que vitaliza o Estado, porque é função precípua do referido Departamento rasgar estradas e conservar as existentes, para permitir a continuidade no escoamento das riquezas do Estado. E assim compreendendo a sua missão, no cenário econômico do Paraná, tem o D.E.R. cumprido o seu programa de atividades, excetuando um soberbo plano de realizações.

O quadro abaixo dá uma idéia das rodovias em fase adiantada de construção.

| RODOVIA | TRECHO                                                                                                                                    |
|---------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| T-1     | Paranaguá-Curitiba<br>Curitiba-Campo Largo<br>Campo Largo-São Luiz do Purunã<br>São Luiz do Purunã-Palmeira<br>Irati-Relógio              |
| T-2     | Antonina-Cacatu<br>Cerro Azul-Jaguarisíva<br>Wenceslau Braz-Quatiguá<br>Quatiguá-Joaquim Távora<br>Joaquim Távora-Sto. Antônio da Platina |

| RODOVIA | TRECHO                                                                                                                                                       |
|---------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| T-4     | São Luiz do Purunã-Ponta Grossa<br>Ponta Grossa-Ortigueira<br>Ortigueira-Araruva<br>Araruva-Apucarana                                                        |
| T-5     | Jandaia do Sul-Maringá<br>Maringá-Paranavaí                                                                                                                  |
| T-7     | São Mateus-União da Vitória                                                                                                                                  |
| P-1     | Cambará-Andirá<br>Andirá-Bandeirantes<br>Bandeirantes-Santa Mariana<br>Ibiporã-Londrina<br>Londrina-Cambé<br>Rolândia-Aricanduva<br>Apucarana-Jandaia do Sul |
| P-2     | Ribeirão Claro-Jacarêzinho                                                                                                                                   |
| P-4     | Itararé-Sengés                                                                                                                                               |
| L-2     | Sengés-Jaguariaíva<br>Jaguariaíva-J. Murtinho<br>Piraí do Sul-Castro                                                                                         |
| L-4     | Guarapuava-Pinhão                                                                                                                                            |
| R-2     | Carlópolis-Rio Itararé                                                                                                                                       |
| R-5     | Curiúva-Cambuí<br>Cambuí-Ibaiti                                                                                                                              |
| R-12    | Curitiba-Rio Branco                                                                                                                                          |
| R-16    | Morretes-Antonina                                                                                                                                            |
| R-19    | Caioabá-Pôrto Passagem<br>Alexandra-Matinhos                                                                                                                 |

| RODOVIA | TRECHO                      |
|---------|-----------------------------|
| R-20    | São José dos Pinhais-Rincão |
| R-27    | Joaquim Murtinho-Arapoti    |



Flagrante da visita do Exmo. Sr. Bento Munhoz da Rocha Netto, Ilustre Governador do Estado do Paraná a trechos de estradas em construção

Essas rodovias perfazem um total de MIL E QUATROCENTOS QUILOMETROS, dos quais TREZENTOS E CINQUENTA QUILOMETROS já se acham praticamente concluídos.

### QUADRO COMPARATIVO DO MOVIMENTO DE TERRA

#### VOLUME ESCAVADO

| ANO             | METROS CÚBICOS | RELATIVO |
|-----------------|----------------|----------|
| 1950            | 2.423.461.799  | 100      |
| 1951            | 3.627.880.107  | 150      |
| Até 31-VIII-952 | 2.738.587.463  | 113      |
| Em 20-IX-952    | 332.753.211    | 13       |

#### VALOR DAS MEDIÇÕES

| ANO             | CR\$          | RELATIVO | PREÇO MÉDIO |
|-----------------|---------------|----------|-------------|
| 1950            | 59.754.416,20 | 100      | Cr\$ 24,87  |
| 1951            | 77.905.542,40 | 130      | Cr\$ 21,47  |
| Até 31-VIII-952 | 49.510.898,00 | 83       | Cr\$ 18,08  |
| Em 30-IX-952    | 4.803.607,40  | 8        | Cr\$ 14,43  |

Comparando-se os quadros acima expostos, verifica-se, em conclusão, que, em Oito Meses do Ano de 1952, o D.E.R. escavou um volume de terra superior em 26 % ao escavado durante o ano de 1950. Da mesma forma, o preço de custo do metro cúbico escavado baixou de Cr\$ 24,87 para Cr\$ 17,68, ou seja, de Cr\$ 7,19 por metro cúbico. A baixa assim conseguida, no custo do trabalho de escavação, foi apreciável.

Já que se está falando em economia, convém ressaltar que, no atual período governamental, a redução verificada no preço médio orça por Trinta Milhões e Quatrocentos Mil Cruzeiros, a saber:

|                  |                  |           |                    |
|------------------|------------------|-----------|--------------------|
| 1951.....        | 3.627.880,107 m3 | X \$ 3,40 | Cr\$ 12.334.792,60 |
| Até 31-VIII-952. | 2.738.537,465 m3 | X \$ 6,79 | Cr\$ 18.595.008,80 |
| Em IX-952.....   | 332.753,211 m3   | X \$10,44 | Cr\$ 3.473.943,50  |
| Soma.....        |                  |           | Cr\$ 34.403.744,90 |

Em síntese: a administração atual do D.E.R. do Estado do Paraná apresentou maior produção, menor preço de custo, melhor fiscalização e orientação mais objetiva e eficiente, contribuindo, desta forma, com a sua parcela de colaboração, aliás apreciável, na realização de um programa governamental à altura das exigências do desenvolvimento do Estado.

Não basta, contudo, que se focalize este aspecto geral do plano de construções de estradas, e que se assinala a grande economia obtida no seu preço de custo. É de todo conveniente, para melhor compreensão e

relêvo da sistemática de trabalho adotada, que se especifique alguma das realizações. Veja-se o que diz respeito às Obras de Arte Especiais. Estas, conforme se infere da análise do demonstrativo que se encontra abaixo, estão sendo atacadas com empenho para possibilitar, dentro do mais breve, o trânsito pelas vias já abertas. Cumpre, no entanto, distinguir, ou melhor, agrupá-las em duas séries: as que foram concluídas e as que se encontram em andamento.

**Obras de arte especiais (Concluídas no corrente ano)**

| RODOVIA | TRECHO                | RIO                                    |
|---------|-----------------------|----------------------------------------|
| T-7     | Lapa-São Mateus       | Faxinal<br>Est. 3<br>Est. 23<br>Iguaçu |
|         | São Mateus-U. Vitória | Lageado                                |
| L-2     | Castro-P. Grossa      | Lageado Grande<br>Pitangui             |
| R-10    | Ortigueira-Tibagi     | Santa Clara                            |
| R-20    | Rincão-Garuva         | Campina Chata                          |

**Obras de arte especiais (Em andamento)**

| RODOVIA | TRECHO            | RIO                                                                          |
|---------|-------------------|------------------------------------------------------------------------------|
| T-1     | Palmeira-Irati    | Capivara<br>Minguinho<br>Guarauna<br>S. Pedro<br><br>S. Clara<br>Guarauninha |
|         | Irati-Relógio     | Est. 585                                                                     |
| T-4     | Ortigueira-Ararua | Formiga<br>Barra Grande                                                      |

| RODOVIA | TRECHO                         | RIO                                                   |
|---------|--------------------------------|-------------------------------------------------------|
| T-5     | Lapa-São Mateus                | Passa Dois<br>Água Amarela<br>Sant'Anna I             |
|         | São Mateus-U. Vitória          | Claro<br>Potinga<br>Barra Feia<br>Sant'Anna II        |
| P-1     | Bandeirante-Sta. Mariana       | Laranjinha                                            |
|         | Andirá-Bandeirantes            | Cinzas                                                |
|         | C. Procópio-Jataí              | Congonhas<br>Jataizinho<br>Monjolinho<br>Couro de Boi |
| L-2     | Sengés-Itararé                 | Mortes<br>Jaguariaíva<br>Semambaia                    |
|         | Jaguariaíva-J. Murtinho        | Cilada<br>Diamante<br>Lambari                         |
| L-5     | Maringá-Campo Mourão (Madeira) | Ivaí                                                  |
| R-5     | Curiúva-Cambuí                 | Taboão                                                |
| R-10    | Ortigueira-Tibagi              | S. Domingos<br>Conceição<br>Imbaú<br>Imbauzinho       |
| R-19    | Calobá-P. Passagem             | Prainha                                               |
| R-27    | J. Murtinho-Arapoti            | Est. 160                                              |

## CONTRATO EM ANDAMENTO

| RODOVIA | TRECHO               | RIO      |
|---------|----------------------|----------|
| T-1     | Curitiba-Campo Largo | Est. 560 |



Flagrante da visita do Exmo. Sr. General de Divisão Juarez Távora ao Exmo. Sr. Governador Bento Munhoz da Rocha Netto

Pelo exposto, fazendo-se as comparações devidas, encontra-se, em resumo, um total de 46 construções de obras de arte especiais, num preço de custo global de Cr\$ 38.267.333,80, como se observa dêsse resumo :

| Discriminação | Quant. | Comprimento (M) | Valor (CS)    |
|---------------|--------|-----------------|---------------|
| Concluídas    | 9      | 372,20          | 7.456.697,60  |
| Em andamento  | 36     | 1.468,90        | 30.205.330,70 |
| Em contrato   | 1      | Boeiro          | 605.305,50    |
| Total         | 46     | 1.841,10        | 38.267.333,80 |

Outro aspecto interessante das atividades do D.E.R., são os estudos que vem realizando para o traçado de novas estradas ou das já iniciadas, compreendendo o reconhecimento do terreno, exploração e locação. Num total de 2.198 km, já foram procedidos os estudos de reconhecimento sobre 1.807 km, estando em vias de conclusão mais 391 km. Os estudos de exploração, de um total de 708 km, já se verificaram em 249 km, estando ainda em andamento a exploração de mais 459 km. Na parte de locação, foram estudados 475 km do total de 870.

Mas não é só a diretriz daquele Departamento. Suas realizações compreendem, ainda, como complemento, as obras de conservação e revestimento das estradas concluídas. Conservação das já existentes e revestimento das quais se concluíram ou estão em andamento, inclusive pavimentação asfáltica.

É essa, aliás, uma das mais importantes fases das operações de construção das rodovias, porque do revestimento e conservação depende realmente o êxito dos trabalhos executados. Estradas bem traçadas e bem construídas querem dizer vias de permanente acesso ao transporte e a continuidade dêste depende, na verdade, do revestimento, pavimentação e conservação.

O resumo dos trabalhos de revestimento das estradas concluídas, mais eloqüente do que as palavras, vai aqui em números exatos, de acordo com o levantamento abalizado que nos foi fornecido:

### REVESTIMENTOS CONCLUÍDOS

| RODOVIA | TRECHO              | EXTENSÃO (KM) |
|---------|---------------------|---------------|
| T-1     | Irati-Palmeira      | 12            |
| T-7     | Araucária-Lapa      | 41            |
|         | Lapa-São Mateus     | 15            |
| L-2     | Castro-Ponta Grossa | 38            |
| R-10    | Ortigueira-Tibagi   | 4             |
|         | Tibagi-Castro       | 3             |
| TOTAL   |                     | 113           |

### Em andamento

| RODOVIA | TRECHO            | EXTENSÃO (KM) |
|---------|-------------------|---------------|
| T-1     | Irati-Palmeira    | 18            |
| T-7     | Lapa-São Mateus   | 41            |
| R-10    | Ortigueira-Tibagi | 15            |
| TOTAL   |                   | 74            |

Quanto à pavimentação asfáltica, cumpre observar-se que as rodovias onde está sendo empregada essa espécie de revestimento, compreendem trechos de grande importância da região norte do Estado e, uma vez concluídas, se refletirão sobremodo no movimento rodoviário daquela fabulosa região;

O demonstrativo abaixo dá uma idéia, em conjunto, da extensão, em quilômetros, da espécie de pavimentação, bem como a relação das empresas encarregadas de executá-las.

## PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA

### Em andamento

| RODOVIA | TRECHO                 | EXTENSÃO<br>(KM) | MODALIDADE             |
|---------|------------------------|------------------|------------------------|
| P-1     | Uraí-Ibiporã           | 35               | Empr. Silvestre        |
|         | Ibiporã-Cambé          | 32,5             | Empr. Koteca           |
|         | Cambé-Aricanduva       | 32,5             | Empr. Th. Marinho      |
|         | Aricanduva-Apucarana   | 8,0              | Administração 7º Dist. |
|         | S. Mariana-C. Procópio | 16,0             | Empr. Gino Menassé     |
| R-15    | Curitiba-Morretes      | 14,0             | Administração 1º Dist. |
| TOTAL   |                        | 138,0            |                        |

É de justiça que se saliente, também, o que realizou o D.E.R. do Estado do Paraná, no setor referente à conservação das estradas. Como já ficou dito noutro lugar, essa é uma das atribuições reputadas de suma importância e cometidas àquele Departamento. Através de uma constante vigilância e fiscalização no estado das rodovias, vem o D.E.R. desenvolvendo ação destacada, no sentido de dotar o Estado das estradas que o seu contínuo progresso exige. O movimento de veículos que cortam o território paranaense em todos os sentidos, provoca reflexos no estado geral das rodovias, principalmente nas consideradas de primeira ordem pela situação e traçado, e daí o cuidado com que devem ser mantidas. A conservação é, portanto, missão das mais elevadas. Os leitores encontrarão abaixo, por ano, desde 1950, a extensão em quilômetros, desse trabalho.

## CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS

### ANO — REDE — CONSERVADA

|           | Km        |
|-----------|-----------|
| 1950..... | 3.354.000 |
| 1951..... | 3.592.000 |
| 1952..... | 3.972.000 |

O plano geral de obras executadas pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem é realizado diretamente ou por delegação de poderes a entidades particulares.



Flagrante da assinatura da Lei que dá autonomia ao Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná

As firmas empreiteiras, sujeitas à fiscalização constante por parte do D.E.R., são pagas à medida de sua produção. Nesse quadro que damos a seguir, encontrarão os leitores o montante do custo das obras. O exercício de 1951, conforme se depreende da análise do demonstrativo abaixo, acusou um deficit apreciável. No entretanto, com o regime de economia adotado e mais as dotações recebidas, pôde o D.E.R. fazer frente a essas dificuldades, mantendo-se, no presente exercício, em situação alrosa. Eis o quadro :

#### PAGAMENTOS AOS EMPREITEIROS

|                       |      |                |            |
|-----------------------|------|----------------|------------|
| Deficit de 1951.....  | Cr\$ | 30.868.892,50  | (18,82 %)  |
| Produção em 1952..... | Cr\$ | 133.089.516,80 | (81,18 %)  |
| A Pagar em 1952.....  | Cr\$ | 163.958.409,30 | (100,00 %) |
| Pago até 30-IX.....   | Cr\$ | 149.249.697,90 | (91,02 %)  |
| RESTO A PAGAR.....    | Cr\$ | 14.708.711,40  | (8,98 %)   |

Em resumo :

- 1 — Foi paga toda a produção do ano e mais 52 % do deficit do ano anterior.

## 2 — O QUE RESTA A PAGAR é composto :

|                               |                           |
|-------------------------------|---------------------------|
| Obras do D.E.R. ....          | Cr\$ 10.934.359,90        |
| Obras Delegadas D.N.E.R. .... | Cr\$ 3.774.351,50         |
| <b>TOTAL.</b> .....           | <b>Cr\$ 14.708.711,40</b> |

3 — Para cobertura dos Cr\$ 14.708.711,40 dispõe o D.E.R. da quota do F.R.N. (3º trimestre) que deverá alcançar a cifra dos Cr\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de cruzeiros).

**EMISSION E RESGATE DE PROMISSÓRIAS**

|                         |                    |
|-------------------------|--------------------|
| Total da emissão .....  | Cr\$ 77.237.342,70 |
| Resgate até 20-IX. .... | Cr\$ 38.392.996,10 |
| A resgatar .....        | Cr\$ 38.844.346,60 |

A importância a resgatar está perfeitamente coberta pelo crédito especial de Cr\$ 60.000.000,00, à disposição do D.E.R.

Os elementos que esta Revista tem agora o prazer de publicar lhe foram fornecidos pelo Dr. Jahyr Leal, competente engenheiro e que ocupa as elevadas funções de Assistente-técnico do D.E.R. O Dr. Jahyr Leal se tem revelado um dos valores da administração profícua do Tenente-Coronel Luiz Carlos Tourinho. Seus conhecimentos profundos de administração e de técnica na construção de rodovias lhe deram a projeção que desfruta no seio de sua classe e o prestígio que lhe aureola o nome. A *A Defesa Nacional* agradece a êsse ilustre engenheiro a sua brilhante colaboração na divulgação desses dados preciosos, que tanto vêm destacar a ação do D.E.R., como organismo de grande relevância na grandeza e no progresso do Estado, e, ainda, ao Tenente-Coronel Luiz Carlos Tourinho, que tem demonstrado um espírito extraordinariamente honesto e sincero quando se trata de divulgar a ação desenvolvida no setor de obras públicas pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná.

**PEDIDOS DE LIVROS**

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — “A Defesa Nacional” adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —

## PARA 700.000 TONELADAS, E DEPOIS A 1 MILHÃO

### (Trabalho intenso de expansão em Volta Redonda)

Enquanto chegam dos Estados Unidos os equipamentos para expansão de Volta Redonda, entre os quais as grandes peças da cinta de fundação do segundo alto-forno, aceleram-se ali os trabalhos de construção das bases para estes equipamentos, novos edifícios, futura fábrica de estruturas, etc.

Volta Redonda relembra os dias febris da sua construção, pois o programa de expansão torna um ritmo acelerado, de modo a que já em julho do próximo ano possam a começar a produzir as novas unidades, que elevarão a produção da nossa principal usina a 700.000 toneladas de aço em lingote por ano.

Concomitantemente, prosseguem os trabalhos preliminares, sob a orientação do General Sylvio Raulino de Oliveira, presidente da C.S.N. que há mais de dez anos serve a Siderúrgica, do plano maior que visa a produção de um milhão de toneladas anuais.

#### A BASE DO SEGUNDO ALTO-FORNO

Volta Redonda encontra-se em fase de trabalho intenso, e numa operação que se prolongou por 37 horas sem cessar, foi feito em novembro a concretagem monolítica do "radier" da fundação do segundo alto-forno, o qual terá uma capacidade superior ao atual.

A base do segundo alto-forno recebeu três mil e quinhentos metros cúbicos de concreto, e as fundações suportarão uma carga de 25 mil toneladas, números que dão bem idéia do seu volume.

As fundações descarregam sua carga através 17 tubulações de metro e meio de diâmetro, os quais têm profundidade variável até 23 metros onde se encontra rocha viva.

Vinte mil sacos de cimento estão sendo empregados nesta operação tendo requerido a armação duzentas e cinquenta toneladas de vergalhões de aço, das quais cento e trinta só no "radier".

A quantidade de concreto seria suficiente para a construção de quatro quilômetros de estrada.

#### IMPORTANCIA PARA O PAIS

Estes trabalhos foram dirigidos pessoalmente pelo Major Cyro Alves Borges, Diretor Industrial da C.S.N., e realizam-se rigorosamente dentro dos planos, que se executam tendo em vista dar ao mercado nacional as quantidades de aço que ele reclama. São, conseqüentemente, trabalhos da maior importância para o país.

#### TRABALHO INTENSO

Além do alto-forno, outras unidades do parque siderúrgico de Volta Redonda, que é o maior da América do Sul, estão trabalhando intensamente nos seus programas de expansão. Assim a coqueria, que será acrescida de vinte e uma novas baterias de coque (hoje a usina tem 55) a aciaria, que receberá mais dois fornos de aço, e a laminação, onde novos equipamentos juntar-se-ão aos existentes. Uma unidade inteiramente nova se levanta, que é a fábrica de estruturas de aço, destinada a exercer uma profunda influência neste campo tão pouco desenvolvido entre nós, pois estará apta a preparar estruturas para toda sorte de finalidades, inclusive o de edifícios.

Volta Redonda, cujo trabalho é constante, está em fase de intensa agitação, notando-se que ao mesmo tempo cresce a cidade, onde se constrói oitocentas casas novas para operários, um recreio do trabalhador, que é um grande edifício com quadras cobertas, piscina, sala de leitura, de jogos, etc.

Espera-se que o equipamento de primeira expansão entre em funcionamento em julho de 1953.



# Noticiário de Interesse Militar

## O Pentágono

"O Pentágono, diz o autor do citado artigo, não é um homem mas a sede do G. Q. G. americano". Todos os serviços centrais da organização das Forças Armadas, da Terra, do Mar e do Ar, encontram-se instaladas em um edifício conhecido pelo nome de Pentágono, devido à sua planta. É o maior edifício mundial, que se concluiu no ano de 1942, isto é, em plena guerra. O plano é dum arquiteto da Califórnia, Georges Bergstrom, que adotou esta forma de cinco faces para melhor utilização do terreno.

O Pentágono importou em 75 milhões de dólares, isto é, 2.175 milhões de escudos, ao câmbio de 29\$00. Ocupa 45 hectares de espaço coberto em cimento armado e reforçado por blindagens. A compartimentação está disposta de forma que não será necessário percorrer mais de 500 metros para ir dum ponto ao ponto mais distante.

Os corredores de ligação são verdadeiros labirintos, cujo perfeito conhecimento exige um mês e de côres diversas correspondendo a cada serviço.

Com quilômetros de corredores e 10.000 repartições, o edifício tem apenas 5 andares.

Cada lado do Pentágono é de 300 metros. As comunicações são estabelecidas por escadas, por tapetes rolantes, por pequenas rampas e apenas um elevador.

Este edifício serve de residência efetiva para 30.000 oficiais e empregados.

No 1º andar há 3 bars e 10 restaurantes que podem servir, diariamente, 55.000 refeições. Há cabeleireiros para homens e senhoras e engraxadores.

Existem os serviços mais secretos, apenas conhecidos de poucos oficiais.

Todos os que trabalham no Pentágono usam um distintivo especial — há diversos — para circular em determinados setores do enorme edifício.

A central telefônica é destinada permanentemente a 200 telefonistas, com ligação para o exterior e internas. Há aperfeiçoadíssimos aparelhos de escuta para surpreender qualquer indiscreção. Cada repartição tem o ar e o som condicionados. Não é possível escutar as portas nem espreitar pelas fechaduras.

No Pátio interior há belos jardins e uma piscina cuja água tem uma temperatura invariável.



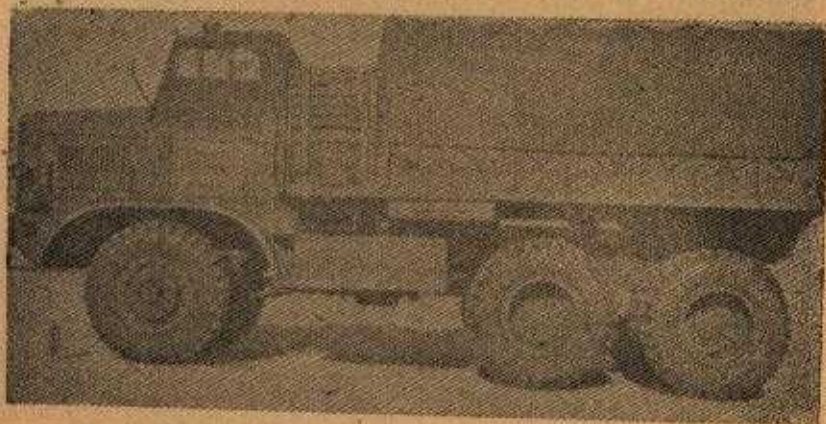
Aspecto geral do "Pentágono"

A admissão no *Pentágono* só é feita com disposições rigorosas. Encantadoras auxiliares femininas entregam o visitante à Polícia Militar que o identifica rigorosamente. Guias militares conduzem o visitante ao serviço ou pessoa, que lhe interessa. (Da "*Revista Militar*" de Portugal)

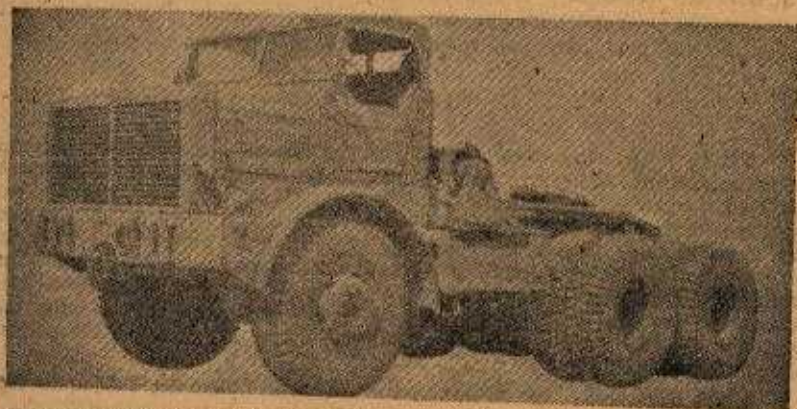
### Os veículos militares norte-americanos



Caminhão de 8 toneladas com 8 rodas



Caminhão T-28, de 8 toneladas, com as 5 rodas motoras



Caminhão trator T-46, de 25 toneladas, com 3 eixos motores, que pode arrastar até 100 toneladas



Caminhão T-23, de 12 toneladas, com 8 rodas motoras

## Primeira prova nos EE.UU. com a artilharia atômica

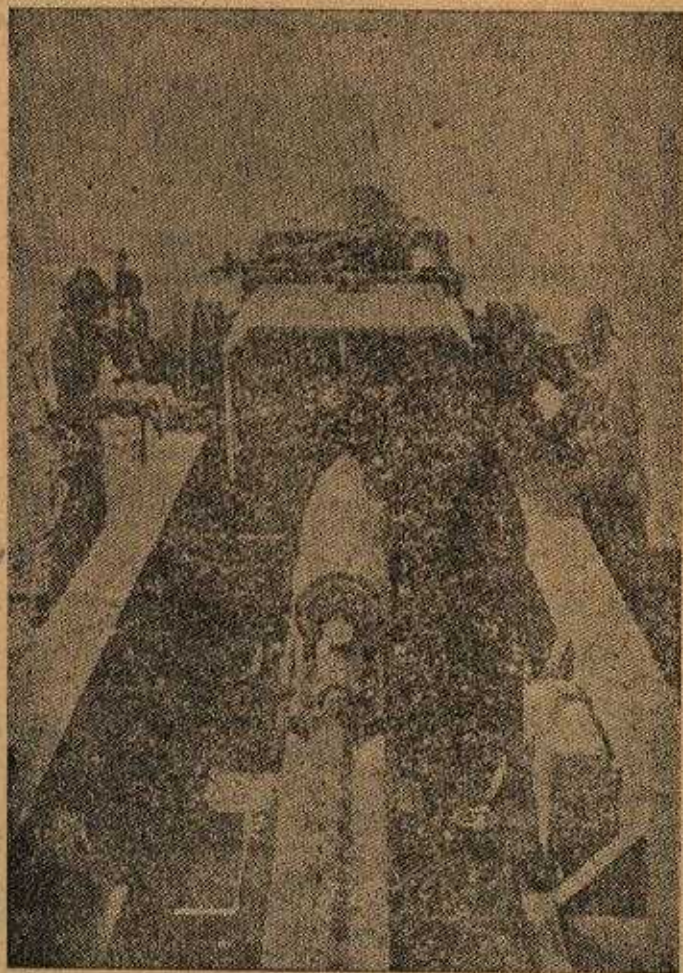
Depois de uma demonstração pública de três "canhões atômicos" de 11 polegadas que pesam 85 toneladas, o Secretário da Guerra, Frank Pace, revelou que o exército dispõe-se a realizar experiências disparando um projétil atômico real. Até agora as provas foram feitas com projéteis comuns, embora de grande potência explosiva, "capaz de conter a carga detonadora atômica". Pace não revelou quando nem onde será feita a prova real, porém preveniu aos jornalistas que eles serão avisados "quando for decidida". Afirmou o Secretário da Guerra que "já ficou estabelecido que os canhões experimentados podem disparar projéteis atômicos", embora não esclarecesse como o farão.

### MUNIÇÃO ATÔMICA

Tanto Pace como o Comandante em Chefe do Exército, General Lawton Collins, evitaram uma resposta concreta às perguntas sobre se está sendo produzida munição atômica para o novo canhão, porém Pace deu a perceber que tais munições estão sendo produzidas ao menos para as experiências. Acrescentou que o canhão em questão é a primeira arma atômica para conseguir vitórias no campo de batalha a um "custo mínimo". Duas dessas enormes armas foram levadas para sua base ante numeroso público, e foram postas em condições de abrir fogo vinte minutos a partir do momento em que apareceram no campo de provas, depois de percorrer um terreno acidentado.

Cada uma delas fez dois disparos. O outro canhão, instalado fora do campo visual dos espectadores disparou um projétil que explodiu a 300 metros de altura, a 8 quilômetros distante do campo.

Pace e Collins salientaram que o novo canhão não é a última palavra em artilharia atômica e destacaram também que o exército trabalha igualmente em projéteis dirigidos com cargas detonadoras atômicas, para apoiar de perto as tropas de terra. Collins declarou que o novo



O canhão atômico — Primeira fotografia liberada

canhão "não é ainda totalmente satisfatório quanto ao seu calibre, assim como ao alcance", que é de pouco mais de 30 quilômetros.

Um porta-voz do exército informou que já foram produzidos, entretanto, "vários" deles. (U.P.)

### O carro de combate M47

O Exército norte-americano anunciou recentemente que as Forças de Campanha haviam recebido, do Serviço de Material Bélico, o último super-carro blindado, o M47.

Um modelo intermediário, nem completamente novo nem simplesmente um desenho remodelado do antigo carro médio M-47, é tido como sendo melhor do que qualquer outro dentro dos próximos dois anos.

A couraça do novo carro empresta-lhe uma aparência semelhante a do Patton M46, mas, segundo o Serviço de Material Bélico, a semelhança entre os dois é só externa.

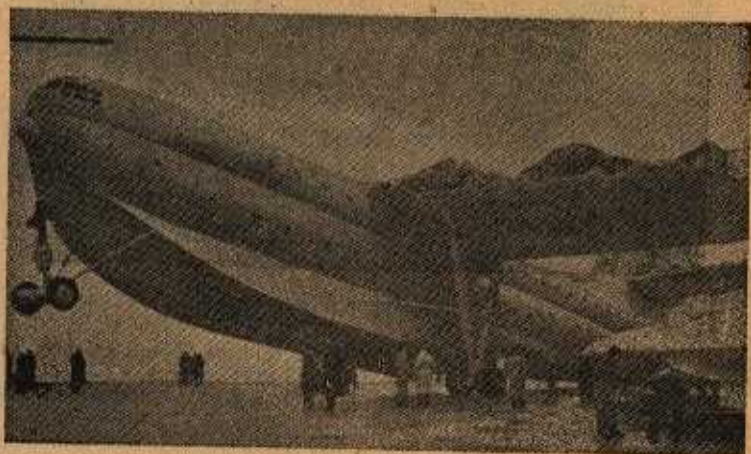


O carro de combate M-47

O novo carro pesa cerca de 48 t. equipado para combate, tem uma tripulação de 5 homens, um canhão de alta velocidade de 90 mm, possui um motor de 810 HP resfriado a ar e transmissão *crossdrive*. Outros dados sobre a nova arma ainda não foram divulgados.

### O avião inglês "Princess"

Fotografia do novo gigante dos ares: o avião de retropropulsar "Princess", de 140 toneladas, já em provas na Inglaterra.



O avião inglês "Princess"

Pode transportar 200 homens em viagens diretas de 5.600 km, a velocidade superior a 600 km por hora. Está equipado com 10 motores "Bristol-Proteus", de turbo-hélice, com uma potência total de 35.000 C.V. Envergadura: 67 m; comprimento: 45. Carrega 55.000 litros de combustível. Três deles entrarão imediatamente em serviço.

## Pilotos eletrônicos

Já existe, nos Estados Unidos, um Esquadrão de aviões de bombardeio que voam, totalmente, sem a participação de pilotos humanos. Trata-se de pilotos eletrônicos, controlados pelo rádio.

Mediante equipamento de direção e controle automáticos, os aviões seguem uma rota de acordo com as ordens que recebem de terra, de onde se controlam os movimentos por meio de um equipamento de radar. Da mesma forma, o controle deles pode ser feito de bordo de outro avião, situado fora do alcance do inimigo. Os aviões são lançados da plataforma de lançamento com a ajuda de um foguete, como pode ver-se numa das fotografias que reproduzimos. O foguete, depois, se desprende do aparelho, uma vez esgotada a carga de projeção. O aparelho continua o voo por meio do seu turbo-reator. Emprego destes aviões? São especialmente indicados para serviços demasiadamente perigosos, sendo, assim, usados como aviões-suicidas.



◆ A organização de um Serviço Social, com a finalidade de nos proporcionar a Assistência e a Previdência de que necessitamos, é um verdadeiro imperativo da nossa própria existência.

Isso, porém, exige um alto grau de compreensão e uma forte confiança recíproca nos propósitos de justiça social que devem caracterizar o pensamento e a ação de todos os membros da família militar.

# ATOS OFICIAIS

## Leis, Decretos e Avisos de interesse geral do Ministério da Guerra, publicados no mês de outubro de 1952

AVISO N. 670, EM 30 DE SETEMBRO  
DE 1952

Com o objetivo de facilitar o andamento de papéis, evitando demoras inúteis nas repartições, determino que as Regiões Militares enviem à Secretaria Geral do Ministério da Guerra uma relação discriminativa dos Corpos possuidores de arquivos das unidades extintas.

— *Cyro Espirito Santo Cardoso.*  
(“Diário Oficial” de 1-X-1952.)

AVISO N. 140-CSEG, DE 28 DE  
AGOSTO DE 1952

Consulta o Chefe do Estabelecimento de Finanças da 5ª Região Militar, em rádio n. 101-SR2, de 20 de outubro de 1951, se o título “Granja” de que tratam as Portarias ns. 181, de 9 de novembro de 1948 (B.E. 46, de 13-XI-1948) e 64, de 15 de março de 1951 (B.E. 18 — Suplemento — de 5-V-1951) está sujeito a contribuição para a Caixa Geral de Economias de Guerra.

2. Em solução declaro que de acordo com o n. 1 do art. 12 do regulamento para o Conselho Superior de Economias da Guerra, aprovado pelo Decreto n. 22.139, de 25 de novembro de 1932, todas as rendas apuradas nas granjas militares estão sujeitas à incidência da percentagem de 20 % em favor daquela Caixa. — *Cyro Espirito Santo Cardoso.*

(“Diário Oficial” de 2-X-1952.)

AVISO N. 42-C4.04., EM 19 DE JULHO  
DE 1952

Ao Exmo. Sr. General Secretário Geral do Ministério da Guerra.

Declaro a V. Excia. que a partir do orçamento de 1953 obedecerão a novas bases os quantitativos de remonte de calçado e conservação de roupa de cama e bem assim o de conservação do arreamento em uso.

O primeiro quantitativo será fixado à razão de Cr\$ 20,00 “per-capita” para o efetivo de praças (cabos e soldados, exceto músicos que percebam como sargentos) e o segundo à razão de Cr\$ 12,00 por arreamento de montaria, tração e carga.

Consequentemente, o Aviso número 302-C.O., de 22-VI-1946, que trata da matéria, terá vigência somente até o fim do exercício em curso. — *Cyro Espirito Santo Cardoso.*

(“Diário Oficial” de 3-X-1952.)

AVISO N. 43-C.O., EM 19 DE JULHO  
DE 1952

Ao Exmo. Sr. General Secretário Geral do Ministério da Guerra.

Verifica-se que a dotação orçamentária é insuficiente para atender “in totum” as necessidades pertinentes às ementas “Iluminação, força motriz e gás” e “Telefonia, telefonemas, telegramas, porte postal e assinatura de caixas postais”.

Em tais condições, resolvo :

1) Recomendar às U. A. em geral como ora o faço, providências para que sejam realizadas economias nesses dispêndios ;

2) Recomendar aos órgãos industriais ou comerciais a aplicação do § 1º do art. 73 do R.A.E. no sentido de reduzir, se não de extinguir as contas de exercícios findos atinentes a essas despesas.

Do resultado desta minha resolução tomarei conhecimento pela execução orçamentária. — *Cyro Espírito Santo Cardoso.*

("Diário Oficial" de 3-X-952.)

\* \*

AVISO N. 680, EM 6 DE OUTUBRO DE 1952

Os oficiais nomeados Auxiliares de Instrutores e Instrutores não poderão permanecer em função por prazo superior ao previsto nos arts. 87 e 88 do R-126 (R.P.C.E.E.Ex.), art. 27, § 1º do R-22 (R.E.E.M.) e Aviso n. 255, de 2 de maio de 1952.

Os oficiais exonerados das funções de Instrutor ou Auxiliar de Instrutor de Estabelecimento de Ensino, seja por conclusão dos prazos acima referidos ou não, só poderão ser classificados em Repartições ou Estabelecimentos Militares para cargos privativos do Quadro de Técnicos da Ativa ou do Quadro de Estado-Maior da Ativa.

Não poderá ser nomeado Instrutor ou Auxiliar de Instrutor, o oficial que estiver servindo em Repartição ou Estabelecimento Militar, salvo se o cargo for privativo de Quadro Técnico ou do Quadro do Estado-Maior do Exército. — *Cyro Espírito Santo Cardoso, Ministro da Guerra.*

("Diário Oficial" de 7-X-952.)

\* \*

AVISO N. 681, EM 6 DE OUTUBRO DE 1952

1. Consulta o Cmt. da 9ª R.M., em Rádio n. 198-A, de 16-V-952, a quem cabe a Chefia do Serviço de

Material Bélico Regional, vaga em virtude de transferência do respectivo Chefe e afastamento do adjunto de armamento por motivo de licença especial.

2. Em solução aprovando o parecer do E.M.E. em Ofício reservado n. 480-A de 12-IX-952, de-claro :

a) o quadro de organização e efetivo é que especifica e define a qualificação do oficial para o exercício das diferentes funções e fixa os respectivos postos ;

b) o oficial sem o curso da especialidade não pode assumir o cargo privativo de função qualificada ; responderá pela função ;

c) nessas condições e tendo em vista o Quadro de Organização e Efetivo remetido com Ofício-Circular Reservado n. 186-A, de 18 de abril de 1952, por aquele Estado-Maior, alterado pela retificação constante do Ofício-Circular Reservado n. 383-A, de 30 de julho de 1952, daquele Órgão e em face dos arts. 5º e 6º do Decreto n. 31.210, de 29 de julho de 1952 e das prescrições do art. 420 do R-1 e dos Avisos ns. 153, de 6 de março de 1952 e 309, de 27 de abril de 1951 :

— Nos Quartéis-Generais, só concorrerão às substituições no Serviço de Material Bélico :

a) em cada uma das Seções — Armamento e Motomecanização — os oficiais que satisfaçam às exigências de qualificação para a função (do Q.S.G. com o curso de material bélico e do Q.S.G. com o curso técnico da Escola de Motomecanização, respectivamente) e na seguinte ordem : 1º, dentre os oficiais da Seção ; 2º, dentre os oficiais do Quartel-General ;

b) à função de Chefe do Serviço de Material Bélico, os oficiais do Q.S.G., de qualquer Arma, com o curso básico de material bélico ou de motomecanização e pertencentes : 1º, a uma das Seções — Armamento ou Motomecanização ; 2º, ao Quartel-General. — *Cyro do Espírito Santo Cardoso, Ministro da Guerra.*

("Diário Oficial" de 7-X-952.)

AVISO N. 592, EM 6 DE OUTUBRO  
DE 1952

1. Consulta o Comandante da Academia Militar das Agulhas Negras como proceder na aplicação do art. 428 do R.I.S.G., tendo em conta a organização particular do Batalhão de Comando e Serviço daquela Academia, com departamento, curso e repartições.

2. Em solução, de acordo com as prescrições dos arts. 420 e 428 do R-1 (R.I.S.G.), Aviso n. 426 de 25 de abril de 1952 e aprovando o Parecer do Estado-Maior do Exército, declaro que as substituições entre praças deverá se processar:

a) Dentro da especialidade, na arma ou serviço, se essa especialidade é privativa de arma ou serviço;

b) Dentro da especialidade, nas armas ou serviços, se a especialidade é comum a várias armas ou serviços, isto é, se a especialidade não é privativa de determinada arma ou serviço.

c) Em qualquer caso, obedecida a especialidade, nas condições supra, respeitar-se-á a ordem hierárquica no interior da subunidade ou elemento equivalente. — *Cyto Espírito Santo Cardoso.*

("Diário Oficial" de 7-X-1952.)

AVISO N. 604, EM 6 DE OUTUBRO  
DE 1952

Para aplicação do Aviso n. 17, de 11 de janeiro do corrente ano, declara-se que, aos Comandantes de Áreas da 1ª Região Militar, além das atribuições que já lhes foram conferidas, cabe, outrossim, a de organizar, em suas respectivas áreas, as Comissões de Serviço Social prevista no citado aviso.

("Diário Oficial" de 8-X-1952.)

AVISO N. 608, EM 6 DE OUTUBRO  
DE 1952

A Unidade com autonomia administrativa e que não possua via-

tura-turismo, poderá obter o em-  
placamento de um jeep, cmo placa  
oficial, desde que o mesmo não  
esteja incluído na sua dotação or-  
gânica militar.

Para esse fim, a Unidade deve  
apresentar justificação à D.M.M.  
e fica obrigada a manter a citada  
viatura pintada em cor preta.

("Diário Oficial" de 8-X-1952.)

PORTARIA N. 336, DE 6 DE OUTUBRO  
DE 1952

O Ministro de Estado dos Negó-  
cios da Guerra, de acordo com o  
que propõe o Departamento Téc-  
nico e de Produção, resolve aprovar  
as "Instruções para o Concurso de  
Admissão aos Cursos da Escola  
Técnica do Exército", que com esta  
bajam.

("Diário Oficial" de 8-X-1952.)

DECRETO N. 31.553, DE 6 DE  
OUTUBRO DE 1952

Acrescenta dispositivos ao Regulamento  
de Uniformes do Pessoal do Exér-  
cito.

O Presidente da República,  
usando da atribuição que lhe con-  
fere o art. 87, inciso I, da Consti-  
tuição, decreta:

Art. 1º. É restabelecido o uso da  
banda de seda, com as cores nacio-  
nais, sob o eluto dourado do 1º e 2º  
uniformes dos oficiais-generais.

Parágrafo único. A banda será  
usada com o laço do lado esquerdo.

Art. 2º. É restabelecido o uso  
do colarinho de ponta virada e da  
gravata preta de laço horizontal,  
com o 3º e 4º uniformes, em atos  
oficiais ou sociais internos, quando  
fôr marcado para os civis o "smo-  
king", "dinner" ou "summer-jacket".

Art. 3º. É extensivo aos oficiais  
do Exército postos à disposição de  
autoridades civis nacionais, em ca-  
ráter de assistentes ou ajudantes de  
ordens, o uso de alamares, nas con-  
dições estabelecidas no n. 3,  
letra a), do art. 10, do Regulamento

de Uniformes do Pessoal do Exército (1ª Parte).

Parágrafo único. É extensivo aos oficiais da Reserva de 1ª Classe ou reformados o uso de alamares nas condições e nos casos especificados no Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército para os oficiais da ativa ou convocados.

Art. 4º. Fica estabelecida a etiqueta de identificação a ser usada por oficiais e sargentos com o uniforme de serviço ou de instrução, no interior dos quartéis das respectivas unidades ou estabelecimentos e quando participantes de manobras e exercícios de campo.

§ 1º. O modelo e detalhes de confecção e uso da etiqueta de identificação serão estabelecidos na 2ª Parte do Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército.

§ 2º. É proibido o uso de etiqueta de identificação em solenidades militares, cívicas e atos sociais, mesmo que sejam de caráter interno.

Art. 5º. É permitido o uso, em caráter facultativo, de passadeiras de metal em cores esmaltadas.

Art. 6º. Os oficiais professores, membros efetivos do magistério militar, usarão o uniforme previsto para os oficiais da ativa do respectivo quadro de origem com o distintivo do magistério nas condições de confecção e uso estabelecidas no atual Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército para os distintivos constantes da letra c) do art. 21 do citado Regulamento.

Parágrafo único. O distintivo de magistério militar, a ser criado por ato do Ministro da Guerra, substituirá outro qualquer distintivo usado nas mesmas condições para ele estabelecidas neste Decreto.

Art. 7º. No atual Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército, quando se tratar do 4º uniforme, fica substituída, onde houver, a expressão "sua combinação" ou "combinação do 4º uniforme" por "4º uniforme-tolerância".

Art. 8º. É extensivo aos oficiais possuidores do curso de motomecanização o uso do respectivo distintivo, constante do n. 5, letra c) do

art. 22 do atual Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército (1ª Parte).

Art. 9º. Devem ser substituídos por dourados os botões e a fivela do cinto do uniforme de gabardine verde-oliva, constante do Decreto n. 21.590, de 7 de agosto de 1946, enquanto fôr o mesmo usado em caráter facultativo, de acordo com a letra b) do art. 118, do atual Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército (1ª Parte).

Art. 10. Suprima-se o cinto verde-oliva constante da especificação feita para o 2º uniforme da Escola de Sargentos das Armas, no art. 58 do atual Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército.

Art. 11. O n. 2, letra b) do artigo 60 do atual Regulamento de Uniformes do Pessoal do Exército passa ter a seguinte redação:

"2) 2º período e Curso de Aperfeiçoamento — uma estrela prateada no terço superior de ambas as mangas".

Art. 12. Fica aprovado o quadro sinótico que acompanha o presente Decreto, em substituição ao quadro sinótico I publicado com o Regulamento de Uniformes baixado com o Decreto n. 30.163, de 13 de novembro de 1951.

Art. 13. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1952; 131ª da Independência e 64ª da República.

GETULIO VARGAS.

Cyrol Espirito Santo  
Cardoso.

("Diário Oficial" de 11-X-1952.)

• •

AVISO N. 705 — SEC. EXP. EM 10  
DE OUTUBRO DE 1952

Prosseguindo na execução das medidas de compressão de despesas a que se impôs este Ministério e tendo em vista anular a perda de tempo no conhecimento e execução de atos oficiais que as vezes inte-

ressam exclusivamente determinados escalões subordinados, resolvo determinar a transcrição, nos Boletins Internos dos Órgãos interessados, de todos os atos (Decretos, Avisos, Portarias, Notas, etc.), publicados no *Diário Oficial* ou Boletim do Exército, independente do pronunciamento dos Escalões Superiores, ficando estes dispensados da referida transcrição, sempre que os citados atos não lhes digam respeito diretamente. — *Cyrol Espírito Santo Cardoso*.

("Diário Oficial" de 11-X-1952.)

• •

PORTARIA N. 336, DE 13 DE OUTUBRO DE 1952

O Ministro de Estado dos Negócios da Guerra resolve designar o General de Brigada Nelson de Castro Sena Dias representante do Exército junto à Diretoria Central do Conselho Nacional de Geografia.

("Diário Oficial" de 15-X-1952.)

• •

AVISO N. 712, EM 13 DE OUTUBRO DE 1952

1º) Consulta o General Comandante da 2ª R.M. se a um oficial que gozou três meses de licença especial, de acordo com os arts. 1º e 4º da Lei n. 283, de 24 de maio de 1948, assiste o direito de averbar o período restante (nove meses pelo dobro), nos termos do art. 7º da citada lei e para os fins do artigo 53 da Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951.

2º) Considerando que:

a) o art. 1º da Lei n. 283/48 assegura o direito a licença especial de seis meses, por decênio, ao servidor público que não se afastar do exercício das suas funções;

b) o art. 4º da referida lei permite que as licenças especiais possam ser gozadas em parcelas de dois e três meses, por ano civil, respectivamente;

c) o art. 7º ainda da Lei n. 283 de 1948, determina que seja contado em dobro, para efeito de aposenta-

doria ou reforma, o tempo das licenças especiais que o peticionário não houver gozado;

d) o regulamento da Lei n. 283, baixado com o Decreto n. 25.267, de 1948, em seu art. 3º, parágrafo único, permite ao servidor com direito a licença especial, declarar a forma por que deseja gozá-la e, quando se tratar de mais de uma licença especial, requerê-las para períodos semestrais consecutivos ou isolados, para um ou mais períodos semestrais em concorrência com períodos parcelados, e para períodos parcelados;

e) o Aviso n. 118/49, dirimindo dúvidas quanto à aplicação da Lei n. 283/48, em seu item g), esclarece que "se depois de concedida a licença, deixar o militar, por qualquer circunstância, inclusive por motivo de doença, de entrar em seu gozo na época que lhe foi fixada, considerar-se-á revogado o despacho de concessão, devendo o Comandante, Chefe ou Diretor fazer a declaração em Boletim para que conste dos assentamentos do interessado";

f) da Lei n. 283/48 e do Decreto n. 25.267/48, infere-se que o legislador e regulamentador da aplicação da lei tiveram em mira conceder ao servidor, por períodos de dez anos consecutivos de serviço, um prêmio representado por um período de seis meses de repouso com vencimentos integrais ou a contagem em dobro, desse período, para efeito de cômputo de tempo para inatividade;

g) se essa licença deve ser encarada como prêmio, não há como cercear a liberdade do premiado em recebê-lo desta ou daquela maneira, no todo ou em parte, inclusive o direito de tê-lo parte em repouso remunerado e parte em contagem de tempo para aposentadoria;

h) finalmente, o disposto no Aviso n. 118, de 1949, referido no item e), também não admite dúvidas, sobre que o militar possa "por qualquer circunstância", deixar de entrar no gozo de uma licença que lhe tenha sido concedida, sendo esta, em consequência, cancelada. Mas que não perderá, é evidente,

por isso, o direito ao prêmio representado pela contagem em dôbro, para fins de inatividade, do período não gozado.

3º) Em solução, declaro que o militar, em qualquer tempo, poderá desistir da licença especial, mesmo depois de iniciada, ficando-lhe assegurado o direito à contagem do tempo restante em dôbro, ou a obtenção de uma nova licença, para completar o não gozado, salvo se houver desistido livre e espontaneamente do restante da licença prêmio (Av. n. 79, de 23-XI-1951), com o fim de beneficiar-se do disposto no art. 53 da Lei n. 1.316, de 20 de janeiro de 1951, nas condições do Decreto n. 30.119, de 1 de novembro de 1951. — *Cyro Espírito, Santo Cardoso.*

("Diário Oficial" de 15-X-1952.)

• •

#### AVISO N. 720, DE 21 DE OUTUBRO DE 1952

Em cumprimento ao Decreto número 31.210, de 29 de julho de 1952, que reajusta órgãos deste Ministério determina o seguinte:

1) O atual Quartel-General da Artilharia de Costa da 1ª Região Militar transformar-se-á no Quartel-General da Inspetoria da Artilharia de Costa e Artilharia Antiaérea que deverá estar instalado até 30 de novembro próximo.

2) O Inspetor entrará imediatamente no exercício de suas funções e, como os oficiais que progressivamente forem postos à sua disposição, instalará o respectivo Quartel-General e fará os estudos necessários à apresentação do projeto de regulamento da Inspetoria.

3) O novo Quartel-General da Artilharia de Costa da 1ª Região Militar, constituído dos remanescentes do atual, nas condições estabelecidas neste Aviso, instalar-se-á na sede do Grupamento de Oeste até 31 de outubro corrente.

4) O Comando do Grupamento de Oeste transferir-se-á para o Forte de Copacabana (3º Grupo de Artilharia de Costa).

#### 5) Em consequência:

a) O Inspetor da Inspetoria da Artilharia de Costa e Artilharia Antiaérea, mediante entendimento com o Comandante da Artilharia de Costa da 1ª Região Militar, decidirá sobre o pessoal militar (praças) e civil e o material das antigas Inspetorias, Diretoria e Seção Especial de Artilharia de Costa, que passarão a fazer parte do Quartel-General da nova Inspetoria; do mesmo modo procederá quanto ao material adquirido, desde 1946, pela atual Artilharia de Costa da 1ª Região Militar;

b) Até que o Estado-Maior do Exército organize os Quadros de Organização para a Inspetoria e para a Artilharia de Costa da 1ª Região Militar, o Quartel-General desta última contará com os seguintes oficiais de seu atual quadro:

— Comandante, Chefe do Estado-Maior e três oficiais do Estado-Maior Geral (1ª, 2ª e 3ª Seções);

— Oficiais do Estado-Maior Especial (Serviço de Material Bélico, Serviço de Saúde, Serviço de Engenharia e Serviço de Intendência);

— Oficiais da Ajudância Geral: Fiscalização Administrativa, Serviços Especiais e um 1º Tenente do Quadro Auxiliar de Oficiais;

— Os restantes elementos passarão a pertencer ao Quartel-General da Inspetoria;

c) O Quartel-General da Artilharia de Costa da 1ª Região Militar absorverá o pessoal e material dos Serviços Gerais e de Intendência do Grupo de Oeste, o qual será assistido, nesses Serviços, pelo 3º Grupo de Artilharia de Costa;

d) O livro carga geral do Quartel-General da Artilharia de Costa da 1ª Região Militar será entregue à Inspetoria, onde será arquivado depois de convenientemente alterado e após a abertura do novas escriturações para a Artilharia de Costa da 1ª Região Militar e a Inspetoria da Artilharia de Costa e Artilharia Antiaérea;

e) A Junta de Alistamento Militar que funciona no Grupamento de Oeste, transferir-se-á, até 25 do

corrente, para o Quartel da Bateria de Projétores da Artilharia de Costa;

f) Os demais pormenores serão regulados pelo Estado-Maior do Exército e Inspetoria, nas respectivas esferas de ação. *Cyrol Espirito Santo Cardosol*

("Diário Oficial" de 23-X-952.)

• •

# AVISO N. 721, DE 21 DE OUTUBRO DE 1952

1. Tendo em vista que não se podia com Aviso pretender revogar dispositivos claros de lei e admitindo que a intenção fôsse realizar preceito legal sem transtornos ou inconvenientes para as partes, ao ser exigido, como é justo que se proceda, a satisfação integral do disposto na eltra e) do art. 10 da Lei de Promoções, resolvo declarar deve ser entendido que o n. 2 do Aviso n. 247, de 3 de abril de 1951, marcava a data a partir da qual seria feita a apuração do prazo já passado pelo oficial fora da tropa.

2. Como a interpretação foi de que a data referida marcava "início de contagem" e para que não se crie situação embaraçosa às partes interessadas, fica esclarecido que de 30 de junho de 1953 em diante nenhum oficial combatente poderá entrar nos quadros de acesso, sem satisfazer também a letra e) do art. 10 da Lei de Promoções, salvo os que se acham amparados por dispositivos especiais de lei.

("Diário Oficial" de 23-X-952.)

• •

# AVISO N. 70-C.O., DE 16 DE OUTUBRO DE 1952

Ao Exmo. Sr. General Diretor Geral de Intendência do Exército, por intermédio da Diretoria de Finanças:

Declaro a V. Excia. que autorizo a compensação da alínea a) — Vencimentos de Oficiais da S/c. 01-2-02, da Verba I — Pessoal até o limite de Cr\$ 98.000.000,00, com os recursos da alínea c) — Vencimentos de praças, da mes-

ma subconsignação. (Ofícios números 5.161 S.I./440.1 — D-1, de 13 de setembro e 5.639 S.I./440.1 — D-1, de 3-X-952, da D.F.).

("Diário Oficial" de 29-X-952.)

• •

# DECRETOS DE 25 DE OUTUBRO DE 1952

O Presidente da República, resolve:

Promover:

Na Arma de Infantaria, por merecimento:

Ao posto de Coronel, os Tenentes-Coronéis Jaime Ribeiro da Graça, João Felix de Sousa, Abílio Cunha Pontes, Seraphim Migueis, Manoel Rodrigues de Carvalho Lisboa e João Armindo Corrêa da Costa.

Na Arma de Infantaria, por merecimento:

Ao posto de Tenente-Coronel, os Majores Nestor Cuyabano, José Brêtas Cupertino, Francisco Mariani Guariba, "B" João Batista Peixoto, "B" Ary Silveira de Sousa, "B" Moacyr Rodrigues dos Santos, "T" João Febrônio de Oliveira Júnior, Murilo Borges Moreira, Reginaldo de Menezes Hunter, Mário Solon Ribeiro, "T" Licurgo da Silva Castelo Branco e "B" Antônio de Barros Moreira.

("Diário Oficial" de 30-X-952.)



## COLABORAM NESTE NÚMERO :

Dr. Glycon de Paiva.  
Dr. Pimentel Gomes.  
Dr. Roberto Campos.  
Brigadeiro Lysias Rodrigues.  
General José Veríssimo.  
General Souza Junior.  
Capelão J. Busato.  
Ten.-Cel. Floriano Möller.  
Ten.-Cel. João Batista Peixoto  
Ten.-Cel. Jorge Argolo Silvado  
Ten.-Cel. José Camerino.  
Ten.-Cel. José Nonato de Faria  
Major Cesar Neves.  
Major Heráclides Nelson.  
Major Luiz Azambuja.  
Major Murilo Borges Moreira.  
Major Zair Moreira.  
Arlindo de Araujo Pereira  
Cap. Estevam Meireles.  
Ten. Vasco Costa.  
Cadete Tarcisio Ferreira.



É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.  
IMPRENSA MILITAR  
RIO DE JANEIRO — 1952